

SARA LUIZA HOFF

**A NOTA “LA TRADUCTION, LA LANGUE ET L’INTELLIGENCE”: O
FENÔMENO TRADUTÓRIO NA E A PARTIR DA REFLEXÃO SOBRE A
LINGUAGEM DE BENVENISTE**

PORTO ALEGRE

2018

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE LETRAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS
ÁREA: ESTUDOS DA LINGUAGEM
LINHA DE PESQUISA: ANÁLISES TEXTUAIS, DISCURSIVAS E ENUNCIATIVAS

**A NOTA “LA TRADUCTION, LA LANGUE ET L’INTELLIGENCE”: O
FENÔMENO TRADUTÓRIO NA E A PARTIR DA REFLEXÃO SOBRE A
LINGUAGEM DE BENVENISTE**

SARA LUIZA HOFF

ORIENTADOR: PROF. DR. VALDIR DO NASCIMENTO FLORES

Dissertação de Mestrado em Análises textuais, discursivas e enunciativas, apresentada como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

PORTO ALEGRE

2018

CIP - Catalogação na Publicação

Hoff, Sara Luiza

A nota "La traduction, la langue et l'intelligence": o fenômeno tradutório na e a partir da reflexão sobre a linguagem de Benveniste / Sara Luiza Hoff. -- 2018.

210 f.

Orientador: Valdir do Nascimento Flores.

Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Letras, Programa de Pós-Graduação em Letras, Porto Alegre, BR-RS, 2018.

1. Benveniste, Émile. 2. Teoria da linguagem. 3. Tradução. 4. Relação entre linguagem e realidade. 5. "La traduction, la langue et l'intelligence". I. Flores, Valdir do Nascimento, orient. II. Título.

AGRADECIMENTOS

Ao Valdir, por tantas coisas: por um dia, mesmo sem me conhecer, ter acreditado em mim e me aceito como bolsista de Iniciação Científica; pelas aulas, sempre excelentes; pelas conversas, empréstimos de livros e conselhos (para o bem e para o mal); pelos muitos “não é bem assim”, que me levaram a tentar fazer melhor; por ser o maior – e melhor – exemplo de professor e pesquisador, para sempre uma inspiração; e, especialmente, pela confiança que me permite ser, aprender e crescer e pela orientação que me abre caminhos que eu não pensava ser capaz de trilhar.

À professora Magali Lopes Endruweit, por ter me aberto o caminho da pesquisa e principalmente por ter me apresentado Benveniste.

Às professoras Carmem Luci da Silva Costa, Luiza Milano e Silvana Silva, por terem me proporcionado um ensino da mais alta qualidade durante o mestrado. Muito do que está aqui é fruto de reflexões que começaram nas suas aulas.

Às professoras Carmem Luci da Silva Costa, Alena Ciulla e Paula Ávila Nunes, por aceitarem o convite de constituir a banca examinadora desta dissertação e pela paciência de ler essas muitas páginas.

Aos professores Karina Lucena, Marta Ramos Oliveira, Ian Alexander e Carlos Augusto Bonifácio Leite, pelo exemplo que me forneceram nas aulas da graduação e pela confiança que sempre demonstraram em mim. Vocês me fazem desejar um dia causar o mesmo impacto na vida de alguém.

À Universidade Federal do Rio Grande do Sul e ao Programa de Pós-Graduação em Letras desta, por tudo o que têm me proporcionado, e à CAPES, pelo apoio financeiro para a realização desta pesquisa.

Às colegas e amigas que percorreram todo o caminho do mestrado comigo, dividindo angústias, compartilhando experiências e trocando conselhos e informações importantes: Nina, Aline Moretto Costa, Débora e Elisa. E à Isadora, um agradecimento mais que especial, não somente por ter me acompanhado não só nos últimos dois anos, mas principalmente por todas as experiências, sofrimentos e alegrias divididos ao longo de tanto tempo.

Aos demais colegas e amigos com quem tive o prazer de conviver dentro e fora de sala de aula: Heloisa, Aline Stawinski, Bianca, Fábio Aresi, Daniel, Janaína e Rafael. Ao Daniel e à Jana, um agradecimento extra pela ajuda inestimável nas traduções do francês (não que a responsabilidade por quaisquer erros ou inadequações seja deles!). Ao Rafa, fica também a gratidão por poder contar com alguém para dividir as angústias em relação à tradução. À

Helô, pela amizade recém-descoberta e pela ajuda inestimável, de última hora, com o título deste trabalho.

Aos meus alunos, por me ensinarem mais do que eu lhes ensino. Especialmente ao Murilo, pelo vinho e lanchinho que permitiram que este trabalho começasse a tomar forma, e à Alice, pelas inúmeras conversas e por repartir a dor e a delícia de viver em geral e especialmente de viver a pós-graduação.

Aos amigos que me ouviram, me apoiaram de uma forma ou de outra e, principalmente, me distraíram quando necessário: Meg, Franny, Loren, Robuzinha, Ana, Davi, Vana, Filipe, Gui, Kelvin, Vitor, Gabs, Rafa Negão, Diego, Ceci, Fernanda, Metz, Jess e Jonas. Estar com vocês é sempre melhor do que estar sozinha.

Finalmente, aos meus pais e ao meu irmão, por todo amor de sempre e por entenderem que eu nem sempre pude estar presente e por sempre estarem presentes quando necessário. Ao Fane, pela calma e paciência com que lida comigo e pelo amor e carinho que sempre me dá e por ser o equilíbrio que preciso na montanha-russa da vida.

“Não há duas línguas que sejam bastante semelhantes para que se possa dizer que representam a mesma realidade social. Os mundos em que vivem as diversas sociedades humanas são mundos distintos e não apenas um mundo com muitos rótulos diversos.”

(Edward Sapir)

RESUMO

Esta dissertação toma como objeto o manuscrito “La traduction, la langue et l’intelligence”, de Émile Benveniste, cuja publicação, em 2016, amplia as possibilidades de pensar a tradução a partir do ponto de vista dos estudos benvenistianos. O objetivo deste trabalho, portanto, é analisar esse manuscrito, considerando-o em relação à reflexão sobre linguagem já estabelecida de Benveniste, estabelecendo, por conseguinte, uma abordagem que toma as teorizações desse linguista enquanto teoria da linguagem e que reflete sobre o lugar que a tradução ocupa dentro desse contexto e sobre as contribuições que ela fornece para tal perspectiva de pensamento, além de buscar estabelecer um outro entendimento da tradução a partir desse contexto. Para isso, o trabalho inicia com a apresentação e análise das menções teóricas e práticas que Benveniste faz à tradução em diversas situações e com a exposição de trabalhos prévios que abordam a tradução do ponto de vista da teoria benvenistiana, traçando um panorama dos modos e contextos em que o fenômeno tradutório e Benveniste se relacionam. Em seguida, estabelecem-se paralelos e distinções entre o conteúdo do manuscrito “La traduction, la langue et l’intelligence” e outras teorizações de Benveniste, especialmente aquelas apresentadas nos *Problemas de linguística geral*, para então arrolar e detalhar os três modos como esse teórico se refere ao fenômeno tradutório. Esses procedimentos levam, em primeiro lugar, à percepção da forte presença da tradução na reflexão de Benveniste, o que permite determinar o seu papel de operador nesse contexto, desempenhando a função de evidenciar hipóteses acerca da linguagem e, em especial, de revelar a propriedade de significância da língua. Finalmente, o contraste das perspectivas acerca da tradução permite identificar a relação entre a linguagem e a realidade extralinguística – seja através da designação ou da instância subjetiva de apropriação da língua e o estabelecimento de uma relação com o mundo daí derivada – como o elemento agregador das abordagens, o que aponta para a percepção da tradução de um outro ponto de vista, não meramente como transposição de uma língua para outra, mas como fenômeno de linguagem que demonstra a diversidade antropológica, linguística, social e cultural do mundo.

Palavras-chave: Émile Benveniste. Teoria da linguagem. Tradução. Relação entre linguagem e realidade.

ABSTRACT

This study takes Émile Benveniste's manuscript "La traduction, la langue et l'intelligence" as its object, since its publication in 2016 opens up more possibilities to think about translation from the point of view of studies on Benveniste. Therefore, this paper aims to analyze this manuscript, considering it in relation to what is already established of Benveniste's reflection on language, thus instituting an approach that regards his theorizations as a theory of language and that thinks about the place that translation occupies within this context and about the contributions it provides for such a standpoint, in addition to seeking to establish another understanding regarding translation within this context. In order to do this, the research begins with the presentation and analysis of the theoretical and practical references to translation that Benveniste makes in diverse situations and with the citation of previous works that address translation from the point of view of Benveniste's theory, offering a panorama of the modes and contexts in which it is possible to establish an association between the translation phenomenon and Benveniste. Subsequently, we establish parallels and distinctions between the content of the manuscript "La traduction, la langue et l'intelligence" and other propositions by Benveniste, especially those presented in *Problems of General Linguistics*, to then list and detail the three ways he refers to the translation phenomenon. These procedures lead, at first, to the perception of the strong presence of the translation in Benveniste's reflection, which allows determining its role of operator in this context, fulfilling the function of demonstrating hypotheses about language and, in particular, of revealing the property of significance language has. Finally, by contrasting the perspectives about translation it is possible to identify the relationship between language and extra-linguistic reality—whether through designation or through the subjective instance of language appropriation and the resulting establishment of a relationship with the world—as the element that brings the approaches together, which points to the perception of translation from another point of view, not merely as the transfer from one language into another but as a language phenomenon that demonstrates the anthropological, linguistic, social, and cultural diversity of the world.

Keywords: Émile Benveniste. Theory of language. Translation. Relationship between language and reality.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

| | |
|--|----|
| Figura 1 – Fac-símile da segunda página da nota sobre tradução | 52 |
|--|----|

LISTA DE QUADROS

| | |
|--|-----|
| Quadro 1 – Ocorrências de tradução no PLG I | 186 |
| Quadro 2 – Ocorrências de tradução no PLG II | 196 |

ABREVIACÕES E REFERÊNCIAS

Visto que a obra de Émile Benveniste é amplamente citada ao longo deste trabalho e considerando a necessidade de identificação do artigo específico a que se refere cada citação, devido à extensão e à variedade do conjunto de textos do autor, utilizo a notação especificada a seguir como forma de referência aos textos benvenistianos:

Livros:

PLG I – *Problemas de linguística geral I* (1966/1995a);

PLG II – *Problemas de linguística geral II* (1974/2006);

Vocabulário – O vocabulário das instituições indo-europeias (1969/1995b)

Textos do PLG I:

Natureza do signo – Natureza do signo linguístico (1939)

Relações de pessoa – Estrutura das relações de pessoa no verbo (1946)

Eufemismos – Eufemismos antigos e modernos (1949)

Preposições em latim – O sistema sublógico das preposições em latim (1949)

Frase nominal – A frase nominal (1950)

Dom e troca – Dom e troca no vocabulário indo-europeu (1951)

Ritmo – A noção de ritmo na sua expressão linguística (1951)

Comunicação animal – Comunicação animal e linguagem humana (1952)

Construção passiva – A construção passiva do perfeito transitivo (1952)

Classificação – A classificação das línguas (1952–1953)

Civilização – Civilização: contribuição à história da palavra (1954)

Problemas semânticos – Problemas semânticos da reconstrução (1954)

Tendências recentes - Tendências recentes em linguística geral (1954)

Descoberta freudiana – Observações sobre a função da linguagem na descoberta freudiana (1956)

Natureza dos pronomes – A natureza dos pronomes (1956)

Frase relativa – A frase relativa, problema de sintaxe geral (1957–1958)

Categorias – Categorias de pensamento e categorias de língua (1958)

Delocutivos – Os verbos delocutivos (1958)

Relações de tempo – As relações de tempo no verbo francês (1959)

Ser e ter – “Ser” e “ter” nas suas funções linguísticas (1960)

Estrutura – “Estrutura” em linguística (1962)
Saussure – Saussure após meio século (1963)
Vista d’olhos – Vista d’olhos sobre o desenvolvimento da linguística (1963)
Níveis – Os níveis de análise linguística (1964)

Textos do PLG II:

Antônimo – O antônimo e o pronome em francês moderno (1965)
Experiência humana – A linguagem e a experiência humana (1965)
Convergências – Convergências tipológicas (1966)
Diferenciação lexical – Como se formou uma diferenciação lexical em francês (1966)
Formas novas – Formas novas da composição nominal (1966)
A forma e o sentido – A forma e o sentido na linguagem (1967)
Fundamentos sintáticos – Fundamentos sintáticos da composição nominal (1967)
Esta linguagem – Esta linguagem que faz história (1968)
Estruturalismo – Estruturalismo e linguística (1968)
Transformações – As transformações das categorias linguísticas (1968)
Difusão – Difusão de um termo de cultura: o latim *orarium* (1969)
Mecanismos – Mecanismos de transposição (1969)
Scientifique – Gênese do termo “scientificque” (1969)
Semiologia – Semiologia da língua (1969)
Aparelho formal – O aparelho formal da enunciação (1970)
Dois modelos – Dois modelos linguísticos da cidade (1970)
Estrutura da língua – Estrutura da língua e estrutura da sociedade (1970)
Semântica *vor* – Para uma semântica da preposição alemã *vor* (1972)

Como os textos presentes nos PLGs foram compilados sob condições bastante específicas, que devem ser levadas em conta em qualquer estudo sobre a obra de Benveniste, as citações diretas de textos constantes dessas duas obras serão apresentadas na seguinte formatação:

“Citação” (Título abreviado do texto [data de publicação do texto na França], sigla e indicação de volume do livro, página da edição brasileira utilizada neste trabalho).

Por exemplo:

“Atinge-se aqui a diferença entre o semiótico e o semântico” (A forma e o sentido [1967], PLG II, p. 233).

Ocasionalmente, utilizarei também trechos do prefácio do PLG I, assinado por Émile Benveniste. Como ele não é acompanhado de data de publicação, empregarei, nesses casos, a data da primeira edição francesa da obra (1966). Além disso, visto que as páginas do índice e prefácio não são contadas e numeradas na edição brasileira que tomo como base para citação neste trabalho, não será possível indicar a página específica dos trechos apresentados. Desse modo, adotarei a seguinte formatação para esses casos:

“Citação” (Prefácio [1966], PLG I, sem página).

Já para as citações diretas de trechos de *O vocabulário das instituições indo-europeias*, será utilizada a seguinte formatação:

“Citação” (*Vocabulário* [data de publicação do texto na França], página da edição brasileira utilizada neste trabalho).

Um modelo semelhante será seguido nas citações das *Últimas aulas no Collège de France*:

“Citação” (*Últimas aulas* [mês e ano da aula], página da edição brasileira utilizada neste trabalho).

Além disso, o manuscrito “La traduction, la langue et l’intelligence”, publicado em 2016 na coletânea *Autour d’Émile Benveniste sur l’écriture*, organizada por Irène Fenoglio, será referenciado de forma semelhante. Entretanto, como se trata de uma transcrição de um manuscrito não publicado de Benveniste, sem indicação de data de escrita, usarei, entre colchetes, a data da publicação do livro em que ele é apresentado. Assim, as citações diretas desse manuscrito serão seguidas da seguinte formatação:

(Traduction [2016], página).

É importante, ainda, ressaltar que este trabalho foi formatado de acordo com as normas correntes do Programa de Pós-graduação em Letras da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, que podem ser consultadas no site desse Programa. Salvo quando indicado ao contrário em nota de rodapé, as normas da ABNT foram seguidas em questões não contempladas nas diretrizes fornecidas pelo Programa.

SUMÁRIO

| | |
|--|------------|
| INTRODUÇÃO..... | 14 |
| CAPÍTULO 1 - ÉMILE BENVENISTE E A TRADUÇÃO: UM DIAGNÓSTICO DO CAMPO..... | 22 |
| 1.1 A TRADUÇÃO EM BENVENISTE..... | 22 |
| 1.1.1 <i>Um parágrafo fundamental: “A forma e o sentido na linguagem”.....</i> | <i>23</i> |
| 1.1.2 <i>O fenômeno tradutório em Benveniste: outras menções.....</i> | <i>31</i> |
| 1.1.3 <i>“La traduction, la langue et l’intelligence” : a nota sobre tradução.....</i> | <i>50</i> |
| 1.2 LEITURAS ANTERIORES..... | 67 |
| 1.2.1 <i>No exterior.....</i> | <i>67</i> |
| 1.2.2 <i>No Brasil.....</i> | <i>72</i> |
| 1.3 A PROPOSTA ATUAL..... | 82 |
| CAPÍTULO 2 - UM OLHAR RETROSPECTIVO: UMA OUTRA APRECIÇÃO DA TEORIA DE BENVENISTE..... | 85 |
| 2.1 A TEORIZAÇÃO DA TRADUÇÃO..... | 86 |
| 2.2 A LINGUAGEM NO CENTRO DE TUDO..... | 87 |
| 2.2.1 <i>O caractere duplo da linguagem.....</i> | <i>92</i> |
| 2.3 AS LÍNGUAS EM SUA DIVERSIDADE..... | 95 |
| 2.4 A PRODUÇÃO DO DISCURSO E OS DOIS DOMÍNIOS DA LÍNGUA..... | 101 |
| 2.4.1 <i>A tradução: em direção à “semântica própria”?.....</i> | <i>105</i> |
| 2.5 O QUE QUER DIZER “QUERER DIZER”?..... | 107 |
| 2.5.1 <i>“Antes de tudo, significar”.....</i> | <i>112</i> |
| 2.6 A CONSIDERAÇÃO DA DESIGNAÇÃO..... | 120 |
| 2.6.1 <i>Referência e referente.....</i> | <i>128</i> |
| 2.6.2 <i>A designação como parte das análises linguísticas.....</i> | <i>135</i> |
| 2.6.3 <i>Traduzindo “uma certa relação com o mundo”.....</i> | <i>139</i> |
| 2.7 A TRADUÇÃO COMO UM OPERADOR..... | 143 |
| CAPÍTULO 3 - UM OLHAR PROSPECTIVO: A TRADUÇÃO DE DIFERENTES PONTOS DE VISTA..... | 147 |
| 3.1 O PONTO DE VISTA ENUNCIATIVO: O POSSÍVEL E O IMPOSSÍVEL DA TRADUÇÃO..... | 149 |

| | |
|---|------------|
| 3.2 O PONTO DE VISTA COMPARATISTA: DESIGNAÇÃO E SIGNIFICAÇÃO | 153 |
| 3.3 O PONTO DE VISTA DA NOTA: O VALOR DE DESIGNAÇÃO | 159 |
| 3.4 A TRADUÇÃO: UM FATO DE LINGUAGEM..... | 165 |
| CONSIDERAÇÕES FINAIS..... | 173 |
| REFERÊNCIAS..... | 177 |
| APÊNDICE A – Ocorrências de tradução no <i>corpus</i> selecionado..... | 186 |
| ANEXO A – Fac-símile da nota sobre tradução manuscrita..... | 207 |

INTRODUÇÃO¹

A tradução pode ser percebida de muitas formas. A mais simples delas é considerá-la um fenômeno de decodificação, consistindo na transferência de um texto de uma língua para outra. Há, porém, pontos de vista mais complexos, que consideram que, apesar de a transferência entre línguas ser uma parte fundamental da tradução, o fenômeno tradutório² não se restringe a isso. Nesse caso, a tradução é entendida como tendo enorme amplitude e alcance, pois se trata de um fato linguístico em que a confrontação de duas – ou mais, em alguns casos – línguas, nos permite conhecer e, conseqüentemente, falar não somente da língua, mas também da linguagem. Além disso, um tal posicionamento geralmente também leva em conta que, ao traduzir, não somente línguas diferentes são colocadas em contato, mas também se contrastam perspectivas, culturas, visões de mundo. Isso, somado ao fato de que o ato tradutório sempre parte de um determinado indivíduo, em uma determinada situação – sendo, portanto, subjetivo (como todo e qualquer ato de linguagem) –, permite entender que o fenômeno tradutório, portanto, ao mesmo tempo envolve e gera uma riqueza contextual, prática, teórica e linguística imensurável.

Por ser essa atividade tão rica, a tradução é objeto de interesse há muitos anos. Na busca pela identificação das origens da teorização sobre a tradução, Steiner (2005) indica que os primeiros escritos sobre o assunto são de autoria de Cícero, em 46 a. C., e Horácio, vinte anos mais tarde. Bassnett (2005), por sua vez, afirma que, apesar de existirem apontamentos e discussões sobre tradução desde os romanos citados por Steiner, as primeiras tentativas de estabelecer uma teoria da tradução propriamente dita se deram a partir do século XV, especialmente com Etienne Dolet (1509–1546).

Qualquer que seja a data considerada, é evidente que a discussão sobre tradução é antiga. E, qualquer que seja o seu início, desde então ela só se avolumou. Incontestavelmente, essa discussão não se restringiu ao campo que hoje se costuma chamar Estudos de tradução e/ou Tradutologia. Muitas outras áreas tomam o fenômeno tradutório como objeto de estudo.

¹ O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001

² É importante ressaltar que tomo o fenômeno tradutório num sentido bastante amplo. Entendo que se trata de um conjunto de procedimentos que colocam, de alguma forma, línguas em relação, não levando em conta especificidades do processo, como direcionalidade, meio, tipo de suporte, gênero textual, objetivos específicos etc. Portanto, o fenômeno tradutório inclui – mas não se limita a – tradução *stricto sensu*, tradução inversa, tradução indireta, autotradução, interpretação (em seus diversos formatos), tradução automática, localização, dublagem, legendagem e tradução juramentada, entre outros. Cumpre notar que o termo “tradução”, muitas vezes, será usado como sinônimo de “fenômeno tradutório” neste trabalho, tanto em função do seu significado quanto da sua presença no título do manuscrito que é o objeto desta pesquisa.

As mais notáveis entre elas são, possivelmente, a Literatura – especialmente o seu ramo comparado – e a Linguística (ou pelo menos algumas de suas correntes teóricas).

Ora, a teoria³ baseada nos ensinamentos do linguista sírio-francês Émile Benveniste – cujos escritos são objeto deste trabalho – não põe essa discussão de lado, ainda que, na Linguística da enunciação – da qual Benveniste é, como colocam Flores e Teixeira (2013), o principal representante –, o interesse pela prática tradutória no Brasil é relativamente recente. Somente há menos de dez anos que a tradução tem sido pensada em uma perspectiva enunciativa benvenistiana: os principais trabalhos relacionando o pensamento de Benveniste e a tradução são de autoria de Nunes (2011a; 2011b; 2012a; 2012b, 2014), Rosário (2012), Rosário e Reuillard (2014) e Hainzenreder (2016).

É possível que a relativa escassez de trabalhos dentro dessa perspectiva se dê porque Benveniste não dedicou muita atenção diretamente à questão da tradução. Dentre os textos do autor publicados antes de 2015, somente um parágrafo de “A forma e o sentido na linguagem” teoriza o assunto de modo mais explícito (A forma e o sentido [1967], PLG II). Ou seja, os pesquisadores que desejassem pensar a tradução de um ponto de vista benvenistiano se viam obrigados a deslocar conceitos propostos por Benveniste em relação a outros fenômenos linguísticos e/ou à língua e à linguagem de um modo mais geral para fazer tal reflexão. E, embora tais conceitos tenham um valor inestimável e sejam “[...] extremamente produtivos para se pensar a prática tradutória” (NUNES, 2011a, p. 55), a maioria deles não foi originalmente pensada em relação a ela, o que acaba por, inevitavelmente, circunscrever o alcance da reflexão.

Esse cenário, entretanto, sofreu uma mudança muito recentemente. Em 2016, foi publicado um manuscrito de autoria de Benveniste, inédito até então, o único conhecido até o momento em que a tradução ocupa um lugar de destaque, figurando até mesmo no título, o que o levou a ser conhecido como nota sobre tradução. Intitulada “La traduction, la langue et l’intelligence”, tal nota aparece no livro *Autour d’Émile Benveniste sur l’écriture*, organizado por Irène Fenoglio. Como o seu título indica, é uma nota que discute a relação entre a

³ Já se debateu em relação à possibilidade de chamar o conjunto de escritos de Émile Benveniste uma teoria, especialmente em relação aos aspectos enunciativos do conjunto da obra. Flores (2012) alerta que expressões como Teoria ou Linguística da enunciação são atribuídas pelos leitores de Benveniste a partir da leitura de seus textos. Ou seja, fica claro que Benveniste não declarou a intenção de desenvolver, com seus escritos, uma teoria. No entanto, adoto, aqui, uma atitude similar a de Flores (2013, p. 29–30), quando declara que usará o termo “teoria” para considerar as reflexões do autor sobre enunciação, embora não tomando “[...] esse termo no sentido de um modelo acabado”, “[...] como se constituíssem um modelo coeso de proposições teórico-metodológicas”. É importante, entretanto, destacar que este trabalho não se limita às reflexões enunciativas de Benveniste; pelo contrário, tomo o conjunto dos textos do *corpus* selecionado para esta pesquisa (explicitado abaixo) em um sentido mais amplo, considerando-o uma teoria da linguagem.

tradução, a língua e a inteligência, incluindo, também, questões como a linguagem, o mundo, a natureza e a cultura, entre outros elementos. É, portanto, um material de inegável valor teórico. Por outro lado, é importante considerar que essa nota consiste em uma transcrição de manuscritos de Benveniste e não corresponde a nenhuma publicação ou conferência conhecida desse linguista, o que lhe confere um caráter bastante enigmático, além de se tratar de um texto com uma estrutura bastante fragmentária, que não está finalizado, o que deve ser levado em conta ao estudar o seu conteúdo.

Acho importante, aqui, fazer uma observação de caráter eminentemente pessoal: para mim, a leitura da nota é, de certo modo, um tanto quanto perturbadora. Isso porque, desde a primeira vez em que a li, ela me inquietou. Atribuo tal sentimento à combinação do seu já citado estilo fragmentário, da terminologia usada – que inclui algumas expressões não muito comuns na reflexão benvenistiana, como o próprio termo “inteligência” do título –, e de algumas afirmações intrigantes que ela contém, especialmente a que coloca a designação no centro da atividade tradutória. Foi, então, o desassossego que me levou a desejar entender melhor esse texto, o que espero conseguir fazer com este estudo.

Além dessa motivação estritamente pessoal para a realização deste trabalho, há também o fato de a reflexão sobre “La traduction, la langue et l’intelligence” ainda ser recente e pouco explorada, dada a data de sua publicação. Sua relação com o restante da teoria benvenistiana e seu alcance teórico ainda estão por ser determinados.

É justamente isso que este trabalho objetiva fazer: tomar essa nota como ponto central da reflexão, a integrando ao que se conhece do pensamento sobre linguagem desse linguista, para então poder pensar sobre o estatuto da tradução no contexto da teorização benvenistiana. Desse modo, busco, em um primeiro momento, apresentar uma abordagem que não se limita a pensar sobre o fenômeno tradutório a partir das teorizações de Benveniste acerca desse assunto, mas que pretende lançar um olhar para a teoria proposta por Benveniste como um todo, considerando-a enquanto uma teoria da linguagem em que se inclui a tradução, ponderando, então, acerca do lugar que esse fenômeno ocupa nesse contexto e sobre as contribuições que ele fornece para uma tal teoria da linguagem. A partir dessa abordagem, espero ser possível chegar a um outro ponto de vista sobre a tradução considerada nesse contexto benvenistiano, tomando-o como um fato de linguagem, revelador da diversidade linguística e cultural e da natureza humana.

Em outros termos, ao invés de estudar a tradução *a partir de* Benveniste, como já feito anteriormente por outros pesquisadores, pretendo, com este trabalho, primeiramente analisar o fenômeno tradutório *em* Benveniste. Para isso, tomo a nota sobre tradução como ponto de

referência, mas contemplo também o restante da teoria da linguagem do linguista sírio-francês, intercalando essas duas perspectivas para possibilitar a determinação tanto do papel que a tradução cumpre dentro da teoria quanto o estabelecimento de uma nova perspectiva de percepção do fenômeno tradutório com base nas teorizações benvenistianas.

Para desenvolver essa proposta, é necessário definir qual será o *corpus* em que me baseio neste trabalho. Flores (2013a, p. 21) aponta para a amplitude da obra benvenistiana, inclusive alertando exatamente para o fato de que ela “[...] ultrapassa o campo da enunciação”, compreendendo inúmeros livros, artigos, resenhas e comunicações. Posta tal magnitude e diversidade, se torna necessário, então “[...] fazer recortes e, antes de tudo, constituir um *corpus* textual de referência a partir do qual uma pesquisa pode ser desenvolvida” (FLORES, 2013a, p. 21, grifo no original).

Para citar um exemplo um pouco mais prático, Ono (2007) explica que, no caso de Benveniste, o problema de definir o *corpus* se relaciona à abundância e variedade de materiais, que torna a tarefa de identificação da unidade de pensamento difícil. A autora também afirma que mesmo a Linguística geral de Benveniste não é sintética, já que ela é apresentada na forma de compilações de artigos (os *Problemas de linguística geral*) que são voltados à teorização geral, à Gramática comparada e à Antropologia linguística. Diante desse cenário, para o seu trabalho, Ono opta por se concentrar em um só conceito – o de enunciação – e estabelecer, como ponto de referência e de partida, um texto específico, que tem importância fundamental para a noção que ela se propõe a estudar: “O aparelho formal da enunciação”. Entretanto, ao mesmo tempo, ela declara sua intenção de não se limitar aos textos dos PLGs na sua análise; pelo contrário, busca explicitar as contribuições de outros textos, mais técnicos, como o *Vocabulário das instituições indo-europeias* e *Noms d'agent et noms d'action en indo-européen*, para o pleno estabelecimento do conceito que guia o seu estudo.

Adotarei uma postura semelhante à de Ono neste trabalho. Assim, como já ficou explícito acima, minha pesquisa parte da já citada nota “La traduction, la langue et l'intelligence”, ponto central do *corpus* de fundamentação teórica deste trabalho. A ela, somam-se os textos constantes nos dois volumes dos *Problemas de linguística geral* (doravante PLG I e II). Evidentemente, a escolha dessas obras se dá, em primeiro lugar, em função da relevância dos artigos contidos nesses dois volumes: no prefácio do PLG I, Benveniste (Prefácio [1966], PLG I, sem página) afirma que os artigos que integram a obra “[...] foram escolhidos entre muitos outros [...]”, o que permite entender que houve uma seleção dos escritos mais importantes de sua extensa produção para essa publicação. Além

disso, apesar de não haver um prefácio assinado pelo próprio Benveniste no segundo volume, devido a seus problemas de saúde quando este foi publicado, é sabido que ele autorizou a publicação e supervisionou a organização do livro; ou seja, há, do mesmo modo, uma validação da importância dos artigos constantes na obra em relação ao restante da vasta produção do autor.

Para além do grande valor dos textos constantes nos dois volumes do PLG, há um segundo motivo que me leva a considerá-los como *corpus* deste trabalho: o fato de eles constituírem, como afirma Dessons (2006, p. 10), uma “arte do problema”, que configura a “arte de pensar”^{4,5} de Benveniste, ou seja, o seu estilo de reflexão, a sua atitude epistemológica. O próprio Benveniste (Prefácio [1966], PLG I, sem página, grifo no original) aborda o assunto no já citado prefácio do PLG I, afirmando que, se ele apresenta os textos “[...] sob a denominação de *problemas* isso se deve ao fato de trazerem em conjunto, e cada um em particular, uma contribuição ao grande problema⁶ da linguagem [...]”. Isso, segundo Dessons (2006, p. 10), indica que os textos presentes nessa obra “[...] não constituem construções de saberes, mas atos de investigação em um domínio em que a linguagem não é uma positividade a conhecer de uma vez por todas, mas uma ‘problemática’ a ser formulada infinitamente, a cada vez de maneira nova⁷”.

Além desses dois motivos, entendo que os estudos constantes nos PLGs constituem uma excelente fonte para a reflexão que proponho aqui, que busca olhar para os ensinamentos de Benveniste com a amplitude de uma teoria da linguagem, já que os dois volumes constituem uma síntese da obra benvenistiana, sendo representativos do conjunto das áreas de atuação desse linguista, incluindo textos dedicados à gramática comparada, reflexões enunciativas, análises de estruturas e funções gramaticais, teorizações de caráter mais generalista e preocupações antropológicas, entre outros.

Isso, no entanto, não me exime de citar outros textos de Benveniste na fundamentação teórica deste trabalho quando eles possam apresentar contribuições relevantes para a reflexão que proponho aqui. Tal é o caso do prefácio de *O vocabulário das instituições indo-europeias* (doravante *Vocabulário*), que, como será visto no capítulo 2, traz aportes importantes para a

⁴ No original: “Chez Benveniste, l'art de penser, c'est d'abord l'art du problème.”

⁵ Contrariamente às indicações da ABNT, para uma melhor experiência de leitura, os textos consultados em língua estrangeira serão citados no corpo do texto deste trabalho, em traduções de minha autoria. Em nota de rodapé, apresentarei os textos na língua original.

⁶ É importante notar, aqui, que, no texto original em francês, o termo utilizado por Benveniste é “problemática”: “[...] une contribution à la grande problématique du langage [...]” (BENVENISTE, 1966/2000a, sem página).

⁷ No original: “L'idée est avant tout que les travaux présentés ne constituent pas des constructions de savoirs, mais des actes d'investigation dans un domaine où le langage n'est pas une positivité à connaître une fois pour toutes, mais une ‘problématique’ à formuler indéfiniment, et nouvellement chaque fois.”

discussão da noção de designação, que é um dos temas centrais nesta pesquisa. Esse texto, inclusive, tem também valor de “problema” já que não se trata de uma mera apresentação da obra, mas sim de uma reflexão mais ampla sobre o trabalho comparatista e, principalmente, sobre a língua e a linguagem. O mesmo movimento ocorre com eventuais citações de trechos das *Últimas aulas no Collège de France*, apresentadas de forma a complementar este trabalho e a contribuírem para o “grande problema da linguagem”.

A abordagem que adotarei em relação ao *corpus*, por sua vez, seguirá duas orientações diferentes, embora não excludentes nem apartadas. Concordo com Flores (2017a, p. 92) quando ele declara acreditar que, devido às novas publicações de escritos de Benveniste, o momento atual implica “[...] um tempo de renovação da leitura da [sua] obra [...]”, o que significa que ele “[...] tem suas ideias redimensionadas e o alcance de seu pensamento alargado”. O posicionamento diante dessas novas publicações, por sua vez, pode seguir duas direções: a retrospectiva e a prospectiva. A primeira considera as implicações das publicações em conhecimentos já solidificados, enquanto a segunda se concentra em perspectivas até então inexploradas, em alternativas inéditas. O olhar, neste trabalho, combinará essas duas possibilidades, tanto considerando, no capítulo 2, a relação das proposições constantes na nota com as percepções já existentes sobre a teoria de Benveniste quanto pensando acerca das possíveis aberturas que tal publicação cria nas teorizações acerca do fenômeno tradutório a partir de Benveniste e, conseqüentemente, na teoria da linguagem benvenistiana, o que é desenvolvido no capítulo 3.

Para além desse *corpus* de fundamentação teórico, estabeleço, também, um *corpus* evidencial, isto é, um *corpus* de busca. Isso se faz necessário porque, na subseção 1.1.2 deste trabalho, objetivo demonstrar que a tradução aparece de modo muito mais proeminente do que se costuma pensar na reflexão benvenistiana, além de fazer uso de diversos exemplos práticos do uso da tradução por Benveniste também no terceiro capítulo deste trabalho. Porém, dada as já citadas vastidão da obra de Benveniste e representatividade dos PLGs em relação ao vasto domínio do seu pensamento – que me dá a certeza de que não haverá prejuízo ao objetivo a que me proponho – e considerando as restrições espaciais e temporais deste empreendimento de pesquisa, optei por limitar o *corpus* de busca aos PLGs. Mesmo com essa circunscrição, creio que é possível observar que a tradução está fortemente presente nas análises de Benveniste, servindo, muitas vezes, como evidência de suas propostas teóricas.

Explicitadas as principais motivações e definidos os posicionamentos teóricos que guiam este trabalho, resta detalhar a organização dos capítulos que se seguem.

O primeiro capítulo se dedica a estabelecer um diagnóstico do campo, isto é, busca evidenciar a vinculação entre Benveniste e a tradução. Isso será feito em duas frentes de trabalho. A primeira consiste em uma apresentação da maneira como Benveniste abordou a tradução, analisando os modos e os contextos em que ela aparece na obra benvenistiana selecionada como *corpus* deste trabalho. Como visto anteriormente, antes da publicação da nota sobre tradução, ele não abordou a questão teoricamente a não ser em uma menção específica, que consiste em um parágrafo do texto “A forma e o sentido na linguagem”. Dada a representatividade de tal texto para uma abordagem do fenômeno tradutório considerando a teoria benvenistiana, ele deve ser examinado minuciosamente, o que é feito na primeira subseção do capítulo. O fato de a tradução só aparecer como objeto de reflexão teórica nessa instância, entretanto, não quer dizer que ela não apareça nos escritos de Benveniste sob outras formas, o que é demonstrado na continuação do capítulo, em que apresento diversas instâncias em que a tradução figura de modo destacado. Uma apresentação e breve análise de “La traduction, la langue et l’intelligence” aparece na sequência. A segunda parte do capítulo, por sua vez, retoma os trabalhos já produzidos sobre Benveniste e a tradução, analisando o modo com esses dois assuntos foram relacionados por diferentes estudiosos. O capítulo se encerra com a apresentação introdutória da intenção deste trabalho, que busca lançar um novo olhar sobre a reflexão em torno de Benveniste e a tradução, apresentando movimentos alternados que visam à explicitação do modo como a tradução opera na teoria benvenistiana e, com base nisso, à concepção de outros modos de se pensar o fenômeno tradutório, tomando uma teoria da linguagem benvenistiana como ponto de sustentação.

O segundo capítulo, por sua vez, realiza uma apreciação da teoria de Benveniste de um ponto de vista retrospectivo, apresentando uma outra interpretação de pontos já estabelecidos da teoria de Benveniste – a teorização da tradução, a linguagem, a diversidade das línguas, a produção de discurso, o “querer dizer”, a designação e o papel operatório da tradução na reflexão benvenistiana –, considerando os efeitos que a publicação da nota sobre tradução pode ter exercido nesses aspectos, examinando, portanto, a reflexão já conhecida acerca da teoria benvenistiana com um olhar diferenciado, além de também determinar o papel desempenhado pelo fenômeno tradutório nesse contexto teórico.

Por fim, o terceiro capítulo busca, de certa forma, fazer uma projeção prospectiva, com a intenção de determinar uma outra de concepção da tradução a partir da teoria da linguagem de Benveniste, surgida em decorrência das ponderações provocadas pela nota sobre tradução apresentadas neste trabalho. Para isso, resgato parte do que foi estabelecido nos capítulos anteriores, apresentando e comparando três pontos de vista diferentes acerca da

tradução que podem ser depreendidos das reflexões dos capítulos anteriores, para finalmente chegar a um entendimento unitário e diferenciado do fenômeno tradutório com base nas proposições de Benveniste, em que a tradução passa a ser percebida como um fenômeno de linguagem que permite lançar um olhar em direção às línguas, aos seres humanos e à realidade que lhes cerca.

Este trabalho, portanto, tem como ponto de partida e objeto central a reflexão sobre o fenômeno tradutório, embora pretenda colocar tal reflexão em um contexto mais amplo, o dos estudos acerca da linguagem de Benveniste. Com isso, espero que ele venha a contribuir não somente com os estudos sobre tradução, mas também possa dar a ver questões que podem motivar àqueles que se interessam por questões de linguagem e de Linguística em geral.

CAPÍTULO 1

ÉMILE BENVENISTE E A TRADUÇÃO: UM DIAGNÓSTICO DO CAMPO

Este capítulo tem o objetivo de demonstrar a vinculação entre Benveniste e a tradução, apresentando, para isso, uma revisão da afinidade entre o linguista sírio-francês e o fenômeno tradutório. Isso é feito considerando duas perspectivas. A primeira é um levantamento de como e quando Benveniste fala sobre o fenômeno tradutório, ou seja, se trata, basicamente, de um mapeamento das ocorrências de menções à tradução nos PLGs, considerando não apenas o parágrafo do texto “A forma e o sentido na linguagem” em que esse assunto é teorizado, mas também outras instâncias em que a tradução é objeto teórico ou atividade prática. Ainda nessa perspectiva, apresenta-se a nota sobre tradução “La traduction, la langue et l’intelligence”. Por outro lado, o segundo aspecto abordado no capítulo consiste em uma apresentação dos trabalhos produzidos até o presente momento que colocam a teoria benvenistiana e a tradução em relação.

Tal revisão permite delinear o panorama do que o próprio Benveniste e alguns de seus intérpretes produziram com relação à tradução. A partir disso, é possível apresentar, na terceira seção deste capítulo, a proposta deste trabalho, que consiste na proposição de um novo modo de percepção da reflexão em torno de Benveniste e a tradução, compreendendo tanto uma concepção do papel operatório que o fenômeno tradutório desempenha na teorização do linguista quanto a formulação de um modo de entendimento da tradução com base na teoria da linguagem de Benveniste.

1.1 A TRADUÇÃO EM BENVENISTE

O senso comum entre os que estudam Benveniste parece ser que ele não falou muito sobre tradução. À exceção de um parágrafo notável de “A forma e o sentido na linguagem” e da relativamente desconhecida nota sobre tradução, publicada muito recentemente, em 2016, parece haver uma impressão generalizada de que o autor não menciona o fenômeno tradutório nos seus trabalhos.

As páginas a seguir visam estabelecer um panorama da relação de Benveniste com a tradução, considerando não somente essas duas instâncias em que a tradução é mencionada diretamente, mas também outros momentos em que a prática tradutória se faz presente, ainda que não seja objeto de atenção direta ou centro das suas reflexões teóricas.

1.1.1 Um parágrafo fundamental: “A forma e o sentido na linguagem”

A percepção de que Benveniste praticamente não abordou a tradução decorre do fato de que, ao considerar menções inconteste à tradução enquanto fenômeno linguístico nos textos publicados antes de 2016, se encontra basicamente um parágrafo, que, justamente por isso, se tornou o mais notório quando a relação entre Benveniste e a tradução é abordada. Antes de analisar esse parágrafo, no entanto, é preciso considerar o contexto do texto e o percurso que Benveniste percorre para chegar ao ponto em que faz suas considerações acerca da tradução.

O parágrafo aparece no final do texto “A forma e o sentido na linguagem”, que consiste em uma transcrição da conferência inaugural de um congresso de filosofia ocorrido em 1966 em Genebra⁸. O contexto em que a conferência foi proferida não deve ser ignorado. O próprio Benveniste considera, no início da sua exposição, as implicações de estar falando a filósofos sobre um assunto que lhes é de grande interesse (a forma e o sentido na linguagem), enquanto linguista. Ele ressalta o duplo efeito do congresso: os filósofos se voltarão novamente “[...] a uma de suas fontes maiores de permanente informação e ao mesmo tempo serão propostas à atenção dos linguistas, daqueles que se ocupam da linguagem como especialistas, como se diz, algumas maneiras, provavelmente diferentes, de refletir sobre a linguagem” (A forma e o sentido [1967], PLG II, p. 220). O próprio autor, portanto, reconhece que existe uma diferença de posicionamento frente ao objeto linguagem dependendo da área de estudos, sendo necessário estar ciente das possíveis decorrências disso ao ler e interpretar o texto.

A exposição de “A forma e o sentido na linguagem” se concentra na questão da significação, que é, segundo Benveniste, a propriedade central da língua e da linguagem (A forma e o sentido [1967], PLG II).

Para explicitar o seu próprio ponto de vista sobre o assunto, Benveniste, inicialmente, especifica as bases da questão do signo linguístico proposto por Saussure, porém ressaltando que não irá se limitar à análise saussuriana, já que pretende ir além dela⁹. Nesse ponto, para Benveniste, tudo gira em decorrência do fato de o signo ser a unidade semiótica, o que

⁸ O texto foi publicado como parte das atas do congresso no ano seguinte.

⁹ Neste trabalho, não cabe discutir as equivalências e divergências teóricas entre Saussure e Benveniste; é importante, entretanto, destacar que, embora Benveniste frequentemente cite e se baseie em Saussure, ele não hesita em transformar e acrescentar seu próprio ponto de vista às ideias saussurianas. Sobre esse assunto, ver o texto “Saussure-Benveniste”, de Claudine Normand (2012) e o segundo capítulo (intitulado Fundamentos saussurianos do pensamento benvenistiano) de *Introdução à teoria enunciativa de Benveniste*, de Valdir do Nascimento Flores (2013a).

significa, ao mesmo tempo, que ele tem um limite inferior, determinado pela significação (por ser unidade), e que ele, por ser semiótico, ou seja, se relacionar à semiologia geral, se apresenta sob duas faces: a da forma – o significante – e a do sentido – o significado. Para Benveniste, o significado do signo será determinado pela aceitação, pelos falantes de uma dada língua, de que tal signo pertence a ela. Nesse caso, “significar é ter um sentido, nada mais” (A forma e o sentido [1967], PLG II, p. 227).

A partir dessas facetas de percepção do signo, Benveniste estabelece um princípio referente ao domínio semiótico, fundamentado no fato de que a língua é um sistema. Diz ele que “[...] tudo o que é do domínio¹⁰ do semiótico tem por critério necessário e suficiente que se possa identificá-lo no interior e no uso da língua” (A forma e o sentido [1967], PLG II, p. 227). O sistema também implica, ainda segundo Benveniste, que o semiótico jamais se relacionará a questões de referência e denotação, que o valor do signo será sempre genérico e que os signos semióticos sempre serão considerados levando em conta oposições binárias, já que somente se apresentam em relações paradigmáticas. Dessons (2006, p. 95) trata dessa questão afirmando que “[...] o signo, nele mesmo, não tem necessidade de se situar em uma relação com o mundo para significar; basta, para isso, que ele seja signo, elemento de um sistema¹¹”.

Após ter explicado o signo, Benveniste se desloca para a noção de frase, que faz com que ele introduza um novo modo de existência da língua: o domínio semântico, que é representado pela língua quando ela é colocada em utilização. A unidade semântica, para Benveniste, é a palavra, que é agenciada em frases, que, por sua vez, permitem que o discurso seja produzido. A forma da frase e, portanto, do domínio semântico, é o sintagma, enquanto o seu sentido é a ideia expressa por ela, “[...] o intencionado¹², [o] que o locutor quer dizer, [a] atualização linguística do seu pensamento” (A forma e o sentido [1967], PLG II, p. 229).

¹⁰ Chama a atenção o fato de ser nesse ponto do texto que Benveniste primeiro introduz a noção da existência de um domínio que concerne o semiótico. A existência de dois domínios distintos na língua somente é proposta e detalhada duas páginas após essa citação, quando Benveniste afirma que “[...] se deve traçar, através da língua inteira, uma linha que distingue duas espécies e dois domínios do sentido e da forma [...]” (A forma e o sentido [1967], PLG II, p. 229).

¹¹ No original: “C’est-à-dire que le signe, en soi, n’a pas besoin de se situer dans un rapport au monde pour signifier ; il lui suffit pour cela d’être signe, élément d’un système.”

¹² É importante, aqui, fazer algumas observações em relação à noção de “intencionado”. Tanto Dessons (2006) quanto Ono (2007) enfatizam que Benveniste opta por usar o neologismo “*intente*” em francês no lugar de “*intention*” [intenção] e de “*intentionnalité*” [intencionalidade]. Dessons (2006, p. 148–149) alerta para a necessidade de não considerar o “intencionado” – que, como visto, se associa ao sintagma “[o] que o locutor quer dizer” – como enunciado, e sim como ato, tendo em mente também a relação desse ato com o locutor e, consequentemente, o sujeito que surge com a instância de apropriação da língua. Já Ono (2007, p. 132) aponta para a correspondência entre o “intencionado” e o sentido e a direção/orientação da frase, afirmando que, por

Benveniste também aponta para outro fator importante que decorre do domínio semântico: a pertinência, nesse campo, da questão da referência. Isso se dá porque, por acontecer quando a língua é colocada em ação, a frase é sempre proferida em uma situação discursiva particular, em um dado momento e sob determinadas circunstâncias únicas e irrepetíveis. Como diz Dessoins (2006), com a passagem do semiótico ao semântico, a dimensão empírica é colocada em jogo, implicando uma abertura para o mundo. É importante enfatizar, aqui, então, que a referência, para Benveniste, está intimamente relacionada à instância de discurso.¹³

Ao longo do texto, Benveniste é bastante enfático em relação às diferenças entre os dois domínios da língua, que ele mesmo resume no seguinte trecho:

Do semiótico ao semântico há uma mudança radical de perspectiva: todas as noções que passamos em revista retornam, mas outras e para entrar em relações novas. A semiótica se caracteriza como uma propriedade da língua; a semântica resulta de uma atividade do locutor que coloca a língua em ação. O signo semiótico existe em si, funda a realidade da língua, mas ele não encontra aplicações particulares; a frase, expressão do semântico, não é senão particular. Com o signo tem-se a realidade intrínseca da língua; com a frase liga-se às coisas fora da língua; e enquanto o signo tem por parte integrante o significado, que lhe é inerente, o sentido da frase implica referência à situação de discurso e à atitude do locutor (A forma e o sentido [1967], PLG II, p. 229–230).

Ao mesmo tempo, é importante ressaltar que a existência de tais diferenças não implica uma ausência total de ligação entre esses dois domínios. Benveniste aponta para a relação entre eles ao afirmar que “[...] as palavras, instrumentos da expressão semântica, são materialmente os signos do repertório semiótico” (A forma e o sentido [1967], PLG II, p. 233). É possível, portanto, entender que o semiótico representa, de certa forma, a base para a atividade discursiva, que, por sua vez, emprega as unidades que toma do semiótico de forma única e particular.

É nesse momento do texto que se chega ao ponto crucial para esta subseção. Ao marcar o modo como os signos acabam “se transformando” em palavras no discurso, Benveniste passa a refletir sobre as consequências das estruturas de cada idioma, que influenciam a forma desse discurso. Isso suscita a seguinte ponderação:

No entanto, falando grosseiramente, o fato de que se pode “dizer a mesma coisa” numa como noutra categoria de idiomas é a prova, por sua vez, da independência

isso, “intencionado” tem mais potência semântica que “intenção”, já que consiste em uma intenção efetivamente realizada, fora da instância virtual.

¹³ A questão da referência em Benveniste será retomada em 2.6.1.

relativa do pensamento e ao mesmo tempo de sua modelagem estreita na estrutura linguística.

A reflexão sobre este fato notável parece clarear a articulação teórica que nós nos esforçamos por estabelecer. Pode-se transpor o semantismo de uma língua para a outra, “salva veritate”; é a possibilidade da tradução; mas não se pode transpor o semioticismo¹⁴ de uma língua para o de uma outra; é a impossibilidade da tradução. Atinge-se aqui a diferença entre o semiótico e o semântico (A forma e o sentido [1967], PLG II, p. 233).

Eis aí o que é normalmente considerada a única menção de Benveniste à tradução. Embora relativamente breve, tem grande importância, e não somente por abordar um assunto raramente teorizado na reflexão do autor.

Ora, esse trecho aparece, como já visto, ao fim de uma longa reflexão em que são apresentadas diversas concepções importantes para a teoria benvenistiana, nomeadamente os dois domínios da língua e as noções associadas a eles. Embora Benveniste tenha introduzido essas noções previamente, em 1964, em “Os níveis da análise linguística”, elas ainda não haviam sido nomeadas, além de não terem sido apresentadas de forma detalhada, capturando toda a sua complexidade. É em “A forma e o sentido na linguagem” que elas aparecem de maneira proeminente, passando a realmente integrar o repertório teórico do linguista. É importante notar, aqui, que Benveniste continua usando essas noções intensamente, ainda que, às vezes, com um foco diferente. Considerando somente os momentos em que são nomeadas, é possível perceber que Benveniste as menciona em 1968, na entrevista publicada sob o nome “Estruturalismo e linguística” e que também aparecem de modo bastante notável em “Semiologia da língua”, de 1969, quando são consideradas como determinantes da propriedade – exclusiva da língua – de ter dupla significância, que permite que ela interprete todos os demais sistemas semiológicos, conferindo-lhe *status* especial entre eles. Nesse mesmo contexto, também é interessante notar que o índice remissivo do PLG II indica a menção ao termo “semiótico” na página 98 e ao termo “semântica¹⁵” na página 99 do volume.

¹⁴ Uma questão de tradução deve ser mencionada nesse ponto: Benveniste usa, nessa frase, “sémantisme” e “sémiotisme” (BENVENISTE, 1967/2000b, p. 228). A tradução em português, no entanto, opta por não manter o paralelismo morfológico (“semantismo”/“semiotismo”), usando “semantismo” e “semioticismo”. Como o termo “semioticismo” já é relativamente consagrado nos estudos benvenistianos e por não representar um desvio do sentido original, manterei o uso dele ao longo deste trabalho.

¹⁵ O termo “semântico”, com terminação em “o”, não aparece no índice remissivo em português. Somente há ocorrências (7) com a terminação “a” (“semântica”). Todas estas, por sua vez, remetem a páginas em que o linguista se refere ao domínio semântico, o que nos faz entender que houve uma confusão terminológica na organização do índice traduzido. É importante notar que, em francês, diferentemente do português, não há a mudança na terminação dos substantivos “sémiotique” e “sémantique”; a diferenciação entre os domínios da língua e as áreas de estudo se dá somente em função do artigo que precede os termos (o artigo masculino “le” e o artigo feminino “la”, respectivamente). Por outro lado, é importante considerar que, como assinala Ono (2007), “A forma e o sentido na linguagem” apresenta muitas marcas de indecisões e hesitações por parte de Benveniste, já que se trata de um pensamento ainda incipiente em direção a uma Linguística do discurso e a uma nova abordagem semiológica da língua. A autora adverte para a instabilidade da terminologia, afirmando que, em

Ambas as menções aparecem no texto “Estrutura da língua e estrutura da sociedade”, publicado em 1970, mas apresentado previamente, em uma conferência em Milão, em 1968. Os termos, nesse texto, não são utilizados em contextos que se referem diretamente aos domínios apresentados na conferência aos filósofos: “[...] dois sistemas semiológicos [...]” e “[...] ela está investida de propriedades semânticas [...]” (Estrutura da língua [1970], PLG II, p. 98–99); não obstante, é possível entender que há elementos no texto que apontam para os domínios, notadamente a discussão sobre três propriedades da língua (ser composta de unidades significantes, possibilidade de arranjar as unidades de modo significativo e combinação sintagmática seguindo determinadas regras).

Essas observações indicam que há dois aspectos a considerar em relação à introdução dos domínios semiótico e semântico em “A forma e o sentido na linguagem”. Em primeiro lugar, ela não se dá por acaso. Pelo contrário, ela é resultado de reflexões anteriores, fruto de um pensamento que já vinha se desenvolvendo há alguns anos. Em segundo lugar, ela continua atuando no conjunto da teoria benvenistiana, aparecendo em momentos diferentes e sendo adaptada conforme a natureza das reflexões posteriores. Isso atesta a importância capital da reflexão apresentada na conferência de 1966.

Por sua vez, a citação de “A forma e o sentido na linguagem” apresentada acima, o dito único trecho em que Benveniste tratou da tradução, desempenha um papel crucial dentro dessa reflexão. Como mencionei anteriormente, a discussão sobre a tradução aparece praticamente no final do texto, na penúltima página da transcrição da conferência de Benveniste, ou seja, se trata da culminância do raciocínio desenvolvido ao longo das treze páginas anteriores.

Além disso, no trecho citado, observa-se que a tradução é o modo de demonstrar a diferença entre os dois domínios da língua. Nas palavras do próprio Benveniste, ela é utilizada para *clarear* os pressupostos teóricos que ele apresentou previamente. É possível entender, portanto, que ele considera que a tradução é a evidência empírica, o exemplo mais representativo de atividade que coloca em questão os dois domínios da língua.

Desse ponto de vista e considerando a forma da citação apresentada acima, é importante notar que, como aponta Flores (2017a, p. 52), há uma importante questão que a tradução brasileira, de certa forma, esconde. A frase final do parágrafo em que aparece a tradução, em francês, é “on touche ici la différence du sémiotique et du sémantique” (BENVENISTE, 1967/2000b, p. 228). Como visto anteriormente, o tradutor da edição

alguns casos, “[...] *la sémiotique et la sémantique*” aparecem no lugar de “[...] *le sémiotique et le sémantique* [...]” (ONO, 2007, p. 67, grifos no original).

brasileira optou por traduzir a frase como “atinge-se aqui a diferença entre o semiótico e o semântico” (A forma e o sentido [1967], PLG II, p. 233). No entanto, ao fazer uma tradução literal, obtém-se “tocamos aqui na diferença entre o semiótico e o semântico”. Observa-se, portanto, que o tradutor brasileiro faz uma modificação que tem implicações na interpretação do texto. Para além da troca da voz ativa (nós tocamos) por voz reflexiva de sentido passivo (atinge-se), que sugere a ausência do agente e, conseqüentemente, distancia tanto o autor quanto os leitores da ação, é pertinente notar que o sentido de “tocar” aponta para uma ação quase concreta, isto é, embora o verbo “tocar” seja usado, obviamente, em sentido metafórico na passagem, é possível entender que há uma evocação indireta ao ato concreto de tocar algo, que se perde com a utilização de um verbo mais abstrato como “atingir”. Desse modo, acredito ser possível entender que, para Benveniste, o ato de traduzir gera uma percepção bastante concreta, visível, quase sensorial, da diferença entre os dois modos da língua.

Outro ponto que merece ser destacado em relação à passagem é que Benveniste coloca a questão da tradução em íntima ligação com a questão da diversidade das línguas, já que a reflexão sobre a tradução começa a ser desenvolvida a partir da ideia de ser possível dizer a mesma coisa em idiomas diferentes. Sabe-se, como já apontava Barthes na resenha que escreveu para o lançamento do PLG II, que Benveniste é “[...] um linguista das *línguas*, e não apenas um linguista da linguagem” (BARTHES, 1974/1987, p. 151, grifo no original). Nunes (2011c, p. 60) também ressalta essa característica de Benveniste, afirmando que somente os exemplos apresentados nos dois volumes dos PLGs incluem mais de 50 línguas. Ou seja, a diversidade das línguas parece ser um assunto caro a ele.

Por fim, ainda considerando a citação de “A forma e o sentido na linguagem”, é essencial notar que, nela, Benveniste incorre em uma variação terminológica importante. Como Flores (2013a) indica, embora as flutuações terminológicas sejam uma das características da obra benvenistiana, elas não devem ser desconsideradas, pois o linguista costumava utilizar diversos recursos – inclusive opções gráficas, como o uso de itálicos, sublinhados e letras maiúsculas – para indicar sentidos específicos para os termos. A oscilação terminológica em questão se refere ao fato de Benveniste afirmar ser possível transpor o semantismo e impossível transpor o semioticismo das línguas, para depois voltar a utilizar os termos semiótico e semântico na frase final do parágrafo.

Em relação a isso, é interessante observar, em primeiro lugar, que o termo “semantismo” volta a aparecer na reflexão benvenistiana, em um contexto bastante diferente e acompanhado do adjetivo “social”, na já referida conferência “Estrutura da língua e estrutura

da sociedade”, proferida em 1968, enquanto o termo “semioticismo” é utilizado exclusivamente em “A forma e o sentido na linguagem”.

Ao abordar essa questão, Nunes (2012a) entende que o uso do termo “semantismo” indica que o objeto da transposição não é o semântico em si, mas sim uma semantização particular do semiótico, ou seja, o que é traduzido é uma apropriação específica do semiótico, por parte de um dado locutor, no momento em que ele enuncia o seu discurso. Parece-me, entretanto, que essa mesma explicação não dá conta do uso do termo “semioticismo” ao invés de semiótico. Em relação a isso, a autora afirma que a justificativa do uso de “semioticismo” se encontra no fato de que o objeto de transposição é o sentido e não a forma, não sendo possível “[...] transpor o jogo de oposições inerente a um determinado sistema linguístico para o de outro” (NUNES, 2012a, p. 112). Entretanto, no meu entendimento, há uma problemática nessa interpretação, que se relaciona ao fato de que entendo que o jogo de oposições de um dado sistema é justamente já o domínio semiótico, o que tornaria o uso do termo “semioticismo” desnecessário.

Hainzenreder (2016) também fornece uma explicação para essa flutuação terminológica. Para ela, tanto o semioticismo quanto o semantismo estão relacionados à articulação forma/sentido nas respectivas acepções de língua (como semiótico e semântico), ou seja, o semioticismo corresponde ao sistema de signos da língua e o semantismo equivale à produção do discurso, considerados na sua faceta do sentido colocado em relação a uma forma específica. Novamente, a partir dessa explicação, tenho certa dificuldade de entender o que distingue os domínios e o semantismo e o semioticismo, o que me leva a tentar buscar um outro modo de explicar o uso desses termos.

É evidente que a escolha dos termos “semantismo” e “semioticismo” é inteiramente baseada na relação de derivação com “semântico” e “semiótico”. Desse ponto de vista, penso que é necessário fazer uma análise mais detalhada, partindo da escolha do sufixo utilizado por Benveniste. A gramática *Le bon usage* explica que o sufixo “-isme” tem grande relevância na língua francesa, formando substantivos masculinos a partir de bases diversas (GREVISSE, 1997). O dicionário do Centre National de Ressources Textuelles et Lexicales, por sua vez, comprova esse fato, apresentando inúmeras definições para a partícula, dividindo as suas significações em três grupos. O primeiro se refere ao uso para indicar uma tomada de posição teórica ou prática favorável à base lexical da palavra, podendo designar tanto doutrinas, crenças, sistemas, tendências e modos de vida, pensamento e ação, em campos de estudos diversos, quanto atitudes ou comportamentos. O segundo, por sua vez, remete a uma atividade relacionada ao objeto denotado pela base, podendo designar atividades profissionais, sociais e

esportivas, intoxicações e modos de raciocínio ou de expressão. Por fim, o terceiro grupo corresponde à indicação da constatação de fatos ou da realidade e pode designar estados, qualidades, características e, em usos mais específicos, características de um determinado povo ou de uma língua, fenômenos e processos diversos e doenças e características sexuais (CNRTL, 2012). Excluindo usos mais particulares e dirigindo a atenção para os grupos principais, para facilitar a análise, entendo que o primeiro (tomada de posição teórica ou prática) não se aplica à intenção que Benveniste parece ter tido, já que ele não parece determinar um posicionamento em relação aos domínios da língua. O segundo grupo, por sua vez, pode ser eliminado porque, ao se falar em atividade, há uma referência à ação, que, de certa forma, estava no cerne da explicação fornecida por Nunes, apresentada acima, já que se baseia no fato de um locutor agir, se apropriando da língua. Resta, então, o terceiro grupo. Retomando, ele diz respeito à verificação de um dado fato ou da realidade, sendo utilizado comumente para designar um estado, uma qualidade ou uma característica. Acho que entender o semiótico ou semântico como uma qualidade e/ou característica dos domínios semiótico e semântico seria uma interpretação bastante limitadora. Por outro lado, a possibilidade de considerar que eles são um estado parece bastante produtiva. Nesse contexto, seria possível entender que o semântico é um determinado estado do semiótico, isto é, um caso particular de apropriação da língua, uma instância particular de discurso, que é o que é traduzido. O semiótico, por sua vez, nesse contexto, se refere a um estado do semiótico, o que parece evocar Saussure (1970, p. 97), que dizia que, “[...] para o indivíduo falante, a sucessão [dos fatos de língua] no tempo não existe: ele se acha diante de um estado”. Ou seja, entendo que o uso do termo “semiótico” indica que nunca é possível apreender o semiótico na sua totalidade (incluindo o que ele já foi e o que é atualmente), somente um dado estado dele, uma sincronia específica, que, por sua vez, mesmo assim não pode ser traduzida, como aponta Benveniste, devido à amplitude do sistema da língua e às especificidades (gramaticais, lexicais, sintáticas) de cada língua, que, muitas vezes, não encontram equivalentes em outros idiomas.

Em todo o caso, é importante frisar novamente que, não importa como se decida interpretar a escolha de Benveniste de usar “semiótico” e “semântico” ao invés de “semiótico” e “semântico” para falar sobre tradução, não devem restar dúvidas de que há uma estreita relação semântica entre esses termos, já que são derivados sufixais, como apontado acima. Ou seja, por mais que seja possível discutir e tentar entender o que motivou Benveniste, o fato mais relevante ainda é que a tradução é escolhida como o meio para dar a ver as diferenças entre os domínios da língua.

Ainda considerando o texto “A forma e o sentido na linguagem”, é interessante notar, para finalizar, que a tradução continua a ser abordada no parágrafo seguinte. Diz Benveniste (A forma e o sentido [1967], PLG II, p. 233) que

no entanto, que a tradução se torne possível como processo global é também uma constatação essencial. Este fato revela a possibilidade que temos de nos elevarmos além da língua, de abstraí-la, de contemplá-la, ainda que utilizando-a em nossos raciocínios e em nossas observações. A faculdade metalinguística, a que os lógicos têm estado [sic] mais atentos do que os linguistas, é a prova da situação transcendente do espírito “vis-a-vis” da língua em sua capacidade semântica.

Como é possível observar, a tradução, aqui, é associada a uma outra propriedade da língua: a faculdade metalinguística. Traduzir, portanto, também representa a possibilidade de olhar para a língua e de ponderar acerca dela. Ou seja, ao se colocar em relação duas línguas para traduzir, há um movimento em direção a nossa própria língua, refletindo sobre ela. É interessante notar que Benveniste, talvez atipicamente, opta por utilizar termos bastante metafísicos para descrever essa propriedade, associando-a a uma transcendentalidade do espírito, a uma elevação e contemplação que ocorre, de certa forma, do alto, de um ponto superior à própria língua. Normand (2012, p. 167, grifo no original) também chama a atenção para esse ponto, afirmando que, com essa reflexão, “[...] é reafirmada uma confiança bastante filosófica em uma atividade metalinguística confiável, obra de abstração superior pela qual o *espírito* se distancia de toda língua empírica”.

Com base no que foi exposto acima, é possível perceber que, mesmo considerando somente o texto “A forma e o sentido da linguagem”, a tradução aparece de forma mais acentuada nele do que se costuma pensar, já que a evocação desse fenômeno não se limita a um único parágrafo. Além disso – e talvez mais relevantemente –, a tradução não comparece na reflexão isoladamente: ela representa a culminância de um pensamento teórico intrincado, em que Benveniste defende uma maneira inteiramente diferente de olhar para a língua, considerando-a de dois pontos de vistas diversos porém relacionados, que implicam a existência de dois modos diferentes de significar. A tradução é justamente a atividade que permite visualizar as diferenças entre os domínios semiótico e semântico, ou seja, ela possibilita um entendimento da natureza e amplitude da língua.

1.1.2 O fenômeno tradutório em Benveniste: outras menções

A tradução, como visto acima, aparece de modo bastante explícito e funcional em “A forma e o sentido da linguagem”. Isso, entretanto, não significa que ela não se revele em nenhum outro texto de Benveniste. Pelo contrário: ao realizar uma leitura mais atenta e dirigida, é possível observar diversas menções ao fenômeno tradutório na obra benvenistiana. Nesta subseção, pretendo demonstrar que a tradução está mais presente nas reflexões benvenistianas do que se costuma pensar.

Para atingir esse objetivo, utilizei como base os textos originais em francês por entender que eles permitiriam encontrar um retrato mais fidedigno e confiável do pensamento de Benveniste, realizando um levantamento de todas as ocorrências do verbo “*traduire*” – considerando todas as suas conjugações possíveis – e também das palavras análogas “*traducteur*” e “*traduction*” e da abreviação “*trad.*” nos dois volumes dos PLGs. Além disso, como, em francês, o verbo “*rendre*” pode ter a acepção de traduzir, também analisei todas as ocorrências desse verbo, em todas as conjugações possíveis, destacando as instâncias em que o uso desse verbo poderia ser interpretado como significando “traduzir”, excluindo outras citações que não se encaixavam na acepção pretendida. Também é importante ressaltar que foram desconsideradas as menções à tradução em textos citados de outros autores ou em questionamentos feitos por entrevistadores ou debatedores. Apesar de utilizar como base o texto francês, incluí a tradução brasileira na compilação de dados para facilitar as análises e citações apresentadas a seguir.

Esse levantamento, apresentado no Apêndice A, revelou a existência de 146 menções¹⁶ diretas à tradução ou a algum aspecto do fenômeno tradutório feitas por Benveniste, sendo 71 no PLG I e 75 no PLG II. Chama a atenção também o fato de que, dos 48 textos¹⁷ considerados, somente doze¹⁸ não apresentavam nenhuma ocorrência das palavras buscadas.

Evidentemente, nem todas as menções são significativas de um ponto de vista teórico. Em alguns casos, elas meramente consistem em indicações da tradução específica consultada pelo autor para fazer uma determinada observação ou análise. Essas ocorrências geralmente

¹⁶ Como mencionado acima, esta subseção visa considerar a extensão e o modo como a tradução está presente nos trabalhos de Benveniste selecionados para o *corpus* deste trabalho. Entretanto, seria impossível apresentar e analisar todas as 146 menções encontradas. Minha intenção, então, foi selecionar amostras significativas, que permitissem estabelecer um quadro geral da relação de Benveniste e a tradução.

¹⁷ A saber: 28 do PLG I e vinte do PLG II.

¹⁸ Oito são do PLG I (“Tendências recentes em linguística geral”, “Saussure após meio século”, “Ativo e médio no verbo”, “Para a análise das funções casuais: o genitivo latino”, “Estrutura das relações de pessoa no verbo”, “A natureza dos pronomes”, “Da subjetividade na linguagem” e “A filosofia analítica e a linguagem”) e quatro, do PLG II (“A linguagem e a experiência humana”, “Estrutura da língua e estrutura da sociedade”, “Estrutura das relações de auxiliaridade” e “A blasfêmia e a eufêmia”).

aparecem em notas de rodapé e podem ser relativamente breves, como em “Lucrécio I 835-7, trad. Ernout” (Diferenciação lexical [1966], PLG II, p. 266), ou mais detalhadas, como na seguinte passagem: “Erwin Panofsky, *Architecture gothique et pensée scolastique*, trad. P. Bourdieu (Paris, 1967), 104 s.; [...]” (Semiologia, [1969], PLG II, p. 62, grifo no original).

Além disso, Benveniste também enfatiza a existência de traduções de determinadas obras para o francês. Em alguns casos, a lembrança da tradução francesa se dá de forma abreviada, em notas de rodapé semelhantes às citações acima. É o que acontece nas seguintes passagens: “Ver em particular [...] Introdução aos *Principes de phonologie* de N. S. Trubetzkoy, trad. fr., Paris, 1949, p. XXV-XXVII” (Estrutura [1962], PLG I, p. 101, grifos no original) e “B. Russell, *Introduction à la philosophie mathématique*, trad. fr., p. 188: ‘Uma função proposicional é uma expressão que contém um ou vários constituintes indeterminados [...]’” (Níveis [1964], PLG I, p. 134, grifos no original). Já em outros momentos, a citação das traduções francesas acontece no corpo do texto, ficando mais evidente. É o que ocorre em “[...] Chomsky escreveu *Cartesian Linguistics*, que vai ser traduzido para o francês, [...]” (Esta linguagem [1968], PLG II, p. 30, grifo no original) e em “[...] trabalho de John Millar, professor na Universidade de Glasgow, *Observations concerning the distinction of ranks in society*, trabalho cuja segunda edição foi traduzida em francês sob o título de *Observations sur les commencemens de la société* [...]” (Civilização [1954], PLG I, p. 378, grifos no original).

Embora os casos acima não tenham relevância teórica *per se*, eles podem ser percebidos como indicativos prévios de que a tradução estava presente no cotidiano de Benveniste. Ele não só demonstra estar ciente de traduções de obras importantes, como também destaca as traduções em que se baseia, o que demonstra a importância da tradução na sua reflexão, ainda que, nesses casos, o ponto de partida sejam traduções específicas.

Também é possível notar o interesse de Benveniste pelo processo tradutório em outras menções. É o caso do seguinte trecho: “encontrar-se-ão também outros exemplos em Meillet, *M.S.L.*, XII, p. 411, e no estudo de G. Cuendet sobre a tradução do grego $\epsilon\chi\epsilon\upsilon\upsilon$ em armênio clássico, *Rev. ét. indo-europ.*, I (1938), p. 390 ss” (Construção passiva [1952], PLG I, p. 200, grifos no original). Um exemplo parecido é encontrado em: “Sobre a importância do Brixianus para a tradução gótica, cf. W. Streitberg, *Die Gotische Bibel*, p. XLII s.” (Difusão [1969], PLG II, p. 249, grifo no original). Nota-se, nesses exemplos, que Benveniste cita, eu diria até mesmo elogiosamente, de certa forma, trabalhos que lidam diretamente com a tradução, o que indica que não somente era um assunto sobre o qual ele lia, mas também que

julgava ser do interesse e de relevância para outras pessoas. Não era, portanto, um assunto que o desinteressava ou que ele julgasse não ter importância teórica.

Passando a considerar contextos que se referem ao processo tradutório propriamente dito, é possível notar que as ocorrências do termo “tradução” e de termos correlatos são, em grande parte, bastante diretas e indiciosas, apresentando as equivalências consagradas de certas palavras ou frases. É o que se observa nos seguintes trechos: “De fato, sabe-se que *haut-parleur* é uma tradução, introduzida por volta de 1923, do inglês *loud-speaker*” (Mecanismos [1969], PLG II, p. 127, grifos no original) e “No mesmo tratado, *οἱ ἐπιστημονικοὶ συλλογισμοί* (155 b 15) é traduzido por *scientifici syllogismi*” (Scientifique [1969], PLG II, p. 257, grifo no original). Ou ainda em “assim, *tyāšām hačāma aθahya* traduz-se literalmente ‘quod-illis *a-me* iubebatur” (Construção passiva, [1952], PLG I, p. 195, grifos no original), em “ora, o termo grego que *arbi-numja* traduz é *κληρονόμος*, ‘herdeiro” (Dom e troca [1951], PLG I, p. 351, grifos no original) e em “*concedes de illis minutum* traduzindo *συγκόψεις ἐκ τούτων λεπτόν* (Vulg. *in tenuissimum pulverem*)” (Diferenciação lexical [1966], PLG II, p. 269, grifos no original).

Há também menções semelhantes, ainda explicitando as traduções consagradas de determinados itens ou frases, mas acompanhadas de mais detalhes explicativos. Um exemplo é “já no gótico, a locução *pank fairhaitan* = **Dank verheifben*), traduzindo o gr. *khárin ékhein* (Lc 17, 9), mostra que *pank* se havia tornado um termo consagrado, para sempre desligado de *pagkjan*, ‘*denken*” (Delocutivos [1958], PLG I, p. 311, grifos no original). Observa-se, aqui, que a menção da tradução usual da frase é seguida por uma explicação da consequência dessa tradução no gótico. Outro exemplo em que detalhes são apresentados junto da menção da tradução se encontra no seguinte trecho: “esta especialização de *auricula* era, aliás, antiga: já no Novo Testamento encontramos *ὠτάριον* por o ‘pavilhão da orelha’, a parte deste órgão que se pode cortar, e a Vulgata o traduz por *auricula* (Mc. 14, 47; Jo. 18, 10)” (Formas novas [1966], PLG II, p. 173, grifos no original). Nesse exemplo, é possível observar que o detalhamento se dá através da apresentação da origem da tradução estabelecida (a Vulgata).

Ainda considerando as ocorrências em que Benveniste busca apresentar as traduções mais comuns de certos termos, é possível observar que, em alguns casos, elas são acompanhadas de indícios contextuais, o que, como será observado abaixo, tem bastante relevância para o autor. É o caso, por exemplo, do seguinte trecho:

O neutro *λεπτόν*, tomado como substantivo, designa no Novo Testamento uma pequena moeda: ele foi traduzido em latim por *minutum*: *ἔβαλεν λεπτὰ δύο* = Vulg. “*misit duo minuta*”; — *ἕως καὶ τὸ ἔσχατὸν λεπτόν ἀποδώς* = Vulg. “*donec etiam*

novissimum *minutum* reddas”, locução proverbial “(tu não sairás daqui) enquanto não tiveres pegado o último centavo [sou]” (Diferenciação lexical [1966], PLG II, p. 268, grifos no original).

É interessante notar, em relação às menções de traduções consagradas apresentadas nos três parágrafos anteriores – e cumpre ressaltar que a mesma observação é válida ao considerar todas as citações apresentadas nesta subseção –, que elas aparecem em textos bastante diversos: “Gênese do termo ‘científique’”, “Dom e troca no vocabulário indo-europeu” e “Como se formou uma diferenciação lexical em francês” pertencem à sexta parte dos PLGs, intitulada “Léxico e cultura”. Já “A construção passiva do perfeito transitivo” e “Formas novas da composição nominal” aparecem na parte dedicada às “Funções sintáticas”, enquanto o texto “Mecanismos de transposição” se encaixa na categoria “Estruturas e análises”. Até mesmo um texto da quinta parte, “O homem na língua”, aparece entre as citações: “Os verbos delocutivos”. A diversificação também é temporal: os textos citados são de 1951, 1952, 1958, 1966 e 1969, ou seja, são publicados ao longo de um período de vinte anos. É possível, então, entender que, ainda que não teorizada, a tradução aparece em várias das diversas áreas de estudos a que Benveniste se dedicou e que não há um momento específico da sua trajetória em que ele tivesse mais ou menos interesse na prática tradutória.

Outro ponto importante para notar em relação às menções à tradução em Benveniste é que elas sempre evidenciam o contato entre línguas. O interessante é observar que, em algumas instâncias, não se trata do contato entre apenas duas línguas, como normalmente ocorre no processo tradutório (que tradicionalmente envolve uma língua de partida e uma língua de chegada, salvo exceções). Na última citação apresentada acima, por exemplo, é possível notar que Benveniste escreve em francês sobre um termo em grego e sua tradução para o latim. Outro exemplo que corrobora esse ponto de vista é “tomemos esta porção de texto: *zi č’ew ews ēr arkeal... i bant*; traduziremos: ‘pois ele ainda não havia sido jogado na prisão’, o que coincide exatamente com o grego: *οὐπω γὰρ ἦν βεβλημένος εἰς τὴν φυλακὴν* (Jo 3,24)” (Ser e ter [1960], PLG I, p. 222, grifos no original). Novamente, há pelo menos três línguas envolvidas no processo: o armênio, o francês de Benveniste e o grego¹⁹. Ou seja, Benveniste não se limita a traduzir apenas uma vez: ele transpõe um trecho de uma língua para a outra e depois volta a traduzir para um terceiro idioma, em um processo incansável.

Ele também é perseverante quando se trata de apontar erros de traduções. Há várias instâncias em que ele indica que uma determinada tradução é incorreta ou inadequada.

¹⁹ É importante ressaltar que, aqui, me refiro a essa citação específica. Benveniste, como se observa a partir das leituras de suas análises e como já notado acima, tinha profundo conhecimento de diversas línguas.

Algumas são bem diretas, como “seria melhor traduzir: ‘to be stuck with one’s hand in (water)’” (Convergências [1966], PLG II, p. 111). Já outras são bastante enfáticas: “a tradução de civis por ‘cidadão’ é um erro de fato, um destes anacronismos conceituais que o uso fixa, dos quais se acaba por não ter consciência, e que bloqueiam a interpretação de todo um conjunto de relações” (Dois modelos [1970], PLG II, p. 279).

Há também instâncias em que, apesar de o erro ser apontado, ele reconhece que nem sempre é possível chegar à tradução ideal:

No grego, ὡς μοι πρότερον δεδήλωται (Her. VI, 123) significa “como anteriormente o mostrei” e não “como me foi mostrado”; ὡς περ καὶ πρότερόν μοι εἴρηται (Tuc. XI, 94), “como eu o disse” e não “como me foi dito”; no entanto, uma tradução literal em latim — *sicut mihi iam prius dictum est* — poderia fazer hesitar quanto ao sentido (Ser e ter [1960], PLG I, p. 223, grifos no original).

Nesse exemplo, é possível observar que há o reconhecimento de que, devido às diferenças nas estruturas das línguas envolvidas – grego e latim –, seria impossível chegar ao resultado exato de sentido que o francês permite evidenciar. Ou seja, um erro é referenciado, mas Benveniste não o soluciona completamente, só indica a sua causa possível.

Na maioria dos casos, a noção de erro que Benveniste registra está associada mais a uma insuficiência do que à completa inexatidão. Às vezes, o erro ocorre porque uma dada tradução não pode ser usada em todos os contextos, ou seja, a tradução até pode estar correta em alguns casos, mas não em todos. É esse o caso do seguinte trecho: “Na realidade, a tradução de *tréphō* por ‘nutrir’, no emprego que é de fato o mais usual, não convém a todos os exemplos, e ela própria não é mais que uma acepção do sentido mais amplo e ao mesmo tempo mais preciso” (Problemas semânticos [1954], PLG I, p. 323). O mesmo pode ser observado na seguinte passagem, que aparece após uma longa lista de exemplos de tradução: “definindo assim as zonas de emprego em que o latim *minutus* concorda com o grego *λεπτός* até ter-se tornado o seu equivalente de tradução, percebe-se melhor aquelas em que eles não coincidem” (Diferenciação lexical [1966], PLG II, p. 270). Observa-se, nesse exemplo, que é a partir dos acertos que é possível determinar a insuficiência de algumas instâncias.

Ainda em relação à noção de erro na tradução, é interessante perceber que, muitas vezes, ela é associada à preocupação de corrigir um problema ou esclarecer alguma questão importante. É o que se observa quando Benveniste diz que “no indo-europeu, esse lexema é representado por **es-*, que será melhor evitar traduzir por ‘ser’ para não perpetuar a confusão da qual tentamos sair” (Ser e ter [1960], PLG I, p. 205, grifo no original). O erro, aqui, é apontado indiretamente e indica um problema mais geral que deve ser solucionado através da

análise. O erro imaginado, portanto, representa o ponto de início da resolução de um conflito, de certa forma. Outro exemplo semelhante é encontrado na seguinte citação, sobre as preposições latinas “*pro*” e “*prae*”: “os latinistas lhes dão um sentido mais ou menos semelhante, que pode bastar para as necessidades imediatas da tradução, mas que dissimula a sua verdadeira relação linguística. A diferença profunda que as separa encontra-se aí apagada” (Preposições em latim [1949], PLG I, p. 142). Aqui, o erro na tradução usual dos termos aponta para uma distinção negligenciada, para uma questão linguística mais ampla que Benveniste parece acreditar não ser devidamente discutida. A tradução, portanto, muitas vezes acaba cumprindo o papel de indicar problemáticas e assuntos que deveriam ser levados em consideração na realização de análises linguísticas.

Assim, os erros de tradução não são apontados por Benveniste de maneira gratuita, não têm o propósito de somente indicar a inexatidão e inadequação das escolhas tradutórias. A menção dos erros, muitas vezes, parece inclusive conduzir Benveniste a ponderar sobre a necessidade de reconsiderar o modo como se dá o processo tradutório como um todo, demonstrando uma intenção de restaurar o que não funciona corretamente. É possível observar isso até mesmo textualmente: “Devemos insistir fortemente sobre a necessidade de rejeitar toda implicação de um ‘ser’ lexical na análise da frase nominal, e de reformar hábitos de tradução impostos pela estrutura diferente das línguas ocidentais modernas” (Frase nominal [1950], PLG I, p. 172).

Ainda nesse contexto, a necessidade de apurar ou modificar traduções já consagradas para certas unidades é mencionada frequentemente. Às vezes, a origem dessa necessidade se encontra na já citada indefinição das traduções. Por exemplo, em “Categorias de pensamento e categorias de língua”, Benveniste se dedica a analisar os predicados do ser propostos por Aristóteles, se detendo particularmente em dois deles. A tradução – mais especificamente, a incerteza ocasionada pelo processo tradutório – desempenha um papel importante na análise. Benveniste diz, em relação a um dos termos, que “a própria tradução não parece fixada: alguns tomam *ἔχειν* como ‘ter’” (Categorias [1958], PLG I, p. 73). Mais adiante, para encerrar a análise, afirma que é necessário considerar “[...] apenas que para fazer sobressair o valor do perfeito na tradução das formas citadas, deveremos incluir a noção de ‘ter’; elas se tornarão, então: *ὑποδέεται*, ‘tem os calçados nos pés’; *ὄπλισται*, ‘tem as armas sobre si’” (Categorias [1958], PLG I, p. 75, grifos no original). É possível notar, portanto, que a falta de uma tradução única consolidada para um dado termo indica uma necessidade de aprofundar o estudo do valor semântico e da forma da unidade, de refinar a análise para chegar a resultados e a traduções mais precisos.

Em outros casos, a necessidade de melhorar as traduções é apresentada de um modo mais indireto, mais como uma sugestão do que como um imperativo. É o que se percebe no seguinte trecho: “Na verdade, todos os perfecto-presentes do gótico poderiam traduzir-se por uma perífrase por meio de ‘ter’, indicando o estado do sujeito: *wait*, ‘tenho conhecimento’, *mag*, ‘tenho poder’, *og*, ‘tenho medo’, *parf*, ‘tenho necessidade’, *man*, ‘tenho ideia’, etc.” (Ser e ter [1960], PLG I, p. 216, grifos no original). Nesse exemplo, não encontro um Benveniste unicamente prescritivista, que busca apontar os erros de tradução, mas entendo que há uma preocupação em esclarecer o sentido da unidade linguística e buscar uma certa padronização da tradução, para obter melhores resultados semânticos e aperfeiçoar a análise linguística como um todo.

A preocupação com a especificidade semântica, aliás, é bastante enfatizada por Benveniste em muitas instâncias. Por exemplo:

Deve observar-se, em primeiro lugar, que mesmo onde a tradução “estabelecer” é admissível, as condições do emprego mostram que “estabelecer” significa propriamente “estabelecer algo que subsistirá daí por diante, que está destinado a durar”: no grego, com *themēlia*, “estabelecer os fundamentos”, com *bōmon*, “erguer um altar” (Problemas semânticos [1954], PLG I, p. 322, grifos no original).

Nesse trecho, é possível observar tanto uma menção à instabilidade de uma dada tradução, já que fica implícito que a equivalência com “estabelecer” não é sempre possível, quanto uma preocupação em delimitar o sentido desse “estabelecer”, de especificar o valor do termo o máximo possível. Há, portanto, sempre um intento de buscar o significado exato dos termos. Tal busca é, muitas vezes, feita a partir da – ou pelo menos auxiliada pela – tradução.

Um ponto importante a destacar, ainda considerando as particularidades semânticas de unidades sob análise, é que, com frequência, Benveniste indica que um mesmo termo pode ser traduzido de maneiras diferentes. Isso pode ser visto, por exemplo, quando ele alerta que “[...] é preciso tomar cuidado que ‘*grand* (chasseur)’ é só uma das traduções do hebraico *gibbor* ‘vigoureux, puissant’. O grego dos Septante a traduziu por *gigas* (kunēgós) ‘géant, puissant’, a Vulgata por *robustus* (*venator*), a Bíblia de Jerusalém por ‘*vaillant* (chasseur)’” (Mecanismos [1969], PLG II, p. 124, grifos no original), ou quando afirma que “Para ‘dom’, o grego antigo tem nada menos de cinco palavras distintas e paralelas, que os nossos dicionários de traduções traduzem identicamente como ‘dom, presente’: *δῶς*, *δόσις*, *δῶρον*, *δωπεά*, *δωτίνη*” (Dom e troca [1951], PLG I, p. 351). Outro exemplo semelhante é visto na seguinte citação: “para ‘forma’, há em grego outras expressões: *σχῆμα*, *μορφή*, *εἶδος*, etc., das

quais *ῥυθμός* deve de algum modo distinguir-se, melhor do que pode indicá-lo a nossa tradução” (Ritmo [1951], PLG I, p. 367).

Porém, nem sempre a indicação de que há múltiplas possibilidades de tradução de um mesmo termo é indicada de modo tão direto. Às vezes, Benveniste opta por ser mais descritivo e ponderar mais detalhadamente sobre as diversas equivalências possíveis para um mesmo termo. Cito dois exemplos apresentados no mesmo texto, “Gênese do termo ‘scientifique’”: “é tanto mais interessante salientar que Boécio dá uma tradução diferente do mesmo termo aristotélico *ἐπιστημονικός* em uma passagem das Segundas Analíticas (77 a 38) onde *ἐρώτημα ἐπιστημονικόν* é traduzido por *interrogatio scientialis*” e “Boécio, portanto, distinguiu duas acepções de *ἐπιστημονικός*: 1.º ‘próprio à ciência’, que traduz por *scientialis*, e 2.º ‘que produz a ciência’, que exprime²⁰ por *scientificus*” (Scientifique [1969], PLG II, p. 258). A partir de todos esses casos de multiplicidade de traduções possíveis, se pode observar que, novamente, a tradução desempenha um papel importante na definição precisa da significação, mesmo que seja apontando não para uma exatidão e sim para a difusão semântica de um mesmo termo.

É curioso observar, entretanto, que, em alguns casos, Benveniste prefere adotar uma atitude mais despreocupada em relação à demarcação do sentido. É isso que se observa na seguinte passagem: “Quer se traduza οὐσία por ‘substância’ ou por ‘essência’ pouco importa aqui” (Categorias [1958], PLG I, p. 71). Cumpre ressaltar, entretanto, que o uso do termo “aqui” no final da frase indica que esse procedimento não é usual; trata-se de uma instância peculiar em que a especificidade da significação não terá influência na análise. Ou seja, essa citação permite depreender que, na maioria dos casos, o contrário acontece, e a tradução exata – e, conseqüentemente, o sentido preciso – importa. Mais uma vez, portanto, o papel fundamental da tradução é percebido, não somente na própria análise, mas também para indicar os procedimentos e desígnios habituais do linguista.

Outro ponto que Benveniste menciona de modo bastante destacado ao abordar a tradução é o contexto. Às vezes, ele é menos analítico e se limita a citar a influência do contexto no processo tradutório. É o que acontece quando ele afirma que “o tradutor tomou, pois, aqui *sudarium* não no seu sentido próprio, mas na sua acepção contextual de ‘pedaço de fazenda, pano (para envolver um objeto qualquer)’” (Difusão [1969], PLG II, p. 248, grifo no original). Outras vezes, porém, ele parece ir mais longe e atribuir uma importância maior ao

²⁰ É importante notar que, no original em francês, esse “que exprime por” corresponde à “*qu’il rend par*” (BENVENISTE, 1969/2000b, p. 252), que também poderia ser traduzido em português como “que traduz por”.

contexto, apresentando análises mais detalhadas. Tomem-se as seguintes passagens como exemplo:

A relação se esclarece pelo valor contextual de *hiraṇya-rathá-* (RV. I. 30,16): não “carro feito de ouro”, mas “carro cheio de ouro” (“Goldbeladener Wagen” Wackernagel; “ein Wagen voll Gold” Geldner); *ratha-* é tomado aqui como nome de continente; seria melhor traduzido por “carroçada de ouro” (Fundamentos sintáticos [1967], PLG II, p. 153, grifos no original).

Muito instrutivo em seu contexto é o hom. ἀρχέχραχος “que foi causa de um mal”, epíteto aplicado a um objeto particular em sua relação com um acontecimento particular: ... νῆας ... ἀρχεκάκους, αἱ πᾶσι κακὸν Τρώεσσι γέροντο ὅτ’ αὐτῶ “esses navios causa de males, que foram uma desgraça para todos os Troianos, e para ele próprio também” (E 62-4); a frase relativa parece uma tradução analítica do composto (Fundamentos sintáticos [1967], PLG II, p. 156).

É assim que somos constantemente levados a traduzi-lo: *viśve marúto yé sahāśah*, “todos os Marutos, os poderosos” (RV. VII, 34, 24); *amí ca yé maghāvāno vayám ca... níṣ tatanyuh*, “estes, os generosos, e nós queremos transpassar” (I, 141, 13) (Frase relativa [1957-1958], PLG I, p. 237, grifos no original).

Observa-se, nesses trechos, que Benveniste considera que o contexto de utilização de um termo deve ser valorizado, pois fornece indícios e referências que permitem refinar as traduções e, por conseguinte, a análise linguística como um todo. Mesmo no terceiro exemplo, em que o contexto não é diretamente mencionado, é possível observar que é a partir da consideração dos usos específicos das unidades que é possível chegar à tradução mais adequada para o termo que está sendo considerado na análise.

Ainda considerando a participação do contexto no processo tradutório, é importante observar que, por Benveniste se preocupar em apresentar e considerar as ocorrências em contextos diferentes, o processo de análise linguística acaba se tornando bastante vasto e abrangente. A seguinte passagem, bastante extensa, serve de exemplo:

O que significa exatamente *carnufex*? O sentido literal é exatamente o definido por Don. Hec. (441): *carnifices dicti quod carnes ex homine faciant* [= “chamam-se *carnifices* porque imolam carnes de homem”]. Esse composto tem, no entanto, algo de singular, se se compara com *opi-fex*, *auri-fex*, *arti-fex* [= “aquele que faz uma obra, ourives, artífice”]. Dá a impressão de uma tradução. E é realmente como uma tradução que parece explicar-se: *carnu-fex* decalca exatamente o grego κρεουργός “açougueiro”, já em Ésquilo, κρεουργὸν ἦμαρ [= “dia de retalhadura”; donde, “dia de morte ou de crime ou de vingança ou de justiça”] (Ag., 1592), cf. κατακρεουργεῖν, “retalhar” (Her., VII, 181); κρεουργῶν διασπᾶσαντες τοὺς ἄνδρας, “retalhando-os, membro a membro, como açougueiros” (Her., III, 13). O latim transformou então em designação do “carrasco” o nome grego do “açougueiro”, o que é apesar de tudo uma espécie de eufemismo, reservando para “açougueiro” a palavra *macellarius*, derivado de *macellum* que, aliás, também vem do grego (Eufemismos [1949], PLG I, p. 346-347, grifos no original).

Nesse trecho, verifica-se que Benveniste parte de um termo em latim, considera-o em uma frase para definir o seu sentido literal, compara-o a outros termos em latim e passa a analisar a sua tradução do grego, que também é considerada em contextos específicos. Após isso, retorna ao latim, agora apresentando também outro termo evidenciado pelo processo tradutório que havia realizado previamente. É importante destacar que essa análise ocupa somente parte de um parágrafo de um texto que tem oito páginas, em que processos semelhantes são repetidos. Ou seja, o desejo de chegar à melhor tradução possível e à exatidão do sentido leva Benveniste a estender e desdobrar suas análises incansavelmente.

O foco no contexto, por sua vez, significa que qualquer mudança no objeto ou no ponto de vista da análise acaba por implicar também a tradução. Um exemplo se dá na análise do perfeito armênio apresentada em “‘Ser’ e ‘ter’ nas suas funções linguísticas”. Benveniste primeiramente apresenta um exemplo contextual com a unidade “zor”, mas, em seguida, alerta para a existência de usos de “or” no lugar de “zor”. Tal constatação é acompanhada de novos contextos de uso e logo são apresentadas novas traduções e comparações linguísticas:

Se a partícula z- é omitida, deve-se traduzir *or ēr p'oreal* necessariamente na passiva: “que estava cavado”, de acordo com o grego ὃ ἦν λελατομημένον ἐκ πέτρας. – Mc 16, 4: *hayec 'eal tesin zi t'awalec 'uc 'eal ēr zvēm̄n*, “tendo olhado, elas viram que se havia rolado a pedra”; mas se, com Oskan, se suprime z-, é preciso traduzir “que a pedra havia sido rolada, ὅτι ἀνακεκλιςται ὁ λίθος”. Tomemos ainda Lc 2, 5: *Maremaw handerj zor xawseal ēr nma*, “com Maria que se lhe havia prometido em casamento”; suprimindo-se z- (Oskan), entender-se-á: “que lhe havia sido prometida em casamento, σὺν Μαρίας τῇ ἐμνηστευμένη αὐτῷ” (Ser e ter [1960], PLG I, p. 221, grifos no original).

Esse exemplo permite observar que a tradução parece ser uma parte inevitável das análises de Benveniste, aparecendo constantemente em variados cenários de análise e reaparecendo conforme são divisadas mudanças que acabam por gerar a necessidade de novas comprovações contextuais. O processo tradutório é, portanto, de certa forma, uma inevitabilidade.

Ainda em relação às análises de Benveniste, é importante ressaltar que a consideração das menções à tradução permite identificar que, em alguns textos, ela parece ter um papel mais destacado do que em outros. Entram nessa categoria “Como se formou uma diferenciação lexical em francês” (treze ocorrências dos termos pesquisados), “Difusão de um termo de cultura: o latim *orarium*” (doze ocorrências), “Gênese do termo ‘científico’” (doze ocorrências), “Dois modelos linguísticos da cidade” (onze ocorrências), “Problemas semânticos da reconstrução” (sete ocorrências), e “Dom e troca no vocabulário indo-europeu” e “Civilização: contribuição à história da palavra” (com seis ocorrências cada). O que liga

esses textos é que todos aparecem na sexta parte dos PLGs, intitulada “Léxico e cultura”, que é voltada para os trabalhos da faceta comparatista de Benveniste, baseada principalmente em línguas indo-europeias. Em se tratando de trabalhos eminentemente comparatistas, nada poderia ser mais natural que a tradução aparecer com destaque, já que comparar implica colocar línguas em contato, o que conduz automaticamente à tradução, embora, no entanto, não se limite a isso.

Porém, é importante somar a essa lista o artigo “Convergências tipológicas”, que também conta com seis ocorrências de menções diretas à tradução e pertence à terceira parte do PLG II, intitulada “Estruturas e análises”, e os textos “‘Ser’ e ‘ter’ nas suas funções linguísticas”, em que aparecem doze menções aos termos relacionados à tradução, e “A construção passiva do perfeito transitivo” (com seis ocorrências). Estes dois últimos estudos aparecem na parte dedicada às “Funções sintáticas” dos PLGs. São, portanto, análises que não necessariamente buscam a reconstrução da língua indo-europeia, mas se centram na descrição de diferentes aspectos da(s) língua(s). A tradução, nesse caso, já não é mais necessariamente um procedimento esperado e imprescindível, mas sim um processo acessório, que complementa e enriquece a análise. Mais uma vez, fica, então, implícita a relevância da tradução para Benveniste em várias das faces do seu trabalho linguístico.

Outra questão que é importante citar acerca da relação entre Benveniste e a tradução é que, a partir da análise das menções ao fenômeno tradutório, é possível perceber que ele demonstra estar ciente de que há mais do que um único tipo de tradução. Há, naturalmente, a tradução literal, já mencionada em citações apresentadas acima e que aparece também em outras instâncias, como quando ele afirma que “era inútil reproduzir o texto original, uma vez que todos os termos gregos são citados a seguir. Traduzimos este passo literalmente, para comunicar o teor geral antes da análise dos pormenores” (Categorias [1958], PLG I, p. 71).

Por outro lado, Benveniste nunca chega a mencionar outros tipos de tradução explicitamente. Há, porém, indícios de que ele entende que é possível traduzir de um modo não literal. Em alguns casos, pode até mesmo haver uma percepção de literalidade, mas o linguista sírio-francês não se deixa enganar: “A trad. de Kent — ‘other sons of Darius there were’ (*Old Persian*, 150) — só é literal na aparência. Kent menosprezou o verdadeiro sentido da frase, por não haver visto que o genitivo-dativo tem aqui uma função de predicado” (Construção passiva [1952], PLG I, p. 196, grifo no original). Nesse caso, parece ser possível entender que a tradução não é literal devido a um erro do tradutor, que provavelmente não teria sido capaz de perceber as nuances gramaticais da língua em uso; entretanto, há, também, a possibilidade de pensar que a menção à tradução literal indica uma consciência, por parte de

Benveniste de que esse é somente um dos tipos possíveis de tradução. Em outras palavras, se existe uma tradução efetivamente literal e uma tradução que se pretende literal mas não é, provavelmente existem, ainda, outros modos de traduzir (não nomeados). No entanto, ao mesmo tempo é importante notar que talvez a tradução literal seja o tipo de tradução mais desejado para Benveniste, já que, somado ao fato de ele estar criticando um tradutor por ele não ter sido literal, ele frequentemente parece buscar, como indicado acima, o sentido mais preciso e exato dos termos nas suas análises, o que poderia apontar para uma certa inflexibilidade quando o processo tradutório está sendo analisado pelo linguista.

Em outro exemplo semelhante de alusão da existência de outras formas de tradução, Benveniste diz que “enquanto *tréphein paída* se reproduz²¹ diretamente em inglês ou em francês (‘rear a child, nourrir un enfant’), *tréphein gála* exige uma tradução específica (‘curdle milk, cailler du lait’)” (Problemas semânticos [1954], PLG I, p. 324, grifos no original). Novamente, não há uma explicitação do que seria, exatamente, essa “tradução específica”. Entretanto, a sua menção em contraste à noção de reprodução direta torna possível entender que ela seria, talvez, uma tradução não tão exata, buscando um sentido aproximado – determinado pelos acompanhamentos lexicais –, o que indica que Benveniste tem consciência de que existem diversas formas de traduzir além da que ele nomeia literal/direta.

Ainda considerando os diferentes modos de traduzir, é interessante notar que Benveniste, em vários momentos, como já mencionado brevemente acima, aponta para as limitações da tradução. Tome-se, por exemplo, a seguinte passagem: “no grego, porém, *ἀλφάνω* se deixa interpretar mais exatamente do que o indicam os dicionários traduzindo-o por ‘ganhar, obter’” (Dom e troca [1951], PLG I, p. 360, grifo no original). Há, aqui, uma noção de que a tradução comum do termo grego não corresponde à totalidade do que ele realmente expressa, ou seja, a tradução, de certa forma, circunscreve o sentido do termo original. Outro exemplo é observado quando Benveniste afirma que “quando os escritores gregos interpretam²² *ῥυθμός* como *σχῆμα*, quando nós mesmos o traduzimos por ‘forma’, trata-se, nos dois casos, apenas de uma aproximação” (Ritmo [1951], PLG I, p. 367, grifos no original). É possível entender, então, que, para Benveniste, um dos modos de tradução é

²¹ Novamente, cumpre notar que o equivalente a “se reproduz” no texto original em francês é “*se rend*” (BENVENISTE, 1954/2000a, p. 293), que poderia ser traduzido em português como “se traduz”.

²² “Interpretam” equivale, no texto original em francês, a “*rendent*” (BENVENISTE, 1951/2000a, p. 333), que poderia ser traduzido em português como “traduzem”.

aquele que apresenta um sentido que somente se assemelha ao do original, mas não o encerra totalmente: uma tradução aproximativa.

Nesse contexto, é interessante notar que Benveniste também reconhece que o processo tradutório nem sempre implica facilidade. É o que se observa na seguinte passagem, a respeito da obra de Panini: “este texto é extremamente pesado, de uma densidade inacreditável (quando se o traduz, são necessárias dez palavras de glosa para uma palavra de texto), mas esta concisão é desejada [...]” (Esta linguagem [1968], PLG II, p. 30). Aqui, parece ser possível perceber, novamente, um indício de que nem sempre a tradução vai ser literal, com uma equivalência palavra por palavra; há textos e termos que exigem muito mais do que uma mera transposição do sentido exato para que todo o seu conteúdo seja comunicado, exigindo explicações e complementações por parte do tradutor.

Dadas as dificuldades associadas ao processo tradutório, não é surpreendente encontrar citações em que Benveniste faz comentários um tanto laudatórios – ou pelo menos compreensivos – em relação a determinados tradutores. Dois exemplos são encontrados no texto “Difusão de um termo de cultura: o latim *orarium*”: “se os mais antigos tradutores, tendo de traduzir *σουδάριον* de João, 11, 44, escolheram *orarium*, enquanto *sudarium* parecia impor-se ou, em todo caso, apresentava-se em primeiro lugar, esta preferência deve ter uma razão” e “pode-se, pois, ver na escolha de *orarium* pelos primeiros tradutores dos Evangelhos para *σουδάριον* de João, 11, 44, um reflexo do uso comum, e no *sudarium* pelo qual a Vulgata o substituiu, a preocupação do bem falar” (Difusão [1969], PLG II, p. 247–248, grifos no original). Aqui, é possível observar que Benveniste adota uma postura contrária à sua atitude de apontamento de erros. Nesse caso, ele demonstra aceitar as escolhas feitas pelos tradutores, busca entender as suas motivações e considerar a dificuldade de sua tarefa. Ou seja, há, de certa forma, uma valorização do tradutor.

Um comportamento semelhante é percebido ainda em outros momentos. Ou seja, nem sempre o olhar para a tradução se dá em direção ao negativo; há também instâncias em que a postura de Benveniste é elogiosa em relação às escolhas de certos tradutores. Por exemplo, na análise da tradução do termo latino “*civis*”, em que são apontados diversos erros, se encontra a seguinte nota: “as citações de Plauto são acompanhadas propositalmente da tradução de A. Ernout (Belles-Lettres) que dá, em todas elas, a *civis* a tradução ‘concityen, compatriote’ [‘concidadão’, ‘compatriota’], que o contexto exige” (Dois modelos [1970], PLG II, p. 281, grifo no original). Em outros casos, o elogio pode ser menos direto. Como exemplo, cito a seguinte passagem: “O texto é, na verdade, *omissis rebus aliis prae unius cura*, literalmente, ‘todas as demais coisas sendo negligenciadas em prol de uma só’, ou como traduz Baillet (ed.

Budé): ‘Como se negligenciavam outras coisas para só se ocupar daquela’” (Semântica vor [1972], PLG II, p. 141, grifo no original). Aqui, entendo que há um certo tom lisonjeiro na menção de uma tradução específica; se ela foi mencionada após uma tradução do mesmo trecho feita pelo próprio Benveniste, deve ser porque ela a considera adequada e correta.

A propósito, é interessante observar que Benveniste, como é possível ver ao longo desta subseção, fornece muitas traduções próprias para termos e frases. Na maioria das vezes, porém, ele não declara textualmente que a tradução é de sua autoria; só é possível inferir que é ele quem a fez pela ausência de referência a uma outra tradução ou pela comparação com uma tradução de responsabilidade de outra pessoa, como no exemplo acima. Entretanto, em pelo menos uma instância ele avisa aos leitores que assume declaradamente o papel de tradutor: “Traduzimos aqui algumas passagens do artigo de B. Malinowski publicado em Ogden e Richards, *The meaning of meaning*, 1923, p. 313 e s.” (Aparelho formal [1970], PLG II, p. 89).

Ao passar dos exemplos de traduções específicas para determinados termos ou frases para a consideração da tradução de um modo mais generalizado, é preciso destacar um ponto bastante interessante: Benveniste demonstra estar relativamente atualizado em relação ao campo tradutório, já que, em 1963, declara que “[...] as descrições formais das línguas foram de utilidade direta para a construção das máquinas lógicas aptas a efetuar traduções; e inversamente pode esperar-se das teorias da informação algum esclarecimento sobre a maneira como o pensamento está codificado na linguagem” (Vista d’olhos [1963], PLG I, p. 32). Segundo Snell-Hornby (2006), a tradução passou a ser considerada um assunto que interessava à ciência somente após a Segunda Guerra Mundial, quando se iniciou a discussão sobre a tradução automática. Ela cita o artigo “Translation, a memorandum”, escrito por Warren Weaver em 1949 como o ponto de partida das discussões sobre o assunto. Porém, considerando especificamente o contexto francês, Léon (2001) aponta os anos 1950-1960 como o ponto de início dos experimentos com tradução automática. Em 1963, apenas alguns anos depois, em uma época em que a difusão de conhecimento se dava de maneira bem mais lenta do que atualmente, Benveniste, um linguista que supostamente não se interessava muito pela tradução, já evidenciava ter domínio suficiente do assunto para poder referenciá-lo em um de seus textos.

Ainda tomando a tradução enquanto atividade geral, também é importante notar que Benveniste aponta para a prominência e influência do processo tradutório no cotidiano dos linguistas. Por exemplo, ele assevera que “a nossa terminologia linguística se compõe em grande parte de termos gregos adotados diretamente ou na sua tradução latina” (Vista d’olhos

[1963], PLG I, p. 20). Em outra instância similar, ele diz que, pelo fato de os linguistas tenderem a se guiar pelas categorias da língua que falam, “[...] os problemas semânticos [...] se reduzem, com as devidas considerações, a problemas de tradução” (Problemas semânticos [1954], PLG I, p. 321). Não parece, portanto, haver um modo de os linguistas evitarem a tradução, já que, dada a sua soberania e a sua presença na língua, é impossível dissociar a língua e também a atividade do linguista dela.

Benveniste não foge desse cenário; pelo contrário, ele toma a tradução como parte importante do seu cotidiano. Muitas vezes, a tradução aparece de modo um tanto quanto fortuito nas suas análises linguísticas. Por exemplo, em meio a uma discussão sobre o sufixo “-eur” em francês, aparece o seguinte trecho: “Foi possível fazer **travailliste*, como *capitaliste*, antecipando a inovação que deveria sobrevir mais tarde para traduzir o inglês *labourite*, mas *travailleur* tem a vantagem, para a ideologia e a propaganda, de se ligar à oposição *travailleur / oisif* e *travailleur / bourgeois*” (Mecanismos [1969], PLG II, p. 117, grifos no original). Outro exemplo semelhante é: “a este ‘nome próprio de locutor’ que se realiza sempre e somente no ato de fala, que todo falante assume por sua conta pessoal, nós propomos o termo antônimo: ele vem do grego ἀντωνυμία que é o original traduzido em latim por *pronomem*” (Antônimo [1965], PLG II, p. 205, grifo no original). A princípio, essas menções não desempenham um papel basilar nas análises em que aparecem. Não são, portanto, forçadas; porém, evidentemente, acabam por contribuir para a explicação e enriquecer a análise como um todo.

Por outro lado, também é importante considerar que, em muitos casos, a tradução desempenha um papel mais saliente nos estudos benvenistianos. Frequentemente, ela parece ser utilizada por Benveniste para comprovar uma hipótese. Como exemplo, é possível citar o seguinte trecho: “Acreditar-se-ia que *prae* pode significar a anterioridade de um acontecimento com relação a outro, e, pois, a causa, mas isso é impossível. O erro do raciocínio mostra-se logo que o aplicamos à tradução de um exemplo concreto” (Preposições em latim [1949], PLG I, p. 145, grifo no original). Segue-se ao trecho o exemplo mencionado, que é analisado em detalhe pelo linguista. Nota-se, portanto, que, nessa ocorrência, Benveniste usa a tradução para comprovar uma afirmação que havia feito previamente, para fixar o seu ponto de vista.

Um exemplo semelhante é encontrado no texto em que Benveniste propõe a existência de dois planos de enunciação (a histórica e a do discurso): “As relações de tempo no verbo francês”. Nele, se encontra a seguinte citação: “Entre os textos que serviriam de testemunhos, deveriam incluir-se também as traduções, que nos informam sobre as equivalências

espontâneas que um autor encontra para fazer passar uma narrativa escrita numa outra língua para o sistema temporal que convém ao francês” (Relações de tempo [1959], PLG I, p. 269). Percebe-se, aqui, que Benveniste não faz a tradução operar na análise, mas cita os textos traduzidos como exemplos, ou seja, eles acabam desempenhando um papel essencial na comprovação de sua teoria dos planos de enunciação, já que colocariam em evidência os usos de tempos verbais tanto na língua estrangeira quanto na língua francesa. Ou seja, a tradução serve, de certa maneira, como prova de sua proposição, sendo trazida a tona para enfatizar a sua perspectiva sobre a língua. O movimento que Benveniste efetua aqui, portanto, é semelhante ao de “A forma e o sentido na linguagem”, como ficou demonstrado acima (cf. 1.1.1).

Antes de finalizar a análise das menções que Benveniste faz à tradução, é necessário discutir dois pontos. O primeiro concerne os usos do termo “tradução” e de termos relacionados em um sentido não estrito, ou seja, quando não se refere ao fenômeno que implica a transposição de uma língua para a outra. Encontram-se diversas ocorrências desse tipo de menção no *corpus* selecionado. Por exemplo, há a frase “o significante é a tradução fônica de um conceito; o significado é a contrapartida mental do significante” (Natureza do signo [1939], PLG I, p. 56), em que é possível entender “tradução” como “correspondência” ou “equivalência”. Semelhantemente, em “enquanto instituição coletiva e tradicional, toda língua tem as suas anomalias, os seus ilogismos, que traduzem uma dissimetria inerente à natureza do signo linguístico” (Descoberta freudiana [1956], PLG I, p. 88), “traduzem” poderia ser substituído por “representam” ou “demonstram”, entre outras possibilidades. A mesma acepção pode ser aplicada a outro caso:

As formas gramaticais traduzem, com um simbolismo que é a marca distintiva da linguagem, a resposta dada a esses problemas; estudando essas formas, a sua seleção, o seu agrupamento, a sua organização próprios, podemos induzir a natureza e a forma do problema intralinguístico a que respondem (Classificação [1952–1953], PLG I, p. 125).

Ainda considerando esses usos *lato sensu*, chamam a atenção duas passagens em que Benveniste associa os termos “traduzir” e “dados”. A primeira é “a apropriação da linguagem pelo homem é a apropriação da linguagem pelo conjunto de dados que se considera que ela traduz, a apropriação da língua por todas as conquistas intelectuais que o manejo da língua permite” (Estruturalismo [1968], PLG II, p. 21), enquanto a segunda se encontra em “o fato notável consiste inicialmente em que manifestam aptidão para simbolizar: há, mesmo, uma correspondência ‘convencional’ entre seu comportamento e o dado que traduz” (Comunicação

animal [1952], PLG I, p. 64). O uso da palavra “dado”, aqui, parece evocar uma abordagem que se aproxima do estruturalismo e que considera a língua do ponto de vista comunicacional, em que o foco está no conteúdo das mensagens que ela conteria. Entretanto, evidentemente, essa interpretação só é possível ao considerar as citações isoladamente; ao tomar o conjunto da teoria benvenistiana, se torna impossível imputar-lhe tal posicionamento.

O segundo aspecto relevante a ser citado é que é essencial notar que o levantamento aqui apresentado considerou somente menções diretas à tradução ou a algum aspecto do fenômeno tradutório. Como explicitado anteriormente, foram selecionados os trechos que apresentavam menção a palavras como “tradução”, “traduzir” e “tradutor”, isto é, não são levadas em conta situações e citações em que a tradução está implícita. Ora, qualquer leitor atento da obra de Émile Benveniste percebe que ele frequentemente confronta línguas diferentes, ou seja, de certa forma, traduz. Ao colocar línguas em contato, compará-las, buscar equivalências, necessariamente se executam procedimentos tradutórios em algum nível.

Esse cenário pode ser observado de dois modos na obra benvenistiana. O primeiro consiste em localizar termos aparentados à noção de tradução, como “substituir”, “transportar”, “transcrever”, “dar”, “empregar”, e “significar”, entre outros. Alguns exemplos incluem os seguintes trechos:

Enfim, Heródoto **emprega** *καταχρᾶσθαι* para “dar-se a morte”: *λέγουσι ... αὐτοῦ μιν ἐν τῆσι Θυρέησι καταχρήσασθαι ἐωυτόν* [= “dizem... que ele mesmo se deu um fim em Tírea”] (I, 82); [...] (Eufemismos [1949], PLG I, p. 346, itálicos no original, negrito meu).

Em outras palavras, *z-gorc gorceal ē nora*, “ele cumpriu a obra”, significa não “eius facta est opera” mas “eius factum est operam”. Uma vez que “eius factum est” é o equivalente de “habet factum”, nada há de surpreendente em que “eius factum est” adote a recção transitiva do antigo *fecit* que ele **substitui** em armênio, e em que comporte um objeto determinado (Construção passiva [1952], PLG I, p. 201, itálicos no original, negrito meu).

O antigo futuro, com morfema *-sya-*, representado pelo avéstico *būšyati* “ele será”, é **substituído** em sogdiano por uma locução formada do presente seguido de uma partícula *kām* (antigamente = “desejo”): *but kām* “ele será” (Transformações [1968], PLG II, p. 137, itálicos no original, negrito meu)

Outra acepção, igualmente técnica, do neutro *λεπτόν* iria ter, **transposta** para o latim, grande fortuna (Diferenciação lexical [1966], PLG II, p. 268, grifo meu).

Também é possível perceber a presença da tradução mesmo em ocasiões em que nem mesmo sinônimos de “tradução” e “traduzir” são utilizados. Em vários momentos, Benveniste se limita a apresentar os equivalentes dos termos com que está trabalhando, sem especificar a

relação entre as unidades lexicais que cita. Entretanto, a leitura atenta deixa evidente que se trata de tradução para outras línguas, como se observa no trecho a seguir:

Em muitas línguas, *tu (vós)* serve como substituto de *on*: lat. *memoria minuitur nisi eam exerceas* [= lit. “a memória diminui a não ser que a exercites”]; *credere*, “acreditar-se-ia” [lit. “acreditarias”]; gr. *εἰποῖς ἄν*, “dir-se-ia”; gr. moderno *λές*, “diz-se”, *πᾶς*, “vai-se”; em russo, em locuções formulares ou proverbiais: *govoriš s nim* — *on ne slušaet*, “fala-se com ele, ele não ouve”; *podumaeš, čto on bolen*, “pensar-se-ia que ele está doente” (Mazon, *Gramm. russe*, § 157) (Relações de pessoa [1946], PLG I, p. 254–255, grifos no original).

Benveniste apresenta, aqui, as traduções de diversos termos e frases de diversas línguas para o francês, sem, entretanto, indicar textualmente que se trata de uma tradução, embora acrescente a sigla “lit.”, que corresponde à “literalmente”, nas duas primeiras traduções. Há, entretanto, casos semelhantes, de apresentação de traduções de termos, em que, no entanto, a sigla está ausente; somente são apresentadas as equivalências: “o alemão não foi tão longe; não existe verbo **willkommen*, mas somente uma locução *willkommen* (adj.) *heißen*, ‘dar as boas vindas’” (Delocutivos [1958], PLG I, p. 313, grifos no original). Quando se fala em equivalências em línguas diferentes, se entra no terreno da tradução. Logo, a tradução provavelmente está presente, de certo modo, em quase todos os momentos em que Benveniste utiliza algum termo estrangeiro nas suas análises linguísticas, o que, como mencionado acima, acontece repetidamente.

Além dessa presença da tradução – seja mencionada diretamente ou indiretamente – nas análises que envolvem línguas estrangeiras, que acontece tanto para enriquecer os seus exames da língua quanto para comprovar suas hipóteses, ficou evidente, com os exemplos apresentados nesta subseção, que Benveniste menciona a tradução frequentemente na sua obra, de modos bastante variados. Ele fornece indicações das traduções que optou por consultar em seus estudos, dá indícios da existência de traduções específicas de certas obras e faz referências a trabalhos que discorrem sobre o fenômeno tradutório. Demonstra – ainda que talvez não diretamente – conhecimento da existência de diversos tipos de tradução além da literal, incluindo, aí, até mesmo a tradução automática. Apresenta as traduções consagradas de termos e frases e reconhece a existência de diversas possibilidades de tradução para uma mesma unidade linguística. Adverte para a importância do contexto no processo tradutório. Reconhece a dificuldade de traduzir em alguns casos e, em outros, faz elogios a tradutores. Ao mesmo tempo, adota uma postura crítica, apontando tanto para erros e insuficiências em exemplos específicos quanto para limitações do processo tradutório como um todo. Sugere, nesse processo, as traduções que considera mais adequadas e precisas para um dado termo.

Por isso, Benveniste aponta para a necessidade de repensar e melhorar o processo tradutório. Além disso, a tradução não aparece na sua obra somente no sentido estrito – implicando a passagem de uma língua para outra – mas também em usos mais livres e figurados, não especializados, do termo. A presença da tradução na reflexão do linguista sírio-francês permite perceber, entre outras coisas, a importância das diferentes línguas na sua teoria e a forte preocupação com a especificidade do sentido. Nesse contexto, o único adjetivo possível para descrever o papel da tradução na reflexão linguística é “fundamental”. Que é o que a tradução parece ser, efetivamente, para Benveniste, dada a quantidade e a extensa variedade de menções a ela na sua obra, como fica evidente acima.

1.1.3 “*La traduction, la langue et l’intelligence*”: a nota sobre tradução

Mesmo que, como acredito ser possível perceber acima, a tradução apareça de modo muito mais evidente e desempenhe um papel muito mais importante na reflexão benvenistiana do que é costumeiro pensar, é impossível negar que as teorizações sobre o fenômeno tradutório *per se* são escassas na obra benvenistiana. Esse cenário, entretanto, se modifica, de certa forma, em 2016, com a publicação de um manuscrito inédito sobre tradução.

Antes de apresentar o objeto desta subseção, cabe fazer algumas ressalvas. A primeira diz respeito a uma questão terminológica. O termo “manuscrito”, como aponta Grésillon (2007), gera bastante confusão, já que pode indicar algo escrito à mão, o conjunto das versões de um texto/obra ou a última versão de uma determinada produção textual. Aqui, às vezes, uso “manuscrito” para me referir à nota intitulada “*La traduction, la langue et l’intelligence*”, visto que é o termo utilizado na nota de rodapé que a acompanha, que é detalhada abaixo. Entendo que, no caso específico do objeto analisado nesta subseção, o sentido de “manuscrito” se aproxima daquele proposto por Grésillon (2007, p. 106) para “manuscrito de trabalho”, termo que serve “[...] para designar assim a fase redacional que sucede aos trabalhos preparatórios que são as notas de leitura, planos, roteiros, esboços e começos”. Como será possível ver, a nota aqui abordada tem um caráter bastante incipiente e fragmentário, além de apresentar alguns poucos traços da sua elaboração textual, o que possibilitaria a sua inclusão nessa categoria.

Ao mesmo tempo, Irène Fenoglio (2009, p. 24) usa o termo “notas de trabalho” para se referir a textos presentes nos arquivos do Fonds Benveniste, definindo-as como “[...] toda formulação inscrita por Émile Benveniste e que entra, de uma maneira ou outra, no processo

de escrita de um artigo²³”. A autora ainda acrescenta que essas notas aparecem em suportes e formas variadas, mais ou menos elaboradas, em uma ou mais folhas, e afirma que, muitas vezes, elas são bastante repetitivas. A partir do estudo desses materiais arquivados, Fenoglio (2013, p. 31) foi capaz de reconstituir o processo habitual de escrita de Benveniste, que iniciava com “[...] notas manuscritas, depois um rascunho manuscrito, por vezes seguido de uma atualização manuscrita, ‘passada a limpo’, com instruções de layouts, muitas vezes uma datilografia com uma cópia dupla de carbono, às vezes, um ou mais conjuntos de provas”. “La traduction, la langue et l’intelligence”, como será visto mais detalhadamente a seguir, consiste na transcrição de algumas páginas escritas à mão por Benveniste. Porém, não há registro de que o texto tenha sido finalizado. Isso significa que, de acordo com o processo apresentado acima, só é possível inferir que talvez e eventualmente o que é apresentado em 2016 se tornaria um “rascunho manuscrito”. Como essa etapa não foi atingida, é necessário ter cuidado ao interpretar o conteúdo do manuscrito, não sendo possível considerá-lo como um produto plenamente acabado.

Entretanto, ao mesmo tempo, é importante considerar que Fenoglio (2013, p. 43) indica a importância das notas benvenistianas ao afirmar que

nas notas, Benveniste pensa-escreve: ele cria, inova ou se documenta, abre seu “problema” para o mundo e apresenta suas observações e suas surpresas. No rascunho, ele formula, teoriza. Em outras palavras, nas notas, ele pensa e ruma para circunscrever seu objeto e encontrar a expressão de seus conceitos; no rascunho, ele está no objetivo direto da escrita teórica, expondo seu objeto para os outros linguistas e teóricos da linguagem.

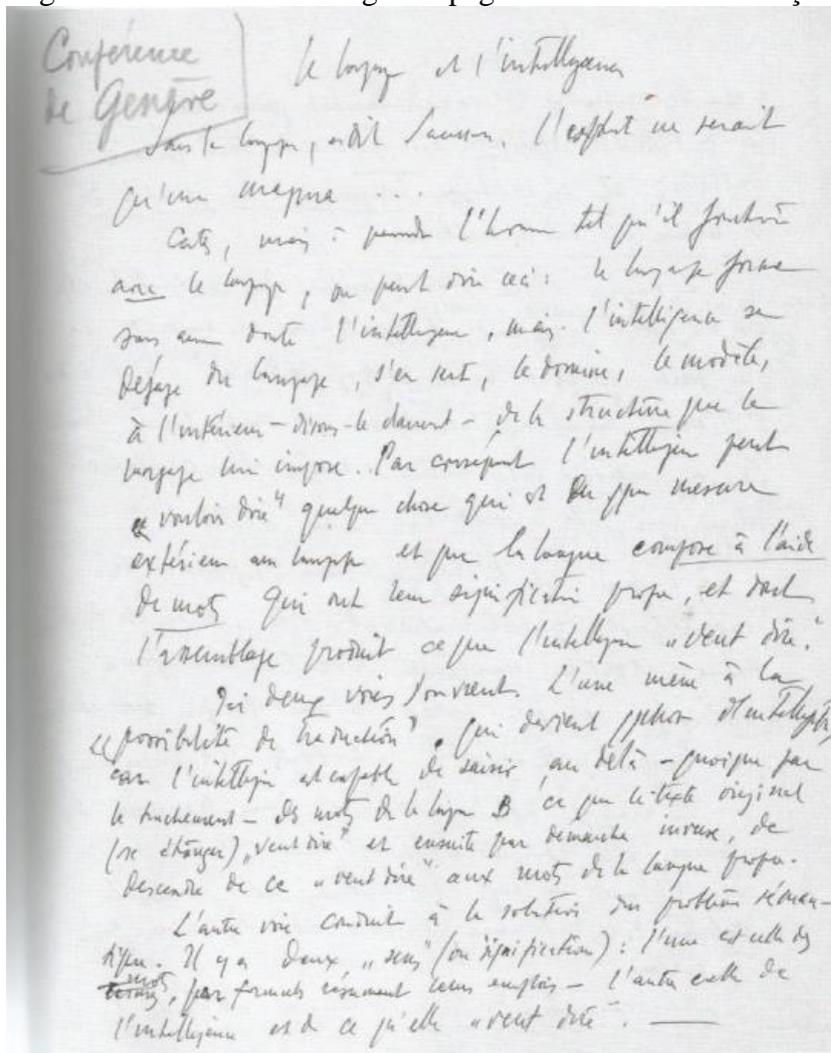
Ou seja, mesmo que não seja possível tomar o objeto que analisarei a seguir como plenamente finalizado, como um pensamento inteiramente desenvolvido e maturado, é razoável entendê-lo como a semente do pensamento, o nascimento de uma ideia, de uma noção, de uma problematização, o que autoriza a reflexão sobre ele, como proponho neste trabalho. Também devido a essa natureza de incompletude, opto, aqui, por me referir ao objeto dessas páginas como, além de “manuscrito”, “nota sobre tradução” ou, mais simplesmente, “nota”, e não como “texto” ou qualquer outro termo que dê a impressão de completude ou acabamento.

Estabelecidas essas considerações iniciais, passo a apresentar o manuscrito de que me ocuparei nesta subseção. Intitulado “La traduction, la langue et l’intelligence”, o manuscrito a

²³ No original: “[...] toute formulation inscrite par Émile Benveniste et entrant, d’une manière ou d’une autre, dans le processus d’écriture d’un article.”

que se costuma referir como nota sobre tradução foi publicado em 2016, no livro *Autour d'Émile Benveniste sur l'écriture*, organizado por Irène Fenoglio²⁴. Ele é apresentado de dois modos: uma transcrição digitada do conteúdo, que compreende três páginas, e, em seguida, um fac-símile das páginas escritas à mão por Benveniste, que ocupam cinco páginas, sendo que a primeira somente contém o título da nota no canto superior direito da página. A figura 1, abaixo, é um excerto desse fac-símile (correspondendo a segunda página do manuscrito, que, por sua vez, compreende a primeira parte da nota, como será visto abaixo). O fac-símile completo está apresentado no Anexo A.

Figura 1 – Fac-símile da segunda página da nota sobre tradução



Fonte: Benveniste, 2016, p. 41

²⁴ É importante notar que esse não é o único manuscrito inédito de Benveniste apresentado nesta publicação. Ela também inclui o texto “Singular et pluriel”, que se centra na noção de quantidade e numeração.

Não são fornecidas muitas informações contextuais em relação à nota sobre tradução. Ao título, é vinculada uma nota de rodapé, já mencionada acima, que explica que os dois inéditos publicados no livro são transcrições de manuscritos de Benveniste armazenados no Collège de France, identificados com o código CDF 28/17. Uma consulta ao catálogo dos arquivos da biblioteca do Collège de France indica que esse material está arquivado no Fonds Émile Benveniste, na categoria “*Travaux*” e, mais especificamente, em “*Cours et conférences*”. Além dos dois manuscritos mencionados acima, são armazenados sob o mesmo código outros cinco materiais, referentes a cursos de gramática comparada e conferências diversas²⁵. Nesse mesmo catálogo, é possível observar que a nota “*La traduction, la langue et l’intelligence*” é classificada como um artigo manuscrito de quatro páginas (e não cinco, como visto acima). Além disso, é interessante notar que é atribuída uma data à unidade documental: 1949-1953, embora nem todos os documentos agrupados tenham uma data específica definida.

Por sua vez, junto à versão publicada da nota, como já mencionado, consta uma nota de rodapé, declaradamente uma adição dos transcritores/editores²⁶. Nela, são apresentadas algumas questões relativas à tarefa da transcrição, que é creditada à Mariarosaria Zinzi. Também é enfatizado o compromisso com o respeito aos sublinhados feitos por Benveniste e há menção da ocorrência de reconstituição de frases quando os transcritores/editores julgaram necessário.

É importante observar que não aparece, na nota de rodapé, nenhuma menção ao tipo de transcrição utilizado. Grésillon (2007) destaca a existência de dois tipos principais de transcrição: a diplomática, que reproduz fielmente a organização de todos os elementos no espaço da página, e a linearizada, em que esse padrão não é observado. Como explicarei mais detalhadamente abaixo, ao comparar o fac-símile e a transcrição, é possível perceber que

²⁵ A saber : “Cours de Grammaire comparée de Hittite : cahier de notes prises par V. [Kirehenlutel ?] (1952-1953)”; “Cours de Grammaire comparée de Hittite : cahier de notes (s. d.)”; “Langue Sangleci : cahier de notes et vocabulaire”; “Conférence à Philadelphie et Londres. ‘Vocabulaire indo-européen’ : diverses notes”; e “L’Iran et l’Afghanistan, conférences radiodiffusées : plan des interventions, programmes des émissions (1949)”.

²⁶ Apesar de a transcrição ser creditada à Mariarosaria Zinzi, chama a atenção o fato de que a nota de rodapé em que essa informação é fornecida mistura sentenças na primeira pessoa do plural (“[...] o conteúdo das notas de rodapé foi acrescentado por nós para a edição” / no original: “[...] le contenu des notes de bas a été ajouté pour nous pour l’édition”, “[...] reconstituimos as frases” / no original: “[...] nous avons reconstitué des phrases”) e na primeira pessoa do singular (“Quero agradecer à Mariarosaria Zinzi [...] que estabeleceu a transcrição [...]” / no original: “Je tiens à remercier Mariarosaria Zinzi [...] qui a établi la transcription [...]”). Entendo que, provavelmente, essa nota de rodapé tenha sido redigida pela organizadora do livro, Irène Fenoglio, que muito provavelmente auxiliou no trabalho da transcrição dos manuscritos. Assim, sempre que me referir a qualquer aspecto que acredite serem intervenções originadas durante a transcrição, utilizarei “transcritores/editores” pois entendo que não é possível creditar e responsabilizar somente uma pessoa pelo trabalho que levou à publicação da transcrição do manuscrito.

foram feitas algumas pequenas modificações durante o ato de transcrever, o que caracteriza o método de transcrição utilizado como mais próximo do linearizado.

Além das informações constantes nessa nota de rodapé, Irène Fenoglio dedica algumas páginas da introdução de *Autour d'Émile Benveniste sur l'écriture* à apresentação e à discussão sobre os manuscritos inéditos incluídos no livro. Ela afirma que ambos “[...] estão visivelmente inacabados, mas sua relevância, somada ao seu caráter já muito redigido, exigia a sua publicação²⁷” (FENOGLIO, 2016a, p. 18). Porém, especificamente sobre a nota sobre tradução, Fenoglio escreve somente um parágrafo. Nele, ela chama a atenção para o fato de o possível futuro texto que as notas de trabalho constituiriam aparentemente ter sido destinado por Benveniste a uma conferência em Genebra. Embora esse detalhe não apareça na transcrição do manuscrito, o fac-símile revela a inscrição de “Conférence de Genève [sic]” no canto superior esquerdo da segunda página (a página em que o conteúdo propriamente dito se inicia, apresentada na figura 1 acima). Fenoglio (2016a, p. 18) também alerta que a nota é “[...] muito provavelmente um pedaço de texto [...]”²⁸. Além disso, aponta para o fato de que ela permite encontrar “[...] o caractere cintilante do pensamento, aqui muito sintético, do linguista²⁹” (FENOGLIO, 2016a, p. 18).

Considerando todas as informações apresentadas acima, cumpre destacar algumas incertezas que se relacionam à nota sobre tradução. Em primeiro lugar, não estão disponíveis informações se Benveniste chegou a apresentar o conteúdo dela, como pretendido, no Congresso em Genebra, nem mesmo sobre que congresso seria. Além disso, apesar de, como mencionado acima, a nota estar agrupada junto com documentos a que é atribuída a data de 1949-1953, o manuscrito não contém nenhuma indicação de data. É importante considerar, aqui, que, mesmo tendo sido abreviada por um acidente vascular cerebral em 1969, a carreira acadêmica de Benveniste foi longa, estendendo-se por mais de 45 anos (REDARD, 2014). Também é necessário levar em conta que, durante esse período, como se sabe, Benveniste produziu intensamente e sobre uma vasta diversidade de assuntos, dirigindo-se não somente a linguistas, mas também a filósofos, antropólogos, psicólogos, psicanalistas, sociólogos etc. Segundo Moïnfar (1992, p. 22), a obra do autor compreende “[...] dezoito livros, quase trezentos artigos e um número semelhante de resenhas recheadas de reflexão e

²⁷ No original: “[...] sont visiblement inachevés mais leur pertinence, ajoutée à leur caractère déjà très rédigé, exigeait leur publication.”

²⁸ No original: “[...] vraisemblablement une partie de texte [...]”

²⁹ No original: “[...] le caractère étincelant de la pensée, ici très synthétique, du linguiste.”

frequentemente tão ricas quanto seus artigos³⁰”. Todos esses dados apontam para a dificuldade de determinar o momento em que a nota sobre tradução foi redigida e a ocasião específica em que seria apresentada.

Ademais, é fundamental levar em consideração a já citada incompletude do material. Como apontado acima, Fenoglio (2016a) considera que nem mesmo se trata de um texto inteiro, mas somente de um pedaço de texto. Além disso, como será mais bem especificado abaixo, o manuscrito é apresentado dividido em três partes que, embora exibidas em conjunto, são bastante diferentes em termos de conteúdos específicos. Finalmente, é fundamental considerar que não é um texto acabado, isto é, preparado para publicação. Ou seja, as ideias apresentadas são, no mínimo, embrionárias. É necessário, portanto, considerar o estatuto inacabado e irregular das noções apresentadas ao estudar a nota sobre tradução.

Evidentemente, nenhuma dessas questões, entretanto, significa que essa nota não tenha relevância teórica ou que tenha que ser ignorada. Pelo contrário, entendo que, justamente devido ao seu caráter enigmático e fragmentário, ela deve ser estudada intensamente e confrontada com o restante da teoria benvenistiana para ser mais bem compreendida.

Posto isso, parto para a apresentação e considerações sobre o conteúdo da nota. Para isso, apresento-a, como foi transcrita, primeiramente, na sua totalidade em sua língua original, o francês:

La traduction, la langue et l'intelligence

Le langage et l'intelligence

Sans le langage, a dit Saussure, l'esprit ne serait qu'un magma...

Certes, mais à prendre l'homme tel qu'il fonctionne avec le langage, on peut dire ceci : le langage forme sans aucun doute l'intelligence, mais l'intelligence se dégage du langage, s'en sert, le domine, le modèle, à l'intérieur – disons-le clairement – de la structure que le langage lui impose. Par conséquent l'intelligence peut “vouloir dire” quelque chose qui est en quelque mesure extérieur au langage et que la langue compose à l'aide de mots qui ont leur signification propre, et dont l'assemblage produit ce que l'intelligence “veut dire”.

Ici deux voies s'ouvrent. L'une mène à la “possibilité de traduction” qui devient quelque chose d'intelligible car l'intelligence est capable de saisir au-delà – quoique par le truchement – des mots de la langue B ce que le texte original (*i.e.* étranger) “veut dire” et ensuite, par démarche inverse, de descendre de ce “veut dire” aux mots de la langue propre.

L'autre voie conduit à la solution d'un problème sémantique. Il y a deux “sens” (ou significations) : l'une est celle des mots, par formules résumant leurs emplois – l'autre celle de l'intelligence et de ce qu'elle “veut dire”.

³⁰ No original: “[...] dix-huit livres, près de trois cents articles, et autant de comptes rendus pleins de réflexion et souvent aussi riches que ses articles.”

Le langage a ceci de particulier, d'irremédiablement particulier et qui crée sa difficulté spécifique à l'endroit de toute théorie unitaire ; il se développe toujours à la jonction de la nature et de la culture.

Le langage a une base biologique et 'naturelle', celle à cause de laquelle il est appelé "langue" que lui donne l'appareil articulatoire et auditif, ce qui fait qu'il a besoin de 'sons articulés', c'est-à-dire d'éléments sonores aptes à devenir les articulations d'unités. Les sons relèvent de la nature, mais l'articulatoire linguistique, de la culture.

Le langage est biologique dans le principe des 'onomatopées', des exclamations, des cris, mais la culture donne à tout ce matériel vocal une 'forme' spécifique et qui relève d'une langue déterminée, non de n'importe laquelle ou de toutes indifféremment.

Le langage reflète la nature dans le système des références qui comporte inévitablement tout ce qui concerne l'homme, son corps, ses émotions, etc., mais la relation de ces données de base est dynamisée par la culture.

Le caractère double du langage est fondé par là.

Ce qu'on traduit est le rapport du signe à la réalité, c'est-à-dire la valeur de désignation.

Aristote forge le terme ἔντομα [*éntoma*] "comportant des coupures", pour désigner une classe d'êtres.

Or c'est cette désignation qui est 'traduite' par le latin *insecta*.

Il y a donc ici deux procès indépendants, l'un consiste à appliquer à un élément de réalité (extra-linguistique) une certaine désignation, l'autre consiste à utiliser pour cette désignation un signe linguistique forgé à l'imitation du modèle étranger (ici grec).

Le résultat est qu'on a en latin désigné les petits êtres en question comme « insectes, divisés en segments », en créant ou en utilisant le même rapport entre le signe et la chose.

Naturellement le fait de choisir *in-secta* pour traduire ἔντομα [*én-toma*] est le phénomène matériel et littéral de 'traduction'. Il suppose pour son compte une équivalence constatée entre ἐν [*én*] et *in*, entre τομα [*toma*] et *-secta*.

Mais ici le problème est différent : quand on traduit ἔντομα [*éntoma*] par *insecta*, on ne traduit pas le verbe τέμνω [*témnō*] dans toutes ses valeurs, on se contente d'utiliser une équivalence constatée entre τέμνω et *secō* pour créer un signe symétrique de ἔντομα [*éntoma*].

Traduire c'est instituer, entre sa propre langue et le monde, le même rapport que dans la langue source, soit par des équivalences littérales entre signes, s'ils peuvent composer le même 'sens', soit par des équivalences globales obtenues au moyen de relations tout autres, que ne sont plus entre signes (Traduction [2016], p. 37-39, grifos no original).

Em seguida, apresento a minha tradução da nota para o português, que também será utilizada nas citações posteriores deste trabalho para facilitar a leitura:

A tradução, a língua e a inteligência

A linguagem e a inteligência

Sem a linguagem, disse Saussure, o espírito seria somente um magma...

Certamente, mas para tomar o homem como ele funciona com a linguagem, podemos dizer isso: a linguagem forma sem nenhuma dúvida a inteligência, mas a inteligência emerge da linguagem, se serve dela, a domina, a modela, no interior – sejamos claros – da estrutura que a linguagem impõe a ela. Portanto, a inteligência pode "querer dizer" algo que é, de algum modo, exterior à linguagem e que a língua compõe com o auxílio de palavras que têm a sua significação própria, e cujo arranjo produz aquilo que a inteligência "quer dizer".

Aqui duas vias se abrem. Uma leva à “possibilidade de tradução” que se torna algo inteligível porque a inteligência é capaz de apreender além – ainda que por intermédio – das palavras da língua B o que o texto original (ou seja, estrangeiro) “quer dizer” e, em seguida, pela abordagem inversa, de descer desse “quer dizer” às palavras da própria língua.

A outra via conduz à solução de um problema semântico. Há dois “sentidos” (ou significações): um é aquele das palavras, por fórmulas que sumarizam seus empregos – o outro, aquele da inteligência e do que ela “quer dizer”.

A linguagem tem isso de particular, de irremediavelmente particular e que cria a sua dificuldade específica no que diz respeito a toda teoria unitária; ela se desenvolve sempre na junção da natureza e da cultura.

A linguagem tem uma base biológica e ‘natural’, aquela por causa de que ela se chama “língua” que lhe dá o aparelho articulatório e auditivo, o que faz com que ela necessite ‘sons articulados’, ou seja, elementos sonoros aptos a se tornarem as articulações de unidades. Os sons dependem da natureza, mas a articulação linguística, da cultura.

A linguagem é biológica no princípio das ‘onomatopeias’, das exclamações, dos gritos, mas a cultura dá a todo esse material vocal uma ‘forma’ específica e que depende de uma língua determinada, não de qualquer uma ou de todas indiscriminadamente.

A linguagem reflete a natureza nos sistemas de referências que inevitavelmente inclui tudo sobre o homem, seu corpo, suas emoções etc., mas a relação desses dados de base é dinamizada pela cultura.

O caractere duplo da linguagem é fundado através disso.

O que traduzimos é a relação do signo com a realidade, ou seja, o valor de designação.

Aristóteles cunha o termo ἔντομα [*éntoma*] “contendo cortes”, para designar uma classe de seres.

Ora, é esta designação que é ‘traduzida’ pelo latim *insecta*.

Há, então, aqui, dois processos independentes, um consiste em aplicar a um elemento de realidade (extralinguística) uma certa designação, o outro consiste em utilizar para essa designação um signo linguístico cunhado à imitação do modelo estrangeiro (aqui grego).

O resultado é que designamos em latim os pequenos seres em questão como “insetos, divididos em segmentos”, criando ou utilizando a mesma relação entre o signo e a coisa.

Naturalmente, o fato de escolher *in-secta* para traduzir ἔν-τομα [*én-toma*] é o fenômeno material e literal de ‘tradução’. Ele presume, por sua conta, uma equivalência constatada entre ἔν [*en*] e *in*, entre τομα [*toma*] e *-secta*.

Mas aqui o problema é diferente: quando traduzimos ἔντομα [*éntoma*] por *insecta*, não traduzimos o verbo τέμνω [*témnō*] em todos os seus valores, nos limitamos a usar uma equivalência constatada entre τέμνω e *secō* para criar um signo simétrico de ἔντομα [*éntoma*].

Traduzir é instituir, entre sua própria língua e o mundo, a mesma relação que na língua-fonte, seja por equivalências literais entre signos, se eles podem compor o mesmo ‘sentido’, seja por equivalências globais obtidas por meio de relações completamente diferentes, não mais entre signos.

Vários aspectos devem ser destacados em relação a essa transcrição. Primeiramente, é importante notar a variedade de sinais gráficos presentes ao longo dela. Como já indicado acima, conforme Flores (2013a), é necessário levar isso em conta porque as variações gráficas presentes na reflexão benvenistiana podem indicar sentidos específicos dos termos a que estão vinculadas. Em relação a isso, é importante notar que os *itálicos* parecem ter sido

acrescentados pelos transcritores/editores para marcar os termos estrangeiros, já que, no fac-símile, os termos em latim haviam sido sublinhados por Benveniste. Já os sublinhados da transcrição correspondem a sublinhados no fac-símile e parecem ter valor de realce, sendo utilizados, creio, para enfatizar a importância do conteúdo e dar destaque àquilo que Benveniste estava propondo. Chama a atenção, entre eles, a presença de diversas instâncias de palavras relacionadas à designação, que, como será observado no capítulo seguinte (cf. 2.6), era uma questão a que Benveniste conferia certa importância. Além disso, é importante notar a presença de diversos termos entre aspas (duplas, simples e até mesmo angulares, na transcrição), o que deve ser levado em conta quando da interpretação do conteúdo.

Em relação à intervenção dos transcritores/editores, é importante notar que, além das modificações nos sublinhados e itálicos, também foram adicionados os termos entre colchetes que sucedem os termos em grego utilizados por Benveniste, possivelmente para facilitar a leitura, já que são uma transcrição da pronúncia do grego utilizando o alfabeto latino/romano.

Ainda em relação a essas intervenções, ao comparar a transcrição e as páginas manuscritas, cumpre observar que os transcritores/editores excluem uma hesitação terminológica na segunda frase do quarto parágrafo: na frase “Há dois ‘sentidos’ (ou significações): um é aquele das palavras, por fórmulas que sumarizam seus empregos – o outro, aquele da inteligência e do que ela ‘quer dizer’” (Traduction [2016], p. 38), o termo “palavras/*mots*” aparece escrito acima de “termos/*termes*”, riscado por Benveniste. São unidades lexicais que geralmente são consideradas sinônimas; entretanto, é possível especular que, já que o trecho parece se referir à significação em um sentido bastante amplo, Benveniste as tenha trocado porque “termo” geralmente evoca um sentido mais técnico, enquanto “palavra” tem um valor mais geral.

Há ainda uma outra interferência dos transcritores/editores a considerar. O fac-símile revela que, logo no início do último parágrafo do conjunto, Benveniste rasura um trecho e acrescenta outra passagem. Na minha interpretação, originalmente o parágrafo começaria da seguinte maneira: “Traduzir é instituir, na língua B, a mesma relação que na língua-fonte [...]” (Traduction [2016], p. 44). O “na língua B” foi riscado e, entre o que o precedia e o que o sucedia, parece ter sido acrescentado, posteriormente, “entre sua própria língua e o mundo”, que figura na frase final da transcrição. Em relação a essa alteração, é interessante observar, primeiramente, que a expressão “*langue B*” aparece no terceiro parágrafo da nota:

Aqui duas vias se abrem. Uma leva à “possibilidade de tradução” que se torna algo inteligível porque a inteligência é capaz de apreender além – ainda que por intermédio – das palavras da língua B o que o texto original (ou seja, estrangeiro)

“quer dizer” e, em seguida, pela abordagem inversa, de descer desse “quer dizer” às palavras da própria língua (Traduction [2016], p. 37–38).

A língua B, portanto, corresponde à língua em que o texto traduzido é escrito, isto é, a língua-alvo, aquela do tradutor. Assim, novamente, não há grandes modificações do sentido com a troca de termos realizada pelo próprio Benveniste. Porém, é interessante notar que ele opta por usar “*sa propre langue*”, com o pronome “*sa*”, como se ele estivesse se dirigindo diretamente aos tradutores, em um movimento tipicamente intersubjetivo.

É importante esclarecer que eu cito as intervenções acima não com o intuito de desqualificar o trabalho dos transcritores/editores, mas com a intenção de assinalar alguns indícios do processo de escrita de Benveniste que podem acabar passando despercebidos com a leitura unicamente da transcrição e, a partir disso, fazer inferências sobre os seus significados. Fenoglio (2013, p. 26) alerta para o fato que “[...] pode-se imaginar que rasurar, por exemplo, torna reversível o ato de ter enunciado essa palavra, essa frase, esse fragmento; mas, bem ao contrário, a rasura mostra ainda mais e complexifica a recomposição enunciativa”. Ou seja, é fundamental evidenciar o que está por trás das rasuras, o vestígio da escrita, para que o texto apareça ainda mais e seja mais bem compreendido globalmente.

Por fim, quero citar ainda uma última interposição dos transcritores/editores: a divisão do texto transcrito em três partes distintas, que parece ser justificada tanto pelo conteúdo quanto pela suposta organização do manuscrito por Benveniste³¹. A primeira parte consiste de quatro parágrafos e corresponde à segunda folha do manuscrito (figura 1); a segunda parte é apresentada na terceira folha do manuscrito e compreende cinco parágrafos; e a terceira parte aparece em duas páginas do manuscrito (a segunda contendo o número 2 no canto superior direito) e tem oito parágrafos. No texto transcrito, essas partes são separadas por uma linha em branco.

Antes de passar a tecer considerações mais voltadas para o conteúdo da nota sobre tradução, é importante ressaltar ainda um aspecto interessante em relação a sua forma: o título. Afirmei, acima, que o título da nota é “*La traduction, la langue et l’intelligence*”. Efetivamente, é esse o título que aparece tanto no topo da transcrição quanto no canto superior direito da já citada primeira folha do manuscrito. Entretanto, é curioso observar a presença do que é, aparentemente, um outro título, ou ao menos um subtítulo, grafado em

³¹ É importante considerar, aqui, novamente, a falta de informações em relação ao manuscrito. Como é possível ver no Anexo A, Benveniste, aparentemente, não numerou as páginas que compõem a nota. Além disso, não existem informações publicadas sobre como o material foi armazenado, o que conduz novamente ao cuidado na análise do material.

negrito na transcrição: “Le langage et l’intelligence”. Esse mesmo sintagma é observado centralizado na segunda página do manuscrito. Novamente, entretanto, não é possível saber se se trata de uma hesitação em relação ao título do artigo/conferência ou se é somente um subtítulo, dada a não existência de um texto finalizado e publicado/proferido.

Feitas as considerações sobre questões de cunho mais técnico, passo, agora, a decompor mais detidamente o conteúdo do texto.

Após uma alusão inicial a Saussure, que denota a importância da linguagem para os seres humanos³², Benveniste propõe uma relação circular entre linguagem e inteligência, afirmando que “[...] a linguagem forma sem nenhuma dúvida a inteligência, mas a inteligência emerge da linguagem, se serve dela, a domina, a modela, no interior – sejamos claros – da estrutura que a linguagem impõe a ela” (Traduction [2016], p. 37). Ou seja, a linguagem é essencial para a inteligência, que, por sua vez, depende da linguagem, que lhe dá forma.

Aqui, cumpre fazer uma ressalva. O termo “inteligência”, me parece, não é muito frequente em Benveniste. Uma pesquisa nos PLGs efetivamente indica que há somente seis ocorrências da palavra, todas no PLG I e nenhuma com um sentido semelhante ao que acredito ter sido utilizado aqui, que, no meu entendimento, se aproxima da noção de “*esprit*” proposta por Saussure, autor que, inclusive, é mencionado na primeira frase da nota. Interpreto “inteligência”, portanto, como equivalente ao pensamento, à atividade mental, ao raciocínio.

Na continuação da nota, Benveniste assevera que “portanto, a inteligência pode ‘querer dizer’ algo que é, de algum modo, exterior à linguagem e que a língua compõe com o auxílio de palavras que têm a sua significação própria, e cujo arranjo produz aquilo que a inteligência ‘quer dizer’” (Traduction [2016], p. 37, grifos no original). Nesse trecho, é importante notar que há a primeira menção a um elemento extralinguístico, exterior à linguagem, um tema que será retomado posteriormente nas notas de trabalho, como será discutido abaixo. Também percebo, aqui, uma menção ao processo de produção de discurso, ou seja, ao semântico, já que as palavras são agrupadas para transmitir algo que se quer dizer, remetendo, então, ao intencionado de “A forma e o sentido na linguagem” (cf. 1.1.1), o que também será abordado em mais detalhes no segundo capítulo (cf. 2.5).

Após essa explicação inicial, Benveniste vislumbra dois caminhos possíveis: o da possibilidade de tradução, relacionado à compreensão da mensagem do texto original por

³² Benveniste prefere usar – e usa, nessas notas de trabalho – o termo “homem” para se referir aos seres humanos em geral. Porém, sempre que for possível, usarei “seres humanos” no lugar de “homem” por entender que é um termo muito mais inclusivo e, portanto, mais adequado ao contexto social atual.

intermédio das unidades linguísticas da língua-alvo (percurso que pode ser invertido, levando da mensagem às palavras da língua-fonte), e o que indica o problema semântico da existência de dois sentidos/duas significações: “[...] um é aquele das palavras, por fórmulas que sumarizam seus empregos – o outro, aquele da inteligência e do que ela ‘quer dizer’” (Traduction [2016], p. 38). Entretanto, Benveniste não vai além no desenvolvimento dessa questão, deixando em aberto em que contextos ou de que maneira é possível perceber essas duas significações.

Um ponto importante a considerar, acerca dessa primeira parte da nota, é que as diversas menções de “*vouloir dire*” e “*veut dire*” estão entre aspas. Entendo que elas são usadas como uma forma de atenuação do sentido: Benveniste, penso, não se referiria a “querer dizer” como uma intenção deliberada e expressa de comunicar algo. Novamente, essa passagem me conduz à lembrança do intencionado proposto em “A forma e o sentido na linguagem”, ou seja, não é, portanto, o conteúdo *per se* nem o desejo de falar algo específico, mas mais o simples fato de produzir um enunciado.

A segunda parte da nota inicia mencionando a especificidade da linguagem: “[...] ela se desenvolve sempre na junção da natureza e da cultura” (Traduction [2016], p. 38, grifo no original). A partir daí, Benveniste detalha as suas bases:

A linguagem tem uma base biológica e ‘natural’, aquela por causa de que ela se chama ‘língua’ que lhe dá o aparelho articulatório e auditivo, o que faz com que ela necessite ‘sons articulados’, ou seja, elementos sonoros aptos a se tornarem as articulações de unidades. Os sons dependem da natureza, mas a articulação linguística, da cultura (Traduction [2016], p. 38).

Segue-se um detalhamento desse trecho, em que Benveniste relaciona o aspecto biológico da linguagem às onomatopeias, às exclamações e aos gritos, enquanto a cultura é responsável por dar “[...] a todo esse material vocal uma ‘forma’ específica e que depende de uma língua determinada, não de qualquer uma ou de todas indiscriminadamente” (Traduction [2016], p. 38). A cultura, então, age sobre a base fornecida pela natureza, organiza e articula os sons de uma maneira específica em cada língua, seja qual ela for. Aqui, vê-se que não há discriminação entre sistemas linguísticos específicos: todas as línguas têm a mesma capacidade de transformar sons em unidades significativas, que fazem parte de um sistema articulado.

O parágrafo seguinte ainda é dedicado a questões semelhantes às do parágrafo anterior. Nele, Benveniste considera que tudo que se relaciona aos seres humanos – corpo, emoções etc. – integra um sistema de referências que é refletido na linguagem. Porém, é a

cultura que dinamiza as relações entre esses elementos. Mais uma vez, então, é possível observar que o aspecto biológico forma a base sobre a qual a cultura age, tornando as relações significativas.

Essa segunda parte da nota se encerra com um parágrafo que consiste em uma única frase: “O caractere duplo da linguagem é fundado através disso” (Traduction [2016], p. 38, grifo no original). O natural e o cultural, portanto, são duas partes igualmente necessárias e determinantes da linguagem; sem uma delas, não existiria linguagem e, conseqüentemente, língua. Essa noção de caractere duplo será retomada no capítulo seguinte (cf. 2.2.1).

A terceira parte da nota sobre tradução, por sua vez, é mais longa e inicia com uma declaração bastante direta: “O que traduzimos é a relação do signo com a realidade, ou seja, o valor de designação” (Traduction [2016], p. 38, grifos no original). O tradutor, portanto, deve concentrar seus esforços para determinar o valor de designação, que tem a ver com a relação entre a língua e o mundo.

Benveniste dedica praticamente todo o restante da terceira parte da nota para exemplificar esse ponto a partir da análise da tradução do termo grego “ἔντομα”, que Aristóteles teria escolhido “[...] para designar uma classe de seres” (Traduction [2016], p. 38, grifo no original). Para o linguista sírio-francês, essa designação, por sua vez, “[...] é ‘traduzida’ pelo latim *insecta*” (Traduction [2016], p. 39, grifo no original). Aqui, é importante observar que Benveniste afirma que o que é traduzido não é a palavra ou o termo, mas sim a própria designação.

É interessante considerar uma flutuação terminológica importante aqui: no primeiro parágrafo da terceira nota de trabalho, Benveniste afirma que se traduz o valor de designação, enquanto no terceiro parágrafo ele abandona parte desse sintagma, passando a declarar que é a própria designação que é traduzida. O valor de designação, como visto acima, é equivalente, para Benveniste, à “[...] relação do signo com a realidade [...]” (Traduction [2016], p. 38, grifo no original). Por outro lado, ele associa a criação de um termo específico, por Aristóteles, ao ato de “[...] designar uma classe de seres” (Traduction [2016], p. 38, grifo no original). Além disso, mais adiante, no quarto parágrafo da terceira parte, ele afirmará que um dos processos independentes da atividade tradutória “[...] consiste em aplicar a um elemento de realidade (extralinguística) uma certa designação [...]” (Traduction [2016], p. 39, grifo no original). Ou seja, a designação, para Benveniste, nesse contexto, parece se referir, em geral, especificamente ao termo utilizado para denominar algo, enquanto o valor de designação vai além disso, concernindo a relação estabelecida entre esse signo e a realidade extralinguística.

Ao mesmo tempo, porém, cumpre ressaltar ainda que, nesse terceiro parágrafo da terceira parte, o termo ‘traduzida’ encontra-se entre aspas simples, o que pode indicar que a palavra não deve ser entendida na sua acepção mais comum, talvez por se tratar da criação de um novo termo na língua de chegada por meio da tradução. Porém, é importante, aqui, observar que, no primeiro parágrafo dessa parte, o mesmo termo aparece, porém não entre aspas. Do mesmo modo, é imperativo considerar que há mais duas instâncias em que as aspas aparecem marcando termos relacionados ao ato tradutório: no terceiro parágrafo da primeira parte, se encontra “possibilidade de tradução” entre aspas duplas; e, no sexto parágrafo da terceira parte (15º parágrafo da nota como um todo), há ‘traduction’ entre aspas simples. Uma interpretação que me parece possível para esses casos é que Benveniste opta por utilizar as aspas nesses trechos por entender que nunca se atinge uma tradução 100% exata e completa, posto que sempre haverá alguma modificação no sentido ao se passar de um sistema linguístico para outro.

Na continuação do texto, como já mencionado brevemente acima, Benveniste diseca os dois processos – independentes – que têm relação com os exemplos que ele citou nos parágrafos precedentes. O primeiro é a prescrição de uma determinada designação a um dado elemento da realidade, ou seja, consiste na escolha de um certo termo – uma designação, como explicado acima – para uma coisa. É importante notar que esse processo ocorre somente em uma língua, não envolvendo a tradução. O segundo processo, por outro lado, é a utilização, “[...] para essa designação[, de] um signo linguístico cunhado à imitação do modelo estrangeiro [...]” (Traduction [2016], p. 39). Esse processo, portanto, é o próprio processo tradutório, já que parte de um termo – aqui denominado modelo – em um idioma para chegar a um novo termo em outra língua.

A combinação dos dois processos tem como resultado a designação dos mesmos seres em latim (a língua do texto traduzido) como “insetos”, “[...] criando ou utilizando a mesma relação entre o signo e a coisa” (Traduction [2016], p. 39, grifo no original). Ou seja, a escolha de uma nova designação – um novo signo, portanto – na língua estrangeira, por meio da tradução, permite replicar o mesmo valor de designação nessa língua.

Segundo Benveniste, essa operação de escolha se dá de maneira lógica: “Naturalmente, o fato de escolher *in-secta* para traduzir *ἔν-τομα* [*én-toma*] é o fenômeno material e literal de ‘tradução’. Ele presume, por sua conta, uma equivalência constatada entre *én* [*en*] e *in*, entre *τομα* [*toma*] e *-secta*” (Traduction [2016], p. 39, grifos no original). O processo tradutório, para Benveniste, portanto, consiste em identificar tanto que designação (termo) corresponde a um dado item da realidade na língua de partida quanto qual é o valor

dessa designação, ou seja, que relação é instaurada entre o termo e a realidade, para então buscar, na língua de chegada, uma unidade linguística (uma nova designação, portanto) que retrate a mesma noção expressa pelo termo original, considerando a sua relação com o mundo exterior (isto é, o mesmo valor de designação). O fenômeno é material, portanto, porque tem ligação com a própria realidade, e literal porque busca refletir a *mesma* relação entre o mundo e o sistema linguístico nas duas línguas envolvidas no processo.

É importante notar, ainda em relação ao trecho citado acima, que, para Benveniste, a equivalência não é suposta somente entre os termos por si mesmos e entre os termos e a realidade, mas também entre as partes que compõem os termos. No parágrafo seguinte, porém, Benveniste afirma que o problema, quando se trata equivalência entre as partes de um termo, é diferente, já que, ao traduzir o termo inteiro, não se traduz cada uma de suas partes em todos os seus valores, mas “nos limitamos a usar uma equivalência constatada [...]” entre as partes “[...] para criar um signo simétrico [...]” (Traduction [2016], p. 39). O exemplo utilizado para exemplificar esse ponto é novamente o caso de ἔντομα. Para Benveniste, o verbo τέμνω [témnō] (cortar, em português), uma das partes de ἔντομα (que significa, conforme afirmado previamente na própria nota, “contendo cortes”), não é traduzido em todos os seus valores quando ἔντομα é transposto para o latim *insecta*.

Além disso, é importante considerar que, com essa passagem, Benveniste indica que o processo tradutório ocorre em dois níveis: um considerando o termo como um todo, o que implica levar em conta também a sua relação com o ambiente extralinguístico, e o segundo, menos específico e criterioso, que tem em vista os subcomponentes linguísticos do próprio termo.

A nota é finalizada com a seguinte reflexão:

Traduzir é instituir, entre sua própria língua e o mundo, a mesma relação que na língua-fonte, seja por equivalências literais entre signos, se eles podem compor o mesmo ‘sentido’, seja por equivalências globais obtidas por meio de relações completamente diferentes, não mais entre signos (Traduction [2016], p. 39).

Acho essa passagem um tanto intrigante. Enquanto a primeira parte é de fácil compreensão, já que retoma o que já havia sido dito anteriormente (traduz-se a relação entre o signo e a realidade), a segunda parte me parece mais enigmática. Nela, Benveniste cita duas maneiras com que essa mesma relação entre signo e realidade pode ser estabelecida na língua-fonte, as equivalências literais ou as equivalências globais, mas não as explica em detalhes.

Meu primeiro impulso, ao ler esse trecho, por seu posicionamento no conjunto de manuscritos, é lhe dar valor de conclusão. Nesse caso, considero todo o texto que precede a passagem como indicação para entender a que ela se refere, representando o que a conclusão está retomando. Isso me leva a algumas dúvidas. Partindo dessa perspectiva, sou levada a entender que as equivalências literais seriam aquelas que acontecem entre o termo como um todo (ἔντομα > *insecta*), já que são as primeiras citadas por Benveniste nessa terceira parte. Ademais, como notado anteriormente, Benveniste declara que “[...] o fato de escolher *in-secta* para traduzir ἔντομα [*én-toma*] é o fenômeno material e literal de ‘tradução’” (Traduction [2016], p. 39). Por um lado, esse ponto de vista faz sentido, já que, na passagem final da nota, as equivalências literais, para Benveniste, ocorrem entre signos, no caso de eles terem o mesmo “sentido”³³. Por outro lado, não há menção, aqui, à relação entre a língua e o mundo. Nesse caso, me questiono acerca do motivo para, agora, Benveniste considerar que as equivalências literais só concernem às relações entre signos. Além disso, tomar as equivalências entre os termos considerados como um todo como equivalências literais não conduziria a, dentro dessa perspectiva, assumir que as equivalências globais são aquelas entre as partes de um determinado termo (ἔν > *in*, τομα > *-secta*)? Nesse caso, quais são essas relações completamente diferentes a que Benveniste se refere nessa frase final? Seriam elas as equivalências constatadas entre as partes, que não consideram todo o valor de uma dada unidade?

Essas dúvidas me levam a um segundo momento, em que passo a refletir se o problema não está justamente na maneira com que estou olhando para a nota e especificamente para essa passagem. Se, ao invés de considerar o manuscrito “La traduction, la langue et l’intelligence” como um texto propriamente dito, eu encará-lo como um apanhado de notas de trabalho de Benveniste, como já defendido acima, passo a entender que esse parágrafo não é necessariamente um fechamento, mas pode configurar uma provável abertura, em que é proposta uma questão que ainda será desenvolvida. Nesse caso, penso que o que precede a passagem na terceira parte é o que Benveniste entende por “equivalências literais”. Entendo, portanto, que as equivalências literais são aquelas que dizem respeito a uma determinada designação (isto é, um termo específico que nomeia um determinado objeto extralinguístico) que é transposta para uma outra designação, em uma língua diferente, buscando reestabelecer um valor de designação semelhante ao da língua original. Essa designação, por sua vez, pode incluir subunidades linguísticas, que também serão transpostas,

³³ É importante marcar aqui o uso de aspas também no manuscrito original, que, penso, pode indicar que essa não seria a palavra mais precisa para a frase.

ainda que nem todo o valor contido nelas possa ser transposto. As equivalências globais, por sua vez, as que envolvem outras relações não especificadas, provavelmente seriam explicadas por Benveniste na continuação do material. Partindo desse ponto de vista, portanto, nunca será possível saber a que ele se referia quando menciona tais equivalências.

Para além dessa questão, há ainda outro ponto importante a considerar nessa terceira parte da nota sobre tradução (e que será retomada mais detalhadamente na continuação deste trabalho). Trata-se do fato de que a relação entre significação e designação é um assunto que aparece de maneira bastante destacada em alguns trabalhos de Benveniste, sendo que a menção mais notável a esse ponto encontra-se na introdução ao *Vocabulário*. Lá, Benveniste afirma que a tarefa do linguista é elucidar a significação, enquanto a designação está destinada a outros (que ele não nomeia) (*Vocabulário* [1969]). Para Normand (2012), embora a significação tenha sido encarada como um problema por Benveniste em boa parte de sua carreira, nos seus trabalhos finais, publicados entre 1966 e 1970, ele busca uma resolução para a questão, notadamente a partir da distinção entre semiótico e semântico. É curioso, então, que a designação desempenhe um papel central na nota sobre tradução. No próximo capítulo, retomarei essa discussão com mais ênfase, considerando a representatividade da designação no estabelecimento da significação.

Passando para a consideração da nota como um todo, confesso que tenho dificuldade de perceber um fio condutor claro entre as suas três partes se considero que ela é uma nota sobre tradução. Se a questão da tradução nem mesmo chega a ser mencionada na segunda parte, como ela poderia ser considerada como o fator que liga todos os elementos?

Ou seja, é necessário questionar a própria essência da nota. Para isso, penso ser importante retomar o conteúdo das partes. Resumidamente, vê-se que o primeiro fragmento se concentra na questão do efeito que a linguagem tem nos seres humanos, permitindo o “querer dizer” da inteligência. Benveniste propõe duas vias de observação dessa questão: a da possibilidade de tradução desse “querer dizer” em outra língua e a do problema semântico da existência de duas significações distintas (a das palavras e a da inteligência). A segunda parte, por sua vez, discute o caractere duplo da linguagem, que compreende uma base natural que é moldada pela cultura. O terceiro fragmento, por fim, se centra na questão da designação, que implica a relação do signo com a realidade, que é o que, segundo Benveniste, efetivamente deve ser traduzido.

Essa observação permite identificar que a noção que parece guiar a nota não é a tradução, mas sim a linguagem. Embora a noção só apareça textualmente na primeira e na segunda parte, ela não está ausente da terceira, em que Benveniste vai além da língua,

colocando em jogo a sua relação com o mundo exterior. A tradução, nesse caso, apesar de ser a primeira palavra do título, não é o objeto central e final da reflexão³⁴; isso não significa, porém, que a tradução não desempenhe um papel fundamental: é ela que permite evidenciar a relevância e a natureza da linguagem. Na primeira parte, ela opera para falar da relação entre a linguagem e o pensamento; na terceira, ela é evidência do vínculo entre a linguagem e a realidade. Ou seja, a tradução age como um “[...] posto de observação sobre as estratégias de linguagem [...]” (MESCHONNIC, 2010, p. XXII).

1.2 LEITURAS ANTERIORES

Explicitadas as menções que o próprio Benveniste faz à tradução, sejam elas de natureza teórica ou prática, faz-se necessário apreciar as instâncias em que os preceitos que ele formulou – sejam eles relacionados ou não à tradução – foram aplicados a estudos sobre o fenômeno tradutório. É importante ressaltar que considero somente trabalhos especificamente direcionados a uma análise da tradução considerando-a como processo linguístico. Desse modo, não considerarei, nesta seção, trabalhos que analisem a tradução enquanto produto e/ou partam de uma perspectiva mais literária do que linguística.

Divido esta seção em duas subseções. Uma se dedica a traçar um panorama da produção acadêmica sobre tradução e Benveniste no exterior, considerando a França em especial, por ser o local em que os estudos sobre Benveniste em geral são mais numerosos. A segunda se centra nos trabalhos sobre o assunto gerados no contexto brasileiro, onde a teorização sobre o alcance da aplicação da teoria benvenistiana à tradução é relativamente grande, como será destacado abaixo.

1.2.1 No exterior

Considerando que Benveniste passou a maior parte de sua carreira na França, é de se imaginar que exista uma vasta produção de trabalhos sobre tradução que se liguem ao seu pensamento nesse contexto. Entretanto, isso seria um engano. Ao considerar trabalhos sobre tradução inteiramente ou majoritariamente baseados no pensamento de Benveniste, ou seja,

³⁴ Apesar dessa constatação, continuarei a me referir à “La traduction, la langue et l’intelligence” como “nota sobre tradução” neste trabalho, por ser como ela é comumente referida entre alguns dos que estudam Benveniste e também para garantir a continuidade do texto aqui apresentado.

estudos que desloquem a sua produção teórica para o campo da tradução, o cenário é bastante árido, como explico abaixo.

Porém, por outro lado, me parece importante considerar que isso não significa que ninguém nunca tenha usado o pensamento benvenistiano em alguma teoria sobre tradução. De fato, Benveniste aparece em alguns estudos importantes sobre o tema, sendo especialmente citado por dois teóricos franceses que se ocupam da tradução em alguns momentos: Georges Mounin e Henri Meschonnic.

Em *Os problemas teóricos da tradução*, de 1963, Georges Mounin cita Benveniste em seis momentos diferentes. Ele utiliza o pensamento benvenistiano para corroborar a reflexão sobre a possibilidade – que ele identifica como neo-humboldtiana – de considerar cada língua como uma visão de mundo, baseando-se, para isso, no texto “Categorias de pensamento e categorias de língua”, em que Benveniste questiona se as categorias do pensamento propostas por Aristóteles são realmente universais ou se são somente categorias lógicas derivadas da estrutura linguística do grego. Para Mounin (1975, p. 55), o relativismo linguístico representaria “[...] a negação de qualquer possibilidade de qualquer tradução”, uma constatação que, obviamente, não é aceitável e deve ser – e é – contestada, já que a tradução é uma realidade inegável. Curiosamente, Benveniste é citado, no mesmo capítulo, na reflexão contrária, acerca dos universais da linguagem. Nesse contexto, Mounin aponta para as reflexões benvenistianas sobre a existência de categorias linguísticas de tempo e de pronomes e também retorna ao texto “Categorias de pensamento e categorias de língua”, dessa vez, porém, apontando para a possibilidade de considerar que a atividade de pensar é universal e independe de uma língua específica. Essas universalidades, segundo Mounin, representam a realização prática da tarefa de traduzir.

É preciso ressaltar, entretanto, que Mounin dá pouca atenção a Benveniste, como fica demonstrado ao comparar as menções a Benveniste e a outros autores que aparecem em *Os problemas teóricos da tradução*, como Bloomfield (25 citações), Whorf (22 menções), Hjelmslev (20 citações), Saussure (13 citações), Sørensen, Harris e Prieto (12 citações cada), Vinay (11 menções) e Martinet, que aparece em 13 dos 16 capítulos do livro. Por outro lado, o próprio fato de tantos autores serem citados tantas vezes aponta para o caráter amplo e diverso da obra, o que implica a pulverização das referências e, conseqüentemente, a desconsideração de alguns pensadores e preceitos. Por isso, é possível considerar que o simples fato de Benveniste ser mencionado já é digno de nota e indica a possibilidade de pensá-lo teoricamente em relação à tradução.

Benveniste também aparece oito vezes na versão brasileira³⁵ da obra *Poética do traduzir*, de Henri Meschonnic. As menções à Benveniste encerram diversas questões, indo desde menções à subjetividade na linguagem até a noção de discurso, que, segundo Meschonnic (2010), foi uma invenção de Benveniste. O pensador francês também discute a relação entre as categorias do pensamento e as categorias da língua, já citada acima, e dá especial atenção ao ritmo. Em relação a este, é fundamental frisar que ele é um conceito chave nos escritos de Meschonnic – que aparece inclusive no título de algumas de suas obras, como *Critique du rythme* e *Politique du rythme, politique du sujet* – e que a perspectiva meschonniciana desse conceito foi desenvolvida justamente a partir do texto “A noção de ritmo na sua expressão linguística”, de Benveniste. É a partir da leitura de tal texto que Meschonnic percebe que pode tomar o ritmo como “[...] a organização do movimento na *parole*³⁶, a organização de um discurso por um sujeito e de um sujeito por seu discurso” (MESCHONNIC, 2010, p. 62), sendo que essa organização “[...] é a especificidade, a subjetividade, a historicidade de um discurso, e sua sistematicidade [...]” (MESCHONNIC, 2010, p. XXXVI). Tal noção é de extrema importância no pensamento de Meschonnic considerado como um todo e também nas reflexões sobre tradução, já que é o ritmo que é tomado como unidade de equivalência na sua proposta de poética da tradução. Assim, Benveniste é essencial para a visada meschonniciana acerca do fenômeno tradutório.

Para além desse cenário de relativa operosidade em algumas reflexões de teóricos importantes, entretanto, a influência declarada de Benveniste no pensamento sobre tradução na França parece ser bastante limitada. Como já citado anteriormente, trabalhos que busquem deslocar o pensamento benvenistiano para uma reflexão sobre a prática tradutória são no mínimo raros. Uma busca dos termos “Émile Benveniste” e “*traduction*” na plataforma Persée³⁷, biblioteca digital pública que reúne diversas publicações científicas especializadas francesas – com foco principal nas áreas de ciências humanas e sociais –, retornou 1.539 resultados. No entanto, ao analisá-los, foi possível perceber que a tradução aparece de modo destacado em muito poucos deles. Na maior parte dos casos, a ocorrência do termo

³⁵ Ressalto aqui que se trata da versão brasileira porque, como apontado pela tradutora no prefácio do livro, alguns capítulos da obra original francesa foram excluídos, com a devida autorização do autor. Isso, entretanto, não inviabiliza a análise que apresento aqui, já que interessa muito mais a qualidade e a natureza das reflexões do que a quantidade de menções.

³⁶ A tradução que utilizo aqui apresenta o termo “palavra” no lugar de “*parole*”. Entretanto, o texto original permite perceber que Meschonnic se refere, nesse trecho, à *parole* saussuriana. Portanto, opto por utilizar o termo em francês, para evitar confusões.

³⁷ Último acesso em 17 de novembro de 2017.

“*traduction*” se refere à indicação de uma tradução específica de uma determinada obra citada entre as referências dos trabalhos.

Dos 1.539 resultados encontrados, somente oito apresentam o termo “*traduction*” ou palavras análogas no título, o que indica se tratar de uma reflexão sobre o fenômeno tradutório. Cinco deles são artigos:

- “Traduire la Bible, de Jonas à Jona”, de Henri Meschonnic (1981);
- “Enonciation, perception et traduction”, de Jacqueline Guillemin-Flescher (1984);
- “Πιστοι ἑρμηνεῖς. La traduction orale en Grèce”, de Bruno Rochette (1996);
- “Conceptions du ‘mot’ et débuts de la traduction automatique”, de Jacqueline Léon (2001);
- “Style et traduction au XVIIe siècle”, de Étienne Dobenesque (2005).

Porém, ao analisar mais detidamente cada um desses artigos, percebe-se que eles são pouco produtivos em relação a Benveniste, já que ele aparece, na maioria dos casos, somente nas referências bibliográficas ou em alguma nota de rodapé, indicando o seu papel secundário na reflexão. Benveniste só é citado no corpo do texto no artigo de Meschonnic, que faz uma análise de traduções da Bíblia e dedica um parágrafo para os tempos e aspectos verbais utilizados, citando as distinções entre enunciação histórica e enunciação de discurso propostas por Benveniste em “As relações de tempo no verbo francês”, e por Jacqueline Léon, que aponta para o papel do conceito de sinapsia, proposto no texto “Formas novas da composição nominal”, na definição de unidades de tradução utilizada nos primeiros experimentos com tradução automática, mas não se detém muito sobre o assunto.

Além desses artigos, a busca na Persée revelou também a existência de três números de revistas especializadas dedicadas à tradução em que Benveniste é citado. A primeira é a revista *Langages*, cujo número 28, organizado por Jean-René LADMIRAL, é intitulado “La traduction”. A revista apresenta dez artigos de diversos autores, além de uma breve introdução escrita por LADMIRAL, que é também o único que cita Benveniste no volume, colocando-o ao lado de Roman Jakobson e Georges Mounin como autores que teriam indicado que alguns fazeres dos linguistas implicariam algumas operações de tradução, afirmação que, de alguma forma, serve de base para discussão sobre exercícios pedagógicos que contam com variantes da tradução (LADMIRAL, 1972). A segunda revista é o número 51 da *Langue française*, cujo título também é “La traduction”. O volume, publicado em 1981 sob a direção de Jean-René LADMIRAL e Henri Meschonnic, tem oito artigos. Benveniste é mencionado somente no artigo

“Traduire la Bible, de Jonas à Jona”, de Henri Meschonnic, já mencionado acima. Por fim, há o número 23 do periódico *Linx*, de 1990, com o título “Traductions de textes peu ou mal connus”, organizado por Claudine Normand, que também assina a introdução. Dos seis artigos constantes no volume, Benveniste só aparece em um: “Baudouin de Courtenay et la linguistique générale”, de Dariusz Adamski. Benveniste somente é citado em uma frase, como sendo responsável por comentários acerca do encontro entre o linguista polonês Baudouin de Courtenay e Ferdinand de Saussure.

A partir desses resultados, é possível perceber, portanto, que não parece haver quase nenhum desenvolvimento de uma aproximação entre a teoria benvenistiana e a atividade tradutória no contexto acadêmico francês.

Saindo desse contexto – mas não muito, como será visto em seguida –, só tenho conhecimento de um trabalho que associe Benveniste à tradução. Trata-se do artigo “Tenses in translation: Benveniste’s ‘discourse’ and ‘historical narration’ in the first-person novel”, de Clara Mallier, publicado no periódico *Language and literature* em 2014. Embora tenha sido escrito em inglês, é importante notar que a autora trabalha na França, na Universidade de Bordeaux Montaigne. O artigo se propõe a considerar a relação entre a tradução de ficção em primeira pessoa e a teoria da enunciação desenvolvida por Benveniste, com ênfase na já citada diferenciação entre narração histórica e de discurso, que permite que a autora discuta a assimetria entre os tempos verbais das línguas francesa e inglesa, chegando à conclusão de que nem sempre eles são equivalentes. A autora elege um dos pontos de diferenciação entre os sistemas – o uso do *passé composé* francês com valor semi-aorístico, que não tem equivalente em inglês – e passa a analisar trechos de *The Great Gatsby*, de F. Scott Fitzgerald, considerando as influências e as significações dos tempos verbais utilizados, assinalando as consequências para o processo tradutório e comparando, por fim, quatro traduções distintas da obra para o francês, traçando considerações sobre como elas lidaram com os tempos verbais envolvidos. Desse modo, percebe-se que, embora a tradução esteja presente no título da análise, ela não é tomada como um fenômeno a ser explicado ou estudado, e sim como um objeto que serve para comprovar um ponto de vista, como um dado. A verdadeira discussão do artigo não é sobre tradução, e sim sobre diferentes sistemas de tempos verbais, cuja manifestação é observada através da tradução (ou, melhor dizendo, através de quatro produtos particulares do processo tradutório, nesse caso).

Assim, percebe-se que, no contexto internacional, a ligação de Benveniste com a tradução se dá somente esporadicamente e, mesmo quando ocorre, não é com foco no fenômeno tradutório em si. Apesar de Benveniste ter influenciado alguns teóricos e algumas

produções importantes sobre a tradução, ao analisar a produção acadêmica mais geral, observa-se que a maioria dos estudos encontrados cita Benveniste apenas marginalmente. Além disso, mesmo nas instâncias em que parece haver a intenção de relacionar os preceitos fornecidos por Benveniste à tradução, isso não se dá em função da abordagem do fenômeno tradutório, e sim a partir da discussão de outros assuntos, sendo que a tradução acaba desempenhando um papel auxiliar ao invés de estar no centro das análises, de ser efetivamente o foco dos estudos.

1.2.2 No Brasil

Um cenário diferente é observado quando se pensa no contexto nacional. Flores (2017a) entende que a recepção de Benveniste no Brasil se deu em duas etapas: a primeira é caracterizada por reflexões pouco aprofundadas, parciais e fragmentadas, com forte interferência de diferentes domínios teóricos da Linguística (Análise do discurso, Pragmática e Linguística do texto, por exemplo); já a segunda, que se dá a partir dos anos 1990, implica um novo relacionamento de pesquisadores com a obra benvenistiana, que passa a ser considerada por si própria e a atrair o interesse de ciências afins. Nessa etapa, há, ainda segundo Flores (2017a), um aumento do número de alunos com formações em áreas como antropologia, fonoaudiologia e filosofia que acabam desenvolvendo estudos sobre Benveniste. Isso se associa à postura, do próprio Benveniste, de se interessar e abordar questões relacionadas a domínios além da Linguística.

Embora a tradução seja, na maior parte dos casos, considerada um braço da área de Letras – confusamente, às vezes um braço legado à Literatura, outras vezes reivindicado pela Terminologia e, em algumas outras instâncias, requisitado pela Linguística –, entendo ser possível considerar que o interesse de alunos que se dedicam a estudar essa prática sob uma perspectiva benvenistiana está também relacionado a esse segundo momento da recepção de Benveniste no Brasil, buscando uma reflexão que permita tanto entender o processo tradutório sob uma nova perspectiva quanto considerar os efeitos que tal processo tem nas atividades humanas.

E como se dá esse interesse de conciliar os estudos tradutórios e a teoria de Benveniste no Brasil? É o que detalho a seguir.

Primeiramente, destaco algumas questões metodológicas. Apesar de ter conhecimento prévio de alguns trabalhos que abordam a temática desta subseção, principiei a pesquisa buscando fazer um reconhecimento do campo. Para isso, consultei o Portal de periódicos,

serviço que congrega milhares de publicações, e o Catálogo de Teses e Dissertações, ambos da Capes (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior), bem como o portal Google Acadêmico, procurando pelos termos “Benveniste” e “tradução”³⁸. Após refinar as buscas, desconsiderando resultados duplicados e levando em conta somente as instâncias em que a tradução ou termos semelhantes aparecem no título e que efetivamente utilizam os preceitos benvenistianos, cheguei aos trabalhos que apresento abaixo: oito artigos, duas dissertações de mestrado e uma tese de doutorado³⁹.

Ao considerar a produção científica sobre a tradução vista do ponto de vista da teoria enunciativa de Benveniste, a maior parte das produções acerca do tema é, sem dúvida, de Paula Ávila Nunes, que é também a pioneira no estudo do tema. O primeiro artigo publicado pela autora abordando essa questão é “O tradutor como função enunciativa: uma análise de autotradução”⁴⁰, em 2011. Como já antecipado pelo título, o trabalho se centra na análise do fenômeno da autotradução – em que o próprio autor de um texto produz uma versão em um segundo idioma –, analisando especificamente dois textos de Samuel Beckett: *En attendant Godot* e *Waiting for Godot*. Esse estudo se realiza com base em três categorias que possibilitam a realização de uma análise enunciativa da tradução: o sujeito (que traduz, deixando marcas no seu enunciado/no texto traduzido), a subjetividade (propriedade fundamental da linguagem, manifestada a partir da apropriação da língua, e sempre instaurada a partir de uma relação intersubjetiva, com um alocutário, que condiciona a enunciação do sujeito) e o semiótico e o semântico, que constituem diferentes modos de significância. A análise dos textos de Beckett se concentra nas diferenças entre as duas versões, buscando inclusões, exclusões e alterações lexicais, procurando, desse modo, “[...] ressaltar a singularidade que impregna o processo de autotradução [...]” (NUNES, 2011a, p. 60). Nunes enfatiza principalmente as mudanças efetuadas quando da tradução de nomes próprios, que, segundo a autora, resulta na constituição de uma nova referência, visto que a tradução constitui uma nova enunciação. Por isso, ela também considera a tradução dos nomes próprios, por parte de Beckett, como uma função enunciativa⁴¹, que permite ao sujeito

³⁸ Último acesso, aos três portais, em 21 de novembro de 2017.

³⁹ Optei por não abordar os Trabalhos de conclusão de curso que atendiam aos critérios de inclusão no *corpus* por questões de espaço e de relevância, porém os cito em notas de rodapé por acreditar que poderiam ser incluídos em um *corpus* semelhante ao desta subseção.

⁴⁰ É importante observar que esse é o mesmo título do Trabalho de conclusão de curso da mesma autora, realizado sob a orientação do prof. Dr. Valdir do Nascimento Flores e apresentado ao fim do curso de Licenciatura em Letras, em 2008.

⁴¹ O termo, segundo a autora, é tomado de empréstimo de Foucault.

promover o seu enunciado a um modo singular de existência, ao semantizar o nome próprio – pertencente ao semiótico –, dando-lhe um sentido particular.

O segundo artigo relacionando a enunciação e a tradução também é produzido por Nunes em 2011. Trata-se do texto “Do bilíngue ao tradutor, do enunciado à enunciação: notas sobre uma perspectiva enunciativa do tradutor e da tradução”, publicado na revista *Tradterm*. Nesse estudo, Nunes (2011b, p. 13) busca compreender “[...] o que faz do tradutor um bilíngue diferente”, utilizando-se, para isso, das noções de competência tradutória e competência bilíngue, propostas por Hurtado Albir. Para Nunes, o cerne dessa questão está na especificidade da leitura, que deve ser desautomatizada, em um processo que consiste na interrogação do enunciado “[...] como produtor de uma enunciação, resultado, portanto, de uma articulação particular de *forma e sentido*” (NUNES, 2011b, p. 17, grifos no original), buscando não saber o que o autor pretendia, mas sim “[...] *como* o autor disse o que disse, isso é, como o texto se configura em uma organização semântica particular [...]” (NUNES, 2011b, p. 18, grifo no original). Ao fazer esse movimento, o tradutor adquire condições de produzir uma nova enunciação, na tentativa de recriar efeitos semelhantes, no leitor da tradução, àqueles vivenciados pelo leitor do original. Entretanto, Nunes ressalta, o tradutor não traduz a enunciação, embora também não traduza unicamente o enunciado; a enunciação, desse modo, condiciona o tradutor.

Nesse texto, Nunes também enfatiza que a tradução sempre implica uma mudança na forma, devido à troca de línguas, sendo, então, necessário traduzir a formação do sentido. Para ela, o ato tradutório constitui sempre uma “[...] (re)criação a partir do sentido” (NUNES, 2011b, p. 25), mesmo que a forma não seja mantida, o que torna possível entender a tradução como uma espécie de discurso indireto.

Nunes continuou sendo produtiva em relação à intenção de relacionar a teoria benvenistiana à tradução. No ano seguinte aos dois artigos já citados, ela defende a sua tese, intitulada *A prática tradutória em contexto de ensino (re)vista pela ótica enunciativa*. Nesse trabalho, ela desenvolve uma abordagem pedagógica da tradução, buscando um olhar que entende que os erros que ocorrem no processo tradutório são indícios da subjetividade, demonstrando a relação entre o tradutor, as línguas e os textos envolvidos na prática.

Nunes (2012a) defende que a teoria proposta por Benveniste é flexível o suficiente para abordar a questão tradutória, possibilitando o desenvolvimento de uma metodologia que pode contemplar o processo de tradução. Ela convoca alguns conceitos benvenistianos para esse fim. O primeiro é a subjetividade na linguagem, entendida como um índice global que perpassa toda a língua e todo o discurso, o que demonstra que é impossível realizar uma

tradução sem deixar marcas nela. O segundo ponto abordado por Nunes é a forma e o sentido na linguagem, relacionadas à questão da significação. Para Nunes, o tradutor lê o original observando a relação forma-sentido, mas escreve a sua tradução do sentido, realizando um movimento que conjuga “[...] *a leitura de uma escrita e a escrita de uma leitura*” (NUNES, 2012a, p. 108, grifos no original), sendo que essa leitura é uma leitura especializada, feita especificamente considerando o ato de traduzir. Por fim, a reflexão sobre a forma e o sentido leva Nunes à discussão sobre a dupla significância da linguagem, ou seja, aos modos semiótico e semântico de significação, cuja ligação com a tradução se dá, como já visto acima (cf. 1.1.1), porque eles servem de exemplo para a diferenciação dos domínios, já que Benveniste diz ser possível transpor o semantismo e impossível transpor o semioticismo de uma língua para outra.

A partir da reflexão sobre a dupla significância, Nunes conclui que, na perspectiva enunciativa, nada é traduzível, no sentido de não haver transposição de um sentido de uma língua para a outra. Para ela, então, o que é traduzido é aquilo “[...] que o tradutor *entende* ser o sentido do original, e não *o* sentido do original, como se fosse algo único e que pudesse ser dado de antemão” (NUNES, 2012a, p. 113, grifos no original), dependendo, então, da interpretação de cada tradução, o que influencia a questão central deste trabalho de Nunes: o erro de tradução, que se relaciona diretamente às escolhas baseadas nas interpretações do tradutor.

O erro, portanto, é definido por Nunes (2012a, p. 47, grifo no original) como “[...] *todas as escolhas feitas e materializadas pelo tradutor que não puderem ser justificadas com base no texto original ou na finalidade da tradução [...]*”. A autora defende que ele deve ser considerado sob um ponto de vista mais positivo, entendendo-o como portador de sentido, revelador da singularidade e da subjetividade. Com base nessa perspectiva, Nunes analisa dois recortes provenientes de seu *corpus*, composto de observações feitas em aulas práticas de tradução do francês. A partir dessa análise, ela propõe a existência de um erro coletivo, em que uma mesma unidade foi traduzida diferentemente por todos os alunos, demonstrando o caráter subjetivo da tradução e as diferenças nas maneiras como é realizada a leitura e a escrita por cada tradutor, e um segundo erro relacionado à questão da enunciação escrita, pois envolve a desconsideração da situação enunciativa da personagem, que caracteriza a enunciação escrita (em que há a enunciação do autor e as enunciações dos indivíduos interiores à escrita). Esse posicionamento frente ao erro permite que seja proposto um novo caminho para a didática da tradução, em que o erro deve ser encarado como positivo, já que

constitui um indicador da subjetividade e propicia a oportunidade de discussões produtivas em sala de aula (NUNES, 2012a).

No mesmo ano de defesa da tese, Nunes ainda publicou “Por uma abordagem enunciativa da tradução”, artigo em que visa discutir as contribuições que a Linguística enunciativa pode trazer aos estudos tradutórios, visto que ela “[...] distingue-se das abordagens linguísticas comumente desenvolvidas, por não se ater apenas ao nível linguístico, ainda que não prescindia – e até mesmo parta – dele” (NUNES, 2012b, p. 39), o que permite ampliar a percepção do fenômeno de tradução, tomando-o não simplesmente como um fenômeno de língua, em que o sujeito é desconsiderado, mas como um fenômeno de linguagem.

Nunes entende que isso acontece porque a Linguística da enunciação de base benvenistiana aborda a linguagem em seu funcionamento, observando o sentido que emerge quando a língua é colocada em ação; não separa sujeito e objeto, já que, ao colocar a subjetividade no centro da análise, esses dois elementos acabam existindo somente em dependência um do outro; contempla a presença do tradutor na obra traduzida, que não existe sem o sujeito que a produz; e é uma Linguística que não pressupõe sentidos estáveis e únicos, visto que a língua é concebida como sendo composta de dois universos de sentido, o semiótico e o semântico, sendo que os sentidos são dados apenas a cada enunciação, sempre nova (NUNES, 2012b).

É importante considerar que, nesse artigo, Nunes lança um olhar mais amplo para a sua área de estudos, dedicando-se a apresentar as possíveis contribuições da Linguística da enunciação para o estudo da tradução como um todo, não mais considerando características específicas do fenômeno tradutório, como havia feito em outros trabalhos (em que abordava a autotradução, a competência tradutória e o erro de tradução). Isso permite que ela proponha uma nova visada sobre a prática, como fenômeno de linguagem.

Cumprindo ainda mencionar, apenas para fins de registro, que Nunes retornou às publicações sobre tradução ainda em 2014, com o artigo “A noção de erro em tradução e sua relação com o ensino e a formação de tradutores”. No entanto, como a discussão empreendida nesse texto é bastante semelhante àquela feita na tese de doutorado da autora, já discutida acima (NUNES, 2012a), não detalharei o seu conteúdo aqui para evitar repetições em excesso.

Ao considerar a produção de Nunes como um todo, há um ponto importante a destacar: por mais que a autora tome a tradução como um fato de linguagem (em oposição a um fato de língua) em seus trabalhos, esse fato ainda é analisado sempre principalmente com

base na perspectiva enunciativa, havendo, portanto, um foco bastante acentuado nas manifestações linguísticas, em busca das marcas – mais ou menos evidentes – da subjetividade. Entretanto, cumpre também enfatizar que, dentro dessa perspectiva, Nunes perpassa por um amplo número de conceitos benvenistianos, considerando as suas possíveis implicações em relação ao processo tradutório. Somando a isso o já citado ineditismo de seu trabalho, chega-se a um cenário importante, de abertura de um campo de estudos.

Rosário é a primeira a seguir o caminho inaugurado por Nunes, publicando, em 2012, “Elementos para uma reflexão sobre tradução a partir da teoria benvenistiana da enunciação”. Apesar do título bastante amplo, Rosário afirma que se propõe a pensar o ensino, relacionando-o à noção de competência tradutória (a exemplo do que Nunes havia feito em 2011, como visto acima). Para isso, ela se baseia na leitura que o tradutor empreende durante o ato tradutório.

Para Rosário (2012, p. 64, grifo no original), a escolha pela teoria benvenistiana para abordar a tradução se justifica porque ela “[...] permite pensar o *objeto tradução* relacionando língua, sentido e contexto – aqui entendido como a situação discursiva na qual se podem identificar marcas de tempo, espaço e pessoa”. Os aspectos dessa teoria que lhe interessam são as noções de semiótico e semântico e a de aparelho e quadro formal de realização da enunciação, que prevê que o locutor faça uso dos recursos linguísticos (índices específicos e procedimentos acessórios) no processo de apropriação da língua, se instaurando como sujeito e instaurando também o seu alocutário. Na tradução, segundo a autora, isso se dá da seguinte forma:

Deslocando um pouco essas considerações de Benveniste, acreditamos que temos também na tradução – igualmente uma “enunciação escrita” – uma forma complexa do discurso, visto que, de um lado, no original, temos as marcas do sujeito autor do texto e, de outro, em sua tradução, temos, do mesmo modo, a inscrição do sujeito tradutor que, ao traduzir, marca-se em seu dizer, re-enunciando, em sua própria língua, o semantismo do original. Acreditamos que as marcas que constituem o original não são simplesmente apagadas na tradução, mas se somam, de algum modo, às deixadas pelo sujeito tradutor do texto. Sujeito autor e sujeito tradutor encontram-se, portanto, na tradução (ROSÁRIO, 2012, p. 69).

Esse encontro desses dois sujeitos (autor e tradutor), para Rosário (2012), constitui o que ela chama de enunciação tradutória, em que se articulam dois planos distintos de enunciação, dados em duas línguas e dois momentos enunciativos distintos.

A próxima produção a dar continuidade aos estudos relacionando a tradução e a teoria benvenistiana aparece somente em 2014 e é de autoria da própria Rosário em conjunto com Patrícia Chittoni Ramos Reuillard. Trata-se do artigo intitulado “Tradução e enunciação:

desenvolvimento da competência tradutória”. Nesse texto, as autoras retomam, novamente, a problemática da competência tradutória de Albir, tomando o processo de ensino-aprendizagem de tradução como foco. Para tanto, utilizam-se de exemplos de traduções feitas nas aulas do curso de Bacharelado em Letras – Francês da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

A competência tradutória, nesse artigo, é considerada em relação às subcompetências que a compõem, com ênfase na subcompetência bilíngue. Para registrar a importância desta no processo tradutório, as autoras apresentam exemplos de escolhas tradutórias que foram comprometidas pela falha nessa competência, com traduções inadequadas pragmática, lexical ou gramaticalmente.

Já de Benveniste, as autoras consideram apenas as noções de semiótico e semântico, entendendo que

partindo dessa distinção, Benveniste aponta que transpor o semiótico de uma língua para o de outra é a impossibilidade da tradução, ao passo que transpor o semântico de uma língua para o de outra é a possibilidade da tradução (1989, p. 233). Isso ocorre, de um lado, porque o sentido de um signo, de uma forma, dá-se intrassistema, não havendo qualquer relação entre diferentes sistemas linguísticos; e, de outro, porque o sentido de uma palavra se estabelece no enunciado produzido por um locutor, havendo, desse modo, a possibilidade de se buscar em outra língua um equivalente, uma forma de se dizer a mesma coisa (ROSÁRIO; REUILLARD, 2014, p. 9).

Rosário e Reuillard também enfatizam que o signo semiótico deve ser reconhecido, enquanto o semântico deve ser compreendido, e consideram que o aprendiz da tradução deve passar por essas duas etapas para conseguir identificar um equivalente adequado na língua-alvo. A partir dessa percepção, elas realizam análises de exemplos de tradução, buscando entender qual o envolvimento dos domínios semiótico e semântico e da subcompetência bilíngue nesse cenário (ROSÁRIO, REUILLARD, 2014).

Além do artigo de Rosário e Reuillard, 2014 introduz uma nova personagem nos estudos enunciativos sobre a tradução, embora a autora, até onde sei, não tenha continuado as pesquisas na área. Trata-se de Marina Leivas Waquil, que publica “A voz do tradutor no texto traduzido: a subjetividade manifestada nas notas”. O texto, segundo a autora, tem o objetivo de dar mais visibilidade aos tradutores, ao mostrar que cada um desses profissionais se coloca e aparece no texto traduzido. Tal pressuposto é baseado e reafirmado pela noção de subjetividade proposta por Benveniste. Para atingir os seus objetivos, a autora busca identificar as marcas da subjetividade do tradutor em notas de tradução do livro “Trabalhos de amor perdidos”, de Shakespeare.

Waquil identifica a presença de 34 notas escritas pelo tradutor nessa obra, dividindo-as em três categorias. A primeira compreende notas que fazem referência ao tempo do original, a segunda explica referências do texto que o leitor pode não compreender e a terceira justifica as escolhas do tradutor. Em todas elas, a autora encontra alguma forma de manifestação da subjetividade e/ou da intersubjetividade, mostrando a presença do tradutor na obra traduzida (WAQUIL, 2014).

Em 2015, observa-se um desenvolvimento interessante no campo dos estudos relacionando a teoria benvenistiana e a tradução, com a publicação de um artigo sobre interpretação, analisada de uma perspectiva enunciativa⁴². Trata-se do texto “Análise enunciativa das marcas modais presentes em *corpus* de interpretação simultânea de libras-português”, de Anderson Almeida Silva e Ana Paula Lima de Carvalho. Os autores entendem que os interpretes de língua de sinais são um segundo enunciador do texto e buscam as marcas que eles deixam na sua própria produção discursiva a partir de suas escolhas, considerando especificamente o uso de modais, que representam a forma de expressão da atitude dos locutores frente a um dado enunciado, podendo ser subjetivos ou intersubjetivos. O único aspecto da teoria enunciativa que os autores apresentam, entretanto, é a conversão da língua em discurso, a que dedicam somente uma página do artigo (SILVA; CARVALHO, 2015).

O artigo também inclui uma análise de dados – seis excertos das falas de uma palestrante e de sua intérprete – que focaliza as escolhas da intérprete considerando os modais. Essa análise permite que os autores apresentem o conceito de tempo de checagem, que definem como o “[...] percurso entre o momento em que o sinal é proferido e o intérprete concentra-se em buscar sua posição nas fronteiras do significado” (SILVA; CARVALHO, 2015, p. 310). Para os autores, esse conceito se relaciona ao de enunciação, em que o sentido seria recriado, possibilitando que uma palavra nem sempre queira dizer o que ela significa. É no tempo de checagem que os autores entendem que o intérprete pode exercer a sua subjetividade, posicionando-se como locutor. Isso implica, ainda segundo Silva e Carvalho (2015), que é importante analisar não somente o dito, mas também o dizer.

O trabalho seguinte relacionando Benveniste e a tradução provê aportes importantes para a reflexão tradutória de base enunciativa. Trata-se da dissertação de mestrado de Larissa Schmitz Hainzenreder, intitulada *O fenômeno tradutório à luz da distinção semiótico/semântico na relação entre línguas: proposta de uma semiologia da tradução*.

⁴² É importante notar a existência de um Trabalho de conclusão de curso de Licenciatura em Letras aproximando a interpretação de LIBRAS e a perspectiva enunciativa, embora se centrado na transcrição linguística de tal interpretação: FRYDRYCH, 2010.

Nela, é possível observar uma certa ampliação dos horizontes: da consideração unicamente das marcas da enunciação, passa-se a uma perspectiva que inclui o projeto semiológico de Benveniste. Além disso, é importante notar que a perspectiva de tradução adotada nesse trabalho também é bastante ampla: ao invés de levar em conta um aspecto e/ou um contexto específico em que o processo tradutório ocorre, Hainzenreder considera o fenômeno tradutório de modo bastante vasto, em suas mais variadas manifestações (diferentes tipos de textos, meios, processos etc.). Em suas palavras, “[...] a tradução é, antes de tudo, um fenômeno de linguagem observado na relação entre línguas” (HAINZENREDER, 2016, p. 13).

A proposta de Hainzenreder, como já diz o título de seu trabalho, é desenvolver uma semiologia da tradução. Para isso, ela se baseia em “Semiologia da língua”, de Benveniste, que, por sua vez, se alicerça na importância da definição da concepção de língua e de suas unidades para a Linguística e da determinação de seu lugar em relação às demais ciências humanas, proposta por Saussure. Desse modo, a autora pensa a tradução a partir da perspectiva de definição de suas características e de seu posicionamento em relação a outros fenômenos e ramos de estudo, buscando “[...] um olhar para a tradução entre línguas que provoque as bases semiológicas pelas quais toda linguística se articula, de maneira a nos permitir formular o problema da tradução como um problema linguístico e, portanto, semiológico” (HAINZENREDER, 2016, p. 92).

A autora propõe a existência de um sistema tradutório, cujo mecanismo de significância se baseia na relação entre as línguas-discurso⁴³ envolvidas no processo tradutório, sendo que as diferenças entre elas, que são percebidas pelo tradutor, as tornam significantes. Nessa relação, a língua-discurso-alvo é interpretante da (ou seja, semiotiza e, por isso, dá existência à) língua-discurso-fonte, já que a primeira permite que a segunda seja informada “[...] de uma nova relação de significação, reformulando seu *sentido*” (HAINZENREDER, 2016, p. 100, grifo no original).

As unidades desse sistema, por sua vez, são semânticas – já que a possibilidade de tradução está no plano semântico – e também se baseiam na diferença, já que derivam da comparação entre as línguas-discurso envolvidas no processo tradutório, ou seja, “[...] do JOGO semiológico que se estabelece [...]” entre elas (HAINZENREDER, 2016, p. 110, grifo no original). Por isso, a unidade de tradução se torna “[...] a ‘equivalência’ de significação que o tradutor concebe a partir da diferença que estabelece entre as unidades semânticas [...]” das

⁴³ Hainzenreder (2016) opta pela utilização do termo língua-discurso por entender que o processo tradutório implica toda a articulação linguística e não somente a língua ou o discurso isoladamente.

línguas-discurso (HAINZENREDER, 2016, p. 110). A partir desse ponto de vista, surge uma dupla acepção do sentido dessa unidade: ele é tanto o sentido produzido na língua-discurso-alvo quanto aquele produzido a partir da relação de significação entre esse primeiro sentido e o modo como o sentido intencionado na língua-discurso-fonte é concebido (HAINZENREDER, 2016).

Um último trabalho merece uma rápida menção nesta subseção: a dissertação de mestrado de Mônica de Meirelles Kalil Godoi, com o título *A tradução na espiral de posições enunciativas em Feux, de Marguerite Yourcenear, e Fires, por Dori Katz*. Apesar de não ser um trabalho que aborda a tradução de um ponto de vista unicamente linguístico, voltando-se mais para uma perspectiva literária em alguns momentos, a autora utiliza conceitos propostos por Émile Benveniste em sua argumentação, que também envolve as noções de ato e potência de Aristóteles, considerações a respeito do contexto da obra literária de Maingueneau e o projeto de tradução de Berman. Não é, portanto, um trabalho que tem Benveniste como único ponto basilar da reflexão, embora não deixe de ser relevante considerar que o estudo contém a palavra “enunciativa” no seu título, o que indica tanto o papel de Benveniste na reflexão da autora – é a noção de exercício da língua e produção do discurso que serve de alicerce para o restante do trabalho – quanto as inúmeras possibilidades que a teoria benvenistiana fornece para pensar a tradução.

Ao considerar todos os trabalhos incluídos nesta subseção, algumas observações merecem destaque. Em primeiro lugar, chama atenção a concentração regional da produção: dos onze textos considerados aqui, nove foram produzidos na Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Somente o artigo de Silva e Carvalho e a dissertação de Godoi se inserem fora dessa perspectiva, sendo os autores do Piauí e de São Paulo, respectivamente. Em segundo lugar, é necessário ressaltar, como já apontado, não somente o pioneirismo, mas também a alta produtividade de Nunes em relação ao assunto.

Também é interessante notar o percurso percorrido pelos estudos. Quando considerados cronologicamente, parte-se de dois estudos relativamente restritivos (que consideram o fenômeno da autotradução e a competência tradutória em relação à competência bilíngue, respectivamente) para se chegar a textos que oferecem uma perspectiva mais generalista, considerando as contribuições que a perspectiva enunciativa pode dar aos estudos de tradução. Ao mesmo tempo, alguns estudos passam a ser ainda mais específicos, considerando contextos e situações particulares de ensino-aprendizagem e apontando para indícios das teorizações que já haviam sido discutidas em textos anteriores em traduções e situações tradutórias específicas. Assim, é possível observar um movimento que parte de uma

relativa concentração inicial para um alargamento, seguido de uma concentração ainda mais intensa. Porém, mais recentemente, com o trabalho de Hainzenreder (2016), observa-se novamente uma abertura de perspectiva, considerando o fenômeno tradutório de modo amplo e livre de restrições contextuais.

Por fim, é fundamental notar que a constatação antes feita em relação à Nunes acerca do escopo da teoria – com concentração das atenções teóricas na Linguística da enunciação – se aplica aos demais trabalhos apresentados nesta subseção. Todos os estudos discutidos acima tomam como ponto central o campo enunciativo da teoria benvenistiana. Em muitos, nota-se uma preocupação bastante direcionada à identificação das marcas enunciativas. Mesmo o estudo de Hainzenreder (2016), que pretende se dirigir a uma teoria da linguagem, ainda o faz tendo a enunciação como centro da reflexão. Embora, obviamente, tal abordagem seja bastante importante, garantindo a visibilidade do tradutor, acredito que seja essencial ir além dessa perspectiva, buscando entender o processo tradutório não somente como fenômeno linguístico, mas sim como um fato de linguagem. Para isso, penso ser essencial considerar, como propõe Flores (2017a, p. 77), “[...] a imanência da teoria da linguagem de Benveniste no centro da reflexão [...]”.

Para finalizar, não posso encerrar esta exposição sem uma breve nota pessoal. Embora tenha optado, por questões morais, não os incluir no *corpus* desta subseção, eu também tenho produzido alguns estudos considerando a tradução de uma perspectiva benvenistiana. Recentemente, foi publicado um texto de minha autoria em conjunto com Flores, em que comparamos a noção de língua envolvida na tradução no sentido estrito – da língua estrangeira para a língua materna – e na tradução inversa – da língua materna para a língua estrangeira – a partir de observações feitas em aulas práticas de tradução inversa. A análise se baseou no semiótico e no semântico, tomados como categorias a partir das quais o fenômeno tradutório pode ser analisado (HOFF; FLORES, 2017). Outro estudo publicado parte do mesmo pressuposto teórico, procurando indícios dos domínios semiótico e semântico em paratextos – prefácios, introduções, posfácios, notas etc. – de tradutores, evidenciando como essas noções fazem parte do cotidiano de tradutores (HOFF, 2017).

1.3 A PROPOSTA ATUAL

As seções anteriores deste capítulo permitem traçar um panorama da relação entre Benveniste e a tradução. Parte-se do parágrafo que é, supostamente, a única menção ao fenômeno tradutório (cf. 1.1.1), passa-se pela constatação de que a tradução aparece com

bastante frequência nas reflexões de Benveniste, desempenhando um papel relevante nas suas análises linguísticas (cf. 1.1.2), e chega-se, finalmente, à publicação do manuscrito inédito em que a tradução aparece com bastante ênfase (cf. 1.1.3). As descobertas apresentadas nessas duas últimas subseções levam à conclusão de que a maneira como se costuma considerar a presença da tradução em Benveniste é, no mínimo, extremamente limitada.

A partir daí, torna-se necessário verificar o que outros autores efetivamente produziram acerca do assunto, quais foram os deslocamentos propostos para possibilitar uma reflexão tradutória de base benvenistiana, tanto em um contexto global, onde estudos dessa natureza são bastante escassos (cf. 1.2.1), quanto no Brasil, onde a teoria enunciativa de Benveniste foi muito mais expandida para os estudos de tradução (cf. 1.2.2). Percebe-se, com isso, que os autores que se dispuseram a essa empreitada até o presente momento tenderam a abordar principalmente o aspecto enunciativo da teoria, muitas vezes concentrando as suas atenções na busca de marcas da subjetividade que o processo tradutório deixa transparecer. Além disso, os trabalhos são informados pela percepção – equivocada, como visto acima – de que a única passagem em que Benveniste aborda a tradução encontra-se no final de “A forma e o sentido na linguagem”, o que levou os autores a projetar a passagem acerca do semantismo e do semiótico a ponto central das suas reflexões enunciativo-tradutórias. Por fim, nenhum autor atentou para os demais usos da tradução no conjunto das reflexões apresentadas nos PLGs. Tudo isso me conduz a pensar que a questão da tradução não foi articulada a uma teoria da linguagem em Benveniste, ou seja, a uma perspectiva mais ampla de reflexão com base no pensamento benvenistiano, indo além da enunciação e considerando o verdadeiro alcance da prática tradutória nessa teoria.

É importante considerar, ainda, que, obviamente, a nota sobre tradução, de publicação extremamente recente, ainda não foi discutida em nenhum trabalho. Mesmo tendo um caráter fragmentário e inacabado, é fundamental ponderar sobre as suas colocações – ainda que não as tomando como asserções definitivas – em relação ao restante da teoria de Benveniste e aos desenvolvimentos produzidos acerca da tradução a partir dela.

Desse modo, busco, nos dois capítulos seguintes, apresentar uma interpretação tanto retrospectiva quanto prospectiva (cf. Flores, 2017a) da teoria existente de Benveniste, tendo a publicação da nota como ponto de instigação da análise. Tal reflexão será embasada principalmente nas constatações apresentadas na seção 1.1, que demonstrou a verdadeira amplitude do papel da tradução na reflexão de Benveniste e introduziu uma teorização inédita do linguista sobre o fenômeno tradutório, e adotará os deslocamentos propostos por outros autores como eventuais pontos de apoio.

Entendo, portanto, que não somente é possível como é imperativo repensar a reflexão de Benveniste a partir desse ponto de vista, o que deve possibilitar o desenvolvimento de uma ponderação sobre um outro modo como a tradução – tanto de um ponto de vista teórico quanto do prático – pode ser entendida a partir do pensamento benvenistiano, concebendo-a como verdadeiro fato de linguagem, o que será demonstrando no capítulo 3.

CAPÍTULO 2

UM OLHAR RETROSPECTIVO: UMA OUTRA APRECIÇÃO DA TEORIA DE BENVENISTE

Este capítulo parte da percepção de que a publicação de um trabalho até então desconhecido de Benveniste, nesse caso “La traduction, la langue et l’intelligence”, conduz necessariamente a uma renovação da leitura da obra do linguista. É importante frisar, entretanto, que renovação não implica necessariamente subversão; o termo deve ser tomado, pelo contrário, como uma retomada questionadora, que visa ampliar a discussão ocorrida até o momento ao invés de descartá-la por inteiro.

Conforme Flores (2017a), em que me baseio para a organização deste e do próximo capítulo, há duas possibilidades de interpretação distintas – ainda que, de certa forma, conexas – diante desse cenário. É necessário, em primeiro lugar, olhar para o que já se dizia, em busca de possíveis modificações ou reformulações daquilo que já estava estabelecido. Porém, ao mesmo tempo, urge lançar um olhar para o futuro e considerar as perspectivas de pesquisa e estudos que o material inédito pode autorizar. O termo “interpretação”, portanto, não deve ser tomado, aqui, como uma explicação, mas sim como uma retomada de pressupostos conhecidos e inéditos com vistas à expansão do conhecimento, ou, como afirma Ortigues (1987, p. 220), como “[...] uma operação intermédia ou de mediação que consiste em transformar uma forma de expressão numa outra, no sentido de tornar mais compreensíveis ou mais sensíveis as coisas, reais ou fictícias, às quais a linguagem se aplica”.

Este capítulo objetiva apresentar a primeira das formas de apreciar os efeitos do material inédito, de ordem retrospectiva, que olha para a teoria já estabelecida sob uma nova perspectiva, contrastando-a com as informações presentes na nota sobre tradução.

Desse modo, tomo, neste capítulo, “La traduction, la langue et l’intelligence” como base para uma reflexão “[...] de ordem mais retrospectiva, [que] diz respeito aos efeitos que essa recente publicação pode ter sobre o que se julgava já estabelecido da obra do autor [...]” (FLORES, 2017a, p. 92). Busco, portanto, estabelecer as possíveis articulações entre o conteúdo da nota sobre tradução e o que já se conhece da teoria de Benveniste.

É importante destacar que não tomo retrospectivo, aqui, como cronológico. Como já explicitado em 1.1.3, não há indicação segura da data em que a nota sobre tradução foi escrita, o que, por si só, desautorizaria tal perspectiva. Para além disso, embora Flores (2013a) advirta para a impossibilidade de ler os textos benvenistianos sincronicamente, ignorando a sua diacronia, não sigo um caminho histórico neste trabalho por não ter o objetivo de ver a

evolução do pensamento, mas sim de projetar a nota sobre tradução sobre o que já se conhecia da teoria benvenistiana. Em outras palavras, retrospectivo deve ser tomado, aqui, em relação ao tempo da publicação da nota (2016).

Considero, nesta seção, sete pontos que entrevejo na nota sobre tradução que, penso, tem um papel relevante na teoria benvenistiana tomada como um todo: a própria tradução, a linguagem, a diversidade das línguas, a produção do discurso – noção que acaba remetendo aos domínios semiótico e semântico –, a ideia de “querer dizer”, a designação e a função desempenhada pela tradução na teoria benvenistiana.

2.1 A TEORIZAÇÃO DA TRADUÇÃO

O primeiro ponto a mencionar ao se considerar as possíveis intersecções e divergências entre o que se conhecia previamente da teoria benvenistiana e “La traduction, la langue et l’intelligence” é óbvio e evidente e diz respeito à nota e ao texto “A forma e o sentido na linguagem”: tanto a primeira quanto o segundo apresentam uma reflexão teórica explícita que envolve o tema da tradução, o que Benveniste não faz com frequência.

É importante, nesse ponto, observar que há uma diferença fundamental entre teorizar o tema da tradução e dar ênfase a esse fenômeno. Como já explicitiei em 1.1.2, a tradução figura de modo destacado na totalidade da reflexão benvenistiana, consistindo em um dos pilares de suas análises e em um modo de comprovar suas hipóteses e perspectivas a respeito de fatos linguísticos. A atividade tradutória, portanto, desempenha um papel fundamental na teoria. Isso, entretanto, não implica que Benveniste tenha pensado teoricamente ou mesmo desenvolvido um método para o estudo do fenômeno tradutório, embora, como visto com os trabalhos apresentados em 1.2, seja possível realizar alguns deslocamentos de seus pressupostos e aplicá-los à prática tradutória.

Isso posto, é interessante notar que, embora a presença da reflexão teórica a respeito da tradução seja mais marcada em “La traduction, la langue et l’intelligence” – o que já é indicado pelo próprio título – do que em “A forma e o sentido na linguagem”, nos dois casos, a tradução serve para demonstrar um ponto de vista, para exemplificar asseverações teóricas. Em outras palavras, o fenômeno tradutório desempenha uma função semelhante àquela que tem nas demais análises linguísticas de Benveniste. No caso de “A forma e o sentido na linguagem”, é a tradução que permite observar os dois domínios da língua – o semiótico e o semântico – em ação, concomitantemente; já no caso da nota, a tradução se torna um meio de divisar a natureza da linguagem, principalmente considerando a sua relação com o

pensamento e com a realidade⁴⁴. A tradução, então, funciona, em ambas as reflexões, como uma evidência empírica de pontos importantes da reflexão teórica de Benveniste, embora se tratem de teorizações diferentes.

Ao mesmo tempo, porém, é patente que, nos dois casos, embora a tradução tenha bastante relevância, ela não constitui a essência da discussão em nenhuma das reflexões. Enquanto “A forma e o sentido na linguagem” tem o objetivo principal de debater a significação da língua, a discussão da nota sobre tradução, como já apontado em 1.1.3, nem sempre coloca a tradução em foco: em vez dela, é a linguagem o elemento que perpassa por todas as partes da nota, como deverá ficar evidente na subseção abaixo.

2.2 A LINGUAGEM NO CENTRO DE TUDO

Como colocado em 1.1.3, considerar que “La traduction, la langue et l’intelligence” é uma reflexão inteiramente sobre tradução é um tanto quanto ilusório. Apesar de a tradução ser, à primeira vista, o objeto da reflexão, já que ela figura em primeiro lugar no título, e embora ela apareça de modo bastante destacado em duas das três partes da nota, ela não é a força condutora do pensamento ali exposto. Esse papel cabe, na verdade, à linguagem, que aparece nomeadamente nas duas primeiras partes e menos explicitamente – ainda que desempenhe um papel fundamental – na terceira parte do conjunto de notas de trabalho. Nesse contexto, também chama a atenção o fato de Benveniste se referir, na nota sobre tradução mais à linguagem do que à língua ou as línguas, em uma discussão que supostamente seria dedicada a um fato linguístico que envolve pelo menos duas línguas diferentes.

No *Curso de linguística geral*, Saussure⁴⁵ determina que a matéria da Linguística é composta por “[...] todas as manifestações da linguagem humana [...]” (SAUSSURE, 1970, p. 13). Porém, a linguagem não apresenta objetos dados de antemão, sendo necessário estabelecer um ponto de vista para estudá-la. Além disso, os fenômenos linguísticos sempre compreendem duas faces interdependentes. Em função disso, “[...] em nenhuma parte se nos oferece integral o objeto da Linguística” (SAUSSURE, 1970, p. 16), o que leva o genebrino a afirmar que “[...] é necessário colocar-se primeiramente no terreno da língua e tomá-la como

⁴⁴ Tópicos que serão desenvolvidos em mais detalhes abaixo, cf. 2.5, 2.6, e capítulo 3.

⁴⁵ Tenho ciência dos inúmeros debates e controvérsias acerca da obra saussuriana e da necessidade de escolha cuidadosa das fontes ao trabalhar com esse autor, além das problemáticas acerca da construção do texto do *Curso de linguística geral*. Entretanto, opto por usar somente essa obra neste trabalho porque, além de trazer Saussure somente em momentos pontuais e secundários da minha reflexão, não me parece ser possível ignorar o fato de que a maior parte das referências e citações que Benveniste apresenta nos PLGs provém dessa obra.

norma de todas as outras manifestações da linguagem” (SAUSSURE, 1970, p. 16–17, grifo no original). Observe-se que Saussure fala da língua e não das línguas particulares. Embora estas últimas não estejam ausentes da reflexão saussuriana – pelo contrário, a obra é recheada de exemplos de idiomas variados, que fornecem subsídios para as teorizações – o ponto central de interesse parece ser mesmo o próprio “[...] sistema de signos que exprimem ideias [...]” (SAUSSURE, 1970, p. 24), que constitui a base para o entendimento da linguagem⁴⁶.

Benveniste, por sua vez, segue por um caminho um pouco diferente. Em uma entrevista que concede a Guy Damur em 1968, por exemplo, ele declara que “a linguística é a tentativa de compreender este objeto evanescente: a linguagem, para estudá-la como se estudam os objetos concretos” e que “tudo o que diz respeito à linguagem é objeto da linguística” (Esta linguagem [1968], PLG II, p. 29). Além disso, em “Vista d’olhos sobre o desenvolvimento da linguística”, Benveniste estabelece que a Linguística é, ao mesmo tempo, a ciência da linguagem e a ciência das línguas. A língua, note-se, não aparece entre as preocupações. O que importa é que “os problemas infinitamente diversos das línguas têm em comum o fato de que, a um certo grau de generalidade, põem sempre em questão a linguagem” (Vista d’olhos [1963], PLG I, p. 20).⁴⁷

A linguagem é declarada por Benveniste como objeto central de seu interesse e da ciência linguística não somente por vias diretas. Em muitos casos, ele expressa a sua importância por meios menos evidentes, ainda que não menos importantes. A título de exemplo, no Prefácio do PLG I, por exemplo, Benveniste declara que os estudos reunidos naquele volume trazem, “em conjunto, e cada um em particular, uma contribuição ao grande problema da linguagem [...]” (Prefácio [1966], PLG I, sem página). A seleção dos artigos que comporiam a obra, portanto, se deu em função de suas contribuições para o objeto maior de pesquisa, a linguagem.

Em outros momentos, o foco na linguagem é percebido a partir de e/ou em meio a preocupações epistemológicas. É o que se observa nos seguintes trechos:

O simples enunciado dessas questões mostra que o linguista quer desprender-se dos apoios ou das amarras que encontrava em quadros pré-fabricados ou em disciplinas vizinhas. Afasta toda visão *a priori* da **língua** para construir as suas noções

⁴⁶ É importante frisar, aqui, que não estou defendendo que, ao focar a língua, Saussure exclua completamente as línguas e a linguagem de sua reflexão. Entendo que esses três aspectos estão presentes na Linguística saussuriana, mas que o genebrino acaba optando – pelo menos da perspectiva do *Curso de linguística geral* – por dedicar seus esforços teóricos para determinar as características da língua enquanto sistema de signos.

⁴⁷ É essencial notar que, como será possível ver na subseção abaixo (cf. 2.3), a relevância que Benveniste parece dar à linguagem não significa que ela é o único objeto da reflexão linguística que ele propõe. Pelo contrário, é a partir da consideração e do estudo das diversas línguas que será possível compreender a língua e a linguagem.

diretamente sobre o objeto. Essa atitude deve pôr um termo à dependência, consciente ou não, em que se encontrava a **linguística** face à história, de um lado, e a uma certa psicologia, do outro. Se a **ciência da linguagem** deve escolher os seus modelos, será nas disciplinas matemáticas ou dedutivas que racionalizam completamente o seu objeto, reconduzindo-o a um conjunto de propriedades objetivas munidas de definições constantes (Tendências recentes [1954], PLG I, p. 8, *itálico no original, negritos meus*).

A grande mudança sobrevinda em **linguística** está precisamente nisto: reconheceu-se que a **linguagem** devia ser descrita como uma estrutura formal, mas que essa descrição exigia antes de tudo o estabelecimento de procedimentos e de critérios adequados, e que em suma a realidade do objeto não era separável do método próprio para defini-lo. Devemos, pois, diante da extrema complexidade da **linguagem**, visar a propor uma ordem ao mesmo tempo nos fenômenos estudados, de maneira a classificá-los segundo um princípio racional, e nos métodos de análise, para construir uma descrição coerente, organizada segundo os mesmos conceitos e os mesmos critérios (Níveis [1964], PLG I, p. 127, *grifos meus*).

Ao se admitir a linguagem como objeto principal da Linguística, há, portanto, a necessidade de reformular o fazer dos linguistas, propondo novos procedimentos, modelos e métodos. A mudança de objeto implica, necessariamente, uma renovação epistemológica.

Ainda dentro desse cenário, é interessante observar, no primeiro trecho citado, que, apesar de iniciar discutindo a visão dos linguistas em relação à língua, Benveniste, em seguida, se refere à Linguística como “ciência da linguagem”. Esse sintagma se repete em alguns outros momentos de sua obra, como no trecho já mencionado acima, em que ele declara que “[...] a linguística tem duplo objeto: é ciência da linguagem e ciência das línguas” (Vista d’olhos [1963], PLG I, p. 20). Isso também aparece quando ele discute o papel de Saussure nos estudos linguísticos, afirmando que “a ciência da linguagem foi pouco a pouco transformada por sua causa” (Saussure [1963], PLG I, p. 34). Contrastem-se essas menções à ausência da expressão “ciência da língua” nos PLGs e tem-se mais uma possível evidência da primazia da linguagem no pensamento benvenistiano.

Também é possível perceber a importância que Benveniste concede à linguagem a partir da análise de alguns trechos frequentemente citados por aqueles que o estudam. Por exemplo, em “Da subjetividade na linguagem”, encontra-se a frase “É na e pela linguagem que o homem se constitui como *sujeito*” (Subjetividade [1958], PLG I, p. 286, *grifo no original*). Do mesmo modo, no já exaustivamente citado “A forma e o sentido na linguagem”, tem-se uma bonita reflexão sobre a função que a linguagem cumpre:

Antes de qualquer coisa, a linguagem significa, tal é seu caráter primordial, sua vocação original que transcende e explica todas as funções que ela assegura no meio humano. Quais são estas funções? Tentemos enumerá-las? Elas são tão diversas e tão numerosas que enumerá-las levaria a citar todas as atividades de fala, de pensamento, de ação, todas as realizações individuais e coletivas que estão ligadas

ao exercício do discurso: para resumi-las em uma palavra, eu diria que, bem antes de servir para comunicar, a linguagem serve para *viver*. Se nós colocamos que a falta de linguagem não haveria nem possibilidade de sociedade, nem possibilidade de humanidade, é precisamente porque o próprio da linguagem é, antes de tudo, significar (A forma e o sentido [1967], PLG II, p. 222, grifo no original).

Através da leitura desses trechos, é possível perceber que Benveniste entende que a linguagem ocupa uma posição destacada na vida do ser humano, permitindo que ele tenha as experiências que lhe conferem exatamente a propriedade de humanidade. Portanto, é possível entender que um dos motivos de a linguagem constituir o centro da reflexão linguística deriva do papel fundamental que ela desempenha na vida humana.

Uma análise dos títulos dos textos constantes nos PLGs também pode ser indicativa da preeminência da linguagem na reflexão de Benveniste. Alguns dos textos mais citados do autor – especialmente na reflexão enunciativa – trazem o termo no título, como “Da subjetividade na linguagem”, “A linguagem e a experiência humana” e “A forma e o sentido na linguagem”.

Além disso, vale a pena citar o também célebre lapso benvenistiano em relação ao título da quinta parte dos PLGs: intitulada “O homem na língua” no sumário, Benveniste se refere a ela, no prefácio do PLG I, da seguinte maneira: “‘O homem na linguagem’ é o título da parte seguinte; é a marca do homem na linguagem, definida pelas formas linguísticas da ‘subjetividade’ e as categorias de pessoa, dos pronomes e do tempo” (Prefácio [1966], PLG I, sem página). Lapso, note-se, duplo, já que a expressão “o homem na linguagem” é repetida⁴⁸. Tudo isso contribui para reforçar o *status* diferenciado que a linguagem ocupa na teoria benvenistiana.

A centralidade da linguagem para Benveniste é observada por diversos estudiosos. Segundo Flores (2013a), Benveniste entende as tarefas da Linguística do mesmo modo que Saussure, mas propõe o deslocamento do seu objeto. Da língua de Saussure, passa-se, na teoria benvenistiana, a considerar “[...] a linguagem tomada em toda a sua amplitude, na relação com as línguas e, obviamente, com a língua” (FLORES, 2013a, p. 68). Culioli (1984, p. 78, grifos no original) tem uma posição semelhante, afirmando que Benveniste “[...] parece ser o linguista que postulou, de modo explícito e parcialmente teorizado, que o objeto da Linguística era o estudo da relação entre *a linguagem e as línguas*”⁴⁹.

⁴⁸ Várias são as conjeturas a respeito desse lapso. Pessoalmente, gosto da hipótese de Ono (2007), que o considera como um indicativo da possibilidade de entender, ao considerar a totalidade da reflexão benvenistiana, que os seres humanos estão na língua e na linguagem ao mesmo tempo.

⁴⁹ No original: “[...] Benveniste me paraît être le linguiste qui a posé, de façon explicite et partiellement théorisée, que l’objet de la linguistique était l’étude de la relation entre *le langage et les langues*.”

Se a linguagem é um fator fundamental da preocupação teórica benvenistiana em geral, ela também aparece, como já mencionado no primeiro parágrafo desta subseção, de modo bastante destacado em “La traduction, la langue et l’intelligence”.

Como mencionado acima (cf. 1.1.3), essa nota sobre tradução tem um título e um subtítulo. O título coloca em questão três itens: uma atividade – a tradução – e dois elementos que caracterizam os humanos, a língua e a inteligência. O subtítulo, porém, apresenta algumas modificações: a atividade é eliminada e a língua é trocada pela linguagem. Desse modo, tem-se: “A linguagem e a inteligência”. Devido à incompletude da nota, não é possível determinar se esse subtítulo seria uma alternativa ao título principal ou somente se referiria à primeira parte da reflexão. De qualquer modo, é possível entender a figuração no subtítulo como um indício da importância da linguagem para a reflexão.

Além disso, é interessante notar que esse subtítulo, por si só, aponta para um conteúdo importante evocado na primeira parte da nota, já que ele dá a entender que existe uma relação entre esses dois elementos (linguagem e inteligência). O tipo de relação, por sua vez, é determinado a partir da leitura das frases que o sucedem: ao mesmo tempo em que a inteligência – ou o espírito, nos termos saussurianos evocados por Benveniste – depende da linguagem para ter uma forma, a linguagem é o que permite que a inteligência tenha expressão. Há, portanto, uma dependência mútua entre elas: na ausência de uma, a outra não poderia existir.

Além disso – e talvez de maior importância – Benveniste indica, nesse mesmo trecho, um dado essencial: o vínculo entre o ser humano e a linguagem, já que é preciso “[...] tomar o homem como ele funciona com a linguagem [...]” (Traduction [2016], p. 37, grifo no original). É possível perceber, aqui, penso, um eco das bonitas reflexões que consideram que o ser humano só se torna sujeito através da linguagem, que a linguagem o permite viver. O ser humano, então, funciona porque tem linguagem, ele é capaz de expressar o que está na sua inteligência através dela, ele vive porque dispõe dela⁵⁰.

Assim, a reflexão benvenistiana parece sempre se dirigir a um objeto maior: a linguagem. Ela aparece com destaque no conjunto de sua obra e é declarada como a grande problemática que cabe à Linguística resolver, além de ser o que garante aos humanos a sua própria humanidade. Portanto, o objetivo primeiro é sempre entender a linguagem. E a nota sobre tradução – um tanto quanto ironicamente, talvez – vem contribuir com esse objetivo, já

⁵⁰ Essa reflexão será retomada na seção 2.5.

que a linguagem suplanta a tradução e aparece como o ponto nodal da reflexão que Benveniste principiava ao fazer as anotações que analiso neste trabalho.

2.2.1 *O caractere duplo da linguagem*

O duplo aparece com certa frequência na teoria de Benveniste. Várias coisas têm dupla natureza. Para citar apenas alguns exemplos:

- a palavra, que pode ser decomposta em unidades fonemáticas (nível inferior) e participar de unidades de níveis superiores (Níveis [1964], PLG I, p. 131);
- o perfeito tem dupla conotação: indica formas de ação acabada e formas de anterioridade (Relações de tempo [1959], PLG I, p. 274) e também se caracteriza por uma “dupla característica [...]”: o processo é posto como presente, mas no estado de noção acabada” (Transformações [1968], PLG II, p. 133);
- o “eu” remete a “[...] uma dupla instância conjugada: instância de *eu* como referente, e instância de discurso contendo *eu*, como referido” (Natureza dos pronomes [1956], PLG I, p. 279);
- o “nós” tem dupla expressão: inclusiva (“eu” + “tu”) e exclusiva (“eu” + “eles”) (Relações de pessoa [1946], PLG I, p. 257);
- a enunciação ocorre em dois planos: o histórico e o do discurso (Relações de tempo [1959], PLG I);
- a língua é caracterizada pela dupla significância (Semiologia [1969], PLG II, p. 64);
- o discurso tem dupla função, de representar a realidade para o locutor e recriar a realidade para o ouvinte (Vista d’olhos [1963], PLG I, p. 26), e também duplo funcionamento, subjetivo e referencial (Estrutura da língua [1970], PLG II, p. 101);
- o método de distribuição pressupõe uma relação dupla, sintagmática e paradigmática (Níveis [1964], PLG I, p. 128);
- o tempo crônico e o tempo físico comportam duas versões, uma objetiva e uma subjetiva (Experiência humana [1965], PLG II, p. 72);

- a estrutura da sociedade compreende um sistema relacional, do parentesco, e um sistema de relação/divisão, das classes sociais (Estrutura da língua [1970], PLG II, p. 95);
- os comportamentos sociais, devido a sua natureza semiótica, “[...] são entidades de dupla face” (A forma e o sentido [1967], PLG II, p. 228).

A leitura dessa lista permite observar que a duplicidade é extremamente abrangente na teoria benvenistiana. Ela aparece desde as unidades linguísticas até a língua em sua totalidade, passando por funções gramaticais e unidades lexicais específicas e culminando na enunciação e no discurso. Além disso, até mesmo algumas preocupações epistemológicas – métodos, objetos – devem levar em consideração a natureza dupla. Por fim, a própria sociedade e suas partes, ou seja, a realidade social que o ser humano habita, também está submetida a instâncias duais.⁵¹

Isso posto, não é de se estranhar que a linguagem também seja considerada a partir de um ponto de vista duplo. É o que ocorre, por exemplo, no seguinte trecho:

Mas a linguagem é um sistema simbólico especial, **organizado em dois planos**. De um lado é um fato físico: utiliza a mediação do aparelho vocal para produzir-se, do aparelho auditivo para ser percebida. Sob esse aspecto material presta-se à observação, à descrição e ao registro. De outro lado, é uma estrutura imaterial, comunicação de significados, substituindo os acontecimentos ou as experiências pela sua “evocação”. Assim é a linguagem, **uma entidade de dupla face** (Vista d’olhos [1963], PLG I, p. 30, grifos meus).

Um exemplo semelhante é encontrado em “A forma e o sentido na linguagem”, embora com uma indefinição terminológica por parte de Benveniste, que principia se referindo à língua para encerrar a reflexão considerando a linguagem como inerentemente dupla:

Mas ela [a língua] tem também um outro caráter totalmente diferente, mas igualmente necessário e presente em toda língua real, ainda que subordinado ao primeiro, eu o insisto: o caráter de se realizar por meios vocais, de consistir praticamente num conjunto de sons emitidos e percebidos, que se organizam em palavras dotadas de sentido. É este **duplo aspecto**, inerente à linguagem, que é distintivo (A forma e o sentido [1967], PLG II, p. 224, grifos meus).

⁵¹ É fundamental notar que isso não quer dizer que Benveniste siga uma linha de raciocínio binária. Pelo contrário, como brilhantemente demonstrado por Dufour (2000), a noção de enunciação por ele proposta é uma evidência do trinitário; ao mesmo tempo, Dufour fornece evidências de axiomas unários que aparecem ao longo da teoria benvenistiana.

Em ambos os casos, é possível perceber a referência a um aspecto da ordem do natural – os meios vocais, o aparelho auditivo – e a um segundo aspecto, não nomeado, que consiste na atribuição de significado ou sentido àquilo que é produzido pelo fator biológico.

O nome desse segundo aspecto, porém, pode ser observado no prefácio do PLG I, em que Benveniste inicia a lista dos assuntos tratados no volume mencionando “[...] as relações entre o biológico e o cultural, [...]” (Prefácio [1966], PLG I, sem página).

São exatamente esses os termos que aparecem na segunda parte da nota sobre tradução. Nela, após afirmar que a linguagem “[...] se desenvolve sempre na junção da natureza e da cultura” (Traduction [2016], p. 38), Benveniste reformula a mesma ideia:

A linguagem tem uma base biológica e ‘natural’, aquela por causa de que ela se chama “língua” que lhe dá o aparelho articulatório e auditivo, o que faz com que ela necessite ‘sons articulados’, ou seja, elementos sonoros aptos a se tornarem as articulações de unidades. Os sons dependem da natureza, mas a articulação linguística, da cultura (Traduction [2016], p. 38).

O biológico e o cultural, portanto, se relacionam na linguagem. O biológico concerne à emissão e à recepção de sons, enquanto o cultural diz respeito à articulação linguística, que é responsável pela dinamização dos dados naturais, ou seja, pela atribuição de sentido a eles, ou, em outras palavras, pela significação.

Sob outra perspectiva, é importante observar que há um momento da reflexão em que, a primeira vista, Benveniste parece, de certa forma, negar a parte natural da linguagem:

Não há existência comum sem língua. Conseqüentemente é impossível datar as origens da linguagem, não mais que as origens da sociedade. Mas nós nunca saberemos como eles falavam. Estamos certos de que não alcançaremos nada de mais elementar pela reconstrução a mais ousada. A ideia de que o estudo linguístico revelaria **a linguagem enquanto produto da natureza** não pode mais ser sustentada hoje. Vemos sempre a linguagem no seio da sociedade, no seio de uma cultura. E se digo que **o homem não nasce na natureza, mas na cultura**, é que toda criança e em todas as épocas, na pré-história a mais recuada como hoje, aprende necessariamente com a língua os rudimentos de uma cultura. Nenhuma língua é separável de uma função cultural. Não há aparelho de expressão tal que se possa imaginar que um ser humano seja capaz de inventá-la sozinho. As histórias de linguagem⁵² inventada, espontânea, fora de qualquer aprendizagem humana são fábulas (Estruturalismo [1968], PLG II, p. 23–24).

Uma leitura atenta, porém, permite entender que não se trata de uma supressão da participação da natureza na linguagem, mas sim da indissociabilidade do aspecto natural e do

⁵² Opto por usar “linguagem” ao invés de “língua”, que aparece na tradução em português aqui utilizada, devido ao uso de “langage” no texto de partida: “Les histoires de langage inventé, spontané, hors de l’apprentissage humain sont des fables” (BENVENISTE, 1968/2000b, p. 24).

aspecto cultural. Na declaração que “nenhuma língua é separável de uma função cultural”, acredito ser possível entender o termo “língua” como próximo da ideia de diferentes produções sonoras de idiomas distintos. O “aparelho de expressão” da frase seguinte pode ser entendido do mesmo modo. Em todo caso, Benveniste não declara, em momento nenhum, que não há a natureza, que ela não está presente; ele somente afirma ser impossível considerá-la sem levar em conta a cultura. Ou seja, não é possível mais entender a linguagem *somente* como produto da natureza, sem considerar a ação que o meio cultural tem sobre a base natural e biológica.

Desse ponto de vista, novamente é possível observar uma intersecção entre o pensamento benvenistiano presente na nota e no restante de sua reflexão. É interessante notar, entretanto, que a nota sobre tradução aprofunda a temática. Benveniste cita exemplos de elementos que apontam para o caráter biológico da linguagem (onomatopeias, exclamações, gritos) e especifica a ação da cultura sobre eles: ela “[...] dá a todo esse material vocal uma ‘forma’ específica [...]” (Traduction [2016], p. 38). Também considera o papel que elementos extralinguísticos – a natureza, o ser humano – ocupam nessa relação: “A linguagem reflete a natureza nos sistemas de referências que inevitavelmente inclui tudo sobre o homem, seu corpo, suas emoções etc., mas a relação desses dados de base é dinamizada pela cultura” (Traduction [2016], p. 38).

Portanto, entendo que a nota sobre tradução, nesse caso, complementa e enriquece o que era previamente conhecido da reflexão benvenistiana, fornecendo indícios da importância da consideração da linguagem enquanto entidade dupla, dominada por duas facetas diferentes, porém complementares e indivisíveis.

É interessante notar que é nessa segunda parte da nota, como se verá em mais detalhes na subseção seguinte, que Benveniste deixa entrever a existência de línguas diferentes. Segundo ele, a forma específica que a cultura dá ao material fornecido pelo componente biológico da linguagem varia em função da língua. Cada língua, portanto, dará uma forma específica para um material “natural” igual ou semelhante. Decorre daí a necessidade de sempre considerar a variedade das línguas ao estudar a linguagem.

2.3 AS LÍNGUAS EM SUA DIVERSIDADE

Já mencionei algumas vezes acima que Benveniste tinha um interesse e conhecimento profundo de muitas línguas, o que fica bastante evidente por meio da leitura de suas análises, em que são citados idiomas variados. É importante notar, inclusive, que ele não se limita a

citar as línguas mais conhecidas e convencionais em seus estudos, como latim, grego e alemão, mas busca idiomas mais heterodoxos, tais como islandês, asteca, osseto e sogdiano.

Em muitas passagens, Benveniste faz questão de enfatizar o papel das línguas como pedra basilar das análises linguísticas em geral. É a partir das línguas que a Linguística é possível. A inspiração declarada para esse ponto de vista é Saussure, que determinou o método a se seguir:

Todo o esforço de Saussure – e para responder a pergunta que o senhor me fez isto é de uma importância capital, está aí, pode-se dizer, a virada da linguística – é a exigência que ele pôs de ensinar ao linguista o que ele faz. De lhe abrir os olhos a propósito do procedimento intelectual que ele realiza e a propósito das operações que pratica quando, de uma maneira um tanto instintiva, ele raciocina sobre as línguas ou as compara, ou as analisa. Qual é pois a realidade linguística? Tudo começou a partir disto, e é aí que Saussure colocou as definições, que hoje se tornaram clássicas, sobre a natureza do signo linguístico, sobre os diferentes eixos segundo os quais é necessário estudar a língua, a maneira pela qual a língua se nos apresenta, etc. (Estruturalismo [1968], PLG II, p. 14).

Esse modelo saussuriano é adotado sem ressalvas por Benveniste. Já no prefácio do PLG I, ele deixa claro o papel que as línguas desempenham nas análises que apresenta no volume. Ao explicar a terceira parte do livro – intitulada “Estruturas e análises” – ele explica que os ensaios presentes nela “[...] se apoiam sucessivamente sobre as variações de estrutura nas línguas e sobre as manifestações intralinguísticas de algumas funções; [...]” (Prefácio [1966], PLG I, sem página); já em relação à parte seguinte, “Funções sintáticas”, ele afirma buscar fatos estáveis “[...] através de tipos linguísticos muito variados [...]” (Prefácio [1966], PLG I, sem página).

É, então, justamente ao pesquisar como se diz uma dada “mesma coisa” em línguas diferentes ou como um certo fenômeno se manifesta em idiomas variados que Benveniste demonstra os fatos de língua a que se dedica em suas análises. É por meio da prática tradutória (como já visto em 1.1.2), então, que as descobertas são feitas. Além disso, é fundamental observar que, para Benveniste, o interesse pelo estudo das línguas não se limita ao conhecimento dessas línguas por si próprias, mas leva a um objetivo maior, a um conhecimento mais amplo.

Em “Vista d’olhos sobre o desenvolvimento da linguística”, por exemplo, Benveniste afirma que “a linguística, tornando-se descritiva, dispensa igual interesse a todos os tipos de línguas, escritas ou não escritas, e a esse interesse precisa adaptar os seus métodos. Trata-se, com efeito, de saber em que consiste e como funciona uma língua” (Vista d’olhos [1963], PLG I, p. 22). Semelhantemente, em “Categorias de pensamento e categorias de língua”, ele

explica que a comparação de noções iguais em línguas diferentes evidencia fatos de língua (Categorias [1958], PLG I, p. 77). Portanto, é por meio das línguas – e da comparação entre elas, que, muitas vezes, implica a tradução – que a língua pode ser observada.

Mas Benveniste não acredita que as línguas deem a conhecer apenas a língua; ele vai além, afirmando, muitas vezes, que as línguas possibilitam o acesso à linguagem. Isso já está explícito inclusive no prefácio do PLG I, em que ele declara que

[...] será necessário compenetrar-se desta verdade: a reflexão sobre a linguagem só produz frutos quando se apoia, primeiro, sobre as línguas reais. O estudo desses organismos empíricos, históricos, que são as línguas permanece o único acesso possível à compreensão dos mecanismos gerais e do funcionamento da linguagem (Prefácio [1966], PLG I, sem página).

Esse pensamento é replicado em outras partes. Na entrevista intitulada “Esta linguagem que faz história”, por exemplo, Benveniste afirma que “[...] o linguista tem necessidade de conhecer o maior número possível de línguas para definir a linguagem” (Esta linguagem [1968], PLG II, p. 30). Já em “Da subjetividade na linguagem”, ele declara que a subjetividade não se limita às línguas: “Falamos realmente da linguagem e não apenas de línguas particulares. Os fatos das línguas particulares, que concordam, testemunham pela linguagem” (Subjetividade [1958], PLG I, p. 287). Algo semelhante é observado em uma reflexão sobre pronomes, em que Benveniste afirma que a sua universalidade “[...] faz pensar que o problema dos pronomes é ao mesmo tempo um problema de linguagem e um problema de línguas, ou melhor, que só é um problema de línguas por ser, em primeiro lugar, um problema de linguagem” (Natureza dos pronomes [1956], PLG I, p. 277).

Em “Vista d’olhos sobre o desenvolvimento da linguística”, como visto acima, as línguas são associadas à língua. Porém, ao mesmo tempo – e mais enfaticamente, eu diria –, elas são percebidas como um meio de entrada na linguagem:

Começamos por observar que a linguística tem duplo objeto: é ciência da linguagem e ciência das línguas. Essa distinção, que nem sempre se faz, é necessária: a linguagem, faculdade humana, característica universal e imutável do homem, não é a mesma coisa que as línguas, sempre particulares e variáveis, nas quais se realiza. É das línguas que se ocupa o linguista e a linguística é em primeiro lugar⁵³ a teoria das línguas. Dentro da perspectiva em que nos aqui colocamos, veremos que essas vias diferentes se entrelaçam com frequência e finalmente se confundem, pois os problemas infinitamente diversos das línguas têm em comum o fato de que, a um certo grau de generalidade, põem sempre em questão a linguagem (Vista d’olhos [1963], PLG I, p. 20).

⁵³ Culioli (1984) observa que esse “em primeiro lugar” (em francês, “*d’abord*”) deve ser entendido como uma indicação de anterioridade e não como superioridade ou primazia.

Culioli entende que o fato de Benveniste se basear nas línguas para chegar à linguagem constitui uma inovação intensa e fundamental. Para ele, Benveniste “[...] postula que a linguagem não é um objeto teórico acessível à observação e coextensivo a essas realizações particulares que são as línguas. A linguagem só pode ser entendida através da diversidade das línguas, através de uma teoria, da observação e da generalização⁵⁴” (CULIOLI, 1984, p. 80). Dessons (2006) também aponta para o fato de que a distinção entre línguas e linguagem permite diferenciar o que tem relação com o aspecto histórico e o que diz respeito a uma perspectiva universal antropológica, o que, segundo o autor, representa uma disposição teórica extraordinária por parte de Benveniste. Da mesma forma, Kristeva (2014, p. 29) também elogia Benveniste, categorizando-o entre os grandes linguistas porque estes, “[...] conhecendo e analisando as línguas, descobrem propriedades da linguagem por meio das quais interpretam e inovam o ‘estar no mundo’ dos sujeitos falantes”.

Posto que desempenham um papel tão importante na Linguística, garantido o acesso ao universal da linguagem, as línguas devem ser consideradas em sua diversidade. Não há uma língua mais importante ou mais representativa para a análise linguística, todas importam: “Não se cede mais tão facilmente como antes à tentação de erigir como propriedades universais da linguagem as particularidades de uma língua ou de um tipo linguístico. [...] Todos os tipos de línguas adquirem direitos iguais de representar a linguagem” (Tendências recentes [1954], PLG I, p. 6). Isso se dá porque não há julgamento de valor em relação às línguas, nenhuma é considerada melhor ou pior que a outra. Todas podem contribuir para o entendimento do objeto maior a que servem, a linguagem.

Esse olhar indiferenciado para as línguas é destacado por Todorov (2014, p. 252), que afirma que Benveniste “[...] insiste também muito sobre a necessidade de estudar todas as línguas, qualquer que seja a extensão do domínio onde são praticadas ou o papel que desempenham na história: do ponto de vista linguístico, as línguas indo-europeias não dispõem de nenhum privilégio”.

Ainda dentro desse cenário, é interessante notar que, embora a diversidade de línguas não estivesse ausente dos horizontes de Benveniste previamente – já que ele manifesta o desejo de aprender pelo menos uma dúzia de idiomas já aos dezesseis anos e mostra interesse

⁵⁴ No original: “[...] Benveniste pose que le langage n’est pas un objet théorique accessible à l’observation et coextensif à ces réalisations particulières que sont les langues. Le langage ne peut être appréhendé qu’à travers la diversité des langues, grâce à une théorie, de l’observation et de la généralisation. Telle est la position fondamentale, et profondément novatrice, de Benveniste.”

em gramática comparada e no estudo das línguas indo-europeias desde o início da carreira acadêmica (REDARD, 2014) –, é com as suas viagens para o Alasca, em 1952 e 1953, que ocorre uma verdadeira revolução na percepção da importância das línguas diferentes. Nessas viagens, ele tem a oportunidade de “[...] estudar, de primeira mão, uma língua em que as categorias que nos são familiares estão ausentes, cuja estrutura desafia as classificações tradicionais e exige uma total reconsideração das noções linguísticas” (REDARD, 2014, p. 216–217).

Todorov (2014, p. 254) também destaca a importância dessas viagens na reflexão benvenistiana:

A comparação a qual estava habituado até então era aquela feita entre línguas próximas, oriundas da mesma matriz, da qual se podia supor – e ilustrar – a semelhança. A comparação radical, ou confrontação, a que ele se entrega agora é totalmente diferente: o que é esclarecedor, nesse caso, é a diferença entre a língua que se estuda e a própria língua. Ele procede, assim, como um etnólogo que tem por ambição a descrição de uma sociedade estrangeira, visto que o contraste entre o distante e o familiar lhe permite ver melhor os outros e, ao mesmo tempo, descobrir-se a si mesmo. Mas ele seria, então, um etnólogo da espécie universalista: partir das diferenças lhe permite assentar sua concepção do que é a linguagem, em geral.

É interessante notar, então, que é a tradução mesmo que dá origem à percepção da importância da diversidade das línguas, já que é quando Benveniste viaja para lugares fora da área em que predominam idiomas indo-europeus e compara as línguas locais com a sua língua – procedimento que envolve necessariamente a busca de equivalências, logo, a tradução – que o horizonte dele se amplia. A tradução, portanto, novamente desempenha um papel fundamental na teorização benvenistiana.

Laplantine é outra estudiosa que enfatiza a importância que o estudo das línguas ameríndias teve para Benveniste. Segundo ela, o estudo dessas línguas se centrava na preocupação do modo de significação e de simbolização da língua e levou “[...] ao questionamento de todo um saber tradicional acerca das línguas e da linguagem⁵⁵” (LAPLANTINE, 2013).

A esse respeito, o próprio Benveniste comenta a importância da língua na capacidade de simbolização humana, e o faz apontando, mais uma vez, para a importância da variedade linguística:

⁵⁵ No original: “Avec ses enquêtes en Amérique du Nord, Benveniste fait l’expérience, après Boas, après Sapir, d’une remise en question de tout un savoir traditionnel sur les langues et le langage.”

Pela língua, o homem assimila a cultura, a perpetua ou a transforma. Ora, assim como cada língua, cada cultura emprega um aparato específico de símbolos pelo qual cada sociedade se identifica. A diversidade das línguas, a diversidade das culturas, as suas mudanças mostram a natureza convencional do simbolismo que as articula. É definitivamente o símbolo que prende esse elo vivo entre o homem, a língua e a cultura (Vista d'olhos [1963], PLG I, p. 32).

É a existência de diversas línguas – não hierarquizadas, não classificadas, já que todas têm igual valor – que permite demonstrar a riqueza e a vastidão da experiência humana no mundo, portanto.

Por outro lado, é fundamental observar que a ausência de uma classificação de línguas não significa que não se admitam diferenças entre elas. Pelo contrário, a diferença é explicitamente manifesta: “Não há duas línguas que organizem as cores da mesma maneira. Seriam os olhos diferentes? Não, é a língua que é diferente. Consequentemente certas cores não têm ‘sentido’, outras, ao contrário, têm muito, e assim por diante” (Estruturalismo [1968], PLG II, p. 21). Note-se que, novamente, não é emitido um julgamento de valor aqui; a diversidade linguística é meramente um fato, uma realidade observável, um dado incontornável.

As observações colocadas nesta subseção – e conforme já observado na subseção anterior – permitem perceber que a consideração das línguas é um fato metodológico. A reflexão benvenistiana toma as línguas, consideradas em toda a sua variedade, como ponto de partida da teoria, buscando nelas os subsídios para a verificação de hipóteses, para o estudo da língua e da linguagem. É o que Flores (2013b, p. 101, grifos no original) atesta:

Em Benveniste, *linguagem, língua e línguas* têm direito à existência e integram o sistema conceitual do autor sem se recobrirem teoricamente. Poder-se-ia dizer, sem medo de faltar com a verdade, que Benveniste é um linguista das línguas – já que era conhecedor de muitas e a elas recorre para validar seu ponto de vista teórico – mas também o é da língua e da linguagem.

Entretanto, apesar de ser possível perceber que as línguas, consideradas do modo mais amplo possível, aparecem de modo destacado na teoria benvenistiana como um todo, ao considerar especificamente a nota sobre tradução, não há nenhuma menção direta à existência ou à importância da diversidade das línguas. Também é evidente a ausência de menções a um número amplo de línguas, já que a nota só traz exemplos do grego e do latim. Porém, nada disso significa que a diversidade linguística não possa ser vislumbrada nessa reflexão.

Em primeiro lugar, na segunda parte da nota, em que é discutido o caráter duplo da linguagem, encontra-se a seguinte passagem: “A linguagem é biológica no princípio das ‘onomatopeias’, das exclamações, dos gritos, mas a cultura dá a todo esse material vocal uma

‘forma’ específica e que depende de uma língua determinada, não de qualquer uma ou de todas indiscriminadamente” (Traduction [2016], p. 38). Para além da constatação óbvia da existência de línguas diferentes, nota-se aqui, penso, um certo realce da importância da diferença entre as línguas. Cada língua modela o material vocal proveniente da parte natural da linguagem de um modo único e particular. Não há prioridade a uma língua em especial nem heterogeneidade entre elas, já que o modelo não é dado por qualquer língua ou por todas indiscriminadamente. Desse modo, todas as línguas importam, e o fato de existirem várias línguas também importa, pois denota a riqueza cultural do mundo.

Em segundo lugar, a diversidade das línguas também pode ser percebida na nota sobre tradução de um modo bastante indireto, levando em conta o viés do “querer dizer” presente na primeira parte. Como já afirmado acima e discutido mais amplamente abaixo (cf. 2.4 e 2.5), Benveniste associa a tradução à capacidade de dizer uma mesma coisa em línguas diferentes tanto em “A forma e o sentido na linguagem” quanto em “La traduction, la langue et l’intelligence”. A tradução, então, se torna possível a partir do desejo e/ou da necessidade de expressar um conteúdo, um certo “querer dizer”, em uma outra língua. Por esse ponto de vista, a tradução só é possível devido à existência de mais de uma língua. É porque existe uma infinidade de línguas diferentes que a tradução ocorre. Falar sobre a possibilidade de tradução, desse modo, é necessariamente postular as línguas em sua diversidade.

É possível, portanto, inferir que mesmo que Benveniste não mencione a diversidade das línguas explicitamente na reflexão que apresenta na nota sobre tradução, ela é um fato pressuposto e essencial, permitindo o desenvolvimento das ideias ali presentes. Sem a diversidade das línguas, não há tradução e, conseqüentemente, não é possível pensar a linguagem a partir do ponto de vista do processo tradutório, que é justamente o que Benveniste faz em “La traduction, la langue et l’intelligence”. Além disso, como apontado no parágrafo acima, é porque há línguas diferentes que há tradução: traduz-se para dizer a “mesma” coisa em outro(s) idioma(s). E tal processo de tradução, tal “dizer a mesma coisa”, só é possível porque a língua se organiza em dois domínios diferentes, tópico retomado na subseção seguinte.

2.4 A PRODUÇÃO DO DISCURSO E OS DOIS DOMÍNIOS DA LÍNGUA

A tradução consiste na apreensão do que um dado texto “quer dizer” e na retransmissão desse conteúdo em uma língua diferente. Esse é o conceito implícito que figura

na primeira parte da nota sobre tradução, como já mencionado em 1.1.3. Em se tratando de um texto, a produção do discurso está envolvida na questão.

Ora, em “A forma e o sentido na linguagem”, Benveniste relaciona o domínio semântico à frase e à produção do discurso, que diz respeito ao “[...] intencionado, [ao] que o locutor quer dizer, [à] atualização linguística do seu pensamento” (A forma e o sentido [1967], PLG II, p. 229). Esse discurso, por sua vez, consiste de palavras, que constituem a “[...] unidade mínima da mensagem e [a] unidade necessária da codificação do pensamento” (A forma e o sentido [1967], PLG II, p. 230). São as palavras, então, que permitem a expressão de conteúdos:

O sentido da frase é de fato a *ideia* que ela exprime; este sentido se realiza formalmente na língua pela escolha, pelo agenciamento de palavras, por sua organização sintática, pela ação que elas exercem umas sobre as outras. Tudo é dominado pela condição do sintagma, pela ligação entre os elementos do enunciado destinado a transmitir um sentido dado, numa circunstância dada [...] Que a ideia só encontre forma num agenciamento sintagmático, esta é uma condição primeira, inerente à linguagem (A forma e o sentido [1967], PLG II, p. 230–231, grifo no original).

Ao mesmo tempo, logo no início da primeira parte da nota sobre tradução, Benveniste estabelece uma relação entre o arranjo das palavras e aquilo que a inteligência expressa. Retomo o seu texto: “[...] a inteligência pode ‘querer dizer’ algo que é, de algum modo, exterior à linguagem e que a língua compõe com o auxílio de palavras que têm a sua significação própria, e cujo arranjo produz aquilo que a inteligência ‘quer dizer’” (Traduction [2016], p. 37).

Em ambos os casos, portanto, é possível entender que as palavras são agenciadas – ou, para usar os termos da nota, arranjadas – em sintagmas que transmitem uma dada ideia, ou seja, “[...] aquilo que a inteligência ‘quer dizer’” (Traduction [2016], p. 37).

É importante também observar que, ainda segundo “La traduction, la langue et l’intelligence”, esse “querer dizer” tem relação direta com a tradução, já que o processo tradutório, como já indicado alguns parágrafos acima, ocorre quando “[...] a inteligência é capaz de apreender além – ainda que por intermédio – das palavras da língua B o que o texto original (ou seja, estrangeiro⁵⁶) ‘quer dizer’ e, em seguida, pela abordagem inversa, de descer desse ‘quer dizer’⁵⁷ às palavras da própria língua” (Traduction [2016], p. 38).

⁵⁶ Chama a atenção, aqui, o fato de que, aparentemente, a tradução só é possível quando é realizada na direção língua estrangeira > língua materna. Ou seja, a tradução inversa (comumente também chamada de versão) não é contemplada na reflexão.

⁵⁷ Uma análise mais detalhada da noção de “querer dizer” será apresentada abaixo (cf. 2.5).

É interessante notar, porém, que também em “A forma e o sentido na linguagem” Benveniste faz uma reflexão que se aproxima da expressão “querer dizer”. Trata-se do trecho que precede imediatamente o famoso parágrafo sobre tradução (cf. 1.1.1). Nele, Benveniste declara que “[...] o fato de que se pode ‘dizer a mesma coisa’ numa como noutra categoria de idiomas é a prova, por sua vez, da independência relativa do pensamento e ao mesmo tempo de sua modelagem estreita na estrutura linguística” (A forma e o sentido [1967], PLG II, p. 233). Traçando um paralelo com a nota sobre tradução, entende-se que é possível expressar uma “mesma ideia” em dois idiomas diferentes justamente porque a inteligência é capaz de ir além da estrutura linguística – ou seja, das palavras e do modo como são arranjadas – da língua-fonte e apreender um conteúdo – que é expresso pelo pensamento – e então comunicá-lo em uma outra língua, com as palavras desta, o que, por sua vez, demonstra o modo de organização da língua-alvo.

Evidentemente, como também já notado acima, ao aceitar a possibilidade de dizer algo em idiomas diferentes e ao defender que há uma modelagem da mensagem na estrutura linguística, admite-se a existência de diferentes formas de transmitir um mesmo conteúdo, ou seja, remete-se à diversidade de línguas, tema que já foi desenvolvido acima (cf. 2.3).

Também é fundamental considerar que o movimento de apreensão do que a inteligência “quer dizer” e retransmissão desse “quer dizer” nas palavras da língua-alvo é entendido por Benveniste, na nota, como a “possibilidade de tradução” (Traduction [2016], p. 37). O termo “possibilidade de tradução” aparece igualmente em “A forma e o sentido na linguagem”, no notório parágrafo que discute a tradução, quando Benveniste afirma que “pode-se transpor o semantismo de uma língua para o de uma outra, ‘salva veritate’; é a possibilidade da tradução [...]” (A forma e o sentido [1967], PLG II, p. 233). Aqui, portanto, é possível traduzir porque o semantismo – como proponho anteriormente (cf. 1.1.1), um determinado estado do semântico, uma instância particular de apropriação da língua e produção de discurso – é transposto de uma língua para outra.

Benveniste, no entanto, não dá indicações da maneira como essa transposição ocorre. Por outro lado, entretanto, ao realizar a leitura do texto, percebe-se, como observado acima, que o domínio semântico conduz à noção de ideia, que é o sentido expresso pela frase, e de sintagma, que corresponde à forma relacionada a esse domínio e ao modo como as palavras são dispostas dentro dessa frase.

Aqui, é importante observar que, previamente no mesmo texto, Benveniste enfatiza reiteradamente que há uma diferença entre o sentido da frase e o sentido das palavras que estão nela, afirmando, inclusive, que “reina tanta confusão sobre este assunto, ou bem pior,

tanta falta de clareza, que é necessário se cuidar para escolher bem e delimitar os termos da análise” (A forma e o sentido [1967], PLG II, p. 231). E no que consiste tal diferença? Ainda segundo Benveniste,

o sentido de uma frase é outra coisa diferente do sentido das palavras que a compõem. O sentido de uma frase é sua ideia, o sentido de uma palavra é seu emprego (sempre na acepção semântica). A partir da ideia, a cada vez particular, o locutor agencia palavras que neste emprego tem um “sentido” particular. Além disso, é necessário introduzir aqui um termo a que foi desnecessário apelar na análise semiótica: aquele do “referente”, independente do sentido, e que é o objeto particular a que a palavra corresponde no caso concreto da circunstância ou do uso. Ainda que se compreenda o sentido individual das palavras, pode-se muito bem, fora da circunstância, não compreender o sentido que resulta da junção das palavras; esta é uma experiência corrente, que mostra ser a noção de referência essencial (A forma e o sentido [1967], PLG II, p. 231).

Pode-se perceber, então, que o sentido da frase está relacionado à globalidade, ao resultado da soma das unidades que fazem parte dela, enquanto o sentido de cada uma dessas unidades – as palavras – tem relação com o seu emprego, remetendo à noção de referência e do referente, o que, por sua vez, terá relação com a noção de designação, que será discutida mais abaixo (cf. 2.6).

Um aparte se faz necessário aqui: não é possível entender o domínio semântico como inteiramente desligado do domínio semiótico, como já observado em 1.1.1. Desse modo, não se pode tomar as palavras como sendo elementos inteiramente diferentes dos signos que compõem o semiótico de uma dada língua, já que elas “[...] são materialmente os signos do repertório semiótico” (A forma e o sentido [1967], PLG II, p. 233). Como propõe Ono (2007, p. 60, grifos no original), é necessário fazer uma distinção importante quando se tratam das unidades desses dois domínios: “[...] no nível do signo, se trata de *reconhecer* uma unidade significante; no nível da *frase*, se trata de *compreender* uma palavra (signo encontrado na frase) como portadora da significação e da referência⁵⁸”. Ora, considerando esse ponto de vista, é fundamental ter em conta que a atividade tradutória necessariamente implica essas duas atividades, já que, antes de compreender o sentido da palavra em uma dada frase, é necessário reconhecê-la como pertencente ao(s) idioma(s) de trabalho. Não é possível entender o sentido de uma frase se não há reconhecimento das unidades que a compõem como sendo elementos que fazem parte do repertório lexical de uma língua. Assim, é impossível

⁵⁸ No original: “Il envisage d’établir une distinction du sens lexical qui dégage deux linguistiques différentes : au niveau du signe, il s’agit de *reconnaître* une unité signifiante ; au niveau de la *phrase*, il s’agit de *comprendre* un mot (signe se trouvant dans la phrase) comme porteur de la signification et de la référence.”

dissociar o domínio semiótico inteiramente da compreensão da ideia que as frases expressam quando se considera o processo tradutório.

Retornando à questão da frase, é necessário insistir que não se trata de uma separação total entre esta e as palavras, afinal, são as segundas que formam a primeira. O próprio Benveniste reforça tal ponto de vista, afirmando que “o sentido a transmitir, ou se se quiser, a mensagem é definida, delimitada, organizada por meio das palavras; e o sentido das palavras, por seu turno, se determina em relação ao contexto de situação” (A forma e o sentido [1967], PLG II, p. 232–233). No domínio semântico, então, a ideia/mensagem, que é o sentido da frase, tem relação com o modo como as palavras se organizam nesta, ou seja, com a sua forma. Sendo esse o domínio que é relacionado com a possibilidade de tradução, entende-se que a prática tradutória tem a ver com a ideia expressa pela frase, que é determinada pelo arranjo dos seus elementos.

Na nota sobre tradução, por sua vez, como já visto acima, Benveniste associa a possibilidade de tradução justamente à apreensão do que a inteligência “quer dizer” (ou seja, da mensagem) no texto de partida, o que ocorre por intermédio das palavras. Tal mensagem, por sua vez, deve ser transmitida na língua de chegada, com as palavras desta (Traduction [2016]).

Ao relacionar essas duas perspectivas, é possível entender que a nota sobre tradução acaba complementando “A forma e o sentido na linguagem”, já que determina mais específica e diretamente como se dá o processo de tradução, baseando-se no entendimento da mensagem de uma determinada produção de discurso – ou seja, de um semantismo – a partir da análise das palavras que a compõem, considerando também o modo como estão organizadas, e chegando à seleção das palavras adequadas na língua de chegada para a transmissão da “mesma” mensagem.

Tudo isso permite, então, salientar novamente o papel desempenhado pelo domínio semântico na prática tradutória, já que é somente a partir de uma dada apropriação da língua que se torna possível traduzir, ou seja, decodificar uma dada mensagem gerada pela inteligência/pelo pensamento e reformulá-la em uma língua diferente. É só a partir do momento em que o discurso se torna uma realidade que a tradução pode potencialmente ocorrer.

2.4.1 A tradução: em direção à “semântica própria”?

Para que a tradução ocorra, então, uma enunciação é necessária, ou seja, o sistema linguístico – o semiótico – deve ser atualizado em discurso, com a produção de um enunciado/frase, o que corresponde ao semântico. Nos termos de Ono (2007, p. 76), “[...] na teoria benvenistiana do semântico, não há frase potencial [...]”⁵⁹ e “[...] assim como a frase, a enunciação não se concebe sobre o plano virtual”⁶⁰. Uma instância concreta e determinada de apropriação da língua é o único cenário que possibilita a tradução.

Considerando esse contexto, é interessante notar que Normand (2012) se questiona acerca da ampliação da análise linguística levando em conta a existência dos dois domínios da língua. Ela entende que o domínio semiótico pode ser generalizável, o que permite a inferência de propriedades da língua. No domínio semântico, por sua vez, a generalização não seria possível, já que o sentido depende de parâmetros específicos – uma determinada frase emitida por um dado locutor em uma dada circunstância e se referindo a um determinado objeto – e evanescentes, já que a enunciação se caracteriza por existir somente no momento de sua realização. Por isso, segundo Normand (2012, p. 181–182), “[...] parece que o estudo das frases depende menos de uma análise linguística (em princípio generalizável) do que de um comentário de texto cada vez particular”, comentário este “[...] sobre a situação cada vez particular da enunciação (tal sujeito, tal tempo, tal referente, tal interação, cujas marcas fazem parte da descrição semiótica) [...]”.

Também é possível entender que um texto traduzido contém um comentário, já que, ao empreender o processo tradutório, o tradutor toma decisões que acabam sendo incorporadas ao produto desse processo, ou seja, ao texto-alvo (HOFF; FLORES, 2017). Em outras palavras, no processo de traduzir, o tradutor acaba deixando marcas que denotam as suas deliberações e interpretações a respeito do texto-fonte. Como afirma Nunes (2012a), o tradutor empreende a leitura especializada de uma dada escrita e a escrita dessa leitura. Nesse percurso, a interpretação é inevitável e acaba ficando evidente, de alguma forma, no texto traduzido.

Desse modo, penso ser possível entender que o comentário particular de Normand – um substituto da análise linguística generalizável – se torna manifesto na tradução, estando inevitavelmente presente no produto originado pelo ato de traduzir.

No fim de “A forma e o sentido na linguagem”, após o célebre parágrafo sobre tradução, Benveniste introduz o termo “língua-discurso”, que indica a superposição e a

⁵⁹ No original: “En conséquence, dans la théorie benvenistienne du sémantique, il n’y a pas de phrase potentielle, [...]”

⁶⁰ No original: “Ainsi, tout comme la phrase, l’énonciation ne se conçoit pas sur le plan virtuel.”

inseparabilidade dos sistemas semióticos e semânticos e pressupõe a criação de uma “semântica própria”, que leva em conta o duplo sistema da língua (A forma e o sentido [1967], PLG II, p. 233). O comentário contido na tradução, derivado do ato de traduzir, entendido nos termos acima, acredito, cumpre os requisitos dessa “semântica própria”, já que o processo tradutório normalmente – senão sempre – envolve tanto a possibilidade quanto a impossibilidade de tradução, o reconhecimento de unidades do sistema de cada uma das línguas envolvidas e a decisão em relação ao uso mais apropriado dessas unidades – então consideradas palavras – em um dado contexto; invariavelmente, portanto, tanto o domínio semiótico quanto o domínio semântico acabam desempenhando um papel na tradução, mesmo que ela só seja possível quando há produção do discurso, ou seja, estando o domínio semântico envolvido.

Ainda cumpre observar que Normand (2012, p. 182) assinala que o comentário originado a partir dessa “semântica própria”, “[...] assim como todo comentário de texto, [...] interpreta os enunciados, mas não pretende dizer tudo sobre seu sentido”. Desse modo, está posto que é impossível apreender todo o conteúdo de um dado enunciado, ou, em outros termos, decifrar tudo o que a inteligência “quer dizer”, o que será considerado na subseção abaixo.

2.5 O QUE QUER DIZER “QUERER DIZER”?

A primeira parte da nota se foca, como já destaquei inúmeras vezes, na questão do que a inteligência “quer dizer”, que representa aquilo que é traduzido, tornando, portanto, a tradução possível.

Ao mesmo tempo, como já foi mencionado acima (cf. 1.1.1) o “querer dizer” também é a porta de entrada para a discussão sobre tradução em “A forma e o sentido na linguagem”, indicando, concomitantemente, a existência da diversidade de línguas.

Mas, para além disso, é interessante perceber a presença da noção de “querer dizer” no restante da teoria benvenistiana. Em alguns casos, o “dizer” vem desacompanhado do “querer”, o que não implica, entretanto, que não exista pretensão, por parte do falante, de expressar algo: “Vê-se bem que, quando se fala, é para dizer alguma coisa, para transmitir uma mensagem” (Estruturalismo [1968], PLG II, p. 20). Também acontece de o “dizer” ser trocado por um termo sinônimo, “falar”: “Enquanto que a partir do momento em que se trata do homem que fala, o pensamento reina e o homem está inteiramente no seu querer falar, ele é sua capacidade de fala” (Estruturalismo [1968], PLG II, p. 19).

O “dizer” é, por vezes, associado à linguagem, caso em que vem acompanhado de “tudo”, o que aponta para a magnitude dessa característica humana e, conseqüentemente, indica a sua importância:

A linguagem humana caracteriza-se justamente aí. Cada enunciado se reduz a elementos que se deixam combinar livremente segundo regras definidas, de modo que um número bastante reduzido de morfemas permite um número considerável de combinações – de onde nasce a variedade da linguagem humana, que é a capacidade de dizer tudo (Natureza do signo [1939], PLG I, p. 66).

Muitas vezes, a noção de “dizer” – seja explicitamente acompanhada ou não de “querer” – é associada à questão do pensamento. Talvez o texto em que essa relação fique mais evidente é “Categorias de pensamento e categorias de língua”. Benveniste inicia esse artigo abordando a variedade de usos da língua, o que o leva a ponderar que “[...] por mais abstratas ou particulares que sejam as operações do pensamento, recebem expressão na língua. Podemos dizer tudo, e podemos dizê-lo como queremos” (Categorias [1958], PLG I, p. 68). Em seguida, ele passa a discutir a separabilidade dos atos de pensar e falar, ou seja, principia a desenvolver a temática do ensaio:

Daí procede esta convicção, largamente divulgada e ela própria inconsciente como tudo o que diz respeito à linguagem, de que pensar e falar são duas atividades distintas por essência, que se conjugam pela necessidade prática da comunicação, mas que têm cada uma o seu domínio e as suas possibilidades independentes, consistindo as da língua nos recursos oferecidos ao espírito para o que chamamos a expressão do pensamento (Categorias [1958], PLG I, p. 68).

Na sequência do texto, o “querer dizer” aparece nominalmente, iniciando uma reflexão que, embora longa, deve ser reproduzida aqui quase na íntegra:

Seguramente a linguagem, na medida em que é falada, emprega-se para comboiar “o que queremos dizer”. Mas isso a que chamamos “o que queremos dizer” ou “o que temos no espírito” ou “o nosso pensamento” (seja como for que o designemos) é um conteúdo de pensamento, bem difícil de definir em si mesmo, a não ser por características de intencionalidade, ou como estrutura psíquica, etc. Esse conteúdo recebe forma quando é enunciado, e somente assim. Recebe forma da língua e na língua, que é o molde de toda expressão possível; não pode dissociar-se dela e não pode transcendê-la. Ora, essa língua configura-se no seu conjunto e enquanto totalidade. É, além do mais, organizada como combinação de “signos” distintos e distintivos, susceptíveis, eles próprios, de decompor-se em unidades inferiores ou de agrupar-se em unidades complexas. Essa grande estrutura, que encerra estruturas menores e de muitos níveis, dá a sua *forma* ao conteúdo de pensamento. [...] Enfim, esse conteúdo deve passar pela língua e tomar-lhe os quadros. De outro modo o pensamento se reduz, se não a nada, pelo menos a algo de tão vago e de tão indiferenciado que não temos nenhum meio de apreendê-lo como “conteúdo” distinto da forma que a língua lhe confere. A forma linguística é, pois, não apenas a condição de transmissibilidade mas primeiro a condição de realização do

pensamento. Não captamos o pensamento a não ser já adequado aos quadros da língua. Fora isso, não há senão obscura volição, impulso que se descarrega em gestos, mímica. Isso quer dizer que a questão de saber se o pensamento pode dispensar a língua ou contorná-la como um obstáculo, por menos que se analisem rigorosamente os dados em pauta, aparece destituída de sentido (Categorias [1958], PLG I, p. 68–69, grifo no original).

Percebe-se, portanto, que a capacidade e a possibilidade de dizer algo, ou seja, de expressar um conteúdo, transmitir uma mensagem, parece ser o caractere fundamental da linguagem, que, por sua vez, é a característica mais notável e basilar dos seres humanos, como já mencionado acima (cf. 2.2).

Uma observação importante, já feita em 1.1.1, deve ser retomada nesse ponto: ao enfatizar o “querer dizer” de alguém, Benveniste não tem interesse no conteúdo *per se*, ou seja, em *o que* se quer dizer; o que interessa é sempre que há um *ato* empírico de apropriação da língua, uma produção de discurso. É a ação que está no centro da problemática, e não o que existe a priori e/ou o que resulta dela. Como diz Dessons (2006, p. 149, grifo no original), o problema central é a “atualização não do pensamento como conteúdo, precisamente, mas do pensamento como processo, que se confunde com o processo de significação [...]”⁶¹. Eu entendo, porém, que o que interessa efetivamente não é o processo do pensamento, ao menos não dissociado do processo de dizer. O centro das atenções é sempre o fato de que o ser humano fala. É justamente isso que é possível perceber em um trecho de Benveniste já citado neste trabalho, que explica o intencionado, que é associado ao “querer dizer” e ao ato de atualização linguística: “[...] o intencionado, [o] que o locutor quer dizer, [a] atualização linguística de seu pensamento” (A forma e o sentido [1967], PLG II, p. 229). A transmissão do conteúdo de pensamento está intimamente relacionada ao fato de que ao ser humano é facultado se apropriar da língua para dizer algo.

É importante observar, ainda, uma questão terminológica que surge a partir dessa reflexão. No início da citação de “Categorias de pensamento e categorias de língua” acima, percebe-se que Benveniste usa o termo “pensamento” duas vezes na mesma frase, equiparando “o nosso pensamento” a “um conteúdo de pensamento”. O primeiro “pensamento”, entretanto, está associado a “o que queremos dizer” e a “o que temos no espírito” e é acompanhado de um adendo entre parênteses que indica a dificuldade de nomear a noção (“seja como for que o designemos”), enquanto o segundo é seguido por uma glosa que indica a dificuldade de definição da noção. Isso me leva ao entendimento de que o que

⁶¹ No original: “Actualisation non de la pensée comme *contenu*, précisément, mais de la pensée comme processus, qui se confod alors avec le procès de signification [...]”

Benveniste chama de “o nosso pensamento” (primeira ocorrência da frase) se refere a uma ideia, ou seja, um produto, um conteúdo, enquanto tomo o segundo “pensamento” mais como a atividade mental, representando o ato de pensar. Essa interpretação, me parece, indica que, ao falar de pensamento, fala-se, em muitos casos, simultaneamente do ato e daquilo que, ao mesmo tempo, origina e é o resultado do ato (as “ideias”, sejam elas declaradamente expressas ou não).

É necessário notar também que o pensamento é relacionado à linguagem quando Benveniste declara que “pode esperar-se das teorias da informação algum esclarecimento sobre a maneira como o pensamento está codificado na linguagem” (Vista d’olhos [1963], PLG I, p. 32). A mesma associação é reiterada no mesmo texto, quando Benveniste, após destacar que a linguagem é, ao mesmo tempo, um fato físico e uma estrutura imaterial, afirma: “assim é a linguagem, uma entidade de dupla face. É por isso que o símbolo linguístico é *mediatizante*. Organiza o pensamento e realiza-se numa forma específica [...]” (Vista d’olhos [1963], PLG I, p. 30, grifo no original).

Por outro lado, em “Categorias de pensamento e categorias de língua”, a relação que é estabelecida implica dependência entre o conteúdo do pensamento – ou seja, o “querer dizer” – e a língua, já que “a forma linguística é, pois, não apenas a condição de transmissibilidade mas primeiro a condição de realização do pensamento” (Categorias [1958], PLG I, p. 69). Nada mais natural, considerando que “[...] pensar é manejar os símbolos da língua” (Categorias [1958], PLG I, p. 80).

A mesma ideia ainda aparece em outros pontos da reflexão benvenistiana. Em “Vista d’olhos sobre o desenvolvimento da linguística”, por exemplo, Benveniste coloca que “o conteúdo que deve ser transmitido (ou se se quiser, o ‘pensamento’) é decomposto, assim, segundo um esquema linguístico. A ‘forma’ do pensamento é configurada pela estrutura da língua” (Vista d’olhos [1963], PLG I, p. 26). Da mesma maneira, em “Tendências recentes em linguística geral”, encontra-se o seguinte trecho: “[...] percebe-se que as ‘categorias mentais’ e as ‘leis do pensamento’ não fazem, em grande parte, senão refletir a organização e a distribuição das categorias linguísticas. Pensamos um universo que a nossa língua, em primeiro lugar, modelou” (Tendências recentes [1954], PLG I, p. 7). Algo semelhante se observa em “A forma e o sentido na linguagem”: “de mais, a conversão do pensamento em discurso se assujeita à estrutura formal do idioma considerado, isto é, à organização tipológica que, segundo a língua, faz predominar tanto o gramatical quanto o lexical” (A forma e o sentido [1967], PLG II, p. 233).

Uma observação deve ser feita a respeito desse ponto: acredito que é necessário entender os usos de “língua” nas citações acima tanto como “sistema de signos” quanto como “idioma”. Quando Benveniste considera a língua como um dos intermediários possíveis do pensamento, pode-se pensar que a existência de um sistema – não importa qual – é uma condição para a expressão do conteúdo de pensamento; por outro lado, o uso de sintagmas como “uma língua particular”, “nossa língua” e “idioma considerado” remete a uma estreita correlação entre cada uma das línguas e modos particulares de expressão desse conteúdo.

É interessante notar que, desse ponto de vista, vê-se um Benveniste bastante humboldtiano⁶², que parece comungar que “as propriedades espirituais e a organização linguística são tão intimamente fundidas em um povo que, estando um dos termos dado, deveríamos conseguir inferir absolutamente o segundo⁶³”, o que leva a entender que “a língua é, se queremos, o fenômeno exterior do espírito dos povos; sua língua é seu espírito e seu espírito, sua língua [...]”⁶⁴ (HUMBOLDT, 1974, p. 179). Segundo essa perspectiva, cada língua, portanto, representa um modo de expressão diferente das características intrínsecas de um determinado povo, pois cada língua expressa o conteúdo do pensamento de um modo particular.

A noção de “espírito”⁶⁵, que aparece entre as citações apresentadas acima, deve ser destacada, já que o termo também aparece em “Categorias de pensamento e categorias de língua”. Além de duas menções nos trechos desse artigo já reproduzidos acima, o conceito é retomado mais para o final do texto, quando Benveniste declara que “a língua fornece a configuração fundamental das propriedades reconhecidas nas coisas pelo espírito” (Categorias [1958], PLG I, p. 76). Como já observado anteriormente (cf. 1.1.1 e 1.1.3), o termo “espírito” aparece também tanto em “A forma e o sentido na linguagem”, logo após o parágrafo sobre tradução, associado à faculdade metalinguística, quanto na primeira parte da nota sobre tradução, na menção à Saussure, o que possibilita entender que a inteligência que “quer dizer” algo da nota também equivale ao “espírito”.

⁶² Cumpre notar que, por desconhecimento quase completo do idioma germânico e a inexistência de muitas traduções dos textos de Humboldt em português, o meu acesso ao material humboldtiano se deu por meio do francês.

⁶³ No original: “Les propriétés spirituelles et l’organisation linguistique sont si intimement fondues ensemble chez un peuple que, l’un des termes étant donné, on devrait pouvoir en déduire absolument le second.”

⁶⁴ No original: “La langue est, si l’on veut, le phénomène extérieur de l’esprit des peuples ; leur langue est leur esprit et leur esprit leur langue [...]”

⁶⁵ É importante notar, aqui, que a noção de “espírito” de Humboldt e a concepção de “espírito” de Benveniste parecem referir-se a coisas diferentes. O primeiro se direciona mais para a natureza de uma coletividade, enquanto o segundo se associa ao pensamento de um dado indivíduo. No entanto, é fundamental observar que ambos se referem a um componente psíquico que tem relação com a língua.

Para além da simples aproximação entre “La langue, la traduction et l’intelligence” e “Categorias de pensamento e categorias da língua” devido à sobreposição terminológica, cumpre observar a possibilidade de associar o “querer dizer” ao “espírito” e ao “pensamento” ao levar em conta a proposição que Benveniste faz no texto do PLG, de que “[...] isso a que chamamos ‘o que queremos dizer’ ou ‘o que temos no espírito’ ou ‘o nosso pensamento’ (seja como for que o designemos) é um conteúdo de pensamento [...]” (Categorias [1958], PLG I, p. 68–69). Ora, se, como dito na nota sobre tradução, é a inteligência que “quer dizer” algo e se o conteúdo de pensamento é dado pelo espírito ou pelo “nosso pensamento”, tem-se que a inteligência é o mesmo que “espírito” e “pensamento”, inclusive indo, com isso, novamente ao encontro da interpretação que propus anteriormente, em 1.1.3, de que a inteligência equivaleria à noção saussuriana de “espírito”.

Além disso, é essencial notar que a relação que Benveniste estabelece na nota entre a linguagem e a inteligência, como já visto, é circular, de interdependência mútua: “a linguagem forma sem nenhuma dúvida a inteligência, mas a inteligência emerge da linguagem, se serve dela, a domina, a modela, no interior – sejamos claros – da estrutura que a linguagem impõe a ela” (Traduction [2016], p. 37). Com isso, mais uma vez sou levada a ver uma ligação entre o que foi exposto nesta subseção, quando pontuei que, para Benveniste, há uma relação de dependência entre a língua – e as línguas – e o conteúdo do pensamento. Nesse caso, é importante esclarecer, entendo que o termo “inteligência” pode ser tomado ao mesmo tempo como a própria capacidade mental de produzir conteúdos quanto como o conteúdo em si, à moda do que Benveniste, aliás, faz na citação de “Categorias de pensamento e categorias de língua” do parágrafo acima, quando equivale “o nosso pensamento” a um “conteúdo de pensamento”.

Portanto, é possível observar, considerando o conjunto formado pelos PLGs e pela nota sobre tradução, que Benveniste considera que há um espírito/inteligência que, através do ato de pensar, produz um determinado conteúdo/ideia, que representa o que o falante quer dizer. Esse conteúdo depende da língua, pois é só a partir de uma instância de apropriação dela que ele será expresso. Porém, se, por um lado, o conteúdo é moldado pela língua, por outro, a linguagem é imperativa para formar a inteligência, em uma relação de necessária dependência mútua: algo é expresso pela língua, mas sem a linguagem nada existiria a expressar.

2.5.1 “Antes de tudo, significar”

Embora a quantidade e o teor das citações acima já permitam visualizar a importância da noção de “querer dizer” para a teoria benvenistiana, cumpre notar que ela é diretamente associada à noção de significação⁶⁶ em muitos pontos da reflexão proposta por Benveniste. Isso fica evidente, por exemplo, quando ele afirma que “[...] não se pode dizer com os gestos de polidez tudo o que a linguagem permite dizer mas, no geral, é da mesma ordem. Eis aí sistemas significantes” (Esta linguagem [1968], PLG II, p. 33).

Benveniste é ainda mais explícito a respeito dessa relação em outros momentos, como quando descreve as três preocupações comuns a todos os linguistas. A primeira diz respeito ao objeto da ciência linguística, enquanto a segunda envolve a técnica para descrição desse objeto. A terceira, por sua vez, é descrita da seguinte maneira:

3.^a Tanto para o sentimento ingênuo do falante como para o linguista, a linguagem tem como função “dizer alguma coisa”. O que é exatamente essa “coisa” em vista da qual se articula a linguagem⁶⁷, e como é possível delimitá-la em relação à própria linguagem? Está proposto o problema da significação (Tendências recentes [1954], PLG I, p. 8)

A significação – entendida, então, a partir das citações acima, como aquilo que a linguagem diz – é, sem dúvida, a propriedade linguística fundamental. Por exemplo, em “Estrutura da língua e estrutura da sociedade”, Benveniste declara que o fato de ela ser formada de unidades significantes é a propriedade constitutiva da natureza da língua (Estrutura da língua [1970], PLG II, p. 99) e que a composição da língua “[...] é inteiramente uma composição de significação” (Estrutura da língua [1970], PLG II, p. 103). Do mesmo modo, em “Categorias de pensamento e categorias de língua”, ele afirma que a única função da língua é significar (Categorias [1958], PLG I, p. 69) e que “[...] a língua é uma estrutura enformada de significação [...]” (Categorias [1958], PLG I, p. 80).

A significação tem tanta relevância que ela é o tema central de pelo menos dois textos importantes de Benveniste: “A forma e o sentido na linguagem” e “Semiologia da língua”. O primeiro, já bastante discutido neste trabalho, traz, logo no início, após a reflexão sobre a função da linguagem, uma sugestão da importância que deve ser dedicada à noção de

⁶⁶ É importante notar que, como alerta Normand (2012), Benveniste geralmente não faz distinção entre os termos “significação” e “sentido”, podendo, portanto, haver sobreposição destes também neste trabalho.

⁶⁷ Na tradução brasileira aqui utilizada aparece “língua” em vez de “linguagem”. O original, entretanto, é: “Au sentiment naïf du parlant comme pour le linguiste, le langage a pour fonction de « dire quelque chose ». Qu’est exactement ce « quelque chose » en vue de quoi le langage est articulé, et comment le délimiter par rapport au langage lui-même ? Le problème de la signification est posé” (BENVENISTE, 1954/2000a, p. 7).

significação, posta a sua relevância: “Que a língua⁶⁸ significa quer dizer que a significação não é qualquer coisa que lhe seja dada por acréscimo ou, numa medida mais ampla, por uma outra atividade; é de sua própria natureza; se ela não fosse assim, não seria nada” (A forma e o sentido [1967], PLG II, p. 223–224). O texto também se encerra abordando a questão, declarando que “[...] no fundo de tudo está o poder significante da língua, que é anterior ao dizer qualquer coisa” (A forma e o sentido [1967], PLG II, p. 234). Ou seja, a significação, então, é o que permite à inteligência “querer dizer algo”.

Já “Semiologia da língua” busca estabelecer os caracteres que conferem um *status* especial ao sistema linguístico. Tais caracteres têm relação com a distintividade do modo como esse sistema significa: “A significância da língua, ao contrário, é a significância mesma, fundando a possibilidade de toda troca e de toda comunicação, e também de toda cultura” (Semiologia [1969], PLG II, p. 60), o que implica que “[...] a língua significa de uma maneira específica e que não está senão nela, de tal maneira que nenhum outro sistema o pode reproduzir” (Semiologia [1969], PLG II, p. 64). Vê-se, portanto, que o fato de a língua conter significação e significar de um modo particular é distintivo.

Dada a sua forte presença e relevância, a significação também é declaradamente a questão mais importante para os estudos da linguagem, de acordo com Benveniste. Ele diz, por exemplo, que a oposição entre forma e sentido “[...] contém em sua antítese o ser mesmo da linguagem, pois eis que de um só golpe ela nos coloca no centro do problema mais importante, o problema da significação” (A forma e o sentido [1967], PLG II, p. 222). Em outro momento, declara que “uma reflexão algo atenta sobre a maneira pela qual uma língua – pela qual toda língua – se constrói ensina que cada língua tem para resolver um certo número de problemas, que se reduzem todos à questão central da ‘significação’” (Classificação [1952–1953], PLG I, p. 124–125).

Tal magnitude da significação conduz também a questões metodológicas, já que essa noção não pode ser omitida das pesquisas de natureza linguística. Isso é reiterado por Benveniste em “Tendências recentes em linguística geral”, quando ele discute o desejo, por parte dos linguistas, de eliminar a significação dos seus estudos, declarando que isso é impossível, dada a indissociabilidade dos dados linguísticos e da simbolização que os origina. Ele conclui que existe a possibilidade de “[...] conceber muitos tipos de descrição e muitos

⁶⁸ Ao contrário da citação anterior, na tradução aqui utilizada, lê-se “linguagem” no lugar de “língua”; porém, uma confrontação com o original evidencia que Benveniste usa o segundo termo: “Que la langue signifie, cela veut dire que la signification n’est pas quelque chose qui lui est donné par surcroît, ou dans une mesure plus large qu’à une autre activité ; c’est son être même; si elle n’était pas cela, elle ne serait rien” (BENVENISTE, 1967/2000b, p. 219).

tipos de formalização, mas todos devem necessariamente supor que o seu objeto, a língua, é dotado de significação, que em vista disso é que é estruturado, e que essa condição é essencial ao funcionamento da língua [...]” (Tendências recentes [1954], PLG I, p. 13). De modo semelhante, em “Estruturalismo e linguística”, ele coloca o mecanismo da significação como a questão de maior importância, afirmando ser “[...] neste nível que o estudo da língua pode tornar-se uma ciência piloto esclarecendo-nos sobre a organização mental que resulta da experiência do mundo ou à qual experiência do mundo se adapta [...]” (Estruturalismo [1968], PLG II, p. 24).

Ainda considerando esse cenário, uma das preocupações metodológicas mais notáveis de Benveniste decorre justamente da necessidade de tomar a significação como base para os estudos linguísticos. No prefácio do *Vocabulário*, ele afirma, em relação aos fenômenos que se propõe estudar:

Poderemos compreendê-los, reconhecer-lhes uma certa estrutura, ordená-los num esquema racional, se soubermos estudá-los diretamente, afastando-nos das traduções simplistas, se soubermos também estabelecer certas distinções essenciais, notadamente a distinção, sobre a qual insistimos repetidas vezes, entre designação e significação, na ausência da qual soçobram na confusão tantas discussões a respeito do “sentido”. Trata-se, por meio da comparação e de uma análise diacrônica, de fazer surgir uma significação ali onde, de início, tínhamos apenas uma designação (*Vocabulário* [1969], p. 11–12).

Depreende-se, dessa passagem, que todo o estudo a que Benveniste se propõe nessa obra tem como finalidade maior a descoberta da significação, o que deveria levar a menos confusões em torno do sentido. Nesse contexto, Ono (2007, p. 121) considera que “é necessário observar que a significação é tratada como algo que o trabalho do linguista ‘faz aparecer’, a partir da designação⁶⁹, porque a significação, situada no nível latente, é, em primeiro lugar, invisível⁷⁰”. É interessante notar, aqui, que um dos métodos propostos para chegar a esse objetivo é justamente o afastamento de traduções consideradas simplistas, o que, como já visto, é um dos movimentos que Benveniste adota em muitas das análises linguísticas presentes nos PLGs (cf. 1.1.2).

Para além de considerar todas essas menções diretas à significação, há um outro ponto de vista que pode demonstrar a importância da propriedade de significar para Benveniste: trata-se da busca do significado exato de um dado termo ou expressão, que pode ser percebida ao observar todos os usos da tradução na reflexão benvenistiana, como demonstrado em 1.1.2.

⁶⁹ Retornarei à questão da relação da designação com a significação na subseção seguinte.

⁷⁰ No original: “Il faut remarquer que la signification est traitée comme quelque chose que le travail du linguiste « fait apparaître », à partir de la désignation, car la signification, se situant au niveau latent est d’abord invisible.”

Ao buscar uma exatidão e a totalidade do sentido, Benveniste está, de certa forma, preocupado com a significação, demonstrando empiricamente o alcance dessa noção através de formas específicas. Em outras palavras, as próprias análises linguísticas que Benveniste conduz indicam o papel fundamental dessa noção em sua teoria.

A importância da significação para Benveniste é enfatizada por diversos estudiosos. Normand (1989; 1992) afirma que a significação é um tema central entre aqueles comumente tratados por Benveniste, sendo o ponto unificador do projeto benvenistiano. Do mesmo modo, Dessons (2006, p. 87) entende que “[...] a questão da significação ocupa o centro da teoria linguística de Benveniste [...]”⁷¹, afirmando que a noção de significação transcenderia a de linguagem na teorização proposta pelo linguista, já que “a linguagem não aparece como uma forma possível da significação, mas como a sua concepção ideal”⁷² (DESSONS, 2006, p. 77). Semelhantemente, Mosès (2001, p. 509) entende que o lugar essencial dado por Benveniste à significação nas suas análises linguísticas o aproxima de uma abordagem filosófica das questões que discute, sendo “filosófico” percebido justamente como a ênfase de “[...] implicações mais gerais sobre a natureza da linguagem, seu lugar no conjunto das atividades humanas e, sobretudo, o papel da subjetividade humana no exercício da fala”⁷³.

Estabelecido o papel da significação na teoria benvenistiana, resta analisar como ela figura em “La traduction, la langue et l’intelligence” para além da referência à noção de “querer dizer”, que, como visto acima, é explicitamente relacionada à significação por Benveniste quando da discussão das tarefas que cabem aos linguistas. A resposta para tal questão está na primeira parte da nota sobre tradução.

O quarto parágrafo da nota trata da segunda via aberta pela questão da relação entre a inteligência e o que ela quer dizer, o que, segundo Benveniste, “[...] conduz à solução de um problema semântico. Há dois ‘sentidos’ (ou significações): um é aquele das palavras, por fórmulas que sumarizam seus empregos – o outro, aquele da inteligência e do que ela ‘quer dizer’” (Traduction [2016], p. 38).

Quando Benveniste propõe a existência de dois sentidos/significações diferentes, a aproximação mais cômoda e natural a fazer é com a concepção da língua como sendo

⁷¹ No original: “[...] la question de la signification occupe le centre de la théorie linguistique de Benveniste [...]”

⁷² No original: “Le langage n’apparaît pas comme une forme possible de la signification, mais bien comme sa conception idéale.”

⁷³ No original: “Par « philosophique » nous n’entendons pas l’élaboration d’un système spéculatif cohérent mais plutôt la mise en lumière, dans l’analyse des faits linguistiques, de leurs implications les plus générales concernant la nature du langage, sa place dans l’ensemble des activités humaines, et avant tout le rôle de la subjectivité humaine dans l’exercice de la parole.”

composta de dois domínios – semiótico e semântico –, já que a cada um equivale uma forma e um sentido específicos.

Considerando esse cenário, é interessante retomar o que já afirmei alguns parágrafos acima: é inegável que a problemática da significação é, realmente, a força condutora da reflexão que Benveniste apresenta em “A forma e o sentido na linguagem”, em que os domínios semiótico e semântico são detalhados. É o modo – ou, melhor dizendo, os modos – como a língua significa, considerado em relação com a forma, que está no centro da problemática apresentada nessa conferência. Tanto isso é verdadeiro que, em um texto posterior, também já mencionado nesta subseção, “Semiologia da língua”, as noções de semiótico e semântico são utilizadas por Benveniste para destacar a posição privilegiada da língua em relação aos demais sistemas semiológicos, que advém justamente do fato de ela ser “[...] investida de uma DUPLA SIGNIFICÂNCIA” (Semiologia [1969], PLG II, p. 64, grifo no original).

Recupere-se, porém, o que Benveniste toma como o sentido de cada um desses domínios em a “A forma e o sentido na linguagem”: no semiótico, o sentido da unidade – o signo – é o significado, enquanto no semântico, cuja unidade é a palavra presente em uma frase, o sentido equivale à ideia que essa frase – enquanto totalidade – expressa, já que se trata do domínio que se refere à língua quando colocada em uso, ao discurso, ao intencionado.

Ora, nasce assim a problemática: os dois sentidos admitidos por Benveniste na nota sobre tradução dizem respeito, respectivamente, à palavra e ao “querer dizer” da inteligência (que, como visto acima, se associa ao intencionado). Essas duas noções, contudo, estão associadas a um único domínio, o semântico, em “A forma e o sentido na linguagem”.

Mais uma vez, penso que é necessário levar em consideração, aqui, o inacabamento da reflexão presente em “La traduction, la langue et l’intelligence”, bem como os deslizos terminológicos em que Benveniste incorre às vezes. Explico: a glosa que acompanha o sentido das palavras prevê que este tem relação com “[...] fórmulas que sumarizam seus empregos [...]” (Traduction [2016], p. 38). Já em “A forma e o sentido na linguagem”, Benveniste coloca que, no domínio semiótico, “nós erigimos [...] a noção de uso e de compreensão da língua como um princípio de discriminação, um critério”, já que “é no uso da língua que um signo tem existência, o que não é usado não é signo, e fora do uso o signo não existe” (A forma e o sentido [1967], PLG II, p. 227). Ou seja, não é possível eliminar completamente o uso – portanto, o emprego – da língua no semiótico, já que é aquilo que é utilizado pelos falantes que acaba sendo incorporado ao sistema linguístico. Como colocam Coquet e Fenoglio (2014, p. 75) na introdução às *Últimas aulas no Collège de France*, que

também abordam os dois modos de significar da língua, “não há semiótico sem semântico. Em outras palavras, a ‘significância’ semiótica, o sentido lexical, resulta do ‘intentado’⁷⁴, semântico, do querer-dizer”. Isso leva à possibilidade de considerar que o primeiro sentido proposto por Benveniste na nota sobre tradução (o das palavras) equivale ao sentido do domínio semiótico (do signo). Nesse caso, portanto, haveria, novamente, cruzamento entre a reflexão da nota e o restante da teoria benvenistiana.

Uma observação, porém, se faz necessária. Embora seja inegável que o sentido do semiótico tem relação com o uso, que determina ou não a existência de um signo, a significação exata, isto é, a determinação de qual é o sentido, não interessa: “a entidade considerada significa? A resposta é sim, ou não. [...] A questão não é mais de definir o sentido, enquanto o que depende⁷⁵ da ordem semiótica” (A forma e o sentido [1967], PLG II, p. 227). Nesse caso, é necessário ter cuidado com o sentido que pode ser atribuído às “fórmulas” mencionadas na nota sobre tradução: elas não devem ser entendidas como modos de determinar a significação específica, o que contradiria a premissa apresentada acima, mas sim como indícios que revelam se um determinado elemento lexical é ou não utilizado, ou seja, se tem existência no domínio semiótico.

Ainda considerando a questão da significação, há, por fim, ainda um outro ponto que pode representar uma relação entre a nota sobre a tradução e a reflexão benvenistiana mais geral, embora ele seja um tanto quanto tênue. Como já visto acima, a discussão que envolve a significação na nota inicia com uma menção ao “[...] homem como ele funciona com a linguagem [...]” (Traduction [2016], p. 37, grifo no original). Há, portanto, uma indicação da existência de uma relação indispensável e imprescindível entre esses dois elementos, o ser humano e a linguagem.

Ao mesmo tempo, a significação é, muitas vezes, associada à simbolização por Benveniste. É o que ocorre quando ele declara, por exemplo, que “[...] como fundamento de tudo encontra-se o simbólico da língua como poder de significação” (Estruturalismo [1968], PLG II, p. 25). Algo semelhante é observado no seguinte trecho:

⁷⁴ É necessário apontar, aqui, para uma questão de tradução interessante. Em “A forma e o sentido na linguagem”, Benveniste cunha um neologismo em francês: “*intenté*” (BENVENISTE, 2000b, p. 225). Os tradutores desse texto para o português, entretanto, optaram por não seguir essa construção e usam “intencionado”; por isso, a maior parte das produções acerca da teoria benvenistiana em português acaba usando esse termo. Entretanto, os tradutores das *Últimas aulas no Collège de France* elegeram restaurar a construção neológica, usando “intentado” para traduzir “*intenté*”.

⁷⁵ Na tradução brasileira, tem-se “relevar” no lugar de “depende”. O texto de Benveniste, entretanto, diz “[...] en tant que celui-ci relève de l’ordre sémiotique” (BENVENISTE, 1967/2000b, p. 222). “Relever de” é uma composição verbal de difícil tradução, mas tem relação com a noção de “pertencer a/ser parte de” e de “ser dependente de”, o que me leva a optar por essa mudança de tradução.

Qual é então a fonte desse poder misterioso que reside na língua? Por que o indivíduo e a sociedade, juntos e por igual necessidade, se fundam na língua? Porque a linguagem representa a mais alta forma de uma faculdade que é inerente à condição humana, a faculdade de *simbolizar*. Entendamos por aí, muito amplamente, a faculdade de *representar* o real por um “signo” e de compreender o “signo” como representante do real, de estabelecer, pois, uma relação de “significação” entre algo e algo diferente (Vista d’olhos [1963], PLG I, p. 27, grifos no original).

Chama a atenção, aqui, que a simbolização remete para além da língua, envolvendo as relações entre indivíduo e sociedade. Essa aproximação é reiterada por Benveniste em outros momentos do mesmo texto:

Na verdade o homem não foi criado duas vezes, uma vez sem linguagem, e uma vez com linguagem. A ascensão de Homo na série animal pode haver sido favorecida pela sua estrutura corporal ou pela sua organização nervosa; deve-se antes de tudo à sua faculdade de representação simbólica, fonte comum do pensamento, da linguagem e da sociedade.

Essa capacidade simbólica está na base das funções conceptuais. O pensamento não é senão esse poder de construir representações das coisas e de operar sobre essas representações. É, por essência, simbólico⁷⁶. [...]

De fato, a faculdade simbólica no homem atinge a sua realização suprema na linguagem, que é a expressão simbólica por excelência; todos os outros sistemas de comunicações, gráficos, gestuais, visuais, etc., derivam dela e a supõem (Vista d’olhos [1963], PLG I, p. 29–30).

O fato de existir semelhante sistema de símbolos [a linguagem] revela-nos um dos dados essenciais, talvez o mais profundo, da condição humana: o de que não há relação natural, imediata e direta entre o homem e o mundo, nem entre o homem e o homem. É preciso haver um intermediário, esse aparato simbólico, que tornou possíveis o pensamento e a linguagem. Fora da esfera biológica, a capacidade simbólica é a capacidade mais específica do ser humano (Vista d’olhos [1963], PLG I, p. 31).

É a capacidade de simbolização, de representação de algo por intermédio de um substituto, que garante a existência da significação e da linguagem, que, por sua vez, garantem aos seres humanos tanto a possibilidade de pensamento quanto a sua humanidade, permitindo que eles desfrutem da condição humana no mundo e na sociedade. Ou, como coloca Dessons (2006, p. 81), “a ação transformadora da linguagem sobre o mundo é

⁷⁶ Na edição em português aqui consultada, o adjetivo encontra-se no feminino. A consulta do texto original, entretanto, revela que esse adjetivo é usado em referência ao pensamento (que, em francês, é um substantivo feminino): “Cette capacité symbolique est à la base des fonctions conceptuelles. La pensée n’est rien autre chose que ce pouvoir de construire des représentations des choses et d’opérer sur ces représentations. Elle est par essence symbolique” (BENVENISTE, 1963/2000a, p. 27–28).

implicada pela aptidão do homem para operar sobre aquilo que ele não é, assim como sobre ele mesmo, um ato de simbolização, que constitui o processo mesmo do pensamento [...]”⁷⁷.

O ser humano com a linguagem, mencionado na nota sobre tradução, portanto, dispõe daquilo que necessita para estar no mundo, para se entender a si mesmo, para se relacionar com os outros, para pertencer, para pensar, enfim, para existir, porque a linguagem se baseia na possibilidade de representação da realidade e das vivências através de símbolos.

2.6 A CONSIDERAÇÃO DA DESIGNAÇÃO

Embora a linguagem estabeleça essa relação com o mundo, essa relação remete a uma questão que, em princípio, não interessaria muito a Benveniste e também à maioria dos linguistas: a designação, noção que é amplamente mencionada na nota sobre tradução.

Como já visto em 1.1.3, é na terceira parte da nota que Benveniste faz uma reflexão que se centra inteiramente no tema da designação. O ponto de partida é o termo grego *ἔντομα* e a sua tradução para o latim, *insecta*. A escolha do termo em latim, segundo Benveniste, se dá através de um processo de imitação do grego, buscando expressar “[...] a mesma relação entre o signo e a coisa” (Traduction [2016], p. 39, grifo no original). Isso ocorre justamente porque “o que traduzimos é a relação do signo com a realidade, ou seja, o valor de designação” (Traduction [2016], p. 38, grifos no original). Em outras palavras, a designação, nesse contexto, é o fator mais importante do processo tradutório.

Ao considerar o conjunto da reflexão benvenistiana, entretanto, percebe-se que a designação nem sempre ocupa um papel de destaque; pelo contrário, em alguns casos Benveniste declara que ela deve ser excluída do horizonte dos linguistas. É o que acontece no prefácio do *Vocabulário*:

O processo histórico e sociológico desses processos [de organização dos sistemas de distinções e de constituição do aparelho semântico das línguas] fica a cargo de terceiros. Se ocupamo-nos do verbo grego *hēgēomai* e de seu derivado *hēgemōn*, é para ver como se constituiu a noção de “hegemonia”; mas, sem considerar que gr. *hēgemonía* é, alternativamente, a supremacia de um indivíduo, ou de uma nação, ou o equivalente do *imperium* romano etc., interessa-nos apenas a relação, difícil de estabelecer, entre um termo de autoridade tal como *hēgemōn* e o verbo *hēgēomai* no sentido de “pensar julgar”. Assim elucidamos a *significação*; outros se encarregarão da *designação*. Quando falamos da palavra germânica *feudum* relacionada com os termos ligados à criação de animais, não mencionamos a feudalidade a não ser por preterição. Os historiadores e os sociólogos verão melhor o que podem aproveitar

⁷⁷ No original: “L’action formatrice du langage sur le monde est impliquée par l’aptitude de l’homme à opérer sur ce qui n’est pas lui, comme sur lui-même, un acte de symbolisation, qui constitue le processus même de la pensée [...]”

das presentes análises, nas quais não entra nenhum pressuposto extralinguístico (*Vocabulário* [1969], p. 09–10, grifos no original).

Em outros momentos, porém, Benveniste tem uma postura menos radical e só insiste na necessidade de diferenciar essas duas perspectivas. É o que acontece inclusive na continuação do próprio prefácio do *Vocabulário*, em que ele declara ser necessário “[...] estabelecer certas distinções essenciais, notadamente a distinção, sobre a qual insistimos repetidas vezes, entre designação e significação [...]” (*Vocabulário* [1969], p. 11) para compreender os fenômenos que pretende estudar. A mesma atitude é observada quando ele discorre sobre “[...] o quanto é falacioso o critério do ‘concreto’ e do ‘abstrato’ aplicado a uma reconstrução, e quão importante é a distinção necessária entre a significação e a designação” (*Problemas semânticos* [319], PLG I, p. 332).

É interessante notar que esse assunto também era abordado em suas aulas, como é possível observar no seguinte trecho:

Até aqui estudamos a escrita enquanto fenômeno e na perspectiva da língua para analisar o seu funcionamento. Hoje, gostaria de considerar a escrita enquanto operação e em suas denominações. A operação só existe se denominada. Há, portanto, aqui, um processo linguístico: como uma língua nomeia o ato que lhe dá expressão escrita. Que significam os termos empregados, e não o que designam, o que já sabemos. É uma análise de terminologia que é instrutiva se, e na medida em que, podemos distinguir entre a designação e a significação (*Últimas aulas* [março 1969], p. 167).

Vários estudiosos têm refletido sobre a distinção proposta por Benveniste entre significação e designação. Fenoglio considera especificamente o trecho acima para enfatizar que o objetivo final de Benveniste é a revelação da significação, afirmando que ele explica “[...] que é necessário analisar esse ‘processo linguístico’ de denominação que faz com que, se nós ‘já sabemos’ o que os termos empregados designam [...], seja muito importante saber o que eles significam⁷⁸” (FENOGLIO, 2016b, p. 207–208). A questão que Benveniste busca responder, então, seria: “os termos designam um referente, mas o que eles significam fora dessa designação?⁷⁹” (FENOGLIO, 2016b, p. 208, grifos no original).

Fenoglio (2016b) também aponta para a constância da dupla designação/significação na reflexão benvenistiana, declarando ser esse um assunto que ele teria colocado em pauta por muitos anos. D’Ottavi (2014, p. 402), por sua vez, tem uma postura semelhante, afirmando

⁷⁸ No original: “Il poursuit en expliquant qu’il faut analyser ce « procès linguistique » de dénomination qui fait que si nous « savons déjà » ce que désignent les termes employés – ici, pour désigner l’acte d’écrire, mais valable pour tout autre terme – il est très important de savoir ce qu’ils signifient.”

⁷⁹ No original: “Les termes *désignent* un référent mais que *signifient*-ils hors de cette désignation ?”

que “[...] o uso da ferramenta dialética ‘designação’/‘significação’ representa o pivô do raciocínio de Benveniste [...]”⁸⁰, aparecendo tanto nas aulas que ele ministrava em segundas-feiras, voltadas às questões de linguística geral, quanto nas de terça-feira, que enfatizavam questões de gramática comparada do indo-europeu.

Já para Normand (2012), a distinção entre significação e designação comporta um aspecto metodológico, já que, a partir dela, Benveniste remete a questão da designação à filosofia, relegando a significação aos linguistas. Malamoud (2016, p. 246) também entende que a diferenciação entre os dois conceitos representa a abertura para um outro campo de saberes, já que, com base nela, “[...] Benveniste é levado a falar do que esses vocábulos designam e do que essas estruturas revelam”⁸¹, o que indicaria a existência de uma antropologia de Benveniste.

É importante notar, entretanto, que Malamoud não considera que Benveniste distingue designação e significação com o objetivo de separá-las. Pelo contrário, ele vê uma “[...] relação entre significação e designação”⁸² (MALAMOUD, 2016, p. 246).

Essa é uma constatação bastante interessante. De fato, ao retomar as citações do próprio Benveniste, podemos perceber que, embora o seu objetivo final seja sempre descobrir a significação e ainda que ele declare, no *Vocabulário*, que a designação deve ser objeto de consideração de outros que não os linguistas, em nenhum outro momento ele parece eliminar a designação completamente de seu horizonte. Ela está sempre presente, de uma forma ou de outra. É o que é possível perceber em um trecho já citado anteriormente, mas que deve ser retomado aqui para que se possa considerá-lo não mais simplesmente como um indício da preeminência da significação, mas como um indicativo do papel da designação para chegar a ela:

Poderemos compreender [os fenômenos lexicais], reconhecer-lhes uma certa estrutura, ordená-los num esquema racional, se soubermos estudá-los diretamente, afastando-nos das traduções simplistas, se soubermos também estabelecer certas distinções essenciais, notadamente a distinção, sobre a qual insistimos repetidas vezes, entre designação e significação, na ausência da qual soçobram na confusão

⁸⁰ No original: “[...] l’usage de l’outil dialectique « désignation »/« signification » joue le pivot du raisonnement de Benveniste, tant lorsqu’il s’agit de présenter (le lundi) une nouvelle théorie de l’écriture sur base métalinguistique, qu’à l’occasion (le mardi) des analyses du fonds des oppositions lexicales à l’œuvre dans l’indo-européen reconstitué.”

⁸¹ No original: “Mais il y a une autre manière de voir l’anthropologie de Benveniste, c’est que, étudiant des vocables ou des structures linguistiques plus complexes, Benveniste est amené à parler de ce que désignent ces vocables et de ce que révèlent ces structures.”

⁸² No original: “C’est-à-dire qu’il y a ce problème qu’il a lui-même maintes fois traité et qui est un des chapitres des études benvenistiennes – des études de Benveniste et des études sur Benveniste –, à savoir le rapport entre signification et désignation.”

tantas discussões a respeito do “sentido”. Trata-se, por meio da comparação e de uma análise diacrônica, **de fazer surgir uma significação ali onde, de início, tínhamos apenas uma designação** (*Vocabulário* [1969], p. 11–12, grifo meu).

A designação, então, não deve ficar completamente ausente do processo de análise linguística porque é a partir dela que é possível chegar à significação, o que corresponde a uma das preocupações da Linguística (cf. 2.5.1). A designação é o dado primeiro, primordial, o elemento de base; sendo, assim, indispensável para o processo de descoberta do sentido.

É justamente isso que Malamoud (2016, p. 246) parece apontar quando, na continuação de suas observações acerca do papel da designação na teoria benvenistiana, a define em relação ao trabalho do linguista, da seguinte maneira: “a designação, ou seja, o que designam os termos cuja significação o linguista se esforça para elucidar [...]”⁸³. Ono (2007, p. 121–122, grifos no original) compartilha da mesma opinião, sendo inclusive mais explícita na sua exposição (já citada parcialmente acima, mas que retomo aqui na sua integralidade):

Benveniste utiliza *significação* e *designação* para discutir a distinção *língua / fala*. É necessário observar que a significação é tratada como algo que o trabalho do linguista “faz aparecer”, a partir da designação, porque a significação, situada no nível latente, é, em primeiro lugar, invisível. O sentido inerente, a significação, é, portanto, o objeto de pesquisa para o Benveniste comparatista que, a partir de empregos concretos, ou seja, a designação, tenta alcançar o nível abstrato da língua. Em suas pesquisas de gramática comparada, quase sempre se encontra esse gesto, que consiste em partir dos fatos de fala para alcançar o sistema da língua⁸⁴.

Uma questão importante surge a partir dessas citações de Malamoud e de Ono: qual é o conceito de designação para Benveniste? Nas suas tentativas de definição, Malamoud equivale – tautologicamente – a designação ao que os termos designam, enquanto Ono equipara a noção aos empregos concretos.

Tal diferença de conceituação é justificada: a resposta para uma tal questão não surge fácil e diretamente, já que, como se sabe, Benveniste não tem o costume de fornecer definições claras para os termos que utiliza. Ele não foge à regra quando se trata da designação.

⁸³ No original: “Quand il s’agit de la désignation, c’est-à-dire ce que désignent les termes dont le linguiste s’efforce d’élucider la signification [...]”

⁸⁴ No original: “Benveniste utilise *signification* et *désignation* pour discuter la distinction *langue / parole*. Il faut remarquer que la signification est traitée comme quelque chose que le travail du linguiste « fait apparaître », à partir de la désignation, car la signification, se situant au niveau latent est d’abord invisible. Le sens inhérent, la signification, est ainsi l’objet de recherche pour le Benveniste comparatiste qui, en partant des emplois concrets, i.e. la désignation, tente d’atteindre le niveau abstrait de la langue. Dans ses recherches de grammaire comparée, on trouve presque toujours ce geste, qui consiste à partir des faits de parole pour atteindre le système de la langue.”

Como já visto em 1.1.3, na nota sobre tradução, a noção de designação parece estar associada aos nomes que são concedidos às coisas. Esse posicionamento vai ao encontro da proposta que Benveniste apresenta na aula de março de 1969 citada acima, quando se propõe a analisar as denominações dadas à operação da escrita para chegar à significação.

Penso, no entanto, ser necessário uma análise mais atenta da obra benvenistiana para verificar a presença da designação na sua reflexão para conseguir definir o conceito que Benveniste lhe dá.

É possível observar que a noção de designação está evidente em vários momentos da teorização de Benveniste. É o caso dos seguintes trechos: “Ao contrário $\rho' \upsilon \theta \mu \acute{o} \varsigma$, segundo os contextos onde aparece, designa a forma no instante em que é assumida por aquilo que é movediço, móvel, fluido, a forma daquilo que não tem consistência orgânica [...]” (Ritmo [1951], PLG I, p. 367, grifos no original) e “Em hupa (Oregon), empregam-se como nomes formas verbais ativas ou passivas na terceira pessoa: *nañya*, “ele desce”, é a palavra para “chuva”; *nilliñ*, “ele escorre”, designa o “riacho”; [...]” (Frase nominal [1950], PLG I, p. 165, grifos no original).

É interessante notar, aqui, que a questão da designação não se associa somente a elementos concretos, mas também a conceitos de caráter abstrato: “Aqui, *civilização* designa o processo coletivo e original que tirou o homem da barbárie, o que já encaminha a definição de *civilização* como estado da sociedade civilizada, [...]” (Civilização [1954], PLG I, p. 375, grifos no original); “[...] como na locução $\tau \acute{o} \tau \acute{\iota} \eta \nu \epsilon \acute{\iota} \nu \alpha \iota$, que designa a essência conceptual de uma coisa [...]” (Categorias [1958], PLG I, p. 77, grifo no original); “[...] o substantivo ao qual *vor* se aplica designa sempre uma emoção viva (‘alegria, cólera, terror, dor’, etc.)” (Semântica *vor* [1972], PLG II, p. 142, grifo no original).

Também é curioso perceber a presença da designação em citações notórias dos trabalhos do campo enunciativo, como “*eu* designa aquele que fala e implica ao mesmo tempo um enunciado sobre o “*eu*”: dizendo *eu*, não posso deixar de falar de mim” (Relações de pessoa [1946], PLG I, p. 250, grifos no original) e “a linguagem está de tal forma organizada que permite a cada locutor *apropriar-se* da língua toda designando-se como *eu*” (Subjetividade [1958], PLG I, p. 288, grifos no original).

Por fim, cumpre notar que também o substantivo “designação” aparece nas análises benvenistianas: “Um verbo semelhante só pode ser delocutivo, pois o termo de base não é a designação *Quirites*, mas o apelo *Quirites!*” (Delocutivos [1958], PLG I, p. 309, grifos no original); “É necessária alguma reflexão para discernir antigas designações “honestas” no lat. *meretrix* (cf. *mereor*), gr. $\pi \acute{o} \rho \nu \eta$ (cf. $\pi \acute{\epsilon} \rho \nu \eta \mu \iota$), gót. “*hors, pórnoς, μοιχός*” (cf. lat. *carus*)”

(Eufemismos [1949], PLG I, p. 342, grifos no original); “[...] da língua como conjunto e como sistema de designações, constante, portanto, constantemente renovada, alargada [...]” (Estrutura da língua [1968], PLG II, p. 100).

Essas citações corroboram o entendimento da ideia de designação como relacionada à denominação concedida às coisas, sejam elas objetos concretos ou conceitos abstratos, elementos reais ou fictícios e imaginários. Assim, chega-se a uma primeira noção de designação: ao falar em “designar”, Benveniste se refere ao nome que se dá a algo, ou, em outros termos, ao modo com um dado referente é referido.

Há, no entanto, uma flutuação terminológica que deve ser destacada aqui. O termo “designação”, nesse contexto, pode adquirir dois sentidos. O primeiro deriva do uso do verbo “designar”, sendo, então, sinônimo de “denominação”, ou seja, se referindo ao próprio termo designante. Porém, há, também, um outro uso do termo “designação”, como noção teórica, como nos casos, citados no começo desta subseção, das instâncias em que significação e designação se opõem. Desse ponto de vista, a designação pode ser entendida como o fato de uma determinada unidade linguística ser aplicada a um determinado elemento extralinguístico.

É importante enfatizar, aqui, que, quando se fala de designação, não se trata de tomar a substância extralinguística por si só, de estudar o objeto por si mesmo, de estabelecer o referente como ponto central do estudo. Quando falo em relação língua-realidade e/ou língua-mundo, não considero uma suposta realidade objetiva, concreta e tangível, mas sim uma “realidade” pressuposta e intermediada pela língua, que tem, como visto acima, a propriedade de ser mediatizante (cf. 2.5). Como o próprio Benveniste coloca, é a partir das línguas que os seres humanos podem ser no mundo. A realidade, para ele, nunca se dissocia da linguagem e da cultura que é por ela implicada: “A linguagem tem sempre sido ensinada⁸⁵ às crianças pequenas, e sempre em relação ao que se tem chamado as realidades que são realidades definidas como elementos de cultura, necessariamente” (Estruturalismo [1968], PLG II, p. 24). A esse respeito, Laplantine (2013, grifo meu), ao analisar um exemplo dado por Benveniste de línguas ameríndias, afirma que “as glosas que compõem o comentário explicativo não são [...] dados objetivos, mas as explicações dadas pelos informantes, ou seja,

⁸⁵ Na tradução aqui utilizada, encontra-se “inculcada” no lugar de “ensinada”. A conotação de “inculcar” em português é diferente da de “*inculquer*” em francês, que remete ao ato de ensino-aprendizagem, o que me levou a mudar a tradução. A frase no original é “Le langage a toujours été inculqué aux petits des hommes, [...]” (BENVENISTE, 1968/2000b, p. 24).

uma construção do real⁸⁶”. Ora, desde que os dados sejam fornecidos pelos falantes, eles serão sempre criações – subjetivas – do real, já que a realidade por si só acaba sendo sempre inatingível⁸⁷.

No entanto, é fundamental observar que a conceituação de designação proposta acima, relacionada à nomeação das coisas, não abrange a relação, já citada acima, que Ono (2007) estabelece entre designação e fala/emprego concreto e significação e língua. Fenoglio (2016b) também enxerga um possível ponto de cruzamento entre a diferenciação designação/significação e outra distinção conceitual célebre de Benveniste: o semiótico e o semântico, entendendo, a exemplo de D’Ottavi (2014), que é nesse ponto que os pontos de vista das análises comparatistas e de Linguística geral de Benveniste se encontram.

Normand também se aprofunda bastante nessa questão, fornecendo uma perspectiva interessante. Para ela, Benveniste sempre teve o sujeito em consideração em suas análises. No entanto, com o surgimento de sua Linguística do discurso, ele se vê também diante da questão do referente, definido por ela como o “[...] tema das asserções de um sujeito⁸⁸” (NORMAND, 1992, p. 68). Ela considera que é justamente a partir desse encontro de Benveniste com as questões do sujeito e da referência que “[...] a dimensão da significação torna-se problemática, ao passo que até então ela não parecia levantar algum problema”, o que o leva à exigência de “[...] novos conceitos e que se modifique o método de descrição” (NORMAND, 2012, p. 154).

Por consequência, Normand enxerga dois momentos distintos e contrastantes da reflexão benvenistiana. No primeiro, em que a questão da referência/referente não está em pauta, ela, como já explicitado alguns parágrafos acima, considera que a diferenciação entre designação e significação é um tanto quanto problemática, já que faltaria clareza nas definições e metodologias para possibilitar tal distinção, que, além disso, não seria mantida nas análises apresentadas por Benveniste; o segundo, por sua vez, inicia em 1964, com a publicação de “Os níveis de análise linguística” e, apesar de tornar a questão da significação

⁸⁶ No original: “Les gloses qui font le commentaire explicatif ne sont, d’autre part, pas des données objectives, mais les explications données par les informateurs, c’est-à-dire une construction du réel.”

⁸⁷ Além disso, embora seja evidente, é importante notar que a língua pode ser utilizada para muitas outras coisas além de se referir à realidade concreta, sendo seus usos de uma riqueza incontável. Steiner (2005, p. 254) resume essa questão ao afirmar que “a linguagem é uma criação constante de mundos alternativos. [...] A ambiguidade, a polissemia, a opacidade, a violação das sequências lógicas e gramaticais, as incompreensões recíprocas, a capacidade para mentir – isso tudo não constitui patologias da linguagem, mas as bases de seus poderes. Sem elas, teriam fenecido o indivíduo e a espécie”.

⁸⁸ No original: “Or Benveniste n’a jamais évacué le sujet de ses analyses et, s’il a généralement affirmé, avec insistance, la distinction signification / désignation, quand il passe à la linguistique du discours, il ne peut plus éviter de tenir compte du référent, thème des assertions d’un sujet.”

problemática, incorpora a referência ao trabalho do linguista, que deve passar a considerar a existência de dois domínios distintos na língua (NORMAND, 1992; 2012).

O argumento de Normand, entretanto, perde um pouco de validade se se considera, como proponho acima, que a distinção entre designação e significação é exclusivamente metodológica e, portanto, que esses dois elementos não são mutuamente excludentes em nenhum momento da teorização. A própria dimensão temporal que Normand considera pode, talvez, sustentar esse meu ponto de vista: o prefácio do *Vocabulário*, em que Benveniste insiste sobre a necessidade de distinção entre designação e significação, data de 1969, sendo, portanto, posterior à junção da questão da referência aos objetos que concernem os linguistas (1964, conforme Normand). Desse modo, acho que é possível enxergar a distinção significação/designação de um modo semelhante ao da questão do semiótico e semântico: são duas formas de ver um mesmo “objeto” – seja ele um elemento lexical, uma função gramatical ou a própria língua –, cada uma tendo um propósito e um modo de consideração próprios. Em outras palavras, se o semiótico e o semântico são duas maneiras de ser língua, a significação e a designação são duas maneiras de fazer sentido.

Dessons (2006, p. 53) concorda com essa apreciação quando considera que, ao invés de as análises do *Vocabulário* contradizerem a teoria enunciativa, a aproximação dessas duas perspectivas “[...] mostra, ao contrário, a coerência de um pensamento que não dissocia linguagem e subjetividade⁸⁹” e quando alerta que a percepção da língua como comportando ao mesmo tempo um aspecto individual de produção do discurso e um aspecto supraindividual e coletivo leva Benveniste a “[...] enfatizar a impossibilidade de confinar o estudo do ‘sentido’ linguístico à designação⁹⁰”. Note-se que Dessons opta por usar o termo “confinar”, que tem sentido de “limitar”: a Linguística não pode, portanto, se limitar à designação; se ela o fizesse, deixaria de ser Linguística. Isso não significa, entretanto, que a designação não possa fazer parte das considerações dos estudos linguísticos, como espero ter demonstrado acima.

No entanto, permanece o fato de que, de acordo com todas essas interpretações da teoria benvenistiana apresentadas nos parágrafos acima, há uma dimensão subjetiva da designação, já que todas elas a ligam à produção do discurso. É isso que analiso na subseção abaixo.

⁸⁹ No original: “La référence à l’analyse du vocabulaire des institutions indo-européennes n’est pas une diffession dans l’approche de la théorie de l’énonciation. Elle montre au contraire la cohérence d’une pensée qui ne dissocie pas langage et subjectivité.”

⁹⁰ No original: “En déclarant que la langue, « émanation irréductible du soi le plus profond dans chaque individu, est en même temps une réalité supraindividuelle et coextensive à la collectivité tout entière » (99), Benveniste met l’accent sur l’impossibilité de cantonner l’étude du « sens » linguistique à la désignation. ”

2.6.1 Referência e referente

Uma questão que aparece com relativa frequência nas citações acima e que, penso, pode gerar certa confusão a respeito da noção e do papel da designação na reflexão proposta por Benveniste diz respeito às noções de referência e de referente.

Entre os intérpretes de Benveniste, a noção de referência em Benveniste é, via de regra, associada à situação de discurso. No *Dicionário de linguística da enunciação*, por exemplo, o verbete referência⁹¹ é definido da seguinte maneira: “significação singular e irrepetível da língua cuja interpretação realiza-se a cada instância de discurso contendo um locutor” (FLORES et al., 2009, p. 197). A nota explicativa que acompanha o verbete também enfatiza a ligação da noção com a instância de apropriação da língua em discurso.

Essa associação se dá, obviamente, porque é o próprio Benveniste que a estabelece. Ele define a frase, por exemplo, como “[...] uma unidade completa, que traz ao mesmo tempo sentido e referência: sentido porque é enformada de significação, e referência porque se refere a uma determinada situação” (Níveis [1964], PLG I, p. 139–140).

O mesmo padrão é observado em textos voltados ao exame das marcas deixadas pela enunciação no discurso. Neles, leem-se os seguintes trechos, por exemplo: “A língua provê os falantes de um mesmo sistema de referências pessoais de que cada um se apropria pelo ato de linguagem e que, em cada instância de seu emprego, assim que é assumido por seu enunciador, se torna único e sem igual [...]” (*Experiência humana* [1965], PLG II, p. 69) e “Qual é, portanto, a ‘realidade’ a qual se refere *eu* ou *tu*? Unicamente uma ‘realidade de discurso’, que é coisa muito singular” (*Natureza dos pronomes* [1956], PLG I, p. 278, grifos no original). Ou ainda:

A que, então, se refere o *eu*? A algo de muito singular, que é exclusivamente linguístico: *eu* se refere ao ato de discurso individual no qual é pronunciado, e lhe designa o locutor. É um termo que não pode ser identificado a não ser dentro do que, noutro passo, chamamos uma instância de discurso, e que só tem referência atual. A realidade a qual ele remete é a realidade do discurso (Subjetividade [1958], PLG I, p. 288, grifos no original).

A condição mesma dessa mobilização e dessa apropriação da língua é, para o locutor, a necessidade de referir pelo discurso, e, para o outro, a possibilidade de co-referir identicamente, no consenso pragmático que faz de cada locutor um co-locutor. A referência é parte integrante da enunciação (*Aparelho formal* [1970], PLG II, p. 84).

⁹¹ Cumpre observar que não há entrada, nessa obra, para o termo “referente”.

Os estudiosos benvenistianos, como já colocado acima, fazem coro. Dessons (2006), por exemplo, coloca a noção de referência ao lado do sujeito e da instância de discurso. Normand (2012, p. 161), além de afirmar que a referência diz respeito ao discurso, enfatiza que é justamente a partir dos estudos de descrição de marcas da enunciação que Benveniste “[...] ampliou a noção de referência ao conjunto da situação de enunciação”. Já Ono identifica cinco aspectos da enunciação. Os quatro primeiros são a realização vocal, o ato operacional de conversão da língua em discurso, o aspecto individual e a introdução do alocutário; o quinto, por sua vez, compreende a ligação do locutor e do alocutário “[...] ao mundo, ou mais precisamente, à realidade do discurso [...]”⁹², ao que a autora dá o nome de “aspecto referencial”, um elemento que, ela adverte, “[...] convida a examinar atentamente o conceito de realidade [...] em Benveniste”⁹³ (ONO, 2007, p. 32).

A esse respeito, é importante notar que Ono (2007, p. 85) enfatiza que “a realidade de que Benveniste fala é sempre a realidade do discurso, não é jamais a ‘realidade do mundo’ enquanto tal”⁹⁴. Flores e Teixeira (2013, p. 37) têm uma opinião semelhante, colocando que “a clareza é total: referência à enunciação – ato individual de utilização da língua no qual estão tempo/espaço/pessoa – e não ao mundo”.

Dentro dessa perspectiva, então, seria possível entender que Benveniste excluiria toda e qualquer consideração do referente – entendido tradicionalmente, sendo associado à designação e definido como “[...] aquilo a que remete o signo linguístico na realidade extralinguística, tal como ela é segmentada pela experiência de um grupo humano” (DUBOIS et al., 2014, p. 279) – de sua teorização.

Porém, dois questionamentos me parecem necessários. O primeiro diz respeito à abrangência da noção de referência em Benveniste. Penso que talvez seja justamente devido à ligação da referência com a enunciação que não haja o costume de pensar a questão do referente em Benveniste. A teoria da enunciação, como se sabe, foi o ponto central das reflexões sobre o linguista sírio-francês durante muito tempo, ao menos no Brasil. Segundo Flores (2017a), somente recentemente, em 2014, com a publicação das *Últimas aulas no Collège de France*, aumentou o interesse por estudos que busquem entender a reflexão

⁹² No original: “[...] toute énonciation [...] relie le locuteur et l'eco-locuteur au monde, ou plus précisément, à la réalité du discours [...]”

⁹³ No original: “Cet aspect référentiel invite à examiner attentivement le concept de réalité et le problème du temps linguistique chez Benveniste.”

⁹⁴ No original: “La réalité dont parle Benveniste est toujours la réalité du discours, ce n'est jamais la « réalité du monde » en tant que telle.”

benvenistiana mais integralmente. Em outras palavras, com essa predominância do pensamento enunciativo, se adquire o hábito de pensar principalmente acerca da produção do discurso e das marcas da enunciação nos enunciados, o que leva a uma tendência a pensar que a única referência possível é ao eu-aqui-agora da situação discursiva, excluindo-se das considerações os demais elementos a que um enunciado pode se referir.

O segundo questionamento decorre, de certa forma, desse primeiro: será que o referente realmente está excluído dos horizontes da teorização benvenistiana?

Embora seja possível argumentar que a resposta já está dada acima, quando foi possível perceber que Benveniste não elimina a questão da designação – que implica o referente – das suas teorizações (cf. 2.6), penso ser produtivo estender um olhar para as instâncias em que o termo “referente” aparece nos estudos de Benveniste.

Nesse contexto, Benveniste afirma, por exemplo, que a linguagem “relaciona no discurso palavras e conceitos, e produz assim, como representação de objetos e de situações, signos que são distintos dos seus referentes materiais” (Vista d’olhos [1963], PLG I, p. 30). Semelhantemente, ao discutir os fenômenos do meio inter-humano, entre os quais está a língua, afirma que eles “têm essa característica de não poderem jamais ser tomados como dados simples nem definir-se dentro da ordem da sua própria natureza, mas devem sempre ser recebidos como duplos, pelo fato de que se ligam a outra coisa, qualquer que seja o seu ‘referente’” (Saussure [1963], PLG I, p. 47). Diz, ainda, que “o estado da sociedade numa época dada não aparece sempre refletido nas designações de que ela faz uso, pois as designações podem muitas vezes subsistir quando os referentes, as realidades designadas já mudaram” (Estrutura da língua [1968], PLG II, p. 100).

Ainda considerando essa perspectiva, é essencial notar que um dos textos em que a noção de referente se faz mais presente nos PLGs é, sem dúvida, “A natureza do signo linguístico”, mesmo que a palavra “referente” não apareça ao longo dele⁹⁵. Nesse texto controverso⁹⁶, Benveniste questiona o princípio de arbitrariedade do signo saussuriano, considerando que o laço que une o significante e o significado não é arbitrário, mas necessário. Ao mesmo tempo, porém, Benveniste não questiona, em nenhum momento, o

⁹⁵ Dessons (2006, p. 80) autoriza esse ponto de vista, já que analisa esse texto afirmando que é na relação entre o signo e o referente que se encontra a arbitrariedade: “[...] ce qui est arbitraire, c’est la relation de désignation entre le signe et le référent”.

⁹⁶ Não cabe, neste trabalho, discutir as problemáticas que decorrem desse texto, que já foram objeto de discussão por muitos pesquisadores, como Bouquet (1997) e Flores (2013a, p. 50–64).

outro aspecto da arbitrariedade proposta por Saussure, que se refere à relação entre o signo e a realidade:

Vemos agora, e podemos delimitar, a zona do “arbitrário”. O que é arbitrário é que um signo, mas não outro, se aplica a determinado elemento da realidade, mas não a outro. Nesse sentido, e somente nesse sentido, é permitido falar de contingência, e ainda assim é menos para dar solução ao problema que para assinalá-lo e afastá-lo provisoriamente. De fato, esse problema não é senão o famoso *φύσει* ou *θέσει* e não pode ser resolvido a não ser por decreto. É, realmente, transposto em termos linguísticos, o problema metafísico da relação entre o espírito e o mundo, problema que o linguista estará, talvez um dia, em condições de abordar com sucesso, mas que no momento fará melhor se o deixar de lado. Propor a relação como arbitrária é para o linguista uma forma de defender-se contra essa questão e também contra a solução que o falante lhe dá instintivamente. Para o falante há, entre a língua e a realidade, adequação completa: o signo encobre e comanda a realidade; ele *é* essa realidade (*nomen omen*, tabus de palavra, poder mágico do verbo, etc.). Na verdade, o prisma do sujeito e o do linguista são tão diferentes a esse respeito que a afirmação do linguista quanto ao arbitrário das designações não refuta o sentimento contrário do falante (Natureza do signo [1939], PLG I, p. 56–57, grifos no original).

É interessante notar que Benveniste indica a existência de duas perspectivas distintas: uma leiga, do falante, que considera que exista correspondência completa entre a língua e a realidade, e a outra, especializada, do linguista, que não consegue escapar de contestar essa questão. Ou seja, a designação – e, portanto, a relação entre o referente e o signo – não é inquietante para aqueles que fazem uso da língua, somente para aqueles que a tomam como objeto de estudo.

Também cumpre observar que, a partir dessas observações, retorna-se à problemática do papel que a designação deve ocupar na pesquisa linguística que visa à significação:

Não é entre o significante e o significado que a relação ao mesmo tempo se modifica e permanece imutável, é entre o signo e o objeto; é, em outras palavras, a *motivação objetiva* da designação, submetida, como tal, à ação de diversos fatores históricos. O que Saussure demonstra permanece verdadeiro, mas a respeito da *significação*, não do signo (Natureza do signo [1939], PLG I, p. 58, grifos no original).

Voltando ao referente, é fundamental, ainda, notar que há pelo menos um caso em que ele aparece combinado à referência. Trata-se de um trecho de “A forma e o sentido na linguagem”, já citado acima (cf. 2.4), em que Benveniste discute o sentido no domínio semântico. Ele afirma a necessidade de introdução de um termo que até então era desnecessário: “[...] aquele do ‘referente’, independente do sentido, e que é o objeto particular a que a palavra corresponde no caso concreto da circunstância ou do uso”, o que torna “[...] a noção de referência essencial” (A forma e o sentido [1967], PLG II, p. 231). Ele continua a reflexão da seguinte maneira:

É desta confusão extremamente frequente entre sentido e referência, ou entre referente e signo, que nascem tantas discussões vãs sobre o que se chama o princípio da arbitrariedade do signo. Esta distinção, que se verifica facilmente na semântica lexical, deve ser introduzida também na semântica da frase? Pensamos que sim. Se o ‘sentido’ da frase é a ideia que ela exprime, a “referência” da frase é o estado de coisas que a provoca, a situação de discurso ou de fato a que ela se reporta e que nós não podemos jamais prever ou adivinhar⁹⁷ (A forma e o sentido [1967], PLG II, p. 231).

Chama a atenção, entretanto, o fato de que Benveniste usa aspas na primeira menção de “referente” e as elimina na segunda, que se relaciona à arbitrariedade do signo. Isso, somado à glosa que acompanha a primeira citação do termo (“o objeto particular a que a palavra corresponde no caso concreto da circunstância ou do uso”), me leva a pensar que o primeiro sentido de “referente” se confunde com a questão de referência, ou seja, tem ligação direta com a realidade discursiva. Esse “referente”, então, decorre de *uma* instância particular e subjetiva de uso da língua, remetendo a um “objeto”⁹⁸ *específico*. Em outras palavras, ao enunciar, o locutor (eu), além de fazê-lo em um determinado local (aqui) e momento (agora), também se refere a determinados elementos de realidade (referentes). Essa noção de referente, portanto, está intimamente relacionada com a situação de discurso.

Por outro lado, resta, me parece, questionar se todas as instâncias em que Benveniste fala em referente expressam essa mesma relação com uma instância específica de apropriação da língua.

Para isso, retorno à citação de “Vista d’olhos sobre o desenvolvimento da linguística” que apresentei alguns parágrafos acima, em que Benveniste diz que a linguagem “relaciona no discurso palavras e conceitos, e produz assim, como representação de objetos e de situações, signos que são distintos dos seus referentes materiais” (Vista d’olhos [1963], PLG I, p. 30). Nesse caso, então, há um referente que aparece através do discurso, semelhante ao de “A forma e o sentido na linguagem”.

Por outro lado, ao se considerar as demais citações que apresentei, me parece que talvez seja possível pensar em um referente de natureza mais generalizada, não derivado de uma apropriação única e singular da língua. Quando Benveniste fala, por exemplo, na “[...] *motivação objetiva* da designação [...]” (Natureza do signo [1939], PLG I, p. 58, grifos no

⁹⁷ Na tradução aqui utilizada, aparece “fixar” no lugar “adivinhar”. O termo no original, entretanto, é “*deviner*” (BENVENISTE, 1967/2000b, p. 227), que tem sentido de “adivinhar”, “deduzir”, “intuir”.

⁹⁸ Uso “objeto” aqui e ao longo do restante do texto à imitação de Benveniste; no entanto, do mesmo modo que ocorre com a designação, entendo que o referente não remete somente a objetos concretos, podendo representar conceitos, situações, sentimentos etc.

original), ou seja, na “[...] relação entre o espírito e o mundo [...]” (Natureza do signo [1939], PLG I, p. 57), entre a língua e o mundo, o signo e o “objeto”, não me parece ser possível pensar que ele está unicamente se referindo à relação que surge a partir de uma instância particular de apropriação da língua. Acredito, portanto, que existe uma segunda instância do referente, de caráter mais objetivo⁹⁹, que é justamente aquela que vem à tona quando Benveniste trata da designação em suas análises da língua. Esse seria, então, um referente não tão específico, relacionado a uma percepção coletiva – precisamente aquela do falante mencionado na longa citação de “A natureza do signo linguístico” acima – que associa um determinado signo a uma determinada classe de “objetos” do mundo.

É interessante notar que o próprio Benveniste indica a possibilidade de pensar acerca das unidades linguísticas mais objetivamente, fora da instância de produção de discurso, no debate que se segue à apresentação da conferência “A forma e o sentido na linguagem”. Ao responder a um questionamento de Gochet sobre a possibilidade de relacionar a oposição entre frase e enunciado (“*sentence*” e “*statement*”, respectivamente, em inglês) à proposta de percepção da língua como sendo composta de dois domínios (semiótico e semântico), Benveniste afirma que é possível considerar uma unidade como “[...] palavra lexical, encarada como matéria lexicológica”, já que “o dicionário nos apresenta entidades lexicais que têm uma realidade ‘sui generis’, que não é a realidade do emprego linguístico” (A forma e o sentido [1967], PLG II, p. 235–236). Portanto, penso que, em algumas de suas análises, Benveniste toma as unidades desse ponto de vista, o que permite entender que elas se referem à realidade de modo não particular.

A partir da existência de dois tipos de referente, também me parece ser possível considerar a existência de dois modos de designação: um diz respeito a uma designação específica, suscitada a cada nova instância de apropriação da língua em discurso, em que referentes extralinguísticos particulares são referenciados; o outro concerne o fato de que as unidades da língua, quando encaradas como matéria lexicológica, fora do discurso, se relacionam a referentes generalizados.

Aqui, é importante considerar que não se trata de excluir o uso da língua em discurso desse cenário. Pelo contrário, como já visto acima (cf. 2.5.1), o aspecto coletivo da língua enquanto sistema – o semiótico – só se forma a partir do uso, do domínio semântico. Ou seja, a cada discurso, cada frase, cada instância em que a língua é utilizada, cada vez que uma referência – e um referente específico, conseqüentemente – é estabelecida, as designações

⁹⁹ Mais objetivo, porém não plenamente objetivo, já que não é possível atingir o mundo sem o intermédio da língua, como já discutido acima (cf. 2.6) e que a língua só se manifesta em instâncias subjetivas.

gerais – ou seja, as ligações entre determinados signos e seus referentes – vão se fixando na consciência coletiva.

Entendo, portanto, que a partir dos conceitos de referência e referente é possível aproximar duas distinções metodológicas propostas por Benveniste. De um lado, há a língua considerada em seus dois domínios: a base semiótica, que permite a produção discursiva sempre particular no semântico, expressando “[...] uma certa relação com o mundo” (Aparelho formal [1970], PLG II, p. 84), construindo uma dada referência, em que alguns referentes específicos estão invariavelmente implicados. Esse duplo modo de organização é uma propriedade exclusiva da língua, a característica mais fundamental e intrínseca da linguagem. A língua “[...] é a organização semiótica por excelência”, pois “[...] significa de uma maneira específica e que não está senão nela” justamente porque comporta “[...] dois modos distintos de significância” (Semiologia [1969], PLG II, p. 63–64). A significação linguística, portanto, decorre da combinação desses dois domínios.

De outro lado, está a distinção entre essa significação e a designação, que representa a relação entre língua e mundo no sentido de correspondência entre signos e referentes. Essa relação resulta justamente das instâncias de uso semântico da língua, porém não tomadas individualmente, mas coletivamente. Embora a significação e a designação devam ser diferenciadas, a última constitui um ponto de apoio fundamental para apreender a primeira, ou seja, não pode ser ignorada nas análises linguísticas.

Ora, só é possível cumprir uma das tarefas da Linguística – esclarecer a significação –, portanto, considerando tanto referência quanto referente, tanto o semiótico quanto o semântico. O trabalho do linguista não deve nunca ser dissociativo; pelo contrário, deve integrar o maior número de aspectos possíveis.

Benveniste resume bem essa questão no texto que dá início ao movimento de fundação de uma nova Linguística, a do discurso:

Quando se diz que determinado elemento da língua, curto ou extenso, tem um sentido, entende-se uma propriedade que esse elemento possui, enquanto significante, de constituir uma unidade distintiva, opositiva, delimitada por outras unidades, e identificável para os locutores nativos, de quem essa língua é a língua. Esse “sentido” é implícito, inerente ao sistema linguístico e às suas partes. Ao mesmo tempo, porém, a linguagem refere-se ao mundo dos objetos, ao mesmo tempo globalmente, nos seus enunciados completos, sob forma de frases, que se relacionam com situações concretas e específicas, e sob forma de unidades inferiores que se relacionam com “objetos” gerais ou particulares, tomados na experiência ou forjados pela convenção linguística. Cada enunciado, e cada termo do enunciado, tem assim um *referendum*, cujo conhecimento está implicado pelo uso nativo da língua. Ora, dizer *qual* é o *referendum*, descrevê-lo, caracterizá-lo especificamente é uma tarefa distinta, frequentemente difícil, que não tem nada de comum com o manejo correto da língua. Não podemos estender-nos aqui sobre todas as

consequências que essa distinção traz. Basta havê-la apresentado para delimitar a noção do “sentido”, na medida em que ele difere da “designação”. Um e outra são necessários. E os encontramos, distintos mas associados, ao nível da *frase* (Níveis [1964], PLG I, p. 137, grifos no original).

Nessa citação, é possível ver as imbricações entre semiótico (o sistema linguístico e o sentido inerente a ele), semântico (a referência ao mundo através de enunciados completos) e designação (o referente específico das unidades inferiores, que tem relação direta com o semântico). Como Normand (2012, p. 156–157, grifos no original) coloca, é possível ver aí “[...] a dificuldade ligada ao duplo papel da língua: nomear o mundo (designação arbitrária em relação à realidade) e dizê-lo no interior de um sistema, em relações pelas quais as formas se motivam reciprocamente (significação) [...]”. Analisar a língua, então, implica considerar todos esses aspectos concomitantemente, sob a pena de não apreendê-la em sua totalidade e, conseqüentemente, não compreendê-la adequadamente.

2.6.2 A designação como parte das análises linguísticas

Todas essas instâncias citadas nas subseções permitem perceber que a designação ocupa um lugar considerável na reflexão benvenistiana. Ademais, é importante frisar que ela não se limita a um tipo de reflexão específico; pelo contrário, aparece desde textos enunciativos até análises de estruturas e funções gramaticais e de unidades lexicais. Desse modo, é possível perceber que a designação se torna uma parte necessária da pesquisa linguística, mesmo que Benveniste, em um dado momento do *Vocabulário*, relegue o seu estudo a outros que não os linguistas.

A questão que fica, então, é: qual é o papel que a designação desempenha nas análises linguísticas? Como ela faz aparecer a significação?¹⁰⁰ Para responder, é necessário olhar para alguns exemplos¹⁰¹.

Em “Problemas semânticos da reconstrução”, um dos exemplos que Benveniste analisa é o da relação de palavras que remetem à noção de “fidelidade” e termos aparentados que se referem a “árvores” ou, mais especificamente, ao “carvalho”. Ele principia citando uma hipótese sugerida por H. Osthoff, que indica que as noções morais relacionadas à

¹⁰⁰ Considerando a natureza deste trabalho, não pretendo esgotar esse assunto aqui. Acredito que seja necessário realizar uma investigação mais profunda e direcionada unicamente a essa problemática. Portanto, apenas traço algumas considerações iniciais sobre o tema.

¹⁰¹ Os exemplos que apresento aqui se relacionam às análises de estruturas e fatos lexicais; o modo como a noção de enunciação se liga à questão da designação e da referência, como anunciado em nota anterior, será analisado em 2.6.1.

fidelidade derivam do termo para carvalho: “Na mentalidade germânica, o carvalho teria sido o símbolo da solidez e da confiança, e a imagem do ‘carvalho’ inspiraria o conjunto das representações da ‘fidelidade’” (Problemas semânticos [19454], PLG I, p. 330). Isso permitiria que se acreditasse “[...] ter aqui o tipo de uma designação concreta evoluindo em noção moral: uma instituição teria por origem um símbolo vegetal” (Problemas semânticos [1954], PLG I, p. 330–331).

Benveniste, sendo então bastante fiel ao seu método corriqueiro de trabalho, passa a fornecer argumentos que contestem essa perspectiva. Entre as falhas que ele encontra no ponto de vista de Osthoff, está a de que o seu ponto de partida, que seria o termo para “carvalho”, na verdade “[...] designava a árvore em geral, e que o sentido de ‘carvalho’ foi adquirido somente no grego” (Problemas semânticos [1954], PLG I, p. 331). A razão para isso é que “[...] o carvalho só cresce numa parte da área indo-europeia, na região média da Europa que vai da Gália à Grécia setentrional, e não além para o leste; na verdade, não há um nome indo-irânico do ‘carvalho’” (Problemas semânticos [1954], PLG I, p. 331, grifo no original).

É importante notar, aqui, que o argumento de Benveniste é baseado no próprio estado de coisas do mundo real: a ausência do carvalho em uma dada região é a evidência da impossibilidade da existência de um termo que o designe¹⁰². Tomando-se a postura – absolutamente errada, fique claro – de considerar esse trecho isoladamente, seria possível enxergar, aqui, um Benveniste platoniano, que entende a língua como uma nomenclatura, portanto completamente distante de Saussure¹⁰³.

A partir dessa constatação de erro argumentativo de Osthoff, Benveniste parte para a análise das relações entre os termos que se referem à “árvore” e aqueles que dizem respeito à “fidelidade”, citando vários exemplos que têm como base uma forma que expressa o sentido de “estar firme, sólido”. Esses exemplos o permitem concluir que

[...] é dessa significação comum que participa igualmente a designação da “árvore”. Ao inverso do raciocínio de Osthoff, consideramos que o **derwo-*, **drwo-*, **dreu-* no sentido de “árvore” é apenas um emprego particular do sentido geral de “firme, sólido”. Não é o nome “primitivo” do carvalho que criou a noção de solidez, foi ao contrário pela expressão da solidez que se designou a árvore em geral e o carvalho em particular: o gr. *drûs* (gal. *derwen*) significa literalmente “o sólido, o firme”.

¹⁰² Não deixa de chamar a atenção, aqui, o fato de que, na citação a respeito da escrita apresentada acima, extraída de *Últimas aulas no Collège de France*, Benveniste afirma que a existência dessa operação depende do fato de ela ser denominada. A língua, então, é necessária para garantir a existência de algo, mas, ao mesmo tempo, se algo não existe em uma determinada área, a língua não o denomina.

¹⁰³ Enfatizo aqui que essa seria uma análise precipitada e fundamentalmente errônea. Benveniste, como se sabe e como evidencio ao longo deste trabalho, considera a língua e a linguagem como muito mais do que uma mera lista de correspondências com a realidade; elas são a característica mais primordial dos seres humanos, aquilo que lhes permite inclusive vivenciar e conhecer essa realidade.

Temos um paralelo no irânico, em que “árvore” se diz *draxt* (médio persa), *diraxt* (persa moderno) que remonta ao av. *draxta-*, adjetivo de *drang-*, “ficar firme”. A concepção romântica do carvalho inspirador da fidelidade dá lugar a uma representação menos singular e provavelmente mais exata: o nome **drū-* da árvore nada tem de “primitivo”; é uma qualificação que, uma vez ligada ao seu objeto, se tornou na sua designação, e se encontrou separada da sua família semântica; daí a coexistência de dois morfemas que se tornaram distintos, como *tree* e *true* [= “árvore” e “verdadeiro”] em inglês. Vê-se aqui o quanto é falacioso o critério do “concreto” e do “abstrato” aplicado a uma reconstrução, e quão importante é a distinção necessária entre a significação e a designação (Problemas semânticos [1954], PLG I, p. 332, grifos no original).

O ponto final da análise de Benveniste, como se vê, é a necessidade de distinguir significação e designação. Isso não significa, entretanto, como foi possível ver, que a designação tenha que ser desconsiderada: **drū-* ao mesmo tempo designa a árvore e também significa “solidez, firmeza”. Ambas as perspectivas devem ser levadas em conta na pesquisa linguística, embora seja necessário ter em mente que uma e outra dizem respeito a domínios diferentes: a designação tem relação com os objetos do mundo que são referidos quando a língua é colocada em uso, a significação pertence ao sistema da língua.

Ainda em relação a essa análise, é interessante notar que Normand (2012, p. 155–156, grifos no original) alerta para a falta de argumentação em relação à afirmação da importância da consideração de significação e designação em separado, notando também que essa separação “[...] quase não é muito esclarecida pelo conjunto dessas demonstrações nas quais os termos *sentido*, *denotação*, *significação*, ou *significar*, *designar*, *denominar*, parecem ser empregados indiferentemente ou, segundo distinções que continuam não explicitadas [...]”. Entretanto, acredito que, tomando-se designação e significação como princípios norteadores e não como padrões exclusivos de análise, essas variações terminológicas podem ser, senão completamente resolvidas, ao menos abrandadas. Em outras palavras, não me parece ser possível entender a distinção proposta da dupla conceitual designação/significação como sucessão ao invés de mera diferenciação e individuação; ao mesmo tempo, para evitar confusões devido a flutuações terminológicas, é necessário considerar que a designação é evocada toda vez que se trata da relação língua-objeto/língua-realidade/língua-mundo, enquanto a significação concerne às relações que ocorrem dentro do sistema de signos.

A comprovação de que não é necessário tomar designação e significação em separado é fornecida pelo próprio Benveniste, ainda em “Problemas semânticos da reconstrução”, quando ele afirma que “[...] as noções semânticas, muito mais complexas, mais difíceis de objetivar e sobretudo de formalizar, por estarem implicadas na ‘substância’ extralinguística, chamam em primeiro lugar uma descrição dos empregos, únicos que permitem definir um

sentido” (Problemas semânticos [1954], PLG I, p. 339). Não há, portanto, como dissociar completamente designação, que remete ao extralinguístico, da significação.

Apenas a título de complementação, cito aqui mais um exemplo de análise em que a designação se faz presente e contribui para apreender a significação. Ele é encontrado em “Fundamentos sintáticos da composição nominal”. Nesse texto, Benveniste analisa compostos formados por dois substantivos que designam apenas um objeto natural, citando como exemplos os termos franceses “oiseau-mouche”, “poisson-chat” e “papier-monnaie”. A análise é bastante longa e prossegue da seguinte maneira:

Dos dois membros, é sempre o primeiro que fornece a denominação: um “oiseau-mouche” é um pássaro [*oiseau*] e um poisson-chat é um peixe [*poisson*]. O segundo membro traz ao primeiro uma especificação apondo-lhe o nome de uma outra classe. Mas entre os dois referentes não há senão uma relação de disjunção: as moscas [*mouches*] não são um ramo dos pássaros [*oiseaux*] nem os gatos [*chats*] são um ramo dos peixes [*poissons*]. O ser designado como “oiseau-mouche” é, portanto, aparentemente membro de duas classes distintas que, no entanto, não são nem homogêneas, nem simétricas e nem mesmo vizinhas. **Se esta designação dupla resulta todavia não-contraditória, é porque a relação que ela institui não é nem lógica, nem gramatical, mas semântica.** O objeto assim denominado não se vincula igualmente às duas classes. A uma ele pertence por natureza, à outra ele é atribuído de modo figurado. O “oiseau-mouche” é sem dúvida um pássaro [*oiseau*] mas um pássaro que tem uma certa semelhança com uma mosca [*mouche*]. O “papier-monnaie” é papel [*papier*], não moeda [*monnaie*], sendo próprio da moeda sua matéria (metálica), sua forma (em moedas), sua marca (cunhada); no entanto é um papel que tem alguma analogia com a moeda, que a substitui. Assim, signos lexicais como “oiseau-mouche”, “papier-monnaie” reúnem duas noções, uma de natureza, outra de aparência. O papel desses compostos é o de emparelhar em uma designação específica uma classificação pela realidade e uma classificação pela semelhança. É a prova de que a relação se estabelece entre as coisas, e não entre os signos.

Percebe-se a constituição sintática que dá origem a esses compostos. “Oiseau-mouche” remete a um sintagma de definição: “oiseau *qui est* une mouche” e “papier-monnaie” a “papier *qui est* de la monnaie”. Nesse tipo de construção, tendo em vista o sentido que ela produz, a ligação “qui est” entre os dois lexemas implica uma função particular de “être”. Não é uma marca lógica de identidade entre duas classes, uma vez que as condições do emprego obrigariam a estipular que essa função proposicional da forma “um *x* que é um *y*” se aplica aqui a um objeto real e que os referentes de *x* e de *y* são, no entanto, incompatíveis, o que seria contraditório.

A relação expressa pelo “être” aqui deve antes ser entendida **como uma relação de assimilação semântica entre duas noções distintas**, na base de um traço comum que é implicado, mas não indicado. Entre “oiseau” e “mouche” será o caráter semântico de pequenez; entre “papier” e “monnaie” o de valor legal (Fundamentos sintáticos [1967], PLG II, p. 149–150, itálicos no original, negritos meus).

Benveniste parte dos animais no mundo real e dos termos que os designam para analisar um comportamento da língua, que permite a formação de compostos que expressem tanto a noção de natureza quanto a de aparência em casos que seriam contraditórios se apenas a realidade fosse considerada. A partir disso, chega-se à significação, que fica implícita

devido à formação de cada um desses compostos. O objetivo final, como Benveniste coloca, é sempre o entendimento da questão semântica, mesmo que para isso seja necessário considerar o “objeto real” a que um dado termo se refere.

É interessante notar que o próprio Benveniste esclarece a metodologia a seguir no parágrafo final de “Problemas semânticos da reconstrução”, ao apresentar a seguinte reflexão:

Em todos os casos discutidos, está implicado um problema de relação, e é pelas relações que se define uma estrutura semântica. O leitor prevenido discernirá sem dúvida, na operação seguida aqui, as mesmas preocupações que se evidenciam noutras partes da linguística atual e, mesmo, certas analogias no objeto da pesquisa. As considerações precedentes giram em torno de uma mesma questão, que é a identificação dos traços distintivos por oposição às variantes: sobre como definir a distribuição e as capacidades combinatórias de um “sentido”; como um sentido tido como diferente de outro pode não representar senão uma das suas variantes; como a variante de um sentido se “semantiza” por sua vez e se torna numa unidade distinta – problemas que se transporiam todos imediatamente em termos de fonêmica. **Entretanto, as noções semânticas, muito mais complexas, mais difíceis de objetivar e sobretudo de formalizar, por estarem implicadas na “substância” extralinguística, chamam em primeiro lugar uma descrição dos empregos, únicos que permitem definir um sentido.** Essa descrição exige ela própria que nos libertemos das falsas evidências, das referências às categorias semânticas “universais”, das confusões entre os dados que devem ser estudados e os da língua do descritor. É, talvez, no trabalho da reconstrução que essas condições se mostram mais severas (Problemas semânticos [1954], PLG I, p. 339, grifo meu).

A preocupação metodológica de Benveniste é evidente. A natureza intrincada da relação entre a língua e aquilo que a rodeia – nos termos do próprio Benveniste, a “substância extralinguística” –, de coexistência interdependente, determina o modo de agir do linguista. A designação, nessa perspectiva, *faz parte* da significação, não sendo possível, portanto, dissociá-las.

Chama a atenção, evidentemente, o fato de Benveniste, nessa citação, defender que a análise se baseie nos empregos, remetendo, portanto, a situações discursivas particulares. Isso permite retornar para a discussão que fiz em 2.6.1 a respeito das duas instâncias do referente, em que propus que o referente generalizado, coletivizado, compartilhado pelos falantes é formado com base em instâncias específicas de utilização da língua, em que são estabelecidos referentes específicos. A designação coletivizada, portanto, vem à tona a partir dos empregos particulares. É somente a partir da análise de situações de discurso concretas que se torna possível determinar a designação no nível lexicológico e, conseqüentemente, a significação.

2.6.3 Traduzindo “uma certa relação com o mundo”

O que fica após considerar a extensa análise que apresento acima é que o mundo (ou, em outros termos, a realidade) é um dado incontornável para Benveniste. Não importa em que direção se vá, ele acaba aparecendo em algum momento.

O semântico garante uma “[...] abertura para o mundo” (Estruturalismo [1968], PLG II, p. 21), “nos introduz[indo] no domínio da língua em emprego e em ação, vemos desta vez na língua sua função mediadora entre o homem e o homem, entre o homem e o mundo, entre o espírito e as coisas [...]” (A forma e o sentido [1967], PLG II, p. 229).

Além disso, ao mesmo tempo, é fundamental reforçar, mais uma vez, que a designação, que também expressa uma relação com o mundo, está sempre presente no horizonte do linguista:

Considere a palavra *homem* (tomo o primeiro exemplo que me vem à cabeça). Você terá de um lado o emprego do termo como designação; de outro lado as ligações de que esta palavra *homem* é suscetível, que são muito numerosas. Por exemplo, “o homem honesto”, concepção que data, que remonta a uma certa fase do vocabulário, a um aspecto da cultura francesa clássica. Ao mesmo tempo, uma locução como “eu sou seu homem” refere-se à época feudal. Você vê aí uma estratificação da cultura que deixa seu traço nos diferentes empregos possíveis. Estes estão todos compreendidos hoje na definição da palavra, porque são ainda suscetíveis de serem empregados no seu verdadeiro sentido na mesma época. Vemos aqui a contrapartida de uma definição cumulativa das culturas. Em nossa cultura atual integra-se toda a espessura de outras culturas. É nisto que a língua pode ser reveladora da cultura (Estruturalismo [1968], PLG II, p. 22–23).

Não é possível, em nenhum momento, então, desconsiderar o mundo. Não poderia ser diferente, já que, para Benveniste, a linguagem está em estreita relação com o que está fora dela. Quando Benveniste trata da aquisição da linguagem pelas crianças, por exemplo, ele afirma que, ao aprender a sua língua, a criança aprende, na verdade, “[...] o mundo do homem” (Estruturalismo [1968], PLG II, p. 21), “[...] o mundo na qual ela vive na realidade, que a linguagem lhe dá e sobre o qual ela aprende a agir” (Estruturalismo [1968], PLG II, p. 24).

Com efeito, a questão fundamental é que a linguagem é absolutamente necessária para que o ser humano esteja na realidade, de certa forma, já que, “por ser a língua um instrumento de organização do mundo e da sociedade, aplica-se a um mundo considerado como ‘real’ e reflete um mundo ‘real’” (Descoberta freudiana [1956], PLG I, p. 88). Isso acontece porque “[...] não há relação natural, imediata e direta entre o homem e o mundo, nem entre o homem e o homem. É preciso haver um intermediário, esse aparato simbólico, que tornou possíveis o pensamento e a linguagem” (Vista d’olhos [1963], PLG I, p. 31). Decorre disso que

a linguagem *re-produz*¹⁰⁴ a realidade. Isso deve entender-se da maneira mais literal: a realidade é produzida novamente por intermédio da linguagem. Aquele que fala faz renascer pelo seu discurso o acontecimento e a sua experiência do acontecimento. Aquele que o ouve apreende primeiro o discurso e através desse discurso, o acontecimento reproduzido. Assim a situação inerente ao exercício da linguagem, que é a da troca e do diálogo, confere ao ato de discurso dupla função: para o locutor, representa a realidade; para o ouvinte, recria a realidade. Isso faz da linguagem o próprio instrumento da comunicação intersubjetiva.

Surgem aqui imediatamente graves problemas que deixaremos para os filósofos, principalmente o da adequação do espírito à “realidade”. O linguista por seu lado estima que não poderia existir pensamento sem linguagem e que por conseguinte o conhecimento do mundo é determinado pela expressão que ele recebe. A linguagem reproduz o mundo, mas submetendo-o à sua própria organização (Vista d’olhos [1963], PLG I, p. 26).

Essa série de citações permite entender que a linguagem tem a função de garantir que o que existe no mundo se torne acessível aos seres humanos. A partir dessa concepção, é possível voltar novamente à questão da designação. No fim das contas, é necessário que as coisas – sejam elas objetos concretos, abstrações, ações ou sentimentos etc. – sejam nomeadas para efetivamente existirem. Ou seja, a designação é realmente um fato inevitável:

Na verdade, Sédillot inventou o termo *microbe* para designar o conjunto dos organismos microscópicos. Ele combinou livremente *mikros* e *bios* em um significado novo; os dois componentes gregos representam, com uma grande simplificação, os dois conceitos associados: *bios* “vida”, o conceito de “organismo vivo”, e *mikros* “pequeno”, o conceito de “infinitamente pequeno, microscópico”. Assim, *microbe* significa, literalmente, “pequena vida”, para designar o “organismo microscópico”.

Semelhante composto teria sido impossível em grego, e se todos os nossos lexicógrafos se equivocaram quanto à formação de *microbe*, é porque eles raciocinavam sobre um modelo grego, quando o inventor quis fazer um composto francês, e Littré viu bem que era este o ponto. Sédillot simplesmente vestiu de grego uma denominação que ele tinha concebido em francês. Com efeito é este o estatuto desse neologismo, como o de um grande número dos neologismos que surgiram há um século ou mais: é um composto francês, com lexemas gregos. Ele corresponde a uma designação que foi primeiramente concebida em francês e transpõe para o grego sua definição, ainda que a condensando fortemente (Formas novas [1966], PLG II, p. 170, grifos no original).

Essa passagem de “Formas novas da composição nominal” me parece reproduzir – com mais detalhes – o que Benveniste diz na nota sobre tradução sobre os insetos:

Aristóteles cunha o termo ἔντομα [*éntoma*] “contendo cortes”, para designar uma classe de seres.

Ora, é esta designação que é ‘traduzida’ pelo latim *insecta*.

¹⁰⁴ Na tradução aqui utilizada, não aparece o hífen e a palavra não está em itálico. Entretanto, optei por respeitar o texto-fonte, que diz “Le langage *re-produit* la réalité. Cela est à entendre de la manière la plus littérale : la réalité est produite à nouveau par le truchement du langage” (BENVENISTE, 1963/2000a, p. 25, grifo no original).

Há, então, aqui, dois processos independentes, um consiste em aplicar a um elemento de realidade (extralinguística) uma certa designação, o outro consiste em utilizar para essa designação um signo linguístico cunhado à imitação do modelo estrangeiro (aqui grego).

O resultado é que designamos em latim os pequenos seres em questão como “insetos, divididos em segmentos”, criando ou utilizando a mesma relação entre o signo e a coisa (Traduction [2016], p. 38–39, grifos no original).

É fundamental notar, entretanto, que, se o nível de detalhamento das descrições nos dois casos é diferente, isso possivelmente se deva aos objetivos das reflexões. No caso dos micróbios, Benveniste procurava explicar a formação de compostos nominais, demonstrando as nuances envolvidas no processo. Coincidentemente, a tradução se faz presente nesse exemplo, já que Sédillot traduz os lexemas gregos para formar o termo em francês. Porém, não é a tradução que é o objeto da problematização de Benveniste no texto, e sim o processo de formação lexical. Na nota, por outro lado, a criação lexical se torna secundária, já que o objetivo maior é discutir o processo tradutório, ou seja, como o elemento nominal é transposto para uma outra língua. O processo lexical, nesse caso, apenas aparece como ponto de partida do processo tradutório.

Além disso, é importante observar que o exemplo fornecido na nota é somente a demonstração prática da tese apresentada por Benveniste, de que a unidade de tradução é “[...] o valor de designação”, definido como “[...] a relação do signo com a realidade [...]” (Traduction [2016], p. 38, grifos no original). Novamente, então, é possível perceber que a consideração do mundo extralinguístico se torna inevitável também no processo tradutório. Traduzir implica olhar para o mundo, observar como a língua se relaciona com ele e depois tentar restabelecer essa conexão em um idioma diferente.

A reflexão que apresento aqui me conduz a uma questão: se se considera que existem duas formas – inter-relacionadas – de relação com o mundo, uma provocada pelo semântico, pelo domínio da língua em que a tradução é possível, dizendo respeito primariamente a uma situação discursiva particular, e outra – derivada da primeira –, de valor mais geral, que concerne à designação, que, por sua vez, implica um valor que é o que se deve traduzir, segundo a nota, qual das relações com o mundo se traduz? Será possível traduzir as duas ao mesmo tempo? Ou será que elas se contradizem e será necessário optar por uma delas, conforme o caso?

Colocando a questão em outros termos: o ponto de vista que Benveniste apresenta em “A forma e o sentido na linguagem”, que pode ser denominado enunciativo, afirma que o que se traduz é o semantismo, uma noção que, por sua vez, remete à questão da referência, que implica uma certa relação com o mundo, e dos possíveis referentes específicos a que a

instância do discurso remete. Por outro lado, quando o que está em jogo são os estudos comparatistas, Benveniste insiste na necessidade de estabelecer uma diferenciação entre a designação e a significação, envolvendo, então, em suas análises, a questão do referente, entendido, nesse caso, como um referente compartilhado, coletivizado, não específico. Já na nota sobre tradução, Benveniste parte de uma perspectiva que também usa a designação e a relação com a realidade para falar sobre o processo tradutório. Haveria aí, então, três pontos de vista distintos de um mesmo autor ou um único pensamento acerca de questões da mesma ordem – a relação entre a língua e o que está fora dela –, ainda que o autor opte por usar termos específicos conforme a natureza do assunto estudado? No próximo capítulo, retomo algumas dessas questões, ao refletir sobre a teorização e a prática da tradução de Benveniste.

2.7 A TRADUÇÃO COMO UM OPERADOR

Na seção 1.1.2, demonstrei que, mesmo que não tenha sido amplamente teorizada, a tradução – entendida não como transposição de um texto de uma língua para outra, mas como um fenômeno amplo, em que duas (ou mais) línguas são colocadas em contraste – está muito mais presente na reflexão benvenistiana do que se costuma pensar. Ela aparece nos textos mais diversos de Benveniste, escritos ao longo de toda a sua carreira, e contribui sobremaneira para as análises que ele realiza. É importante frisar que a tradução não é utilizada somente nos estudos comparativos, onde ela aparece com bastante destaque (como demonstrado em 1.1.2), mas também naqueles que se dedicam à observação de estruturas, funções e fenômenos linguísticos variados. É também a partir da tradução que, muitas vezes, Benveniste tem condições de determinar o sentido mais preciso de uma unidade lexical.

Semelhantemente, em 2.6.3, foram apresentados dois trechos de diferentes reflexões – “Formas novas da composição nominal” e “La traduction, la langue et l’intelligence” – em que tanto o processo de designação de um elemento e a tradução se fazem presentes, ainda que de modo e com ênfases diferentes, além de cada um desses fenômenos cumprir um papel diferente em cada uma das análises. No entanto, permanece o fato que, em cada caso, a tradução é utilizada para cumprir determinados objetivos e para evidenciar hipóteses acerca de fenômenos linguísticos diversos.

Esses exemplos já permitem entrever que a tradução desempenha um papel operacional nas análises de Benveniste. Ela atua como um instrumento que opera nas análises benvenistianas para dar a ver as questões de natureza variada que interessavam ao linguista.

Dufour (2000, p. 34) define um operador como “[...] o dispositivo que contém um processo de decisão”, constituindo “[...] um instrumento” que funciona de um modo específico, desempenhando um determinado papel dentro de um sistema de pensamento. Segundo o autor, para atuar como instrumento, é necessário que o operador tenha uma matéria-prima, que é fornecida pelo axioma, que “[...] são proposições de base (geralmente simples e pouco numerosas) que se referem ao objeto e que não requerem ser demonstradas” (DUFOUR, 2000, p. 34). Esses dois elementos definem um determinado modo de pensamento, já que “o exercício de pensamento num modo dado se dá, pois, pela ação do *operador* sobre o ou os *axiomas*” (DUFOUR, 2000, p. 34, grifos no original).

Flores (2017b, p. 12) apresenta um conceito análogo, entendendo o operador como “[...] o mecanismo que contém um modo de funcionamento; ele é um instrumento que exerce um modo de pensamento” e o axioma “como uma proposição de base, que dispensa demonstração e que se refere a um dado objeto”. Ele também identifica a significância como o operador basilar das investigações de Benveniste, além de dois axiomas da teoria: o homem na linguagem e o homem na língua (FLORES, 2017b).

O próprio Benveniste, é interessante notar, utiliza a ideia de operador em um texto com caráter bastante metodológico, “Os níveis da análise linguística”. Ao discutir as operações que propõe, de segmentação e substituição, Benveniste nota que elas

[...] não podem aplicar-se a quaisquer porções da cadeia falada. Na verdade, nada nos permitiria definir a distribuição de um fonema, as suas latitudes combinatórias da ordem sintagmática e paradigmática, portanto a própria realidade de um fonema, se não nos referíssemos sempre a uma *unidade particular* do nível superior que o contém. Essa é uma condição inicial, cujo alcance indicaremos adiante. Vemos então que esse nível não é algo de exterior à análise; está *na* análise, o nível é um operador (Níveis [1964], PLG I, p. 131, grifos no original).

Ao analisar esse texto, Flores (2013, p. 135, grifo no original) reforça que “o *nível* da análise linguística é um operador da análise, ele tem, portanto, uma função na análise”, destacando, portanto, a natureza funcional do operador dentro de uma reflexão.

A partir dessas definições, é possível definir o operador como um componente da análise que permite que um modo de pensamento seja colocado em ação, atuando sobre um ou mais axiomas.

Ao considerar o caso da tradução, penso ser possível entender que, apesar de ela ser utilizada para demonstrar aspectos bastante diversos (compreendendo desde a diferença entre línguas até a precisão semântica), ao considerar a função que ela desempenha em um contexto amplo, ela parece atuar como um operador nas análises de língua de Benveniste, permitindo

dar a ver um outro operador da teoria, a significância (conforme a identificação de Flores (2017b)).

É importante notar que, como já observado em 2.5.1, a significância, definida como a “[...] propriedade de significar [...]” (Semiologia [1969], PLG II, p. 52), é a característica mais fundamental da linguagem, garantindo-lhe a sua distintividade. Isso se dá porque, segundo Benveniste, “antes de qualquer coisa, a linguagem significa, tal é seu caráter primordial, sua vocação original que transcende e explica todas as funções que ela assegura no meio humano” (A forma e o sentido [1967], PLG II, p. 222).

Fornecendo um exemplo mais específico, então, entendo que, quando Benveniste afirma que “a tradução de *mepam-po’powa* por ‘ele sacha (-*po’powa*) fileiras de agaves (*mepami’-λ*)’ faria pensar numa regência transitiva” (Convergências tipológicas [1966], PLG II, p. 113, grifos no original) ou que “se se considerasse a construção estritamente nos seus termos, *oroc’ tueal er zarcat’n* deveria traduzir-se ‘os que haviam dado o dinheiro’” (Ser e ter [1960], PLG I, p. 222, grifos no original), o seu objetivo final é demonstrar a propriedade que a linguagem e a língua têm de significar. Em outros termos, a tradução, nesses casos, funciona de modo a evidenciar tal propriedade. A questão que parece mover Benveniste, então, ao usar a tradução para demonstrar especificidades das línguas – sejam essas especificidades semânticas ou estruturais –, é o modo como a língua e a linguagem significam.

Ainda considerando o papel da tradução na teorização benvenistiana, é importante retomar, aqui, uma hipótese que já apresentei anteriormente (cf. 1.1.3 e 2.2): a de que não é a tradução, e sim a linguagem, que é o objeto de estudos de “La traduction, la langue et l’intelligence”. Porém, a figuração da tradução de modo destacado na reflexão – aparecendo inclusive em primeiro lugar no título do manuscrito – indica que, mesmo não sendo a problemática principal, ela constitui um operador também nessa reflexão, permitindo a observação de propriedades da linguagem, que é o ponto central de interesse do estudo. A tradução, portanto, desempenha uma função essencial na reflexão da nota.

Do mesmo modo, como já observado em 1.1.1, em “A forma e o sentido na linguagem”, ao mesmo tempo em que a tradução é objeto de teorização, ela também é um meio de evidenciar os dois domínios da língua, ou, nas palavras do próprio Benveniste, um modo de *clarear* os pressupostos teóricos apresentados por ele. Ou seja, a tradução pode, também nesse caso, ser entendida como um operador por permitir dar a ver um ponto teórico desenvolvido por Benveniste, sendo utilizada, novamente, para discutir a língua e a linguagem e as suas particularidades e distinções.

Ainda nesse contexto, também cumpre notar que o próprio Benveniste reconhece diretamente que as traduções são um meio para a apreensão dos fenômenos a que se dedica. Na já citada introdução ao *Vocabulário*, ele coloca a necessidade de se afastar de traduções simplistas para compreender os objetos que ele se propõe a estudar nas suas análises (*Vocabulário* [1969], p. 11). Subentende-se, então, que há algum tipo de tradução – não simplista – que pode contribuir para a análise comparativa das línguas e, conseqüentemente, para a construção do saber linguístico como um todo, desempenhando, portanto, um papel operacional.

Em resumo, ao evidenciar a presença notável da tradução na reflexão benvenistiana e ao estudar em detalhe o conteúdo da nota sobre tradução, é possível perceber a função que a prática tradutória exerce na teorização que Benveniste propõe como um todo e entender que, ao contrário do que se pensava, a tradução configura um instrumento potente, que permite que Benveniste evidencie a significância, que constitui uma propriedade fundamental da língua e da linguagem. Desse modo, a tradução, que antes era considerada apenas como um objeto de reflexão isolada e ocasional, adquire um *status* diferenciado, operando nos diversos tipos de reflexão propostos por Benveniste e desempenhando um papel fundamental dentro da teoria. Trata-se, portanto, de um fenômeno de amplo alcance dentro da teoria benvenistiana.

No próximo capítulo, que combina análises teóricas e práticas, considero três perspectivas distintas a partir de que a tradução pode ser percebida a partir de Benveniste, com base na análise que apresentei neste capítulo, e apresento, em cada perspectiva, mais exemplos que evidenciam a função operatória e, conseqüentemente, a relevância do fenômeno tradutório para a teoria benvenistiana. Em outras palavras, mesmo ao se mudar a forma de olhar para a tradução, o papel que ela desempenha será sempre o mesmo: ela opera para revelar a principal característica da língua, a significância.

CAPÍTULO 3

UM OLHAR PROSPECTIVO: A TRADUÇÃO DE DIFERENTES PONTOS DE VISTA

Meschonnic organiza o seu livro *Poética do traduzir* em duas partes. A primeira é intitulada “A prática: é a teoria”, enquanto a segunda leva o nome de “A teoria: é a prática”. Ele justifica tal escolha já na primeira parte da introdução da obra, ao afirmar que reúne “[...] alguns elementos para uma poética da tradução, e uma experiência. A *teoria* é apenas o acompanhamento reflexivo. Ambos intermináveis. A experiência vem primeiro” (MESCHONNIC, 2010, p. XVII, grifo no original). Assim, ele estabelece a impossibilidade de separar o ponto de vista empírico e o ponto de vista teórico quando se trata de pensar sobre a tradução.

Nas três primeiras seções deste capítulo, sigo o modelo meschonniciano parcialmente. Parto do princípio que a experiência tradutória¹⁰⁵ de Benveniste, já demonstrada em 1.1.2, não pode ser dissociada das suas teorizações sobre a tradução e vice-versa. Porém, por questões práticas, opto por não utilizar a demarcação em duas partes que Meschonnic adota, já que levo em consideração somente o trabalho do próprio Benveniste, não analisando teorias e traduções de outros autores. Portanto, ao longo deste capítulo, mesclo observações acerca das teorizações benvenistianas sobre tradução e exemplos práticos que ele mesmo fornece nos PLGs.

Cumprir fazer uma observação terminológica: Meschonnic usa os termos “teoria” e “prática”. Entretanto, acredito que não é possível afirmar que Benveniste apresenta uma teoria da tradução¹⁰⁶, já que, como observado em 1.1, ele não desenvolve um modelo teórico-metodológico sistematizado e acabado sobre esse assunto. Por isso, opto por usar o termo “teorização” ao longo deste capítulo, entendendo-o como sinônimo de “reflexão” e “argumentação”.

No capítulo anterior, relatei o que já se conhecia do trabalho de Émile Benveniste com o conteúdo de “La traduction, la langue et l’intelligence”. Essa análise permitiu perceber,

¹⁰⁵ Note-se que aqui tomo a experiência tradutória como qualquer instância em que Benveniste evidencia o contato entre línguas ou coloca duas línguas em contraste, como, por exemplo, nos textos voltados à gramática comparada. Ou seja, tomo a tradução de um ponto de vista bastante amplo. É importante enfatizar, entretanto, que a experiência de Benveniste com o processo tradutório não se limita a essas instâncias: ele edita, traduz e comenta os *Textes sogdiens*, publicados em 1940.

¹⁰⁶ É fundamental observar, neste ponto, que, como já apontado na Introdução, debate-se até mesmo se é possível chamar a produção de Benveniste considerada globalmente como uma teoria, devido ao seu caráter heterogêneo (cf. FLORES, 2013a).

entre outros pontos, que ele coloca a tradução em estreita relação com a realidade extralinguística. No entanto, tal relação é expressa em diferentes momentos da reflexão, a partir de pontos de vista diversos e usando terminologias distintas. Na primeira parte deste capítulo, pretendo lançar um olhar sobre essas diferentes perspectivas, com o intuito de identificar algumas maneiras como elas podem ser compreendidas. Essas considerações, por sua vez, conduzem a uma percepção renovada da tradução quando a teoria benvenistiana é levada em conta, o que é apresentado em 3.4.

Este capítulo, portanto, tem a intenção de buscar um outro entendimento do fenômeno tradutório a partir de Benveniste, sendo que tal entendimento se baseia nas observações feitas nos capítulos anteriores, em que se destacou a presença notável e a relevância da função operatória que a tradução tem na teoria benvenistiana, uma leitura que surge em decorrência da publicação de “La traduction, la langue et l’intelligence”. Ou seja, ao notar como a prática tradutória aparece na teoria, o papel que ela desempenha, as teorizações que a tradução engendra, enfim, ao identificar os efeitos que a leitura da nota proporcionou, origina-se uma outra apreciação, de natureza prospectiva, que identifica modos diversos de perceber o fenômeno tradutório e, ao mesmo tempo, propõe um outro olhar unificado acerca da tradução, considerando-a um fato de linguagem que demonstra a natureza humana e a diversidade sociocultural do mundo.

A reflexão deste capítulo, portanto, olha para o futuro, ou seja, tem natureza “[...] mais prospectiva, enfoca as perspectivas abertas para outros estudos da linguagem [...]” (FLORES, 2017a, p. 92) dada a publicação de “La traduction, la langue et l’intelligence” e o estudo que ela suscitou neste trabalho, que identificou a presença e o papel de operador que a tradução desempenha nas análises e nas teorizações de Benveniste. Em outras palavras, procuro considerar, aqui, algumas possíveis projeções e transformações para os estudos em torno da teoria benvenistiana, focalizando principalmente aqueles que lidam diretamente com a tradução, valorizando, especialmente, a articulação do fenômeno tradutório com a teoria da linguagem.¹⁰⁷

¹⁰⁷ Aqui é necessário apontar que o conteúdo da nota sobre tradução, como já visto ao longo do capítulo anterior, também recupera outros temas importantes da reflexão benvenistiana que merecem ser examinados com maior atenção em estudos posteriores, com destaque para a associação entre o pensamento, o “querer dizer” e a língua, o papel da designação na definição da significação e a relação entre o espírito e o mundo.

3.1 O PONTO DE VISTA ENUNCIATIVO: O POSSÍVEL E O IMPOSSÍVEL DA TRADUÇÃO

“A forma e o sentido na linguagem” compõe o *corpus* da chamada teoria enunciativa de Benveniste, sendo amplamente conhecido como o texto em que ele apresenta mais detalhadamente a proposta dos dois domínios da língua. Como visto anteriormente, o texto também tem certa notoriedade por apresentar uma teorização sobre a tradução, ainda que ela se restrinja a praticamente somente um parágrafo.

Como já explicado acima, a teorização que Benveniste propõe nesse texto diz respeito à impossibilidade e à possibilidade de tradução. A primeira se relaciona ao semiótico, noção que concerne o sistema da língua; já a segunda deriva do fato de que é possível “dizer a mesma coisa” em outros idiomas e tem ligação com o semantismo, ou seja, com uma instância específica de apropriação da língua em discurso.

O fato de que só é possível traduzir o semantismo é bastante evidente na presença que a prática tradutória tem na teoria benvenistiana. Em primeiro lugar, são inúmeras as instâncias em que Benveniste cita determinadas traduções e escolhas tradutórias de determinados tradutores, o que já indica uma referência a uma instância específica de tradução e, portanto, de apropriação da língua.

A título de exemplo, observa-se, em uma mesma nota de rodapé, uma alusão a duas traduções específicas diferentes:

A trad. de Kent — “other sons of Darius there were” (*Old Persian*, 150) — só é literal na aparência. Kent menosprezou o verdadeiro sentido da frase, por não haver visto que o genitivo-dativo tem aqui uma função de predicado. É o nome de Dario que é o cerne do desenvolvimento: “Dario tinha outros filhos além de mim, mas foi a mim que concedeu a preeminência”. Mesma observação para a tradução de B. I., 29-30: “of that Cambyses there was a brother” (Construção passiva [1952], PLG I, p. 196, grifo no original).

Para citar apenas algumas outras instâncias em que esse mesmo cenário pode ser observado, note-se que, ao longo dos dois volumes do PLG, também há menções semelhantes ao tradutor de Hemingway para o francês (Relações de tempo [1959], PLG I, p. 269) e a traduções atribuídas a Bergier (Civilização [1954], PLG I, p. 379), Bossuet (Mecanismos [1969], PLG II, p. 124), Baillet (Semântica vor [1972], PLG II, p. 141), Wulfila (Difusão [1969], PLG II, p. 248) e Boécio (Scientifique [1969], PLG II, p. 256), entre outros.

Além disso, também é possível observar instâncias em que o próprio Benveniste assume o papel de tradutor, evidenciando o papel do semantismo na tradução. Um caso

notável, nesse contexto, é o que aparece no texto “Categorias de pensamento e categorias de língua”. Benveniste introduz as categorias de pensamento propostas por Aristóteles remetendo ao texto original, dizendo: “Lembremos em primeiro lugar o texto essencial, que dá a mais completa lista dessas propriedades – dez no total – (*Categorias*, cap. IV)” (*Categorias* [1958], PLG I, p. 71, grifo no original). Essa frase é seguida de um parágrafo do texto aristotélico traduzido por Benveniste para o francês. Além disso – e mais interessantemente –, ela é acompanhada de uma nota de rodapé em que Benveniste declara que “era inútil reproduzir o texto original, uma vez que todos os termos gregos são citados a seguir. Traduzimos este passo literalmente, para comunicar o teor geral antes da análise dos pormenores” (*Categorias* [1958], PLG I, p. 71). Nota-se, aqui, que Benveniste se refere à instância de discurso original (ou seja, ao semantismo) e, ao mesmo tempo, justifica as suas escolhas tradutórias manifestas na sua própria produção de discurso (o seu texto traduzido). Em outros termos, é possível perceber, nesse trecho, que Benveniste, de certa forma, explicita as motivações que o levaram a optar por um determinado modo de organização – ou seja, uma determinada sintagmatização, que corresponde, como visto em 1.1.1, à forma do domínio semântico – de seu discurso tradutório, deixando evidente, então, a sua própria interpretação do texto de Aristóteles. Portanto, o exemplo permite observar que tanto o ponto de partida quanto o ponto de chegada do processo tradutório se localizam no domínio semântico da língua.

Ao considerar a perspectiva enunciativa, há um outro aspecto que deve ser observado: o modo como se manifesta a relação entre a língua e a realidade nesse contexto. Ela aparece principalmente a partir da questão da referência, que é, segundo Benveniste, essencial quando se considera o domínio semântico da língua, tendo relação com a frase e “[...] o estado de coisas que a provoca, a situação de discurso ou de fato a que ela se reporta [...]” (*A forma e o sentido* [1967], PLG II, p. 231).

Como visto em 2.6.1, a referência em Benveniste tende a ser associada, na maioria das vezes, ao eu-aqui-agora da instância discursiva, excluindo-se o referente do horizonte de preocupações. Mesmo o termo “referente” aparecendo em “A forma e o sentido na linguagem”, aludindo ao “[...] objeto particular a que a palavra corresponde [...]”, ele ainda está associado à situação discursiva, já que se trata do “[...] objeto particular a que a palavra corresponde **no caso concreto da circunstância ou do uso**” (*A forma e o sentido* [1967], PLG II, p. 231, grifo meu).

Em resumo, em “A forma e o sentido na linguagem”, Benveniste parece entender que a tradução ocorre sempre com base em uma instância particular de discurso, que constitui uma referência também particular, ou seja, mobiliza um locutor e um interlocutor em um dado

momento e espaço. A questão central para a tradução, nessa perspectiva, então, como já demonstrado em muitos dos trabalhos prévios sobre Benveniste e a tradução apresentados em 1.2, consiste em identificar essa instância particular e tentar reproduzi-la, na medida do possível, em outro idioma.

Entretanto, é importante observar que, ao considerar que a relação com o extralinguístico se baseia principalmente na referência entendida como os elementos que constituem a cena enunciativa, o processo tradutório sempre implicará uma ausência de equivalência. Em outras palavras, se a relação com a realidade se dá exclusivamente em função do eu-aqui-agora, será impossível reconstituir essa mesma relação, já que o ato enunciativo é sempre subjetivo e irrepetível e instaura sempre uma nova referência. A tradução, nessa perspectiva, implicará sempre uma nova enunciação, com um novo locutor, em um novo momento e local, ou seja, uma nova referência, nunca igual à anterior. A cena enunciativa nunca será exatamente replicada.

Desse modo, mesmo que a possibilidade de tradução esteja no semantismo, essa possibilidade não deve ser percebida como integral. É possível traduzir, transpor um texto de uma língua para outra, ainda que não seja possível reconstituir a mesma relação com a realidade que o texto-fonte estabelece; há, portanto, algo de impossibilidade na possibilidade de tradução.

Ainda dentro desse contexto, cumpre notar que, ao mesmo tempo em que a possibilidade de tradução carrega aspectos de impossibilidade, é possível pensar que há também possibilidade na impossibilidade de tradução, que, como visto acima, tem relação com o semiótico. Não há, evidentemente, equivalência admissível entre os estados dos sistemas das línguas, já que cada língua constitui sempre um sistema particular, com valores próprios que derivam das relações particulares entre as unidades da língua; porém, é possível estabelecer certas aproximações entre os valores que emanam dos sistemas de línguas diferentes. Mesmo que não exista a possibilidade, então, de obter equivalências perfeitas de valores, já que eles sempre se dão intrassistema, é admissível que se possa considerar a existência de semelhanças e nexos entre sistemas distintos, o que, por sua vez, conduz à possibilidade de tradução.

Portanto, é necessário compreender que, ao considerar o ponto de vista enunciativo, tanto a possibilidade quanto a impossibilidade de tradução devem sempre ser entendidas como parciais, não podendo ser plenamente realizadas em nenhum contexto. Traduzir, desse

modo, é sempre lidar com uma falta¹⁰⁸. Ou seja, a tradução não é uma atividade perfeitamente viável, facilmente executável, mas ao mesmo tempo não é uma tarefa completamente impraticável. É, portanto, um fenômeno complexo, que demanda um equilíbrio entre o que pode (o semantismo) e o que não pode (o semioticismo) ser atingido. Consequentemente, é uma atividade que implica certas limitações, que devem ser levadas em conta no processo, embora estas, repito, não o anulem totalmente.

A prática tradutória de Benveniste, mais uma vez, permite divisar essa hipótese. A convivência da possibilidade e da impossibilidade da tradução fica bastante evidente no trecho abaixo, que, embora longo, merece ser reproduzido na totalidade porque demonstra de modo bastante claro o brilhantismo e a riqueza do raciocínio do linguista:

Até aqui, foi relativamente fácil verificar nos compostos o sentido geral conferido a *prae*. A verdadeira dificuldade começa quando queremos explicar os empregos causal e comparativo da preposição. São duas categorias independentes uma da outra e representadas todas duas desde o latim mais antigo. Sabemos que *prae* é adequado para indicar a causa: *cor Vlixis frixit prae pauore*, “o coração de Ulisses gelou de pavor” (Liv. Andr., *Od*, 16). Pode também marcar uma comparação: *uidebant omnes prae illo parui futuros* (Nep., *Eum.*, 10). Temos aqui empregos de *prae* que *pro* não apresenta e cuja origem só se poderia buscar no próprio sentido de *prae*. A sua gênese, porém, não aparece à primeira vista e é preciso dizer que nenhuma das interpretações fornecidas até agora ajuda, por pouco que seja, a compreendê-la. B. Kranz crê resolver o assunto imaginando que o *prae* causal equivaleria a *prae(sente)*, o que é a própria inverossimilhança. Segundo Brugmann, é preciso partir do sentido local: “Etwas stellt sich vor etwas wird dadurch Anlass und Motiv für etwas”. Não se vê aqui o erro a que leva uma definição ambígua? Que quer dizer “*vor etwas*”? Acreditar-se-ia que *prae* pode significar a anterioridade de um acontecimento com relação a outro e, pois, a causa; mas isso é impossível. O erro do raciocínio mostra-se logo que o aplicamos à tradução de um exemplo concreto. Eis em Plauto: *prae laetitia lacrimae prosiliunt mihi* “de alegria as minhas lágrimas brotam”. Diríamos que “algo” se coloca “diante” da alegria? É isso, no entanto, o que pediria a explicação de Brugmann. Esta suporia em latim “choro *diante* da alegria” para dizer “choro de alegria”. Em que língua alguém já se exprimiu assim? Não somente é estranho, mas é uma contradição lógica, pois se *prae gaudio* significasse “diante da alegria”, seria preciso admitir que “diante da alegria” equivale a “em consequência da alegria” e que uma proposição que enuncia a causa serve para marcar a consequência. Em outras palavras, se *prae gaudio* quer dizer “diante da alegria” e *prae* indica o que vem antes e é a causa, segue-se que em *prae gaudio lacrimae prosiliunt mihi*, as lágrimas vêm antes da alegria e a provocam. Eis o resultado de uma explicação que decorre de uma ideia errônea e acaba na confusão. É, pois, impossível julgar, com J. B. Hofmann, que o sentido causal de *prae* desenvolveu-se “aus lokaler-temporaler Grundlage”. Tampouco se resolveu a questão do *prae* de comparação supondo-se que *prae*, “diante de”, pode

¹⁰⁸ Não deixa de chamar a atenção, aqui, a aproximação entre esse ponto de vista e diversas teorias da tradução, que tradicionalmente abordam questões como perdas e ganhos, fidelidade e infidelidade e alcance da equivalência. Apenas a título de exemplo, cito Umberto Eco (2011, p. 8, grifo no original), que resume a questão de modo bastante inteligente ao afirmar que, ao traduzir, “[...] mesmo sabendo que nunca se diz a mesma coisa, se pode dizer quase a mesma coisa”. Por isso, o autor assevera, o texto traduzido deve ser “[...] submetido a uma certa *discrissão*”, já que “[...] toda tradução apresenta margens de infidelidade em relação a um núcleo de suposta fidelidade [...]”, o que significa “[...] que a decisão acerca da posição do núcleo e a amplitude das margens depende dos objetivos a que o tradutor se coloca” (ECO, 2011, p. 15, grifo no original).

chegar a “defronte de, em comparação com”. Ainda uma vez, o erro instala-se no raciocínio, a favor dessa tradução ambígua “diante de”. Repetimos que *prae* nunca significa “diante de” no sentido de “em face” e implicando comparação de um objeto com outro, pela razão maior de que, esboçando a continuidade e, pois, a unicidade do objeto, não poderia confrontar dois objetos distintos. Toda interpretação que negligencia esse dado fundamental passa ao lado do problema (Preposições em latim [1949], PLG I, p. 145–146, grifos no original).

Benveniste, nesse exemplo, está buscando a definição do sentido da preposição latina “*prae*”. Para isso, ele julga ser necessário analisar dois empregos específicos dessa preposição. Tal análise é conduzida a partir de traduções de textos latinos de terceiros, tanto para o francês quanto para o alemão, o que permite ao linguista identificar contradições e entendimentos insuficientes e abre caminho para que ele apresente as suas próprias traduções de sintagmas específicos (o que remete ao semantismo, como visto acima). Todo esse movimento leva à conclusão de que o sentido que normalmente se atribui a “*prae*” não é aceitável. Vê-se, portanto, que a tradução – tanto de terceiros quanto do próprio Benveniste – opera fortemente nessa reflexão, cumprindo a função de demonstrar as insuficiências das análises comumente feitas acerca da preposição “*prae*” e de buscar a definição semântica exata do termo, o que, por sua vez, remete à significância da língua como um todo.

Para além disso, porém, é importante notar que o trecho também denota a possibilidade e a impossibilidade de tradução. A possibilidade é percebida no próprio fato de que a tradução ocorre: Benveniste traduz “*prae laetitia lacrimae prosiliunt mihi*” por “de alegria as minhas lágrimas brotam”. A impossibilidade, por sua vez, é evidenciada mais indiretamente, através da indicação da ausência de equivalência entre os sistemas das línguas. O sentido de “*prae*” somente é dado a partir das relações que se estabelecem dentro do sistema do latim, sendo, portanto, impossível reproduzi-lo perfeitamente em qualquer outro idioma que não o latino. Benveniste busca aproximações, mas não consegue nem aceitar as possibilidades apresentadas por outros pensadores nem chegar a um único equivalente para “*prae*” em outro idioma que não o latim. Possibilidade e impossibilidade, desse modo, se apresentam conjuntamente, não somente no exemplo aqui analisado, mas no processo tradutório como um todo.

3.2 O PONTO DE VISTA COMPARATISTA: DESIGNAÇÃO E SIGNIFICAÇÃO

Como já demonstrado acima (cf. 1.1.2), a tradução aparece com frequência nas análises de gramática comparada de Benveniste, já que, ao trabalhar com línguas diferentes, com frequência, ele acaba sendo levado a usar o processo tradutório para demonstrar suas

hipóteses, o que indica a relevância do papel operatório que a tradução desempenha nesse contexto.

Uma das questões teóricas centrais evidenciadas por essas análises de Benveniste é, como indicado em 2.5.1 e 2.6, a necessidade de distinguir entre a significação e a designação, o que não implica, entretanto, a exclusão da consideração deste segundo elemento das análises linguísticas; pelo contrário, é a partir da designação que, muitas vezes, é possível chegar à significação.

Combinando essas duas perspectivas, tem-se a seguinte questão: se a gramática comparada benvenistiana tem o intuito de chegar à significação (e isso é feito com o auxílio da designação) e se a tradução é um processo frequente – senão essencial – nessa área de estudos, será possível entender que o processo tradutório também deve levar a designação em consideração?

Um meio natural de obter a resposta para tal questão, me parece, é a observação de exemplos fornecidos pelo próprio Benveniste.

Tome-se o texto “Difusão de um termo de cultura: o latim *orarium*”, em que Benveniste analisa o processo de empréstimos linguísticos. Uma primeira questão interessante a respeito desse artigo é que Benveniste alega, já no princípio, que a sua “[...] exposição seguirá a ordem inversa de [sua] pesquisa e partirá do latim para definir as condições iniciais e para atingir, na sua sequência histórica, as formas sucessivas de empréstimo, que escalonam de Roma até o coração da Ásia” (Difusão [1969], PLG II, p. 245). No entanto, logo em seguida, ele principia a análise citando o Novo Testamento e o termo grego “*σουδάριον*” (que significa, segundo o autor, “toalha, lenço”) (Difusão [1969], PLG II, p. 245, grifo no original). A tradução, portanto, já se faz presente desde o início da discussão, já que, mesmo o texto tendo a intenção de elucidar um termo latino (“*orarium*”), o processo de análise tem como base a tradução do texto bíblico do grego para o latim.

Além disso, o primeiro termo latino apresentado na análise também não é “*orarium*”, e sim “*sūdarium*” (“lenço para enxugar o suor”), que é o termo que a Vulgata apresenta como a tradução de “*σουδάριον*” em quatro passagens – Lucas, 19, 20; Atos, 19, 12; João, 11, 14; e João, 20, 7 – que Benveniste passa a detalhar, expondo, sequencialmente, a frase original em grego, a tradução em francês¹⁰⁹, a tradução para o latim da Vulgata, e, entre parênteses, os termos para “sudário” em armênio e velho eslavo.

¹⁰⁹ Na edição brasileira, o texto em francês é traduzido para o português; o restante da exposição permanece igual.

Essa exposição permite que o Benveniste conclua que as duas passagens extraídas de João

[...] desempenharam um papel decisivo na história lexical de *sudarium*. É a partir desta narrativa que *sudarium*, que designava em geral e também aqui um pano para enxugar o suor, tomou, pelo fato de ter sido mencionado nos preparativos funerários quando da Ressureição, o sentido específico de “pano que envolve a cabeça *dos mortos*”, donde saiu o fr. *suaire* (Difusão [1969], PLG II, p. 246–247, grifos no original).

Ao citar essas passagens, é essencial notar que Benveniste menciona o que ele considera que o termo “*sudarium*” designava originalmente (“pano para enxugar o suor”) e o sentido que ele entende que essa unidade adquire (“pano que envolve a cabeça *dos mortos*”), para depois apresentar a tradução da mesma em francês (“*suaire*”). Isso permite entender, penso, que, ambos os aspectos mencionados se fazem presentes para chegar ao termo traduzido, ou seja, o processo tradutório empreendido por Benveniste, nesse caso, considera a designação e a significação conjuntamente.

É logo após essa constatação que o termo “*orarium*” é introduzido na discussão. Isso acontece, novamente, a partir da tradução, já que Benveniste estabelece uma comparação entre a Vulgata e a Ítala:

Para João 11, 44 *ἡ ὄψις αὐτοῦ σουδαρίῳ περιέδετο* “seu rosto estava envolto por um lenço”, a Vulgata dá, como se viu, *facies illius sudario erat ligata*, e nada parece mais natural que encontrar, aqui como em outras partes, o grego *σουδάριον* representado pelo lat. *sudarium*. Mas muito curiosamente, a mais antiga tradução latina, a *Vetus Latina* (Ítala) não trazia aqui *sudarium*, mas uma palavra diferente, *orarium*, que a Vulgata banuiu para substituir pelo *sudarium* do texto atual. Não se prestou muita atenção a essa discordância que é, no entanto, notável sob diversos aspectos (Difusão [1969], PLG II, p. 247, grifos no original).

A questão central, nesse ponto do texto, portanto, é a troca da designação usada para um mesmo referente. Tal fato é constatado a partir da comparação de duas traduções diferentes de um mesmo texto, ou seja, a tradução se torna, desse modo, um meio de perceber mudanças lexicais ocorridas ao longo do tempo, cumprindo a sua função operatória.

Após discorrer sobre as possíveis causas para essa troca lexical (diferenças estilísticas, questões temporais, usos), Benveniste passa a analisar a tradução gótica de Wulfila para duas das passagens que havia apresentado no início do texto, constatando uma alternância lexical entre elas: em uma, o tradutor opta por usar o termo “*fana*” e em outra “*aurali*” para o que havia sido traduzido na Vulgata como “*sudarium*” e na Ítala como “*orarium*”, o que permite a

Benveniste concluir que a segunda tradução para o gótico foi feita com o auxílio de uma tradução latina antiga, já que “*aurali*” deriva de “*orarium*”.

A partir desse ponto, o foco de Benveniste se volta inteiramente ao termo “*orarium*”, analisando o modo como “a partir do século VI, denominou-se *orarium*, na liturgia cristã, a peça de fazenda que o diácono trazia sobre o ombro esquerdo e que deveria mais tarde, por volta do século XI-XII, chamar-se *stola* ‘estola’” (Difusão [1969], PLG II, p. 249, grifos no original) e como, subsequentemente, esse termo se difunde em diversas línguas, chegando até a Ásia Central. Aqui, portanto, novamente vê-se a presença da designação na análise, combinada à tradução para várias línguas, já que Benveniste parte da descrição de um dado referente para chegar aos diferentes nomes que lhe são dados em línguas diversas. Novamente, então, é possível apontar para o fato de que a tradução opera para evidenciar as particularidades da língua, especialmente o modo como a designação – e, conseqüentemente, a significação, dada a relação existente entre esses dois elementos – se mantém e muda de uma língua para outra. Portanto, as diferenças entre as línguas, demonstradas pela tradução, constituem um modo de mostrar a natureza da língua e da linguagem.

É interessante notar, assim, como a análise que Benveniste apresenta em “Difusão de um termo de cultura: o latim *orarium*” combina a tradução, a significação e a designação. O texto inteiro, como é possível observar, se baseia no exame de diferentes traduções do texto bíblico, concentrando-se especialmente nas duas versões latinas e na versão gótica, mas apresentando também termos em diversas outras línguas. Para que isso seja possível, no entanto, Benveniste tanto considera a designação quanto a significação, chegando até mesmo a descrever os referentes que leva em conta na análise.

Um exemplo semelhante – embora mais sucinto – é encontrado no texto “Dois modelos linguísticos da cidade”, em que Benveniste se dedica a questionar o processo de derivação a partir da análise do tratamento do latim e do grego para termos relacionados à noção de “cidade”.

Ao analisar o modelo latino, Benveniste chega à conclusão que traduzir o termo “*civis*” por “cidadão” é um erro, já essa escolha “[...] implica referência a uma ‘cidade’ [‘*cité*’]”, o que significa “[...] colocar as coisas ao contrário, já que em latim *civis* é o termo primário e *civitas*, o derivado” (Dois modelos [1970], PLG II, p. 279, grifos no original). A solução para tal questão, segundo Benveniste, é verificar o modo como os termos eram efetivamente empregados, o que o leva a notar que a palavra era frequentemente acompanhada de um pronome possessivo. A partir dessa constatação, ele conclui que

isto bastaria para invalidar a tradução “citoyen” [“cidadão”]: o que poderia realmente significar “mon citoyen” [“meu cidadão”]? A construção com o possessivo desvela, de fato, o verdadeiro sentido de *civis*, que é um termo de valor recíproco e não uma designação objetiva: *é civis*, para mim, aquele de quem eu sou o *civis*. Daí *civis meus*. O termo mais próximo que, em francês, pudesse descrever esta relação seria “concitoyen” [“concidadão”] em função de termo mútuo (Dois modelos [1970], PLG II, p. 280, grifos no original).

Nesse exemplo, nota-se que, embora ela acabe sendo descartada, a designação é um dado de análise, ou seja, ela é levada em conta para chegar à tradução mais apropriada em francês, que se dá, então, com base no sentido do termo latino. É a consideração tanto da designação quanto da significação que permite a Benveniste rechaçar a tradução clássica do termo “*civis*” e apresentar uma nova alternativa. Considerando o texto como um todo, percebe-se que essa análise, por sua vez, opera para permitir que Benveniste identifique a existência de modos distintos de nomear e de representar a cidade, um dado linguístico que acaba apontando para a diferença entre as próprias instituições em contextos distintos. A tradução, portanto, participa para manifestar não somente as diferenças linguísticas, mas também da sociedade como um todo.

Ainda é importante lembrar que a necessidade de distinguir entre a significação e a designação não é ressaltada por Benveniste exclusivamente naqueles textos dedicados às análises de gramática comparada. Ela aparece também em outros contextos, como já indicado em 2.6.

Assim, cabe, aqui, também analisar exemplos provenientes de textos que não se encaixem nas análises comparatistas. Um caso notável pode ser observado na seguinte citação, extraída do texto “Fundamentos sintáticos da composição nominal” – incluído na categoria “Funções sintáticas” dos PLGs –, em que Benveniste fornece exemplos de termos compostos contendo o prefixo *φέρε-*, que significa “que leva efetivamente”:

Em compensação, será útil esclarecer o valor próprio dos compostos com *φέρε-* em seu emprego textual. Com o composto *φέρε-οικοι* Heródoto caracteriza os citas nômades que, vivendo sobre carroças, “transportam sua casa”, na realidade do processo como atividade constatada. Os *ἀμπλακίαι φερέπονοι* de Píndaro (Pyth. 2,31) são “desvios que (efetivamente) produziram sofrimento”. Do mesmo modo o adjetivo *φερέγγυος* qualifica aquele “que dá efetivamente garantia, que é digno de confiança”. Com outros temas verbais: *ἐθέθυμος* “que contém suas paixões”, *ἐχέφρων* “que tem reflexão, prudente”. Muito instrutivo em seu contexto é o hom. *ἀρχέκακος* “que foi causa de um mal”, epíteto aplicado a um objeto particular em sua relação com um acontecimento particular¹¹⁰: ... *νήας* ... *ἀρχεκάκους, αἶ πᾶσι*

¹¹⁰ Nesse ponto da citação, é essencial notar a presença do referente particular implicado pela referência, na menção ao texto homérico: ao enfatizar que o termo “*ἀρχέκακος*” é “[...] um epíteto aplicado a um objeto particular em sua relação com um acontecimento particular [...]”, Benveniste aponta para a possibilidade de

κακὸν Τρώεσσι γέγοντο οἱ τ' αὐτῶ “esses navios causa de males, que foram uma desgraça para todos os Troianos, e para ele próprio também” (E 62-4); a frase relativa parece uma tradução analítica do composto. Lembremos, paralelamente e parece contrastar, que *-άρχος* como segundo termo indica a qualidade permanente de chefe (*ναύαρχος* “chefe de frota, almirante”) e *-εχος* a função de “portador, detentor” (*σκηπτοῦχος* “porta-cetro” rei ou arauto; *ῥαδδοῦχος* “porta-vara”, juiz oficial de justiça) (Fundamentos sintáticos [1967], PLG II, p. 155–156, grifos no original).

Nesse exemplo, o que interessa, curiosamente, não é a menção direta à tradução (“a frase relativa parece uma tradução analítica do composto”), que parece ser mais uma observação auxiliar do que uma constatação essencial para a análise. Por outro lado, a prática tradutória de Benveniste fica bastante em evidência ao longo do parágrafo, já que ele fornece diversas traduções para termos isolados e frases completas. Chama a atenção, aqui, a forte presença da designação em alguns casos: no primeiro termo traduzido, por exemplo, Benveniste combina o sentido da unidade (“transportam sua casa”) e a alusão à “realidade do processo como atividade constatada”. Do mesmo modo, nos exemplos finais, a significação dos termos (“porta-cetro” e “porta-vara”) é seguida das menções dos seus referentes, de certa forma (“rei ou arauto” e “juiz oficial da justiça”). A designação, portanto, parece ser convocada também no processo tradutório, complementando e esclarecendo a significação; mais uma vez, portanto, percebe-se que a tradução – nesse caso, com o auxílio da designação – é utilizada na análise com uma função específica, desempenhando o papel de operador e indicando a propriedade significante da língua.

Desse modo, os exemplos apresentados nesta subseção permitem entender que, para traduzir, é necessário considerar tanto as relações intralinguísticas quanto aquelas relações da língua com o que lhe é externo. A tradução, com base nesse ponto de vista, é uma atividade extremamente complexa, dada a sua natureza multifacetada. Ela implica, ao mesmo tempo, a relação entre a língua e a realidade e a significação. Desse modo, não é possível traduzir sem ponderar tanto sobre a ligação do texto e da língua como um todo com o que está fora dela quanto sobre os significados que as unidades que compõe o texto adquirem no próprio sistema linguístico.

O fato de o processo tradutório envolver esses elementos indica a importância desse fenômeno, já que ele evidencia as complexidades da língua e da linguagem, não somente consideradas isoladamente, mas também em seu funcionamento e, conseqüentemente, em sua relação com o mundo.

considerar os termos sob análise em relação à enunciação que os contém, ou seja, em suas especificidades, sempre únicas e irrepetíveis, como demonstrado na seção acima (cf. 3.1).

3.3 O PONTO DE VISTA DA NOTA: O VALOR DE DESIGNAÇÃO

Na terceira parte de “La traduction, la langue et l’intelligence”, à primeira vista, Benveniste parece adotar uma postura que vai de encontro ao que ele defende e exercita em suas análises linguísticas – especialmente aquelas de gramática comparada –, já que ele não menciona a significação e estabelece que a designação é o ponto de ancoragem do processo tradutório. Uma análise atenta do texto se faz necessária, no entanto, para determinar a validade dessa percepção.

Em um primeiro momento, é necessário chamar a atenção para o fato de que, ao afirmar que “o que traduzimos é a relação do signo com a realidade, ou seja, o valor de designação” (Traduction [2016], p. 38, grifos no original), Benveniste opta por usar o termo “valor” relacionado à noção de designação. Isso é digno de nota por dois motivos.

Em primeiro lugar, é possível entender que a escolha pelo uso do termo “valor” remete à Saussure (1970, p. 130), que propõe que “[...] a língua não pode ser senão um sistema de valores puros [...]”. Nesse caso, há, portanto, uma percepção de que o processo tradutório não deve levar em conta somente a associação da unidade a ser traduzida com a realidade, mas também as relações entre as próprias unidades, já que a noção de sistema implica as diferenças entre os elementos que o compõem.

Embora esse entendimento não seja formulado diretamente por Benveniste, ele se faz presente na continuação da discussão apresentada na nota, quando o linguista sírio-francês discorre sobre a equivalência entre as partes das unidades lexicais que ele usa como exemplo (*ἔντομα* e *insecta*): “[...] quando traduzimos ἔντομα [*éntoma*] por *insecta*, não traduzimos o verbo τέμνω [*témnō*] em todos os seus valores, nos limitamos a usar uma equivalência constatada entre τέμνω e *secō* para criar um signo simétrico de ἔντομα [*éntoma*]” (Traduction [2016], p. 39, grifos no original).

Portanto, a noção de “valor”, na tradução, parece estar atrelada à insuficiência, ou, em outros termos, à impossibilidade, que é ainda mais reforçada pela utilização do verbo “limitar-se” na frase acima. Traduzir, desse ponto de vista de Benveniste, implica sempre aceitar que nem tudo o que se deseja comunicar será realmente transmitido. Novamente, surge, então, a necessidade de lidar com a falta quando se trata do processo tradutório, já citada em 3.1.

Uma questão importante a considerar, em relação ao trecho citado acima, é que Benveniste classifica a equivalência entre o grego “τέμνω” e o latim “*secō*”, nesse caso, como constatada. “*Constater*”, em francês, tem os sentidos de atestar de modo oficial, de ser prova

de algo, de estabelecer a existência ou a autenticidade por meio de exame e de se assegurar da realidade através de observações científicas (CNRTL, 2012). Ou seja, o verbo se relaciona intimamente à noção de veracidade comprovada, o que torna a passagem bastante enigmática. Se se toma “*constater*” desse ponto de vista e se entende que a equivalência é atestada, verificada, por que o fato de utilizá-la é encarado como sendo limitativo? Não seria justamente o contrário, ou seja, sendo a equivalência comprovada, a escolha por ela se torna natural e satisfatória? Novamente, penso que aqui não há meio de encontrar uma resposta definitiva, sendo importante considerar a não completude do manuscrito “*La traduction, la langue et l’intelligence*” e, portanto, não tomar o texto literalmente, mas sim preferir uma interpretação mais ampla e inespecífica. Diante disso, acredito que o mais relevante é não se deter sobre o uso do adjetivo “constatada” e se concentrar no fato de que, para Benveniste, como já explicado acima, ao traduzir uma unidade lexical composta, é impossível transpor todos os valores contidos em cada uma das subunidades que a compõem, isto é, sempre haverá algumas perdas.

Retornando à proposição inicial da terceira parte da nota, é importante considerar, em segundo lugar, que, como já apontado em 1.1.3, ao usar o sintagma “valor de designação”, Benveniste parece ter o intuito de distinguir a designação – que se refere, na nota, ao termo escolhido para se referir a algo – e a relação entre esse termo (que Benveniste denomina, nesse trecho, “*signo*”) e a realidade, que corresponde ao “valor de designação”. Desse ponto de vista, traduzir é um processo que exige que se olhe tanto para a língua quanto para o que lhe é exterior, já que é a *relação* entre esses dois elementos que é objeto do processo tradutório. Desse modo, de certa forma, mesmo com a menção explícita unicamente à designação, a língua – e, conseqüentemente, a significação – se faz presente no processo tradutório.

Ainda considerando a terceira parte da nota, é importante também levar em conta não somente a afirmação inicial e o exemplo ensejado por ela, mas também lançar um olhar atento sobre o restante do texto. Ao fazer isso, percebe-se que, no último parágrafo, aparece o termo “sentido”, ainda que entre aspas:

Traduzir é instituir, entre sua própria língua e o mundo, a mesma relação que na língua-fonte, seja por equivalências literais entre signos, se eles podem compor o mesmo ‘sentido’, seja por equivalências globais obtidas por meio de relações completamente diferentes, não mais entre signos (Traduction [2016], p.38-39).

Aqui, é possível entender, novamente, que, de certo modo, Benveniste considera tanto a designação quanto a significação. A primeira aparece quando ele equivale o traduzir à instituição da mesma relação entre a língua e o mundo em dois idiomas, enquanto a segunda é perceptível a partir da discussão sobre a questão da equivalência, já que Benveniste declara ser possível buscar signos cujo sentido seja igual.

Portanto, entender que a terceira parte da nota sobre tradução se refere somente à designação, excluindo a significação de consideração, seria uma atitude precipitada. A designação é realmente explicitamente colocada por Benveniste como a problemática central quando se trata de tradução, mas não parece ser possível afirmar, com base na observação do restante do conteúdo da nota, que ela é o *único* aspecto a ser traduzido.

Ainda nesse contexto, é essencial, também, verificar se a relação de Benveniste com a prática tradutória reflete, em algum momento, esse favorecimento da designação proposto na nota. Além do modelo apresentado no próprio manuscrito (de *ἔντομα* > *insecta*), dois outros exemplos parecem se impor quando se considera esse cenário.

O que mais se aproxima do caso apresentado na nota é encontrado no texto “Como se formou uma diferenciação lexical em francês”, quando Benveniste se dedica a analisar o adjetivo grego “λεπτός” (que significa “delgado, diminuto, fino”) e a sua relação com o termo latino “*minutus*”:

O neutro *λεπν*, tomado como substantivo, designa no Novo Testamento uma pequena moeda: ele foi traduzido em latim por *minutum*: ἔβαλεν λεπτὰ δύο = Vulg. “misit duo *minuta*”; – ἕως καὶ τὸ ἔσχατὸν λεπτὸν ἀποδώς = Vulg. “donec etiam novissimum *minutum* reddas”, locução proverbial “(tu não sairás daqui) enquanto não tiveres pegado o último centavo [sou]” (Diferenciação lexical [1966], PLG II, p. 268, grifos no original).

Nessa citação, observa-se que o ponto de partida é um termo que é utilizado para designar um objeto, o mesmo que ocorre na nota sobre tradução. No entanto, ao contrário da nota, não há indicações sobre os motivos para a escolha do termo traduzido em latim. Além disso, é interessante notar que, nesse caso, Benveniste novamente usa os termos em emprego, ou seja, toma como base instâncias discursivas particulares e suas traduções, também particulares, o que não ocorre na nota sobre tradução, que trata somente da transposição de uma palavra isolada de um idioma para outro.

O parágrafo seguinte também é bastante ilustrativo:

Outra acepção, igualmente técnica, do neutro *λεπτός* iria ter, transposta para o latim, grande fortuna. Os astrônomos gregos designaram por *λεπτός*, no sistema

sexagesimal de Ptolomeu, a 60ª parte de um grau de círculo, e depois da hora. Para traduzir esta noção, o latim escolheu *minutus* que ele começou por especializar numa expressão descritiva; assim, em Santo Agostinho: “dies et horas *minutioresque horarum articulos*”; depois, fez dele uma designação direta, primeiramente *minutum*, a seguir *minuta* “minuto”, que se implantou na maior parte das línguas modernas. Por fim, sempre à imitação do grego, o latim distinguiu a *minuta prima* (πρῶτον λεπτόν), que é o nosso “minuto”, e uma subdivisão sexagesimal, *minuta secunda* (δεύτερον λεπτόν), nosso “segundo” (Diferenciação lexical [1966], PLG II, p. 268–269, grifos no original).

Embora aqui, mais uma vez, apareça uma menção a um contexto específico de tradução e haja ausência de explicação da motivação da escolha tradutória para o latim, em grande parte do parágrafo, a proximidade com o exemplo fornecido na nota sobre tradução é evidente, já que o ponto de partida é o modo como o grego designa uma determinada noção, para depois se observar o vocábulo escolhido para designar a mesma noção em latim.

O que mais chama atenção é o fato de que não há, nesse exemplo, uma alusão direta à significação do termo. É somente a designação que é colocada em questão por Benveniste, o que o aproxima sobremaneira do caso apresentado em “La traduction, la langue et l’intelligence”.

No entanto, é impossível deixar de mencionar que, na continuação do texto, a significação se faz presente, ainda que de modo bastante discreto. Nas páginas seguintes, Benveniste se dedica a analisar diversos exemplos de traduções, apresentando tanto casos em que “λεπτός” e “*minutum*” são equivalentes quanto instâncias em que não há coincidência entre eles, o que o permite especificar as diferenças entre os termos:

Faber intestinarius: o latim não tinha outra maneira de **designar** o “menuisier” [marceneiro] na época em que o grego dizia λεπτουργὸς τεχνίτης ou, simplesmente, λεπουργός. A criação de um termo **de mesmo sentido** nas duas línguas obedeceu a modelos totalmente diferentes: o grego aproveitou o fato de que λεπτός **qualificava desde a origem o trabalho artesanal** para restringi-lo ao trabalho particular dos artesãos da madeira, sob a forma do composto λεπουργός; o latim, não podendo empregar, para este fim, *minutus*, e, além do mais, pouco inclinado a forjar compostos (os em *-fex* como *aurifex* são raros e pouco produtivos), criou uma **denominação** do tipo descritivo, com *faber* acompanhado de um adjetivo que especifica o modo de atividade: *intestinarius*. Era o procedimento usual para formar nomes de artesãos: [...].

Tal é em definitivo, comparada à de λεπτός, a situação de *minutus*. Nem o adjetivo nem qualquer de seus derivados (*minutare*, *minutia*, *minutalis*, *minutatim*) **se ligam a uma atividade artesanal**, e, especialmente, ao trabalho da madeira (Diferenciação lexical [1966], PLG II, p. 273–274, itálicos no original, negritos meus).

Obviamente, não se pode afirmar que a significação está excluída do horizonte de análise nesse exemplo, já que Benveniste considera que os termos têm o mesmo sentido.

Porém, me parece ser necessário perceber que a questão que é colocada em evidência, aqui, é quais são os termos gregos e latinos que designam uma mesma atividade.

Além desse exemplo, é importante analisar também uma outra ocorrência da tradução nos escritos benvenistianos por sua semelhança ao método utilizado na nota sobre tradução. Esse caso faz parte do texto “Gênese do termo ‘scientificue’”. Nele, Benveniste discorre sobre o processo de formação do campo lexical de uma determinada área, analisando, para isso, o adjetivo “científico”. Seguindo o modelo de análise que lhe é usual, ele principia o estudo refutando uma concepção corriqueira. Nesse contexto, ele se opõe à percepção de que o adjetivo “científico” seria resultado de uma derivação formal de “ciência”, já que esse é o único caso observável de adjetivo derivado em “-fico” baseado em um substantivo abstrato, o que o leva a examinar as condições de produção do termo.

Benveniste, então, afirma que a criação de “scientificus”, em latim, é de responsabilidade de Boécio, especificando que

Boécio não produziu *scientificus* em seus escritos originais em seguida a uma reflexão pessoal sobre a ciência, ele forjou a palavra por necessidades de sua tradução de Aristóteles. Nesta tarefa, ele precisou largamente inventar os equivalentes latinos de um vocabulário técnico que o próprio Aristóteles havia, em grande parte, inventado em grego (Scientifique [1969], PLG II, p. 256, grifo no original).

É curioso observar, aqui, um paralelismo absoluto entre esse exemplo e aquele que Benveniste apresenta na nota sobre tradução: ambos partem de termos cunhados por Aristóteles.

À diferença da nota, no entanto, em “Gênese do termo ‘scientificue’”, Benveniste apresenta um trecho do texto aristotélico, seguido de uma tradução para o francês/português e da tradução de Boécio para o latim, que é analisada em detalhes:

Toda a articulação do raciocínio e a escolha dos termos latinos se elucidam juntas na versão de Boécio. Ele coloca¹¹¹ a expressão em acusativo συλλογισμόν ἐπιστημονικόν transcrevendo-a por *syllogismum epistemonicon*, mas junta a glosa: *id est facientem scire* “(silogismo epistemônico), isto é, que faz saber”, utilizando antecipadamente a definição que Aristóteles dá algumas linhas abaixo: o silogismo será uma demonstração visto que “produzirá ciência”, ποιήσει ἐπιστήμην, *faciet scientiam*. Temos aqui, nesta qualidade de “produzir ciência, *scientiam facere*”, o critério e a fórmula mesma que fazem reconhecer uma demonstração “*scienti-fique*” [“cientí-fica”] e um pouco mais adiante, quando Aristóteles irá tratar dos ἐπιστημονικαὶ ἀποδείξεις (75 a 30) Boécio dirá com toda naturalidade *scientificae*

¹¹¹ Em francês, lê-se “Il rend l’expression à l’accusatif [...]” (BENVENISTE, 1969/2000b, p. 251), o que poderia se traduzir, em português, “Ele traduz a expressão no acusativo [...]”.

demonstrationes. A equivalência está encontrada e o termo fixado daí por diante (Scientifique [1969], PLG II, p. 257, grifos no original).

Após o exame de mais alguns trechos traduzidos, Benveniste conclui que “parece, pois, que Boécio forjou *scientificus* para traduzir o termo aristotélico *ἐπιστημονικός*, e que emprega sempre este adjetivo *scientificus* na plenitude do sentido etimológico: ‘que *produz* o saber’” (Scientifique [1969], PLG II, p. 257–258, grifos no original).

No entanto, nota-se, nesses trechos do texto “Gênese do termo ‘scientifique’”, que, embora a metodologia utilizada por Benveniste seja bastante semelhante – senão igual – à do exemplo da nota, não há menção da designação. O processo tradutório, portanto, é o mesmo, mas não há indicação precisa do ponto em que ele se alicerça, de qual é o critério que ele deve observar.

Além disso, novamente é possível perceber que Benveniste usa como base um determinado texto (as *Segundas Analíticas* de Aristóteles) e uma tradução específica desse texto (a de Boécio). Ou seja, a sua análise se dá com base em instâncias discursivas específicas. Assim, ele vai, mais uma vez, de encontro à nota sobre tradução nesse aspecto.

No entanto, é importante observar que, tanto em “Como se formou uma diferenciação lexical em francês” quanto em “Gênese do termo ‘scientifique’”, percebe-se, mais uma vez, a importância da tradução para as análises linguísticas, já que o processo tradutório – baseado em maior ou menor grau na designação – cumpre o papel de evidenciar especificidades das línguas e da língua, apontando, então, para a natureza da linguagem.

As observações acima permitem concluir que a terceira parte da nota sobre tradução parece, de certa forma, se afastar um pouco das práticas comumente adotadas por Benveniste, já que, nela, o único exemplo é inteiramente desprovido de contexto, o que parece ser bastante relevante para o linguista sírio-francês na maioria de suas menções a traduções. Ademais, mesmo que seja possível perceber que a designação desempenha um papel mais importante na reflexão linguística e na prática tradutória de Benveniste do que se poderia pensar inicialmente, considerar que a tradução se dá com base *apenas* nesse aspecto pode ser entendido como um exagero ao levar em conta que, na maior parte das vezes, as instâncias em que a tradução aparece na reflexão benvenistiana acabam envolvendo também a significação.

Dentro desse contexto, pode ser interessante conjecturar acerca do motivo que leva Benveniste a dar um papel de destaque para a designação em “La traduction, la langue et l’intelligence”, relegando a significação ao segundo plano.

Uma justificativa razoável para tal escolha, por parte de Benveniste, me parece ser justamente o fato de a tradução, como ele afirma em “A forma e o sentido na linguagem”, se

dar com base no semantismo, o que, como já explicado anteriormente, implica necessariamente uma abertura para o mundo. Assim, traduzir é um processo em que a realidade extralinguística sempre se fará presente de um ou outro modo, embora essa realidade se torne evidente somente a partir da própria língua.

Por outro lado, é importante levar em conta que, como colocado em 2.6.1, a consideração extralinguística prevista em “A forma e o sentido na linguagem” parece se orientar pela noção de referência, ou seja, pela situação discursiva particular (eu-aqui-agora). Há, porém, uma diferença entre essa noção e a ideia de referente atrelada à questão da designação de caráter mais generalizado e compartilhado, o que deve ser tomado em consideração. Em outras palavras, embora em ambas as reflexões – “La traduction, la langue et l’intelligence” e “A forma e o sentido na linguagem” – haja um movimento em direção à realidade além da língua, não é possível considerar que o ponto de vista expresso por Benveniste na nota sobre tradução seja exatamente o mesmo que na conferência para os filósofos, já que nesta última as especificidades do discurso são colocadas em evidência, o que não ocorre na nota manuscrita.

Uma vez mais, é importante mencionar que é necessário cogitar, aqui, a natureza do manuscrito “La traduction, la langue et l’intelligence”. Trata-se, como já mencionado diversas vezes, de um trabalho inacabado. Portanto, me parece ser produtivo, aqui, não tomar a afirmação de que a tradução se dá com base no valor de designação como uma verdade universal, mas sim entender que Benveniste poderia estar tentando chamar a atenção para a importância de considerar que, se a enunciação implica uma certa relação com o mundo e se traduzir também é enunciar, o ato tradutório deve também apreciar essa relação com a realidade extralinguística, ao invés de se centrar somente no significado dado pela língua.

3.4 A TRADUÇÃO: UM FATO DE LINGUAGEM

A relação entre Benveniste e a tradução, como se observou ao longo deste trabalho, aparece sob três pontos de vista distintos. No entanto, ao invés de pensar essas perspectivas como distintas e irreconciliáveis, é possível entendê-las como representando um pensamento uno, ainda que expresso de modos diferentes. Isso se dá precisamente ao considerar que, além da tradução representar um modo de revelar particularidades da língua e da linguagem, através da sua função operatória, traduzir, para Benveniste, implica lançar um olhar também para a “realidade” extralinguística.

Na nota sobre tradução, Benveniste associa o processo tradutório ao extralinguístico textualmente, ao afirmar que o que se traduz é justamente a relação entre os signos e a realidade. Nas análises comparatistas, a exterioridade aparece de modo menos direto, mas se faz presente em vários momentos, já que se nota a presença da designação ao lado da – e, muitas vezes, como meio de chegar à – significação. Já em “A forma e o sentido na linguagem”, é possível perceber que o semantismo, que torna a tradução possível, deriva de atos enunciativos, que, por sua vez, estabelecem uma certa relação com o mundo. Assim, traduzir, não importa de que ponto de vista, para Benveniste, sempre acaba levando à consideração de algo que não diz respeito exclusivamente ao linguístico.

É importante ressaltar, aqui, que não se trata de olhar *somente* para a realidade extralinguística, desconsiderando a língua. A significação nunca desaparece inteiramente do horizonte, como foi possível perceber acima. Pelo contrário, é essencial retomar que, para Benveniste, nada é mais importante do que a capacidade que a língua tem de significar: “[...] o próprio da linguagem é, antes de tudo, significar. Pela amplitude desta definição pode-se medir a importância que deve caber à significação” (A forma e o sentido [1967], PLG II, p. 222). Desse modo, é possível entender que traduzir é uma atividade que se torna um meio de dar a ver tanto a língua quanto tudo aquilo que é afetado por ela de alguma forma.

O ponto de vista aqui apresentado, portanto, não é mutuamente excludente, dicotômico, mas sim uma perspectiva inclusiva, em que os elementos ocorrem e são considerados simultaneamente. E não poderia ser diferente, afinal, “[...] a linguagem serve para viver” (A forma e o sentido [1967], PLG II, p. 222), ou seja, ela é que possibilita que os seres humanos existam do modo que existem no mundo, já que a língua, para Benveniste, tem uma “função mediadora entre o homem e o homem, entre o homem e o mundo, entre o espírito e as coisas, [...] organizando a vida dos homens” (A forma e o sentido [1967], PLG II, p. 229).

Considerando essa concepção, é possível traçar uma aproximação entre os modos de pensamento de Benveniste e de Humboldt¹¹²:

Também na contemplação daquilo que é elaborado pela linguagem não se sustenta o tipo de ideia de que a linguagem apenas designe os objetos em si já percebidos.

¹¹² A relação entre Humboldt e Benveniste é proposta por Meschonnic, que entende que, mesmo que não seja possível identificar uma filiação reivindicada entre o alemão e o sírio-francês e mesmo na ausência de referências diretas à Humboldt, é possível encontrar um pensamento de Humboldt em Benveniste pelo fato de eles pensarem a linguagem de uma maneira semelhante, “[...] contra o pensamento dominante e tradicional do sentido, que é paradoxalmente ao mesmo tempo o não pensamento da linguagem, um obstáculo epistemológico para pensar a linguagem” (MESCHONNIC, 1995, p. 17).

Assim, nunca poder-se ia esgotar o teor pleno e profundo da linguagem. Assim como sem esta nenhum conceito seria possível, tampouco para a alma não poderia existir nenhum objeto, pois até mesmo qualquer objeto externo recebe apenas mediante o conceito sua essência perfeita para ela. Necessariamente, porém, a maneira de percepção subjetiva dos objetos transfere-se por completo para a formação e o uso da língua. Pois a palavra nasce justamente desta percepção e não é uma reprodução do objeto em si e sim da imagem criada por este na alma. Como a subjetividade está inevitavelmente entremeada a qualquer percepção objetiva, pode-se, então, ver toda a individualidade humana como um ponto de vista particular na visão de mundo, já independente da língua. Mas ela se torna assim ainda mais pela língua, pois a palavra, por sua vez, como veremos mais adiante, apresenta-se à alma como objeto também, como um acréscimo de significado próprio, e adiciona uma nova particularidade. Nesta particularidade, a do som linguístico, predomina dentro de uma mesma língua necessariamente uma analogia consistente; e como uma subjetividade de um gênero igual age sobre a língua numa mesma nação, assim, encontra-se em cada língua uma maneira particular de ver o mundo. Como o som individual se interpõe entre o objeto e o homem, assim **a língua inteira se coloca entre ele e a natureza que o afeta interna e externamente. Ele se circunda por um mundo de sons para absorver dentro de si o mundo de objetos e processá-lo.** Estas expressões de maneira alguma superam o limite da simples verdade. **O ser humano convive com os objetos principalmente, ou melhor, exclusivamente assim como a língua lhos introduz,** devido ao fato de que o sentir e o agir nele dependem de suas ideias (HUMBOLDT, 2006, p. 147–149, grifos meus).

Nessas duas perspectivas, o ser humano, portanto, só consegue viver porque ele dispõe da língua, e é porque a língua desempenha essa função que a nomeação das coisas – a designação – adquire importância. Se a língua serve de intermediário entre os seres humanos e o mundo, é necessário também olhar para a maneira como ela aponta para essa realidade que os circunda.

Isso posto, é essencial considerar que não se fala somente uma língua no mundo; pelo contrário, a diversidade das línguas é notável. Desse ponto de vista, é inegável que cada língua vai estabelecer uma relação própria, específica, com aquilo que a rodeia, nem que seja somente nomeando as coisas de modo diferente. Como coloca Thouard (2016, p. 265),

as línguas são o local de uma experiência da diversidade do mundo porque são formas de representá-lo e de construí-lo. Vivemos nosso mundo de acordo com a perspectiva que nossa língua favorece. Nosso pensamento se baseia nas sugestões da língua, nessas divisões que preparam o terreno para a nossa percepção¹¹³.

Aqui, não se está muito longe daquilo que Benveniste apresenta em “Categorias de pensamento e de categorias de língua”, quando comprova que línguas diferentes estabelecem distinções diferentes e afirma que, ao elaborar as categorias do pensamento, Aristóteles

¹¹³ No original: “Les langues sont le lieu d’une expérience de la diversité du monde en ce qu’elles sont des façons de se représenter et de construire celui-ci. Nous vivons notre monde selon la perspective que favorise notre langue. Notre pensée s’appuie sur les suggestions de la langue, sur ses découpages qui préparent le terrain à notre perception.”

“pensava definir os atributos dos objetos; não apresenta senão seres linguísticos: é a língua que, graças às suas próprias categorias, permite reconhecê-las e especificá-las” (Categorias [1958], PLG I, p. 76). Cada língua organiza – pensa – a mesma “realidade” de uma forma diferente.

Steiner ilustra bem os benefícios e os efeitos das línguas ao discorrer sobre os três idiomas que fala desde a infância (inglês, francês e alemão):

Essa matriz poliglota era bem mais que o acaso de uma situação privada. Ela organizava e inscrevia, em minha apreensão da identidade pessoal, o arranjo rico e impressionantemente complexo da sensibilidade do humanismo judaico e centro-europeu. A língua era, tangivelmente, uma opção – uma escolha entre expressões inerentemente iguais (ainda que alternativas) e núcleos de autoconsciência. Ao mesmo tempo, a falta de uma única língua nativa acarretava um certo distanciamento de outros colegas de escola franceses, uma certa extraterritorialidade em relação à comunidade social e histórica circundante. Para aquele que é multicêntrico, a noção mesma de “meio social”, de um enraizamento singular ou privilegiado, é suspeita. Nenhum ser humano habita um “reino central”, todos somos hóspedes uns dos outros. Foi essencial para a minha apreensão de um mundo complexo a percepção de que a *chestnut tree* (castanheira) no jardim da casa era tanto uma *marronnier* quanto uma *Kastanienbaum* e de que essas três configurações coexistiam, mesmo que, no momento da enunciação, isso se desse em graus variados de sinonímia e presença real. Pelo que guardo nas minhas mais remotas memórias, eu agia no interior do saber tácito de que *ein Pferd* (um cavalo) e *un cheval* eram a mesma coisa e/ou coisa muito diferente, ou ocupavam pontos diversos de uma modulação que ia da equivalência perfeita à disparidade. Não me passava pela cabeça a ideia de que uma dessas encarnações fonéticas pudesse ter primazia ou superioridade sobre as outras (STEINER, 2005, p. 143, grifos no original).

O relato de Steiner engloba muito do que já foi dito até aqui. Por um lado, permite perceber, novamente, a relevância da designação quando se pensa sobre a língua, ao evidenciar a maneira como línguas diferentes designam os mesmos elementos, ao mesmo tempo em que aponta para o fato de que é impossível considerar somente a designação, sem entender que cada língua pode dar uma significação diferente a uma unidade linguística que designe uma mesma “coisa”. Além disso, Steiner ainda ressalta a importância de sempre levar em conta o ato enunciativo quando se considera a língua.

O fato de que cada língua lança um olhar diferente sobre a realidade não representa, entretanto, algo negativo, uma impenetrabilidade, uma barreira que impede o acesso a diferentes maneiras de enxergar as coisas. Pelo contrário, é possível entender que, se cada língua representa um ponto de vista distinto,

[...] quanto mais praticamos nossa língua e quanto mais temos acesso a outras línguas, mais nosso mundo se expande. Entendemos que podemos compreender o mundo de outra maneira e, ao mesmo tempo, compreendemos melhor aos outros. A importância da experiência da diversidade que nos faz acessar outra língua não é

somente cognitiva, mas também ética e política, fazendo com que reconheçamos a possibilidade de outros “pontos de vista”¹¹⁴ (THOUARD, 2016, p. 265).

Ou, como diz Humboldt (2006, p. 149),

Pelo mesmo ato através do qual tece a língua para fora de si, o homem se enreda e isola no tecido da mesma e cada língua traça um círculo ao redor do povo ao qual pertence, do qual ele só consegue sair na medida em que passa simultaneamente para o círculo de uma outra língua. O aprendizado de uma língua estrangeira, por isso, deveria ser a conquista de um novo ponto de vista na maneira anterior de ver o mundo, e de fato o é até certo grau, pois cada língua contém toda uma teia de conceitos e o ideário de uma parte da humanidade. Este resultado não é sentido de maneira pura e completa porque a própria visão do mundo e da língua é sempre transferida para a língua estrangeira, em maior ou menor grau.

A diversidade de línguas, portanto, é favorável porque dela deriva uma possibilidade de ampliação das capacidades cognitivas e perceptivas, trazendo benefícios não apenas individuais, mas também para a sociedade como um todo. Através da diversidade, então, a humanidade se expande e evolui incessantemente.

Portanto, a diversidade de línguas não representa divisão, mas sim simultaneidade e convivência. As línguas diferem, mas não excluem, não limitam, não confinam.

Considerando essa perspectiva, a tradução se transforma em algo essencial. Antes de tudo, como já afirmado anteriormente (cf. 2.3), o fenômeno tradutório decorre da existência de diferentes línguas. Como afirma Thouard (2016, p. 264), “traduzir é um modo de vivenciar a diversidade das línguas, mas somente somos conduzidos a isso quando não compreendemos. A tradução é primeiramente um substituto da compreensão: quem compreende todas as línguas não terá nenhuma necessidade dela”¹¹⁵.

Porém, ao mesmo tempo, é importante ressaltar que a tradução opera para possibilitar a coexistência das línguas, já que ela permite que as diferenças entre elas sejam transpostas, aproximando idiomas – e visões de mundo – diferentes: “Traduzir é um trabalho, uma interpretação e, ao mesmo tempo, um ato de liberdade, dando acesso a outros mundos. Ao

¹¹⁴ No original: “C’est pourquoi mieux nous pratiquons notre langue et plus nous avons accès à d’autres langues, plus notre monde s’élargit. Nous comprenons que l’on puisse comprendre autrement le monde, et du même coup, nous comprenons mieux les autres. L’importance de l’expérience de la diversité à laquelle nous fait accéder le rapport à une autre langue est donc non seulement cognitive, mais elle est aussi éthique et politique, en nous faisant reconnaître la possibilité d’autres « points de vue ».”

¹¹⁵ No original: “Traduire est une façon d’éprouver la diversité des langues, mais on n’y est conduit que lorsque l’on ne comprend pas. La traduction est d’abord un substitut de la compréhension : qui comprendrait toutes les langues n’en aurait nul besoin.”

mesmo tempo em que é uma tarefa impossível, ela é essencial tanto para o comércio das línguas quanto para a difusão de ideias¹¹⁶” (THOUARD, 2000, p. 24).

Decorre disso que o fenômeno tradutório aponta para a diversidade – não só linguística, mas também cultural e social. Ainda segundo Thouard (2016, p. 264–265), “[...] a reflexão sobre a diferença das línguas induzida pelo ato de traduzir obriga a reconhecer um outro modo de dar sentido ao mundo, uma outra cosmologia linguística¹¹⁷”.

Essa evidência da diversidade, por sua vez, também pode ser entendida como uma forma de aporte para a língua – e, conseqüentemente, para a cultura – do tradutor. Segundo Steiner (2005, p. 92), “o tradutor enriquece sua língua ao permitir que a língua de partida a penetre e modifique. Mas ele faz ainda mais: expande seu idioma nativo em direção ao absoluto oculto do significado”.

Em resumo, traduzir é uma atividade que contribui para a expansão individual e coletiva, já que abre as portas para outros modos de vivenciar o mundo, amplia as capacidades das línguas, apresenta novas perspectivas culturais e permite a propagação de conhecimentos múltiplos.

Novamente, tem-se, então, que língua e realidade aparecem juntas, indissociadas:

Na tradução, a dialética do uníssono e da pluralidade está dramaticamente em operação. Num certo sentido, cada ato de tradução é uma tentativa de abolir a multiplicidade e de reagrupar diferentes representações do mundo numa congruência perfeita. Em outro sentido, é uma tentativa de reinventar o formato do significado, de achar e justificar um enunciado alternativo. [...] De um modo muito específico, o tradutor “reexperencia” a evolução da própria linguagem, a ambivalência das relações entre a linguagem e o mundo, entre “linguagens e mundos” (STEINER, 2005, p. 254).

Por tudo o que foi exposto acima, é possível entender que a tradução é mais do que meramente um fenômeno interlínguas, essencialmente linguístico, constituindo, na verdade, um verdadeiro fato de linguagem. Como afirma Meschonnic, “traduzir não se limita a ser o instrumento de comunicação e de informação de uma língua a outra, de uma cultura a outra, tradicionalmente considerado como inferior à criação original em literatura”, o que significa que “traduzir põe em jogo a representação da linguagem na íntegra e a da literatura”. Por isso,

¹¹⁶ No original: “Traduire est un travail, une interprétation et, en même temps, un acte de liberté, ouvrant l’accès à d’autres mondes. Tout en étant une tâche impossible, elle est essentielle pour le commerce des langues autant que pour la diffusion des idées”

¹¹⁷ No original: “La diversité linguistique faire toucher une diversité culturelle (individuelle et collective à la fois) que nous ne pouvons pas tout à fait comprendre : la réflexion sur la différence des langues induite par l’acte de traduire oblige à reconnaître une autre façon de donner sens au monde, une autre cosmologie linguistique.”

a tradução se transforma no “[...] melhor posto de observação sobre as estratégias de linguagem [...]” (MESCHONNIC, 2010, p. XXII).

Thouard também assinala o fato de que o fenômeno tradutório se relaciona à linguagem, embora de um viés diferente. Para ele, embora a tradução seja impossível devido às diferenças entre os sistemas das línguas, “[...] ela é ao mesmo tempo eminentemente possível visto que todas as línguas são expressões da linguagem, simbolizações [...]”¹¹⁸, (THOUARD, 2016, p. 36), além de também ser “[...] a própria experiência da linguagem na medida em que cada língua se relaciona com as outras, que ela é uma dentre uma diversidade irreduzível, ou ainda que ela é potencialmente outras. É nisso que ‘toda língua é estrangeira’¹¹⁹” (THOUARD, 2016, p. 263).

Portanto, Benveniste, ao colocar a tradução sempre em relação com o que está além da língua, permite tomá-la também como algo que é mais do que uma atividade de busca de correspondências e equivalências entre dois idiomas diferentes. Ao invés disso, da mesma forma que a tradução pode ser percebida como um operador dentro da teoria benvenistiana, facilitando as análises da língua, é possível entender que ela também opera para permitir entrever a linguagem e, ao mesmo tempo, os seres humanos, em toda a sua diversidade.

Com base nessa perspectiva, percebe-se que a tradução, além de ser um fenômeno linguístico, é, então, um meio de perceber a riqueza antropológica, social e cultural do mundo. É um verdadeiro operador da diversidade humana.

Lera Boroditsky, ao discorrer sobre as diferenças entre as línguas, resume bem a questão, afirmando que

A linguagem é um dom exclusivamente humano. Quando estudamos a linguagem, descobrimos em parte o que nos torna humanos, observando a própria natureza da natureza humana. À medida que descobrimos como as línguas e seus falantes diferem uns dos outros, descobrimos que as naturezas humanas também podem diferir drasticamente, dependendo das línguas que falamos. Os próximos passos são entender os mecanismos pelos quais as línguas nos ajudam a construir os sistemas de conhecimento incrivelmente complexos que temos. Entender como o conhecimento é construído nos permitirá criar ideias que vão além do que é imaginável atualmente. Essa pesquisa remete diretamente às questões fundamentais que todos nós perguntamos sobre nós mesmos. Como fomos levados a ser do jeito

¹¹⁸ No original: “Mais elle est en même temps éminemment possible en tant que toutes les langues sont des expressions du langage, des symbolisations qui mettent en oeuvre à leur façon les grandes fonctions grammaticales, et que leur conformité fondamentale est par avance garantie.”

¹¹⁹ No original: “Traduire est l’expérience même du langage en tant que chaque langue se rapporte aux autres, qu’elle est une parmi une diversité irréductible, ou encore qu’elle est en puissance des autres. C’est en cela que « toute langue est étrangère ».”

que somos? Por que pensamos da maneira que pensamos? Uma parte importante da resposta está nas línguas que falamos¹²⁰ (BORODITSKY, 2010).

A resposta também está, a meu ver, no fenômeno tradutório, já que ele permite evidenciar as características das línguas e, conseqüentemente, dos seres humanos que as utilizam, e possibilita a aproximação de diferentes perspectivas acerca do mundo.

¹²⁰ No original: “Language is a uniquely human gift. When we study language, we are uncovering in part what makes us human, getting a peek at the very nature of human nature. As we uncover how languages and their speakers differ from one another, we discover that human natures too can differ dramatically, depending on the languages we speak. The next steps are to understand the mechanisms through which languages help us construct the incredibly complex knowledge systems we have. Understanding how knowledge is built will allow us to create ideas that go beyond the currently thinkable. This research cuts right to the fundamental questions we all ask about ourselves. How do we come to be the way we are? Why do we think the way we do? An important part of the answer, it turns out, is in the languages we speak.”

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Um leque de possibilidades se abre com a publicação, em 2016, do manuscrito intitulado “La traduction, la langue et l’intelligence”, objeto central deste trabalho, que teve por objetivo analisar essa nota sobre tradução atenta e detalhadamente, traçando paralelos com o restante da teoria da linguagem de Émile Benveniste e, ao mesmo tempo, determinando o papel que a tradução desempenha nessa teoria.

O ponto de partida para isso foi a consideração da abrangência da tradução quando se considera a teoria benvenistiana. Essa análise iniciou por um parágrafo de “A forma e o sentido na linguagem”, notório por ser considerado, até recentemente, a única reflexão acerca do processo tradutório na obra de Benveniste. Nele, o linguista sírio-francês associa a possibilidade de tradução ao domínio semântico e localiza a impossibilidade de tradução no domínio semiótico da língua. O ponto de chegada dessa análise, por sua vez, foi a apresentação e detalhamento do conteúdo da nota, o que apontou para o fato de que, embora seja reservado um lugar de destaque à tradução na reflexão, o seu verdadeiro tema condutor é a linguagem, já que as três partes que compõem o manuscrito tratam, respectivamente, da dependência entre a linguagem e o pensamento, do caráter duplo – biológico e cultural – da linguagem e da relação entre a língua e a realidade, representada pela designação.

No decurso desse diagnóstico inicial, também se verificou que a presença e o alcance da tradução dentro do pensamento de Benveniste é muito maior do que se costuma pensar. A prática tradutória é um fato constante nas análises que ele faz, sendo, muitas vezes, utilizada para estabelecer o sentido exato de termos estudados e para comprovar diversas hipóteses acerca da língua.

Essa visibilidade e a natureza comprovativa das menções ao fenômeno tradutório na obra de Benveniste permitem repensar a função do fenômeno tradutório dentro da teoria por ele proposta, levando ao entendimento do papel operatório que a tradução desempenha nesse contexto, já que ela age como um instrumento que demonstra não somente diversas questões que interessavam a esse linguista, mas principalmente evidencia uma propriedade fundamental da língua e da linguagem: a significância.

Esse posicionamento implica uma possível mudança de perspectiva para os estudos benvenistianos: de um ponto de vista que percebia a tradução como secundária na reflexão de Benveniste, passa-se a considerá-la como central para as teorizações que ele propõe. Desse modo, é necessário mudar o enfoque dado ao fenômeno tradutório quando se estuda

Benveniste; cogitar os efeitos e os resultados da tradução se torna um dos meios de melhor entender a sua teoria.

Também considerei, neste trabalho, outras implicações retrospectivas da publicação da nota, contemplando as relações entre o conteúdo desta e o que já se conhecia da teoria benvenistiana no que diz respeito a vários aspectos. Essa interpretação permitiu perceber o papel central que a linguagem ocupa, tanto metodologicamente quanto como característica essencial dos seres humanos; a importância da diversidade das línguas na reflexão linguística de Benveniste, dado que elas constituem a base para chegar à linguagem; e a relação da tradução com a produção e a organização do discurso, o que remete aos domínios semiótico e semântico, que garantem à língua a sua distintividade entre os sistemas semiológicos.

Ainda nesse contexto, observei a presença da noção de “querer dizer” nos textos de Benveniste, o que leva à consideração da relação de mútua dependência entre a língua e o pensamento e também aponta para a relevância e a imprescindibilidade da significação, que tanto aparece como a finalidade principal das análises linguísticas benvenistianas quanto como a propriedade mais fundamental da língua.

Além disso, avaliei a função que a designação – a nomeação das coisas do mundo, sejam elas concretas ou abstratas, reais ou imaginárias – ocupa nos estudos de Benveniste, percebendo que ela é parte constituinte da significação, devendo ser levada em conta sempre que se fala da língua e, conseqüentemente, também ao traduzir.

Ficou evidente, então, ao longo dessa apreciação, que, ao falar de tradução, Benveniste frequentemente se volta para um enfoque em que se manifesta “[...] a expressão de uma certa relação com o mundo” (Aparelho formal [1970], PLG II, p. 84). Na nota sobre tradução, ele baseia o processo tradutório inteiramente no valor de designação e na relação entre a língua e a realidade. Ao mesmo tempo, a tradução aparece muitas vezes como um processo fundamental nas pesquisas sobre a língua de Benveniste – especialmente aquelas do campo da Linguística comparada. Nesse contexto, Benveniste enfatiza a necessidade metodológica de distinção da significação e da designação, sem, no entanto, excluir qualquer um desses aspectos do horizonte de análise e, logo, do escopo do processo tradutório. Percebe-se, então, que, com base nessa perspectiva, a relação com o extralinguístico é sempre parte da prática da tradução, em maior ou menor grau.

Além disso, a associação entre a língua e o que está fora dela também aparece em “A forma e o sentido na linguagem”, quando Benveniste afirma que a tradução se dá com base no semantismo, noção relacionada ao ato enunciativo. Desse ponto de vista, a língua é utilizada para permitir ao locutor ocupar um lugar no mundo que habita. Por esse ângulo, no entanto,

abre-se uma nova dimensão da relação com a realidade: a subjetiva. O ato enunciativo é sempre singular e irrepetível e estabelece uma situação discursiva específica, única, que nunca pode ser perfeitamente reproduzida. Desse modo, a relação subjetiva com o mundo não é passível de tradução, ao menos não quando essa é entendida como equivalência perfeita. Traduzir, nesse sentido, é sempre conviver com a falta.

Assim, é possível pensar em duas espécies de relação entre a língua e os elementos extralinguísticos: uma diz respeito às instâncias subjetivas de apropriação da língua, estabelecendo sempre uma relação particular com o mundo, e a outra tem um caráter mais generalizado, relacionando-se à percepção coletiva dos falantes.

É essencial notar que essas duas perspectivas não são mutuamente excludentes. Pelo contrário, a instância coletiva – que corresponde à designação enquanto nomeação das coisas – é formada a partir dos usos individuais que os falantes fazem da língua, ou seja, das relações específicas com o mundo que eles estabelecem a cada vez que falam.

Então, ao invés de entender que Benveniste pensa a tradução sob pontos de vista distintos em diferentes momentos de sua teorização – em “A forma e o sentido na linguagem”, na nota sobre tradução e na execução de análises linguísticas –, é possível adotar um posicionamento que entende que há um fator que une esses pontos de vista: a própria relação entre a língua e a realidade que lhe rodeia.

Em outros termos, ao estudar um autor com uma produção plural que se estende ao longo dos anos, é normal se deparar com modos diferentes de enxergar uma mesma questão, o que não significa que o seu pensamento seja necessariamente incoerente ou desconexo. A relação de Benveniste e a tradução é um exemplo desse cenário: apesar de ela se manifestar de modos diferentes dependendo do ponto de vista considerado, ela frequentemente – senão sempre – acaba remetendo, de um ou outro modo, àquilo que está fora da língua.

O fato de a tradução sempre remeter à realidade extralinguística acaba tornando possível a percepção do fenômeno tradutório sob uma outra ótica. Ao também olhar para o que está além da língua e não somente e exclusivamente para a língua em si, passa-se a perceber o papel fundamental que a linguagem desempenha, constituindo o meio de interação entre as pessoas e o mundo.

Por esse ângulo, a diversidade das línguas se torna equivalente à diversidade cultural, já que cada língua particular representa um modo próprio de relação com a realidade. A tradução, nesse contexto, cumpre o papel de revelar as especificidades dos diferentes modos de pensamento e de organização do mundo e de possibilitar o acesso a maneiras distintas de

perceber a realidade, representando um instrumento de enriquecimento linguístico, social e cultural.

Dessa maneira, apesar do seu caráter fragmentário e da sua evidente incompletude, “La traduction, la langue et l’intelligence” é um material que permite aprofundar a reflexão acerca do fenômeno tradutório no contexto da teoria de Émile Benveniste, já que possibilita e favorece o afastamento da perspectiva tradicionalmente adotada na maioria dos estudos prévios sobre tradução feitos com base nos seus ensinamentos, aquela da enunciação, centrada principalmente na busca das marcas subjetivas do processo tradutório.

Ao empreender essa ampliação do escopo de estudo, além de se perceber a forte presença da prática tradutória na reflexão benvenistiana, também se chega ao entendimento da tradução como algo que não se limita a uma atividade de transposição de conteúdos entre línguas diferentes. Pelo contrário, decorre daí a percepção da tradução como um fato de linguagem, que opera para evidenciar a capacidade simbólica dos seres humanos e a diversidade que lhes rodeia. O fenômeno tradutório é, portanto, um modo de entender melhor os seres humanos, os seus hábitos, as suas experiências, o modo como se relacionam, dando a ver também a sociedade. É um meio de compreender como as pessoas são, como pensam, como agem. É, portanto, um operador não somente na teoria benvenistiana, mas também da natureza humana, já que é a melhor maneira de perceber o que garante aos seres humanos a sua humanidade.

REFERÊNCIAS

ADAMSKI, Dariusz. Baudouin de Courtenay et la linguistique générale. *Linx*, Paris, v. 23, n. 1, p. 67–80, 1990. Disponível em: <http://www.persee.fr/doc/linx_0246-8743_1990_num_23_1_1154>. Acesso em: 19 nov. 2017.

BARTHES, Roland. Por que gosto de Benveniste. In: _____. *O rumor da língua*. Tradução de: António Gonçalves. Lisboa: Edições 70, 1987. p. 149–152.

BASSNETT, Susan. *Estudos de tradução*. Tradução de: Sônia Terezinha Gehring, Letícia Vasconcellos Abreu e Paula Azambuja Rossato Antinolfi. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2005. 223 p.

BENVENISTE, Émile. *Textes sogdiens*: édités, traduits et commentés par E. Benveniste. Paris: P. Geuthner, 1940. 284 p.

_____. *Le vocabulaire des institutions indo-européennes* – 1. Economie, parenté, société. Paris: Les Éditions de Minuit, 1993. 378 p.

_____. *Problemas de linguística geral I*. Tradução de: Maria da Gloria Novak e Maria Luisa Neri. 4a. ed. Campinas: Pontes Editores, 1995a. 387 p.

_____. *O vocabulário das instituições indo-europeias*: vol. I - Economia, parentesco, sociedade. Tradução de: Denise Bottmann. Campinas: Pontes, 1995b. 368 p.

_____. *Problèmes de linguistique générale, I*. Paris: Éditions Gallimard, 2000a. 356 p.

_____. *Problèmes de linguistique générale, II*. Paris: Éditions Gallimard, 2000b. 288 p.

_____. *Problemas de linguística geral II*. Tradução de: Eduardo Guimarães et al. 2a. ed. Campinas: Pontes Editores, 2006. 294 p.

_____. *Últimas aulas no Collège de France (1968 e 1969)*. Tradução de Daniel Costa da Silva et al. São Paulo: Editora Unesp, 2014.

_____. La traduction, la langue et l'intelligence. In: FENOGLIO, Irène (org.) et al. *Autour d'Émile Benveniste sur l'écriture*. Paris: Éditions du Seuil, 2016. p. 37–44.

BORODITSKY, Lera. Lost in translation. *The Wall Street Journal*, Nova York, 23 jul. 2010. Disponível em: <<https://www.wsj.com/articles/SB10001424052748703467304575383131592767868>>. Acesso em: 10 mai. 2018.

BOUQUET, Simon. Benveniste et la représentation du sens : de l'arbitraire du signe à l'objet extra-linguistique. *Linx*, Paris, v. 9, p. 107–122, 1997. Disponível em: <<http://journals.openedition.org/linx/1008>>. Acesso em: 08 fev. 2018.

CONSTATER. In: CNRTL - Centre National de Ressources Textuelles et Lexicales. *Portail lexical*. Nancy Cedex: CNRTL, 2012. Disponível em: <<http://www.cnrtl.fr/definition/constater>>. Acesso em: 31 dez. 2017.

COQUET, Jean-Claude; FENOGLIO, Irène. Introdução. In: BENVENISTE, Émile. *Últimas aulas no Collège de France* (1968 e 1969). 1a. ed. Tradução de: Daniel Costa da Silva et al. São Paulo: Editora Unesp, 2014. p. 67–86.

CULIOLI, Antoine. Theorie du langage et theorie des langues. In: SERBAT, Guy (ed.). *E. Benveniste aujourd'hui: Actes du colloque international du C.N.R.S.* v. 1. Paris: Centre National de la Recherche Scientifique / Éditions Peeters, 1984. p. 77–85.

D'OTTAVI, Giuseppe. Désigner et signifier le “savoir”: pour une nouvelle entrée du *Vocabulaire des institutions indo-europeennes* d'Emile Benveniste. *SHS Web of Conferences*, v. 8, 4^e Congrès Mondial de Linguistique Française – CMLF, p. 393–407, jul. 2014.

DESSONS, Gérard. *Émile Benveniste: l'invention du discours*. Paris: Éditions In Press, 2006. 220 p.

DOBENESQUE, Étienne. Style et traduction au XVI^e siècle. *Littérature*, Paris, v. 137, n. 1, p. 40–54, 2005. Disponível em: <http://www.persee.fr/doc/litt_0047-4800_2005_num_137_1_1880>. Acesso em: 17 nov. 2017.

DUBOIS, Jean et al. *Dicionário de linguística*. 2a. ed. Tradução de: Frederico Pessoa de Barros et al. São Paulo: Cultrix, 2014. 624 p.

DUFOUR, Dany-Robert. *Os mistérios da trindade*. Tradução de: Dulce Duque Estrada. Rio de Janeiro: Companhia de Freud, 2000. 435 p.

ECO, Umberto. *Quase a mesma coisa: experiências de tradução - Livro vira-vira 2*. Tradução de: Eliana Aguiar. Rio de Janeiro: BestBolso, 2011. 430 p.

FENOGLIO, Irène. Les notes de travail d'Émile Benveniste: où la pensée théorique naît via son énonciation. *Langage et société*, Paris, v. 127, n. 1, p. 23–49, 2009. Disponível em: <<http://www.cairn.info/revue-langage-et-societe-2009-1-page-23.html>>. Acesso em: 25 out. 2017.

_____. *Manuscritos de linguistas e genética textual: quais os desafios para as ciências da linguagem? Exemplo através dos “papiers” de Benveniste*. Tradução de Simone de Mello de Oliveira, Verli Petri da Silveira e Zélia Maria Viana Paim. Santa Maria: UFSM/PPGL-Editores, 2013. 70 p.

_____. Traces. Langue. Écriture. In: FENOGLIO, Irène (org.) et al. *Autour d'Émile Benveniste sur l'écriture*. Paris: Éditions du Seuil, 2016a. p. 11–34.

_____. L'écriture au fondement d'une « civilisation “laïque” ». In: FENOGLIO, Irène (org.) et al. *Autour d'Émile Benveniste sur l'écriture*. Paris: Éditions du Seuil, 2016b. p. 153–236.

FLORES, Valdir do Nascimento; TEIXEIRA, Marlene. *Introdução à linguística da enunciação*. 2a. ed. São Paulo: Contexto, 2013. 125 p.

FLORES, Valdir do Nascimento et al (org.). *Dicionário de linguística da enunciação*. São Paulo: Contexto, 2009. 284 p.

FLORES, Valdir do Nascimento. Notas para uma (re)leitura da teoria enunciativa de Émile Benveniste. In: TEIXEIRA, Marlene; FLORES, Valdir do Nascimento. *O sentido na linguagem: uma homenagem à professora Leci Borges Barbisan*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2012. p. 149–165.

_____. *Introdução à teoria enunciativa de Benveniste*. São Paulo: Parábola, 2013a. 198 p.

_____. Sujeito da enunciação: singularidade que advém da sintaxe da enunciação. *DELTA: Documentação de Estudos em Linguística Teórica e Aplicada*, São Paulo, v. 29, n. 1, p. 95–120, 2013b. Disponível em: <<https://revistas.pucsp.br/index.php/delta/article/view/8623>>. Acesso em: 10 jul. 2015.

_____. *Saussure e Benveniste no Brasil: Quatro aulas na École Normale Supérieure*. São Paulo: Parábola Editorial, 2017a. 111 p.

_____. Atualidade de Benveniste no Brasil: os aspectos antropológicos de uma teoria da enunciação. *Desenredo* - Revista do Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo, v. 13, n. 1, p. 9–18, 2017b. Disponível em: <<http://seer.upf.br/index.php/rd/article/view/6828>>. Acesso em 07 jul. 2017.

FONDS Benveniste, Émile. Collège de France – Salamandre. [s. d.]. Disponível em: <[https://salamandre.college-de-france.fr/ead.html?id=FR075CDF_00CDF0028-1&c=FR075CDF_00CDF0028-1_de-75#!{"content":\["FR075CDF_00CDF0028-1_de-75",false,""\]}](https://salamandre.college-de-france.fr/ead.html?id=FR075CDF_00CDF0028-1&c=FR075CDF_00CDF0028-1_de-75#!{)>. Acesso em: 25 out. 2017.

FRYDRYCH, Laura Amaral Kümmel. *Transcrição da interpretação para LIBRAS: uma abordagem enunciativa*. 2010. 38 f. Trabalho de conclusão (Graduação em Licenciatura em Letras) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Letras, Porto Alegre, 2010.

GODOI, Mônica de Meirelles Kalil. *A tradução na espiral de posições enunciativas em Feux, de Marguerite Yourcenar, e Fires, por Dori Katz*. 2017. 149 f. Dissertação (Mestrado em Estudos da tradução) – Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Departamento de Letras Modernas, Pós-graduação em Estudos da tradução, São Paulo, 2017.

GRÉSILLON, Almuth. *Elementos de crítica genética: ler os manuscritos modernos*. Tradução de Cristina de Campos Velho Birck et al.; supervisão de tradução de Patrícia Chittoni Ramos Reuillard. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2007. 335 p.

GREVISSE, Maurice. *Le bon usage: grammaire française*. 13. ed. rev. Paris: Duculot, 1997. 1762 p.

GUILLEMIN-FLESCHER, Jacqueline. Enonciation, perception et traduction. *Langages*, Paris, v. 19, n. 73, p. 74–97, 1984. Disponível em: <http://www.persee.fr/doc/lgge_0458-726x_1984_num_19_73_1166>. Acesso em: 17 nov. 2017.

HAINZENREDER, Larissa Schmitz. *O fenômeno tradutório à luz da distinção semiótico/semântico na relação entre línguas: proposta de uma semiologia da tradução*. 2016. 121 f. Dissertação (Mestrado em Letras) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Letras, Programa de Pós-Graduação em Letras, Porto Alegre, 2016.

HOFF, Sara Luiza; FLORES, Valdir do Nascimento. Noção de língua na tradução e na tradução inversa: uma perspectiva enunciativa. *Cadernos do IL*, Porto Alegre, n. 54, p. 79–94, 2017. Disponível em: <<http://seer.ufrgs.br/index.php/cadernosdoil/article/view/67183>>. Acesso em: 25 out. 2017.

_____. O tempo como fator de opacidade na tradução. *Revista Translatio*, Porto Alegre, v. 1, n. 14, p. 2–23, 2017. Disponível em: <<http://seer.ufrgs.br/index.php/translatio/article/view/76577>>. Acesso em: 22 jan. 2018.

HOFF, Sara Luiza. O semiótico e o semântico na prática: uma análise de paratextos de tradutores. In: Encontro da Rede Sul Letras, 5, nov. 2017: Caxias do Sul. *Anais do 5º Encontro da Rede Sul Letras – Letras no século XXI*. v. II. Caxias do Sul: UCS / Porto Alegre: UniRitter, 2017. p. 435–447. Disponível em: <<https://www.ufrgs.br/site/midia/arquivos/anais-volII-rede-sul.pdf>>. Acesso em: 22 dez. 2017.

HUMBOLDT, Wilhelm von. *Introduction à l'oeuvre sur le kavi, et autres essais*. Tradução de Pierre Caussat. Paris: Éditions du Seuil, 1974. 448 p.

_____. *Linguagem, Literatura, Bildung*. Organização de: Werner Heidermann e Markus J. Weininger. Florianópolis: UFSC, 2006. 320 p.

-ISME. In: CNRTL - Centre National de Ressources Textuelles et Lexicales. *Portail lexical*. Nancy Cedex: CNRTL, 2012. Disponível em: <<http://www.cnrtl.fr/definition/-isme>>. Acesso em: 15 nov. 2017.

KRISTEVA, Julia. Prefácio – Émile Benveniste, um linguista que não diz nem oculta, mas significa. In: BENVENISTE, Émile. *Últimas aulas no Collège de France* (1968 e 1969). 1a. ed. Tradução de Daniel Costa da Silva et al. São Paulo: Editora Unesp, 2014. p. 29–66.

LADMIRAL, Jean-René. La traduction dans l'institution pédagogique. *Langages*, Paris, ano 7, n. 28, p. 8–39, dez. 1972. Disponível em: <http://www.persee.fr/doc/lgge_0458-726x_1972_num_7_28_2095>. Acesso em: 19 nov. 2017.

LANGAGES. La traduction. Paris: Didier/Larousse, ano 7, v. 28, dez. 1972. Organização: Jean-René Ladmiral. Disponível em: <http://www.persee.fr/issue/lgge_0458-726x_1972_num_7_28>. Acesso em: 19 nov. 2017.

LANGUE FRANÇAISE. La traduction. Paris: Larousse, n. 51, set. 1981. Organização: Jean-René Ladmiral e Henri Meschonnic. Disponível em: <http://www.persee.fr/issue/lfr_0023-8368_1981_num_51_1>. Acesso em: 19 nov. 2017.

LAPLANTINE, Chloé. Émile Benveniste et les langues amérindiennes. *History and Philosophy of the Language Sciences*, [s.l.], out. 2013. Disponível em: <<https://hiphilangsci.net/2013/10/02/emile-benveniste-et-les-langues-amerindiennes-4>>. Acesso em: 26 jan. 2018.

LÉON, Jacqueline. Conceptions du ‘mot’ et débuts de la traduction automatique. *Histoire Épistémologie Langages*, Paris, v. 23, fascículo 1, p. 81–106, 2001. Disponível em: <http://www.persee.fr/doc/hel_0750-8069_2001_num_23_1_2819>. Acesso em: 02 nov. 2017.

LINX. Traductions de textes peu ou mal connus. Paris: Université Paris X Nanterre, n. 23, 1990. Organização: Claudine Normand. Disponível em: <http://www.persee.fr/issue/linx_0246-8743_1990_num_23_1>. Acesso em: 19 nov. 2017.

MALAMOUD, Charles. L’anthropologie d’Émile Benveniste. Remarques d’un indianiste. In : FENOGLIO, Irène (org.) et al. *Autour d’Émile Benveniste sur l’écriture*. Paris: Éditions du Seuil, 2016. p. 237–266.

MALLIER, Clara. Tenses in translation: Benveniste’s ‘discourse’ and ‘historical narration’ in the first-person novel. *Language and literature*, [s. l.], v. 23, n. 3, p. 244–254, jul. 2014. Disponível em: <<http://journals.sagepub.com/doi/abs/10.1177/0963947014536507>>. Acesso em: 8 fev. 2016.

MESCHONNIC, Henri. Traduire la Bible, de Jonas à Jona. *Langue française*, Paris, v. 51, n. 1, p. 35–52, 1981. Disponível em: <http://www.persee.fr/doc/lfr_0023-8368_1981_num_51_1_5096>. Acesso em: 17 nov. 2017.

_____. Penser Humboldt aujourd’hui. In: MESCHONNIC, Henri (org.). *La pensée dans la langue: Humboldt et après*. Saint-Denis: Presses Universitaires de Vincennes, 1995. p. 13–50.

_____. *Poética do traduzir*. Tradução de: Jerusa Pires Ferreira e Suely Fenerich. São Paulo: Perspectiva, 2010. 279 p.

MOÏNFAR, Mohammad Djafar. L’oeuvre d’Émile Benveniste. *Linx*, Paris, v. 26, n. 1, p. 15–26, 1992. Disponível em: <www.persee.fr/doc/linx_0246-8743_1992_num_26_1_1234>. Acesso em: 22 out. 2017.

MOSÈS, Stéphane. Émile Benveniste et la linguistique du dialogue. *Revue de métaphysique et de morale*, Paris, n. 32, p. 509–525, 2001. Disponível em: <<https://www.cairn.info/revue-de-metaphysique-et-de-morale-2001-4-page-509.htm>>. Acesso em: 30 jan. 2018.

MOUNIN, Georges. *Os problemas teóricos da tradução*. Tradução de: Heloysa de Lima Dantas. São Paulo: Editora Cultrix, 1975. 263 p.

NORMAND, Claudine. Constitution de la sémiologie chez Benveniste. *Histoire Épistémologie Langage*, Paris, v. 1, fascículo 2, p. 141–169, 1989. Disponível em: <http://www.persee.fr/doc/hel_0750-8069_1989_num_11_2_230>. Acesso em: 30 jan. 2018.

_____. Benveniste : linguistique saussurienne et signification. *Linx*, Paris, n. 26, p. 49–75, 1992. Disponível em: <http://www.persee.fr/doc/linx_0246-8743_1992_num_26_1_1237>. Acesso em: 22 ago. 2016.

_____. *Convite à linguística*. Tradução de: Cristina de Campos Velho Birc et al. São Paulo: Contexto, 2012. 207 p.

NUNES, Paula Ávila. *O tradutor como função enunciativa: uma análise de autotradução*. 2008. 74 f. Trabalho de conclusão (Graduação em Licenciatura em Letras) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Letras, Porto Alegre, RS, 2008.

_____. O tradutor como função enunciativa: uma análise de autotradução. *Domínios de Lingu@Gem*, Uberlândia, v. 5, p. 52–73, 2011a.

_____. Do bilíngue ao tradutor, do enunciado à enunciação: notas sobre uma perspectiva enunciativa do tradutor e da tradução. *Tradterm*, São Paulo, v. 18, p. 09–27, 2011b.

_____. Émile Benveniste, leitor de Saussure. *Cadernos do IL*, Porto Alegre, n. 42, p. 51–63, jun. 2011c.

_____. *A prática tradutória em contexto de ensino (re)vista pela ótica enunciativa*. 2012. 236 f. Tese (Doutorado em Letras) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Letras, Programa de Pós-Graduação em Letras, Porto Alegre, 2012a.

_____. Por uma abordagem enunciativa da tradução. *Conexão Letras*, Porto Alegre, v. 7, n. 7, p. 37–46, 2012b.

_____. A noção de erro em tradução e sua relação com o ensino e a formação de tradutores. *Todas as letras W*, São Paulo, v. 16, n. 1, p. 201–214, mai. 2014. Disponível em: <<http://editorarevistas.mackenzie.br/index.php/tl/article/viewFile/4709/4768>>. Acesso em: 21 nov. 2017.

ONO, Aya. *La notion d'énonciation chez Émile Benveniste*. Limoges: Lambert-Lucas, 2007. 235 p.

ORTIGUES, Edmond. Interpretação. In: *Enciclopédia Einaudi* – v. 11 – Oral-Escrito; Argumentação. Lisboa, Portugal: Casa da Moeda, 1987. p. 218–233.

REDARD, Georges. Émile Benveniste (1902–1976). In: BENVENISTE, Émile. *Últimas aulas no Collège de France* (1968 e 1969). 1a. ed. Tradução de Daniel Costa da Silva et al. São Paulo: Editora Unesp, 2014. p. 199–233.

ROCHETTE, Bruno. Πιστοι έρμηνεις. La traduction orale en Grèce. *Revue des Études Grecques*, Paris, v. 109, n. 2, p. 325–347, 1996. Disponível em: <http://www.persee.fr/doc/reg_0035-2039_1996_num_109_2_2688>. Acesso em: 17 nov. 2017.

ROSÁRIO, Heloísa Monteiro. Elementos para uma reflexão sobre tradução a partir da teoria benvenistiana da enunciação. *Conexão Letras*, Porto Alegre, v. 7, n. 7, p. 63–71, 2012.

ROSÁRIO, Heloísa Monteiro; REUILLARD, Patrícia Chittoni Ramos. Tradução e enunciação: desenvolvimento da competência tradutória. *Entrelinhas*, São Leopoldo, v. 8, n. 1, p. 3–12, jan./jun. 2014.

SAPIR, Edward. *Linguística como ciência: ensaios*. v. 1. Tradução de: J. Mattoso Câmara Jr. Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica, 1961. 205 p.

SAUSSURE, Ferdinand de. *Curso de linguística geral*. 2a. ed. Tradução de: Antônio Chelini, José Paulo Paes e Izidoro Blikstein. São Paulo: Cultrix, 1970. 279 p.

SILVA, Anderson Almeida; CARVALHO, Ana Paula Lima de. Análise enunciativa das marcas modais presentes em corpus de interpretação simultânea de libras-português. *Cadernos de tradução*, Florianópolis, v. 35, n. 2, p. 289–318, out. 2015. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/traducao/article/view/2175-7968.2015v35n2p289/30716>>. Acesso em: 21 nov. 2017.

SNELL-HORNBY, Mary. *The turns of translation studies: new paradigms or shifting viewpoints?* Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins Publishing Company, 2006. 205 p.

STEINER, George. *Depois de Babel: questões de linguagem e tradução*. Tradução de: Carlos Alberto Faraco. 3a. ed. Curitiba: Editora da UFPR, 2005. 534 p.

THOUARD, Denis. Traduire. In: HUMBOLDT, Wilhelm von. *Sur le caractère national des langues et autres écrits sur le langage*. Tradução de Denis Thouard. Paris: Éditions du Seuil, 2000. p. 23–31.

_____. *Et toute langue est étrangère: le projet de Humboldt*. Paris: Éditions Les Belles Lettres, 2016. 333 p.

TODOROV, Tzvetan. Posfácio – Émile Benveniste, o destino de um erudito. In: BENVENISTE, Émile. *Últimas aulas no Collège de France (1968 e 1969)*. 1a. ed. Tradução de: Daniel Costa da Silva et al. São Paulo: Editora Unesp, 2014. p. 243–262.

WAQUIL, Marina Leivas. A voz do tradutor no texto traduzido: a subjetividade manifestada nas notas. *Rónai – Revista de estudos clássicos e tradutórios*, Juiz de Fora, v. 2, n. 1, p. 73–92, 2014. Disponível em: <<https://ronai.ufjf.emnuvens.com.br/ronai/article/view/75/56>>. Acesso em: 21 nov. 2017.

APÊNDICE A – Ocorrências de tradução no *corpus* selecionado¹²¹

Quadro 1 – Ocorrências de tradução no PLG I

(continua)

| Texto | Pág. fr. | Texto em francês | Pág. port. | Texto em português | Obs. |
|--|----------|--|------------|---|-------------------|
| Coup d’oeil sur le développement de la linguistique / Vista d’olhos sobre o desenvolvimento da linguística | 19 | Notre terminologie linguistique est faite pour une large part de termes grecs adoptés directement ou dans leur traduction latine. | 20 | A nossa terminologia linguística se compõe em grande parte de termos gregos adotados diretamente ou na sua tradução latina. | |
| | 30–31 | Par ailleurs on sait que les descriptions formelles des langues ont une utilité directe pour la construction des machines logiques aptes à effectuer des traductions, et inversement on peut espérer des théories de l’information quelque clarté sur la manière dont la pensée est codée dans le langage. | 32 | Por outro lado, sabe-se que as descrições formais das línguas foram de utilidade direta para a construção das máquinas lógicas aptas a efetuar traduções; e inversamente pode esperar-se das teorias da informação algum esclarecimento sobre a maneira como o pensamento está codificado na linguagem. | |
| Nature du signe linguistique / Natureza do signo linguístico | 52 | Le signifiant est la traduction phonique d’un concept; le signifié est la contrepartie mentale du signifiant. | 56 | O significante é a tradução fônica de um conceito; o significado é a contrapartida mental do significante. | |
| Communication animale et langage humain / Comunicação animal e linguagem humana | 59 | Le fait remarquable est d’abord qu’elles manifestent une aptitude à symboliser: il y a bien correspondance « conventionnelle » entre leur comportement et la donnée qu’il traduit. | 64 | O fato notável consiste inicialmente em que manifestam aptidão para simbolizar: há, mesmo, uma correspondência “convencional” entre seu comportamento e o dado que traduz. | |
| Catégories de pensée et catégories de langue / Categorias de pensamento e categorias de língua | 66 | Qu’on traduise οὐσία par « substance » ou par « essence », il importe peu ici. | 71 | Quer se traduza οὐσία por “substância” ou por “essência” pouco importa aqui. | |
| | 65 | Nous avons traduit ce passage littéralement, pour en communiquer la teneur générale avant l’analyse de détail. | 71 | Traduzimos este passo literalmente, para comunicar o teor geral antes da análise dos pormenores. | Em nota de rodapé |
| | 68 | La traduction même ne semble pas fixée : certains prennent ἔχειν comme « avoir ». | 73 | A própria tradução não parece fixada: alguns tomam ἔχειν como “ter”. | |

¹²¹ Levantamento realizado tendo como base os dois PLGs em francês, utilizando como parâmetro de busca as ocorrências do verbo “traduire” e do verbo “rendre” – considerando todas as suas conjugações possíveis –, das palavras “traducteur” e “traduction” e da abreviação “trad.” nos dois volumes dessa obra. Desconsideraram-se as menções à tradução em textos citados de outros autores ou em questionamentos feitos por entrevistadores ou debatedores.

(continuação)

| Texto | Pág. fr. | Texto em francês | Pág. port. | Texto em português | Obs. |
|--|----------|---|------------|---|-------------------|
| Catégories de pensée et catégories de langue / Categorias de pensamento e categorias de língua | 69 | Sans entrer dans un commentaire qui s'allongerait facilement, considérons seulement que pour faire ressortir la valeur du parfait dans la traduction des formes citées, nous devons y inclure la notion d' « avoir »; elles deviendront alors : ὑπέδεται, « il a ses chaussures aux pieds »; ὀπλίσται, « il a ses armes sur lui ». | 75 | Sem entrar num comentário que facilmente se alongaria, consideremos apenas que para fazer sobressair o valor do perfeito na tradução das formas citadas, deveremos incluir a noção de “ter”; elas se tornarão, então: ὑπέδεται, “tem os calçados nos pés”; ὀπλίσται, “tem as armas sobre si”. | |
| Remarques sur la fonction du langage dans la découverte freudienne / Observações sobre a função da linguagem na descoberta freudiana | 75 | Les traductions françaises citées se trouvent aux P.U.F., sauf indication contraire. | 81 | As traduções francesas encontram-se nas edições P.U.F., salvo indicação contrária. | Em nota de rodapé |
| | 82 | En tant qu'institution collective et traditionnelle, toute langue a ses anomalies, ses illogismes, qui traduisent une dissymétrie inhérente à la nature du signe linguistique. | 88 | Enquanto instituição coletiva e tradicional, toda língua tem as suas anomalias, os seus ilogismos, que traduzem uma dissimetria inerente à natureza do signo linguístico. | |
| | 85 | Il semble, d'après les études faites sur les rêves ou les névroses, que les symboles qui les traduisent constituent un « vocabulaire » commun à tous les peuples sans acception de langue, du fait, évidemment, qu'ils ne sont ni appris ni reconnus comme tels de ceux qui les produisent. | 92 | Segundo os estudos feitos sobre os sonhos ou as neuroses, parece que os símbolos que os traduzem constituem um “vocabulário” comum a todos os povos sem acepção de língua, pelo fato, evidentemente, de que não são nem aprendidos nem reconhecidos como tais por aqueles que os produzem. | |
| « Structure » en linguistique / “Estrutura” em linguística | 95 | Voir en particulier R. Jakobson, « La scuola linguistica di Praga », <i>La Cultura</i> , XII (1933), p. 633-641; « Die Arbeit der sogenannten « Prager Schule », <i>Bulletin du Cercle linguistique de Copenhague</i> , III (1938), p. 6-8; Avant-propos aux <i>Principes de Phonologie</i> de N. S. Troubetzkoy, trad. fr., Paris, 1949, p. XXV-XXVII. | 101 | Ver em particular R. Jakobson, “La scuola linguística di Praga”, <i>La cultura</i> , XII, (1933), p. 633-641; “Die Arbeit der sogenannten Prager Schule”, <i>Bulletin du Cercle linguistique de Copenhague</i> , III (1938), p. 6-8; Introdução aos <i>Principes de phonologie</i> de N. S. Trubetzkoy, trad. fr., Paris, 1949, p. XXV-XXVII. | Em nota de rodapé |

(continuação)

| Texto | Pág. fr. | Texto em francês | Pág. port. | Texto em português | Obs. |
|--|----------|--|------------|--|-------------------|
| La classification des langues / A classificação das línguas | 110 | Dans son article sur les affinités phonologiques reproduit en appendice aux <i>Principes de Phonologie</i> de Troubetzkoy, trad. Cantineau, p. 353. | 117 | No seu artigo sobre as afinidades fonológicas, reproduzido como apêndice aos <i>Principes de phonologie</i> de Trubetzkoy, trad. Cantineau, p. 353. | Em nota de rodapé |
| | 117 | Les formes grammaticales traduisent, avec un symbolisme qui est la marque distinctive du langage, la réponse donnée à ces problèmes; en étudiant ces formes, leur sélection, leur groupement, leur organisation propres, nous pouvons induire la nature et la forme du problème intralinguistique auquel elles répondent. | 125 | As formas gramaticais traduzem, com um simbolismo que é a marca distintiva da linguagem, a resposta dada a esses problemas; estudando essas formas, a sua seleção, o seu agrupamento, a sua organização próprios, podemos induzir a natureza e a forma do problema intralinguístico a que respondem. | |
| Les niveaux de l'analyse linguistique / Os níveis da análise linguística | 125 | B. Russell, <i>Introduction à la Philosophie mathématique</i> , trad. fr. p. 188 : « Une « fonction propositionnelle » est une expression contenant un ou plusieurs constituants indéterminés, tels que, lorsque des valeurs leur sont assignées, l'expression devient une proposition... « <i>x est humain</i> » est une fonction propositionnelle; tant que <i>x</i> reste indéterminé, elle n'est ni vraie ni fausse; mais, dès que l'on assigne un sens à <i>x</i> , elle devient une proposition vraie ou fausse. » | 134 | B. Russell, <i>Introduction à la philosophie mathématique</i> , trad. fr., p. 188: “Uma <i>função proposicional</i> é uma expressão que contém um ou vários constituintes indeterminados, de tal modo que, logo que lhes são atribuídos valores, a expressão se torna numa proposição ... <i>x é humano</i> é uma função proposicional, enquanto <i>x</i> permanece indeterminado, não é nem verdadeira nem falsa; mas, logo que se atribui um sentido a <i>x</i> , ela se torna numa proposição verdadeira ou falsa”. | Em nota de rodapé |
| Le système sublogique des prépositions en latin / O sistema sublógico das preposições em latim | 133 | Les latinistes leur donnent un sens a peu près pareil, qui pour les besoins immédiats de la traduction peut suffire, mais qui dissimule leur véritable relation linguistique. | 142 | Os latinistas lhes dão um sentido mais ou menos semelhante, que pode bastar para as necessidades imediatas da tradução, mas que dissimula a sua verdadeira relação linguística. | |
| | 136 | Le vice du raisonnement se montre dès qu'on l'applique à la traduction d'un exemple concret. Voici chez Plaute : [...] | 145 | O erro do raciocínio mostra-se logo que o aplicamos à tradução de um exemplo concreto. Eis em Plauto: [...] | |
| | 136 | Une fois encore l'erreur s'installe dans le raisonnement à la faveur de cette traduction ambiguë « devant ». | 146 | Ainda uma vez, o erro instala-se no raciocínio, a favor dessa tradução ambígua “diante de”. | |

(continuação)

| Texto | Pág. fr. | Texto em francês | Pág. port. | Texto em português | Obs. |
|--|----------|---|------------|---|-------------------|
| La phrase nominale / A frase nominal | 159–160 | On doit insister fortement sur la nécessité de rejeter toute implication d'un « être » lexical dans l'analyse de la phrase nominale, et de réformer des habitudes de traduction imposées par la structure différente des langues occidentales modernes. | 172 | Devemos insistir fortemente sobre a necessidade de rejeitar toda implicação de um “ser” lexical na análise da frase nominal, e de reformar hábitos de tradução impostos pela estrutura diferente das línguas ocidentais modernas. | |
| La construction passive du parfait transitif / A construção passiva do perfeito transitivo | 178 | Ainsi <i>tyašām hačāma aθahya</i> se traduit littéralement « quod-illis <i>a-me</i> iubebatur ». | 195 | Assim, <i>tyašām hačāma aθahya</i> traduz-se literalmente “quod-illis <i>a-me</i> iubebatur”. | |
| | 179 | Pour la traduction du <i>tau[h]mā</i> , cf. <i>B.S.L.</i> XLVII, p. 37. | 196 | Para a tradução do <i>tau[h]mā</i> , cf. <i>B.S.L.</i> XLVII, p. 37. | Em nota de rodapé |
| | 179 | La trad. Kent : « other sons of Darius there were » (<i>Old Persian</i> , 150), n'est littéraire qu'en apparence. | 196 | A trad. de Kent — “other sons of Darius there were” (<i>Old Persian</i> , 150) — só é literal na aparência. | Em nota de rodapé |
| La construction passive du parfait transitif / A construção passiva do perfeito transitivo | 179 | Même remarque pour la trad. de B. I, 29-30 : « Of that Cambyses there was a brother. » | 196 | Mesma observação para a tradução de B. I, 29-30: “of that Cambyses there was a brother”. | Em nota de rodapé |
| | 183 | Le tour <i>nora ē gorceal</i> se traduira « eius est factum », ce qui est simplement l'équivalent arménien usuel d'une expression possessive ; on dit de la même manière <i>nora ē handerj</i> , « eius est vestimentum », la construction du nom ou du participe restant pareille. | 200–201 | A construção <i>nora ē gorceal</i> se traduzirá “eius est factum”, o que é simplesmente o equivalente armênio usual de uma expressão possessiva; de igual maneira se diz <i>nora ē handerj</i> , “eius est uestimentum”, permanecendo paralela a construção do nome ou do participio. | |
| | 183 | On trouvera d'autres exemples chez Meillet, <i>M.S.L.</i> , XII, p. 411, et dans l'étude de G. Cuendet sur la traduction de gr. <i>ἔχειν</i> en arménien classique, <i>Rev. Et. Indo-europ.</i> , I (1938), p. 390 sq. | 200 | Encontrar-se-ão também outros exemplos em Meillet, <i>M.S.L.</i> , XII, p. 411, e no estudo de G. Cuendet sobre a tradução do grego <i>ἔχειν</i> em armênio clássico, <i>Rev. ét. indo-europ.</i> , I (1938), p. 390 ss. | Em nota de rodapé |
| « Être » et « avoir » dans leurs fonctions linguistiques / “Ser” e “ser” nas suas funções linguísticas | 188 | En indo-européen, ce lexème est représenté par * <i>es-</i> , qu'il vaudra mieux éviter de traduire par « être », pour ne pas perpétuer la confusion dont nous essayons de sortir. | 205 | No indo-europeu, esse lexema é representado por * <i>es-</i> , que será melhor evitar traduzir por “ser” para não perpetuar a confusão da qual tentamos sair. | |

(continuação)

| Texto | Pág. fr. | Texto em francês | Pág. port. | Texto em português | Obs. |
|--|----------|--|------------|--|------|
| « Être » et « avoir » dans leurs fonctions linguistiques / “Ser” e “ser” nas suas funções linguísticas | 195 | En géorgien classique même construction « être-à », qui se trouve coïncider avec celle des modèles grecs dans les traductions : <i>romelta ara akuns saunzē</i> , répondant littéralement à gr. « οἷς οὐκ ἔστιν ταμειῶν, ils n’ont pas de cellier » (Lc XII, 24). | 213 | Em georgiano clássico, mesma construção com “ser-de”, que por acaso coincide com a dos modelos gregos nas traduções: <i>romelta ara akuns saunzē</i> , que corresponde literalmente ao gr. “οἷς οὐκ ἔστιν ταμειῶν, eles não têm celeiro” (Lc 12, 24). | |
| | 198 | De fait tous les perfecto-présents du gotique pourraient se traduire par une périphrase au moyen de « avoir », indiquant l’état du sujet : <i>wait</i> , « j’ai connaissance », <i>mag</i> , « j’ai pouvoir », <i>og</i> , « j’ai crainte », <i>parf</i> , « j’ai besoin », <i>man</i> , « j’ai idée », etc. | 216 | Na verdade, todos os <i>perfecto</i> -presentes do gótico poderiam traduzir-se por uma perífrase por meio de “ter”, indicando o estado do sujeito: <i>wait</i> , “tenho conhecimento”, <i>mag</i> , “tenho poder”, <i>og</i> , “tenho medo”, <i>parf</i> , “tenho necessidade”, <i>man</i> , “tenho ideia”, etc. | |
| | 202 | Telle s’impose la traduction d’après le texte des mss; c’est un parfait transitif, dénoncé par le régime <i>z-or</i> , sans sujet explicite. | 221 | Assim é que se impõe a tradução a partir do texto dos mss; é um perfeito transitivo, denunciado pelo regime <i>z-or</i> , sem sujeito explícito. | |
| | 202 | Si la particule <i>z</i> - est omise, <i>or ēr p’oreal</i> doit se traduire nécessairement au passif : « qui était creusé », d’accord avec le grec ὃ ἦν λελατομημένον ἐκ πέτρας. | 221 | Se a partícula <i>z</i> - é omitida, deve-se traduzir <i>or ēr p’oreal</i> necessariamente na passiva: “que estava cavado”, de acordo com o grego ὃ ἦν λελατομημένον ἐκ πέτρας. | |
| | 202 | — Mc XVI, 4 : <i>hayec ‘eal tesin zi t’awalec ‘uc ‘eal ēr zvēm̄n</i> , « ayant regardé, elles virent qu’on avait roulé la pierre »; mais si, avec Oskan, on supprime <i>z</i> -, il faut traduire « que la pierre avait été roulée, ὅτι ἀνακεχύλισται ὁ λίθος ». | 221 | — Mc 16, 4: <i>hayec ‘eal tesin zi t’awalec ‘uc ‘eal ēr zvēm̄n</i> , “tendo olhado, elas viram que se havia rolado a pedra”; mas se, com Oskan, se suprime <i>z</i> -, é preciso traduzir “que a pedra havia sido rolada, ὅτι ἀνακεχύλισται ὁ λίθος”. | |
| | 202–203 | A prendre la construction dans ses termes stricts, <i>oroc ‘tueal er zarcat ‘n</i> devrait se traduire « ceux qui avaient donné l’argent ». | 222 | Se se considerasse a construção estritamente nos seus termos, <i>oroc ‘tueal er zarcat ‘n</i> deveria traduzir-se “os que haviam dado o dinheiro”. | |
| | 203 | Prenons cette portion de texte : <i>zi č ‘ew ews ēr arkeal... i bant</i> on traduira : « car il n’avait pas encore été jeté en prison », ce qui coïncide exactement avec le grec : οὐπω γὰρ ἦν βεβλημένος εἰς τὴν φυλακὴν (J. III, 24). | 222 | Tomemos esta porção de texto: <i>zi č ‘ew ews ēr arkeal... i bant</i> ; traduziremos: “pois ele ainda não havia sido jogado na prisão”, o que coincide exatamente com o grego: οὐπω γὰρ ἦν βεβλημένος εἰς τὴν φυλακὴν (Jo 3,24). | |

(continuação)

| Texto | Pág. fr. | Texto em francês | Pág. port. | Texto em português | Obs. |
|--|----------|---|------------|---|---------------------|
| « Être » et « avoir » dans leurs fonctions linguistiques / “Ser” e “ser” nas suas funções linguísticas | 203 | Rétablissons maintenant la citation; nous avons omis le régime <i>zyovhannēs</i> ; la phrase est en réalité : <i>zi č’ew ews ēr arkeal zyovhannēs i bant</i> , ce qui doit alors se traduire : « on n’avait pas encore jeté Jean en prison », construction active en arménien, en face de la construction passive du grec : il eût suffi que l’arménien portât <i>yovhannēs</i> sans <i>z-</i> , et c’était un parfait passif, comme en grec. | 222 | Restabeleçamos agora a citação; omitimos o regime <i>zyovhannēs</i> ; a frase é, na realidade, <i>zi č’ew ews ēr arkeal zyovhannēs i bant</i> , o que se deve então traduzir: “ainda não se havia jogado João na prisão”, construção ativa em armênio, em face da construção passiva do grego: seria suficiente que o armênio tivesse <i>yovhannēs</i> sem <i>z-</i> , e seria um perfeito passivo, como o grego. | |
| | 204 | En grec, ὡς μοι πρότερον δεδήλωται (Hdt. VI, 123) signifie « comme je l’ai montré antérieurement », non « comme il m’a été montré »; ὥσπερ καὶ πρότερόν μοι εἴρηται (Thuc. XI, 94) « comme je l’ai dit », non « comme il m’a été dit » et pourtant une traduction littérale en latin : <i>sicut mihi iam prius dictum est</i> pourrait faire hésiter sur le sens. | 223 | No grego, ὡς μοι πρότερον δεδήλωται (Her. VI, 123) significa “como anteriormente o mostrei” e não “como me foi mostrado”; ὥσπερ καὶ πρότερόν μοι εἴρηται (Tuc. XI, 94), “como eu o disse” e não “como me foi dito”; no entanto, uma tradução literal em latim — <i>sicut mihi iam prius dictum est</i> — poderia fazer hesitar quanto ao sentido. | |
| | 204 | Pour rendre cette différence en latin, on n’a eu d’autre ressource que l’interversion des membres : « quae non sunt scripta..., haec scripta sunt ». | 224 | Para reproduzir essa diferença em latim, não houve outro recurso senão a interversão dos membros: “quae non sunt scripta..., haec scripta sunt”. | rendre > reproduzir |
| | 204–205 | L’arménien a choisi autrement : il rend οὐκ ἔστιν γεγραμμένον par <i>oč’ ē greal</i> , mais <i>γέγραπται</i> par l’aoriste <i>gre’aw</i> . | 224 | O armênio fez outra escolha: reproduz οὐκ ἔστιν γεγραμμένον por <i>oč’ ē greal</i> , mas <i>γέγραπται</i> pelo aoristo <i>gre’aw</i> . | rend > reproduz |
| | 206 | Un point nous paraît essentiel en gotique : c’est la construction participe + « être » pour rendre le parfait ou le prétérit passif du modèle : <i>qipan ist</i> , « ἐρρήθη »; <i>gamelip ist</i> , « γέγραπται »; <i>gasulid was</i> , « τεθεμελίωτο » (Le VI, 48); <i>instrugans warst</i> , « ἐνεκεντρίσθης, tu as été greffé » (Rom. XI, 24), etc. | 225 | Um ponto parece-nos essencial em gótico: é a construção participio -I- “ser”, para reproduzir o perfeito ou o pretérito passivo do modelo <i>qipan ist</i> , “ἐρρήθη [= “foi dito”]; <i>gamelip ist</i> , “γέγραπται [= “está escrito”]; <i>gasulid was</i> , “τεθεμελίωτο [= “estava bem alicerçada”] (Lc 6,48); <i>instrugans warst</i> , “ἐνεκεντρίσθης, foste enxertado” (Rom 11,24), etc. | rendre > reproduzir |

(continuação)

| Texto | Pág. fr. | Texto em francês | Pág. port. | Texto em português | Obs. |
|--|----------|--|------------|--|-------------------|
| « Être » et « avoir » dans leurs fonctions linguistiques / “Ser” e “ser” nas suas funções linguísticas | 206 | En v. anglais, où le passif se constitue avec <i>beon</i> , <i>wesan</i> , <i>weorðan</i> , on voit dès les premiers textes fonctionner le parfait transitif avec « avoir » : <i>ic pē sōðlice andette pæt ic cūðlice ġeleornad hæbbe</i> , « je te confesse en vérité ce que j’ai appris d’une manière sûre » (Alfred), traduisant « Ego autem tibi uerissime, quod certum didici, profiteor ». | 226 | No ant. inglês, em que o passivo se constitui com <i>beon</i> , <i>wesan</i> , <i>weorðan</i> , vê-se desde os primeiros textos funcionar o perfeito transitivo com “ter”: <i>ic pē sōðlice andette pæt ic cūðlice ġeleornad hæbbe</i> , “eu te confesso verdadeiramente o que aprendi de um modo certo” (Alfred), traduzindo <i>Ego autem tibi uerissime, quod certum didici, profiteor</i> . | |
| La phrase relative, problème de syntaxe générale / A frase relativa, problema de sintaxe geral | 216 | C’est ainsi qu’on est constamment amené à le traduire : <i>višve marūto yé sahāsaḥ</i> , « tous les Maruts, les puissants » (RV. VII, 34, 24); <i>amī ca yé maghāvāno vayām ca... niṣ ṭatanyuḥ</i> , « ceux-ci, les généreux, et nous, voulons percer » (I, 141, 13). | 237 | E assim que somos constantemente levados a traduzi-lo: <i>višve marūto yé sahāsaḥ</i> , “todos os Marutos, os poderosos” (RV. VII, 34, 24); <i>amī ca yé maghāvāno vayām ca... niṣ ṭatanyuḥ</i> , “estes, os generosos, e nós queremos transpassar” (I, 141, 13). | |
| Les relations de temps dans le verbe français / As relações de tempo no verbo francês | 243–244 | Parmi les textes qui serviraient de témoins, on devrait inclure aussi les traductions, qui nous renseignent sur les équivalences spontanées qu’un auteur trouve pour faire passer un récit écrit en une autre langue dans le système temporel qui convient au français. | 269 | Entre os textos que serviriam de testemunhos, deveriam incluir-se também as traduções, que nos informam sobre as equivalências espontâneas que um autor encontra para fazer passar uma narrativa escrita numa outra língua para o sistema temporal que convém ao francês. | |
| | 244 | Pour citer deux exemples de traductions récentes, le traducteur de la nouvelle d’Ernest Hemingway intitulée <i>La Grande Rivière au coeur double</i> (dans le recueil <i>The Fifth Column and the Forty-nine First Stories</i> , en français <i>Paradis perdu</i> , Paris, 1949) a employé continûment l’aoriste au long de quarante pages (avec l’imparfait et le plus-que-parfait). | 269 | Para citar dois exemplos de traduções recentes, o tradutor da novela de Ernest Hemingway intitulada <i>La grande rivière au coeur double</i> (na coletânea <i>The Fifth Column and the forty-nine first stories</i> , em francês <i>Paradis perdu</i> , Paris, 1949) empregou continuamente o aoristo ao longo de quarenta páginas (com o imperfeito e o mais-que-perfeito). | Em nota de rodapé |

(continuação)

| Texto | Pág. fr. | Texto em francês | Pág. port. | Texto em português | Obs. |
|---|----------|---|------------|--|-----------------------|
| Les verbes délocutifs / Os verbos delocutivos | 281 | Déjà en gotique la locution <i>pank fairhaitan</i> (= * <i>Dank verheißēn</i>), traduisant gr. <i>khárin ékhein</i> (Lc, XVII, 9), montre que <i>pank</i> était devenu un terme consacré, désormais détaché de <i>pagkjan</i> , « <i>denken</i> ». | 311 | Já no gótico, a locução <i>pank fairhaitan</i> = * <i>Dank verheißēn</i>), traduzindo o gr. <i>khárin ékhein</i> (Lc 17, 9), mostra que <i>pank</i> se havia tornado um termo consagrado, para sempre desligado de <i>pagkjan</i> , “ <i>denken</i> ”. | |
| | 284–285 | Une troisième acception apparaît quand <i>bene dicere</i> se prend dans la langue classique pour « louer, faire l'éloge de quelqu'un »; c'est de nouveau un développement dû à une influence littéraire : <i>bene dicere</i> sert à traduire gr. <i>eulogeîn</i> , tout différent de <i>euphêmeîn</i> ; | 314 | Uma terceira acepção evidencia-se quando <i>bene dicere</i> se toma na língua clássica por “louvar, fazer o elogio de alguém”; é novamente um desenvolvimento que se deve a uma influência literária: <i>bene dicere</i> serve para introduzir o gr. <i>eulogeîn</i> , totalmente diferente de <i>euphêmeîn</i> . | traduire > introduzir |
| | 285 | Enfin, quand gr. <i>eulogeîn</i> a été choisi lui-même pour rendre hébr. <i>brk</i> , c'est <i>benedicere</i> (devenu signe unique) qui en reste l'équivalent latin, mais cette fois dans la nouvelle valeur judéo-chrétienne de « bénir », produisant à son tour <i>benedictus</i> , <i>benedictio</i> . | 314 | Finalmente, o próprio gr. <i>eulogeîn</i> foi escolhido para traduzir o hebr. <i>brk</i> , e <i>benedicere</i> (tornado signo único) permaneceu como o equivalente latino, mas desta vez com o novo valor judeu-cristão, de “abençoar”, produzindo por sua vez <i>benedictus</i> , <i>benedictio</i> . | |
| Problèmes sémantiques de la reconstruction / Problemas semânticos da reconstrução | 291 | De là des problèmes sémantiques qui se ramènent, tout bien considéré, à des problèmes de traduction. | 321 | Daí os problemas semânticos que se reduzem, com as devidas considerações, a problemas de tradução. | |
| | 291 | On doit observer d'abord que là même où la traduction “poser” est admissible, les conditions de l'emploi montrent que « poser » signifie proprement « poser quelque chose qui subsistera désormais, qui est destiné à durer » : en grec, avec <i>themellia</i> , « poser les fondements », avec <i>bômon</i> , « fonder un autel ». | 322 | Deve observar-se, em primeiro lugar, que mesmo onde a tradução “estabelecer” é admissível, as condições do emprego mostram que “estabelecer” significa propriamente “estabelecer algo que subsistirá daí por diante, que está destinado a durar”: no grego, com <i>themellia</i> , “estabelecer os fundamentos”, com <i>bômon</i> , “erguer um altar”. | |

(continuação)

| Texto | Pág. fr. | Texto em francês | Pág. port. | Texto em português | Obs. |
|--|----------|--|------------|--|-----------------|
| Problèmes sémantiques de la reconstruction / Problemas semânticos da reconstrução | 293 | En réalité, la traduction de <i>tréphō</i> par « nourrir », dans l'emploi qui est en effet le plus usuel, ne convient pas à tous les exemples et n'est elle-même qu'une acception d'un sens plus large et plus précis à la fois. | 323 | Na realidade, a tradução de <i>tréphō</i> por “nutrir”, no emprego que é de fato o mais usual, não convém a todos os exemplos, e ela própria não é mais que uma acepção do sentido mais amplo e ao mesmo tempo mais preciso. | |
| | 293 | Avec <i>paídas</i> , <i>hippous</i> , on le traduira « nourrir, élever (des enfants, des chevaux) ». | 323 | Com <i>paídas</i> , <i>híppous</i> , se traduzirá por “nutrir, educar (crianças, cavalos)”. | |
| | 293 | Alors que <i>tréphein paída</i> se rend directement en anglais ou en français (« rear a child, nourrir un enfant »), <i>tréphein gala</i> exige une traduction spécifique (« curdle milk, cailler du lait »). | 324 | Enquanto <i>tréphein paída</i> se reproduz diretamente em inglês ou em francês (“rear a child, nourrir un enfant”), <i>tréphein gala</i> exige uma tradução específica (“curdle milk, cailler du lait”). | rend > reproduz |
| | 304 | C'est ce que nous transposons dans les termes de notre propre culture par la traduction usuelle « <i>maître de maison</i> ». | 335–336 | É o que transpomos, nos termos da nossa própria cultura, para a tradução usual “ <i>senhor da casa</i> ”. | |
| Euphémismes anciens et modernes / Eufemismos antigos e modernos | 314 | Il donne l'impression d'une traduction. | 346 | Dá a impressão de uma tradução. | |
| | 314 | Et c'est bien comme une traduction qu'il nous paraît s'expliquer : <i>carnu-fex</i> calque exactement gr. <i>κρεουργός</i> « boucher », déjà chez Esch. <i>κρεουργὸν ἡμαρ</i> (Ag., 1592); cf. <i>κατακρεοργεῖν</i> , « mettre em pièces » (Hdt., VII, 181); <i>κρεουργδὸν διασπάσαντες τοὺς ἄνδρας</i> , « les dépeçant membre à membre comme des bouchers » (Hdt., III, 13). | 346–347 | E é realmente como uma tradução que parece explicar-se: <i>carnu-fex</i> decalca exatamente o grego <i>κρεουργός</i> “açougueiro”, já em Ésquilo, <i>κρεουργὸν ἡμαρ</i> [= “dia de retalhadura”; donde, “dia de morte ou de crime ou de vingança ou de justiça”] (Ag., 1592), cf. <i>κατακρεοργεῖν</i> , “retalhar” (Her., VII, 181); <i>κρεουργδὸν διασπάσαντες τοὺς ἄνδρας</i> , “retalhando-os, membro a membro, como açougueiros” (Her., III, 13). | |
| Don et échange dans le vocabulaire indo-européen / Dom e troca no vocabulário indo-europeu | 317 | Or, le terme grec que <i>arbi-numja</i> traduit est <i>κληρονόμος</i> « héritier ». | 351 | Ora, o termo grego que <i>arbi-numja</i> traduz é <i>κληρονόμος</i> , “herdeiro”. | |
| | 318 | Pour « don », le grec ancien n'a pas moins de cinq mots distincts et parallèles, que nos dictionnaires et traductions rendent identiquement « don, cadeau » : <i>δῶς</i> , <i>δόσις</i> , <i>δῶρον</i> , <i>δωρεά</i> , <i>δωτήνη</i> . | 351 | Para “dom”, o grego antigo tem nada menos de cinco palavras distintas e paralelas, que os nossos dicionários de traduções traduzem identicamente como “dom, presente”: <i>δῶς</i> , <i>δόσις</i> , <i>δῶρον</i> , <i>δωρεά</i> , <i>δωτήνη</i> . | |

(continuação)

| Texto | Pág. fr. | Texto em francês | Pág. port. | Texto em português | Obs. |
|--|----------|---|------------|---|------------------------|
| Don et échange dans le vocabulaire indo-européen / Dom e troca no vocabulário indo-europeu | 323 | Ce mot apparaît dans la traduction de Marc, VII, 11, pour rendre <i>δῶρον</i> , mais comme équivalent du mot hébreu <i>קורבֿאֵן</i> , « offrande au Trésor du Temple ». | 357 | Essa palavra aparece na tradução de Mc 7, 11, para traduzir <i>δῶρον</i> , mas como o equivalente da palavra hebraica <i>קורבֿאֵן</i> , “oferenda ao Tesouro do Templo”. | |
| | 325–326 | Mais en grec <i>ἀλφάνω</i> se laisse interpréter plus exactement que ne l’indiquent les dictionnaires en le rendant par « gagner, rapporter ». | 360 | No grego, porém, <i>ἀλφάνω</i> se deixa interpretar mais exatamente do que o indicam os dicionários traduzindo-o por “ganhar, obter”. | |
| La notion de « rythme » dans son expression linguistique / A noção de “ritmo” na sua expressão linguística | 331 | C’est là exactement le sens de <i>ῥυθμίζω</i> , « donner une forme », et le scholiaste rend avec raison <i>ῥυθμίζειν</i> par <i>σχηματίζειν, διατοροῦν</i> , « figurer, localiser ». | 366 | Esse é exatamente o sentido de <i>ῥυθμίζω</i> , “dar uma forma”, e o escoliasta traduz com razão <i>ῥυθμίζειν</i> por <i>σχηματίζειν, διατοροῦν</i> , “imaginar, localizar”. | |
| | 332 | Pour « forme », il y a en grec d’autres expressions : <i>σχῆμα, μορφή, εἶδος</i> , etc., dont <i>ῥυθμός</i> doit en quelque manière se distinguer, mieux que notre traduction ne peut l’indiquer. | 367 | Para “forma”, há em grego outras expressões: <i>σχῆμα, μορφή, εἶδος</i> , etc., das quais <i>ῥυθμός</i> deve de algum modo distinguir-se, melhor do que pode indicá-lo a nossa tradução. | |
| | 333 | Quand les auteurs grecs rendent <i>ῥυθμός</i> par <i>σχῆμα</i> , quand nous-même le traduisons par « forme », ce n’est dans les deux cas qu’une approximation. | 367 | Quando os escritores gregos interpretam <i>ῥυθμός</i> como <i>σχῆμα</i> , quando nós mesmos o traduzimos por “forma”, trata-se, nos dois casos, apenas de uma aproximação. | rendent > interpreta m |
| Civilisation : contribution à l’histoire du mot / Civilização: contribuição à história da palavra | 342 | On le rencontre d’abord un an plus tôt, en 1771, dans l’ouvrage de John Millar, professeur à l’Université de Glasgow, <i>Observations concerning the distinction of ranks in society</i> , ouvrage qui fut traduit en français d’après la seconde édition, sous le titre de <i>Observations sur les commencemens de la société</i> (Amsterdam, 1773). | 378–379 | Encontramo-la em primeiro lugar um ano antes, em 1771, no trabalho de John Millar, professor na Universidade de Glasgow, <i>Observations concerning the distinction of ranks in society</i> , trabalho cuja segunda edição foi traduzida em francês sob o título de <i>Observations sur les commencemens de la société</i> (Amsterdam, 1773). | |
| | 342 | Cette traduction a été mentionnée seule par L. Febvre, op. cit., p. 9 et 22. | 379 | Essa tradução foi mencionada sozinha por L. Febvre. op. cit., p. 9 e 22. | |
| | 342–343 | Dans la traduction française, c’est toujours <i>civilisation</i> qui rend le mot anglais et qui parfois est employé (p. 154) même là où le texte anglais dit <i>refinement</i> . | 379 | Na tradução francesa, é sempre <i>civilisation</i> que traduz a palavra inglesa e às vezes é empregada (p. 154) mesmo onde o texto inglês diz <i>refinement</i> . | Em nota de rodapé |

(conclusão)

| Texto | Pág. fr. | Texto em francês | Pág. port. | Texto em português | Obs. |
|---|----------|---|------------|--|-------------------|
| Civilisation : contribution à l'histoire du mot / Civilização: contribuição à história da palavra | 343 | Une traduction française en a été publiée en 1783 (l'avertissement de l'éditeur porte qu'elle était imprimée à cette date depuis près de cinq ans), <i>Histoire de la société civile</i> , trad. Bergier. | 379 | Uma tradução francesa foi publicada em 1783 (a advertência do editor diz que foi impressa nessa data após quase cinco anos), <i>Histoire de la société civile</i> , trad. Bergier. | Em nota de rodapé |
| | 343 | Le traducteur se sert partout de <i>civilisation</i> . | 379 | O tradutor emprega sempre <i>civilisation</i> . | Em nota de rodapé |

Fonte: Elaborado pela autora a partir de Benveniste (2000a; 1995a).

Quadro 2 – Ocorrências de tradução no PLG II

(continua)

| Texto | Pág. fr. | Texto em francês | Pág. port. | Texto em português | Obs. |
|--|----------|---|------------|---|------|
| Structuralisme et linguistique / Estruturalismo e linguística | 21 | L'appropriation du langage à l'homme, c'est l'appropriation du langage à l'ensemble des données qu'il est censé traduire, l'appropriation de la langue à toutes les conquêtes intellectuelles que le maniement de la langue permet. | 21 | A apropriação da linguagem pelo homem é a apropriação da linguagem pelo conjunto de dados que se considera que ela traduz, a apropriação da língua por todas as conquistas intelectuais que o manejo da língua permite. | |
| Ce langage qui fait l'histoire / Esta linguagem que faz a história | 30 | Ce texte est extrêmement ardu, d'une densité incroyable (quand on le traduit, il faut dix mots de glose pour un mot du texte), mais cette concision est voulue parce que c'était un ensemble de formules à mémoriser destiné à un enseignement oral que des maîtres se transmettaient et qu'ils enrichissaient de commentaires. | 30 | Este texto é extremamente pesado, de uma densidade inacreditável (quando se o traduz, são necessárias dez palavras de glosa para uma palavra de texto), mas esta concisão é desejada porque era um conjunto de fórmulas para memorizar destinado a um ensinamento oral que mestres se transmitiam e que eles enriqueciam com comentários. | |
| | 31 | Vous savez que Chomsky a écrit <i>Cartesian Linguistics</i> , qui va être traduit en français, et il retrouve dans les considérations de Descartes sur le fonctionnement de l'esprit la justification philosophique de ce qu'il appelle, lui, la « grammaire générative ». | 31 | O senhor sabe que Chomsky escreveu <i>Cartesian Linguistics</i> , que vai ser traduzido para o francês, e ele reencontra nas considerações de Descartes sobre o funcionamento do espírito a justificativa filosófica do que ele chama a "gramática gerativa". | |

(continuação)

| Texto | Pág. fr. | Texto em francês | Pág. port. | Texto em português | Obs. |
|---|----------|---|------------|--|--|
| Sémiologie de la langue / Semiologia da língua | 61 | Erwin Panofsky, <i>Architecture gothique et pensée scolastique</i> , trad. P. Bourdieu (Paris, 1967), 104 sq.; cf. P. Bourdieu, <i>ibid.</i> , 152 sq. citant les homologues entre l'écriture et l'architecture gothique indiquées par R. Marichal. | 62 | Erwin Panofsky, <i>Architecture gothique et pensée scolastique</i> , trad. P. Bourdieu (Paris, 1967), 104 s.; cf. P. Bourdieu, <i>ibid.</i> , 152 s. citam as homologias entre a escritura e a arquitetura gótica indicadas por R. Marichal. | Em nota de rodapé |
| L'appareil formel de l'énonciation / O aparelho formal da enunciação | 87 | Nous traduisons ici quelques passages de l'article de B. Malinowski publié chez Ogden et Richards, <i>The meaning of meaning</i> , 1923, p. 313 sq. | 89 | Traduzimos aqui algumas passagens do artigo de B. Malinowski publicado em Ogden e Richards, <i>The meaning of meaning</i> , 1923, p. 313 e s. | Em nota de rodapé |
| | 88 | Elle n'a encore fait l'objet que de quelques références, par exemple chez Grâce de Laguna, <i>Speech, its function and development</i> , 1927, p. 244 n. ; R. Jakobson, <i>Essais de linguistique générale</i> , trad. N. Ruwet, 1963, p. 217. | 90 | Não há sobre ela senão algumas referências, por exemplo, em Grace de Laguna, <i>Speech, its function and development</i> , 1927, p. 244 n.; R. Jakobson, <i>Essais de linguistique générale</i> , trad. N. Ruwet, 1963, p. 217. | Em nota de rodapé |
| Convergences typologiques / Convergências tipológicas | 106 | Une douzaine de représentants au total, que nous reprenons maintenant séparément pour une traduction analytique de leurs composants : | 108 | Uma dúzia de representantes ao todo, que retomamos agora separadamente para uma tradução analítica de seus componentes: | Seguido de vários exemplos de traduções de 11 termos |
| | 109 | <i>Ma-'nik · i-</i> « to stick one's hand in (water) » (Sapir) n'est transitif que dans cette traduction : le thème <i>'niyi-'nik · i-</i> signifie « to stick, be stuck in » et les exemples sont bien ceux d'un verbe intransitif. | 111 | <i>Ma-'nik · i-</i> “to stick one's hand in (water)” (Sapir) só é transitivo nesta tradução: o tema <i>'niyi-'nik · i-</i> significa “to stick, be stuck in” e os exemplos são precisamente os de um verbo intransitivo. | |
| | 109 | Il vaudrait mieux traduire « to be stuck with one's hand in (water) ». | 111 | Seria melhor traduzir: “to be stuck with one's hand in (water)”. | |
| | 110 | Whorf souligne lui-même (et nous attirons l'attention sur les termes qu'il met en italique dans ses traductions) que l'objet nominal incorporé doit être interprété comme un modificateur (“ a modifier”) « dont l'équivalence avec un objet est conditionnée par la logique grammaticale », en fait, dirions-nous, comme un déterminant instrumental du verbe. | 113 | O próprio Whorf assinala (e nós chamamos a atenção sobre os termos que ele coloca em itálico em suas traduções) que o objeto nominal incorporado deve ser interpretado como um modificador (“a modifier”) “cuja equivalência com um objeto é condicionada pela lógica gramatical”, na verdade, diríamos nós, como um determinante instrumental do verbo. | |

(continuação)

| Texto | Pág. fr. | Texto em francês | Pág. port. | Texto em português | Obs. |
|--|-------------|--|------------|---|-------------------|
| Convergences typologiques / Convergências tipológicas | 110 | La traduction de <i>mepam-po 'powa</i> par « il sarcle (- <i>po 'powa</i>) des rangées d'agaves (<i>mepami 'λ</i>) » ferait penser à une rection transitive. | 113 | A tradução de <i>mepam-po 'powa</i> por “ele sacha (- <i>po 'powa</i>) fileiras de agaves (<i>mepami 'λ</i>)” faria pensar numa regência transitiva. | |
| | 115 | On eût pu faire <i>*travailliste</i> , comme <i>capitaliste</i> , anticipant sur l'innovation qui devait survenir plus tard pour rendre l'anglais <i>labourite</i> , mais <i>travailleur</i> avait l'avantage, pour l'idéologie et la propagande, de se lier à l'opposition <i>travailleur/oisif</i> et <i>travailleur/bourgeois</i> . | 117 | Foi possível fazer <i>*travailliste</i> , como <i>capitaliste</i> , antecipando a inovação que deveria sobrevir mais tarde para traduzir o inglês <i>labourite</i> , mas <i>travailleur</i> tem a vantagem, para a ideologia e a propaganda, de se ligar à oposição <i>travailleur / oisif</i> e <i>travailleur / bourgeois</i> . | |
| Mécanismes de transposition / Mecanismos de transposição | 122 | Mais il faut prendre garde que « <i>grand</i> (chasseur) » n'est qu'une des traductions de l'hébreu <i>gibbor</i> « vigoureux, puissant ». | 124 | Mas é preciso tomar cuidado que “ <i>grand</i> (chasseur)” é só uma das traduções do hebraico <i>gibbor</i> “vigoueux, puissant”. | Em nota de rodapé |
| | 122 | Le grec des Septante l'a rendu par <i>gigas</i> (<i>kunēgós</i>) « géant, puissant », la Vulgate par <i>robustus</i> (<i>venator</i>), la Bible de Jérusalem par « vaillant (chasseur) ». | 124 | O grego dos Septante a traduziu por <i>gigas</i> (<i>kunēgós</i>) “géant, puissant”, a Vulgata por <i>robustus</i> (<i>venator</i>), a Bíblia de Jerusalém por “vaillant (chasseur)”. | Em nota de rodapé |
| | 124 | En fait, on sait que <i>haut-parleur</i> est une traduction, introduite vers 1923, de l'anglais <i>loud-speaker</i> . | 127 | De fato, sabe-se que <i>haut-parleur</i> é uma tradução, introduzida por volta de 1923, do inglês <i>loud-speaker</i> . | |
| Les transformations des catégories linguistiques / As transformações das categorias linguísticas | 126 | Publié seulement en traduction anglaise dans <i>Directions for Historical Linguistics</i> (Symposium in Historical Linguistics, April 29-30 1966, The University of Texas, Linguistics Department), Austin-London; University of Texas Press, 1968, pp. 85-94. | 129 | Publicado somente em tradução inglesa em <i>Directions for Historical Linguistics</i> (Symposium in Historical Linguistics, April, 29-30, 1966, The University of Texas, Linguistics Department), Austin-London; University of Texas Press, 1968, p. 85-94. | Em nota de rodapé |
| Pour une sémantique de la préposition allemande <i>vor</i> / Por uma semântica da preposição alemã <i>vor</i> | 138– 139 | Le texte est en réalité <i>omissis rebus aliis prae unius cura</i> , litt. « toutes les autres affaires étant négligées, à l'extrême du souci d'une seule », ou comme traduit Baillet (éd. Budé) : « Comme on négligeait toutes les autres affaires pour ne s'occuper que de celle-là ». | 141 | O texto é, na verdade, <i>omissis rebus aliis prae unius cura</i> , literalmente, “todas as demais coisas sendo negligenciadas em prol de uma só”, ou como traduz Baillet (ed. Budé): “Como se negligenciavam outras coisas para só se ocupar daquela”. | Em nota de rodapé |

(continuação)

| Texto | Pág. fr. | Texto em francês | Pág. port. | Texto em português | Obs. |
|--|----------|---|------------|---|-------------------|
| Fondements syntaxiques de la composition nominale / Fundamentos sintáticos da composição nominal | 150 | <i>devákṣatra-</i> (RV. V 64,7) est à prendre comme nom propre, en accord avec Geldner (trad. ad loc.) et Renou (<i>Et. véd. et pan.</i> , V, 1959, p. 80; VII, 1960, p. 45); en cette qualité il s'interprétera bien mieux comme un bahuvrīhi : « dont le <i>kṣatra</i> vient des <i>devas</i> »; | 152 | <i>devákṣatra-</i> (RV. V 64,7) deve ser considerado como nome próprio, de acordo com Geldner (trad. ad loc.) e Renou (<i>Et. véd. et pan.</i> , V, 1959, p. 80; VII, 1960, p. 45); como tal será melhor interpretado como um bahuvrīhi: “cujo <i>kṣatra</i> vem dos <i>devas</i> ”; | Em nota de rodapé |
| | 151 | Le rapport s'éclaire par la valeur contextuelle de <i>hiranya-rathá-</i> (RV. I 30,16) : non « char fait en or », mais « char plein d'or » (« goldbeladener Wagen » Wackernagel; « ein Wagen voll Gold » Geldner); <i>ratha-</i> est pris ici comme nom de contenant; on traduirait mieux : « charretée d'or ». | 153 | A relação se esclarece pelo valor contextual de <i>hiranya-rathá-</i> (RV. I. 30,16): não “carro feito de ouro”, mas “carro cheio de ouro” (“Goldbeladener Wagen” Wackernagel; “ein Wagen voll Gold” Geldner); <i>ratha-</i> é tomado aqui como nome de continente; seria melhor traduzido por “carroçada de ouro”. | |
| | 154 | Très instructif dans son contexte est hom. <i>ἀρχέκακος</i> « qui a été cause d'un mal », épithète appliquée à un objet particulier dans son rapport avec un événement particulier : ... <i>νήας</i> ... <i>ἀρχεκάκους, αἱ πᾶσι κακὸν Τρώεσσι γέροντο οἷ τ' αὐτῶ</i> « ces vaisseaux cause de maux, qui furent un malheur pour tous les Troyens, et pour lui-même aussi » (E 62-4); la phrase relative semble une traduction analytique du composé. | 156 | Muito instrutivo em seu contexto é o hom. <i>ἀρχέκακος</i> “que foi causa de um mal”, epíteto aplicado a um objeto particular em sua relação com um acontecimento particular: ... <i>νήας</i> ... <i>ἀρχεκάκους, αἱ πᾶσι κακὸν Τρώεσσι γέροντο οἷ τ' αὐτῶ</i> “esses navios causa de males, que foram uma desgraça para todos os Troianos, e para ele próprio também” (E 62-4); a frase relativa parece uma tradução analítica do composto. | |
| Formes nouvelles de la composition nominale / Formas novas da composição nominal | 170 | Cette spécialisation de <i>auricula</i> était d'ailleurs ancienne; on trouve déjà dans le Nouveau Testament <i>ὠτόριον</i> pour le « pavillon de l'oreille », la partie de cet organe qu'on peut trancher, et la Vulgate le rend par <i>auricula</i> (Mc 14, 47; J. 18, xo). | 173 | Esta especialização de <i>auricula</i> era, aliás, antiga: já no Novo Testamento encontramos <i>ὠτόριον</i> por o “pavilhão da orelha”, a parte deste órgão que se pode cortar, e a Vulgata o traduz por <i>auricula</i> (Mc. 14, 47; Jo. 18, 10). | |

(continuação)

| Texto | Pág. fr. | Texto em francês | Pág. port. | Texto em português | Obs. |
|---|----------|--|------------|--|------|
| L'antonyme et le pronom en français moderne / O antônimo e o pronome em francês moderno | 200–201 | Pour ce « nom propre de locuteur » qui se réalise toujours et seulement dans l'acte de parole et que tout parlant assume pour son compte personnel, nous proposons le terme d'antonyme : il procède de gr. <i>ἀντωνυμία</i> qui est l'original traduit en latin par <i>pronomem</i> . | 205 | A este “nome próprio de locutor” que se realiza sempre e somente no ato de fala, que todo falante assume por sua conta pessoal, nós propomos o termo antônimo: ele vem do grego <i>ἀντωνυμία</i> que é o original traduzido em latim por <i>pronomem</i> . | |
| La forme et le sens dans le langage / A forma e o sentido na linguagem | 216 | Il n'y a pas si longtemps que l'école du linguiste américain Bloomfield, qui représentait à peu près toute la linguistique américaine et qui rayonnait largement au dehors, taxait de mentalisme l'étude du « meaning », de quelque manière qu'on traduise ce terme. | 221 | Não é necessário ir muito longe: a escola do linguista americano Bloomfield, que representa quase toda a linguística americana e com larga influência fora dela, taxa de mentalismo o estudo do “meaning”, de qualquer maneira que se traduza este termo. | |
| | 225–226 | Une phrase participe toujours de « l'ici - maintenant »; certaines unités du discours y sont conjointes pour traduire une certaine idée intéressant un certain présent d'un certain locuteur. | 230 | Uma frase participa sempre do “aqui e agora”; algumas unidades de discurso são aí unidas para traduzir uma certa ideia interessante, um certo presente de um certo locutor. | |
| | 228 | On peut transposer le sémantisme d'une langue dans celui d'une autre, « salva veritate »; c'est la possibilité de la traduction; mais on ne peut pas transposer le sémiotisme d'une langue dans celui d'une autre, c'est l'impossibilité de la traduction. | 233 | Pode-se transpor o semantismo de uma língua para o de uma outra, “salva veritate”; é a possibilidade da tradução; mas não se pode transpor o semioticismo de uma língua para o de uma outra; é a impossibilidade da tradução. | |
| | 228 | Néanmoins, que la traduction demeure possible comme procès global est aussi une constatation essentielle. | 233 | No entanto, que a tradução se torne possível como processo global é também uma constatação essencial. | |
| Diffusion d'un terme de culture : latin <i>orarium</i> / Difusão de um termo de cultura: o latim <i>orarium</i> | 241 | Le texte du Nouveau Testament présente quatre exemples du mot <i>σουδάριον</i> , « serviette, mouchoir », et, assez naturellement, la Vulgate le rend chaque fois par <i>sūdārium</i> « mouchoir à essuyer la sueur », puisque <i>sudarium</i> est l'original de l'emprunt grec <i>σουδάριον</i> . | 245 | O texto do Novo Testamento apresenta quatro exemplos da palavra <i>σουδάριον</i> , “toalha, lenço”, e, muito naturalmente, a Vulgata a traduz cada vez por <i>sūdārium</i> “lenço para enxugar o suor”, já que <i>sudarium</i> é o original do empréstimo grego <i>σουδάριον</i> . | |

(continuação)

| Texto | Pág. fr. | Texto em francês | Pág. port. | Texto em português | Obs. |
|--|----------|--|------------|--|----------------------|
| <p>Diffusion d'un terme de culture : latin <i>orarium</i> / Difusão de um termo de cultura: o latim <i>orarium</i></p> | 243 | Pour Jean 11, 44 ἡ ὄψις αὐτοῦ σουδαρίῳ περιεδέδετο « sa figure était enveloppée d'un mouchoir », la Vulgate donne, on l'a vu, <i>facies illius sudario erat ligata</i> , et rien ne paraît plus naturel que de trouver, ici comme ailleurs, gr. σουδάριον rendu par lat. <i>sudarium</i> . | 247 | Para João 11, 44 ἡ ὄψις αὐτοῦ σουδαρίῳ περιεδέδετο “seu rosto estava envolto por um lenço”, a Vulgata dá, como se viu, <i>facies illius sudario erat ligata</i> , e nada parece mais natural que encontrar, aqui como em outras partes, o grego σουδάριον representado pelo lat. <i>sudarium</i> . | rendu > representado |
| | 243 | Mais assez curieusement, la plus ancienne traduction latine, la <i>Vetus Latina</i> (Itala) ne portait pas ici <i>sudarium</i> , mais un mot différent, <i>orarium</i> , que la Vulgate a banni pour y substituer le <i>sudarium</i> du texte actuel. | 247 | Mas muito curiosamente, a mais antiga tradução latina, a <i>Vetus Latina</i> (Itala) não trazia aqui <i>sudarium</i> , mas uma palavra diferente, <i>orarium</i> , que a Vulgata baniu para substituir pelo <i>sudarium</i> do texto atual. | |
| | 243 | Si les plus anciens traducteurs, ayant à rendre le σουδάριον de Jean 11, 44, ont choisi <i>orarium</i> , alors que <i>sudarium</i> paraissait s'imposer ou en tout cas se présentait en premier, cette préférence doit avoir une raison. | 247 | Se os mais antigos tradutores, tendo de traduzir σουδάριον de João, 11, 44, escolheram <i>orarium</i> , enquanto <i>sudarium</i> parecia impor-se ou, em todo caso, apresentava-se em primeiro lugar, esta preferência deve ter uma razão. | |
| | 244 | On peut donc voir dans le choix de <i>orarium</i> chez les premiers traducteurs des Évangiles pour le σουδάριον de Jean 11, 44, un reflet de l'usage commun, et dans le <i>sudarium</i> que la Vulgate y substitue, le souci du bien dire. | 248 | Pode-se, pois, ver na escolha de <i>orarium</i> pelos primeiros tradutores dos Evangelhos para σουδάριον de João, 11, 44, um reflexo do uso comum, e no <i>sudarium</i> pelo qual a Vulgata o substitui, a preocupação do bem falar. | |
| | 244 | Il est intéressant de voir comment Wulfila le traduit. | 248 | É interessante verificar como Wulfila o traduz. | |
| | 244 | Ce mot gotique <i>fana</i> rend ailleurs (Mt 9, 16; Mc 2, 21) gr. ῥᾶχος, lat. <i>pannus</i> « pièce de tissu (pour réparer un vêtement) ». | 248 | Esta palavra gótica <i>fana</i> substitui em outros lugares (Mateus, 9, 16; Marcos, 2, 21) gr. ῥᾶχος, lat. <i>pannus</i> “peça de tecido (para reparar uma vestimenta)”. | rend > substitui |
| | 244 | Le traducteur a donc pris ici <i>sudarium</i> non dans son sens propre, mais dans son acception contextuelle de « pièce d'étoffe, linge (à envelopper un objet quelconque) ». | 248 | O tradutor tomou, pois, aqui <i>sudarium</i> não no seu sentido próprio, mas na sua aceção contextual de “pedaço de fazenda, pano (para envolver um objeto qualquer)”. | |
| | 244 | Il est traduit : <i>zvlits is auralja bibundans</i> . | 249 | Está traduzido: <i>wlits is auralja bibundans</i> . | |

(continuação)

| Texto | Pág. fr. | Texto em francês | Pág. port. | Texto em português | Obs. |
|---|----------|--|------------|--|----------------------------|
| Diffusion d'un terme de culture : latin <i>orarium</i> / Difusão de um termo de cultura: o latim <i>orarium</i> | 245 | Le traducteur gotique a dû utiliser, à côté du grec, un texte latin ancien tel que le Brixianus qui donne en effet <i>orarium</i> . | 249 | O tradutor gótico deve ter utilizado, ao lado do grego, um texto antigo latino tal como o Brixianus, que traz, efetivamente, <i>orarium</i> . | |
| | 245 | Sur l'importance du Brixianus pour la traduction gotique, cf. W. Streitberg, <i>Die gotische Bibel</i> , p. XLII sq. | 249 | Sobre a importância do Brixianus para a tradução gótica, cf. W. Streitberg, <i>Die Gotische Bibel</i> , p. XLII s. | Em nota de rodapé |
| | 246 | Voici la traduction du passage sogdien : « Les deux diacres auprès de l'autel sont l'image de ces anges qui sont visibles aux pieds et à la tête de Notre-Seigneur. | 250 | Eis a tradução da passagem sogdiana, “os dois diáconos ao pé do altar são a imagem destes anjos que são visíveis aos pés e à cabeça de Nosso Senhor. | |
| Genèse du terme « scientifique » / Gênese do termo “científico” | 250 | Boèce n'a pas produit <i>scientificus</i> dans ses écrits originaux en suite d'une réflexion personnelle sur la science; il a forgé le mot pour les besoins de sa traduction d'Aristote. | 256 | Boécio não produziu <i>scientificus</i> em seus escritos originais em seguida a uma reflexão pessoal sobre a ciência; ele forjou a palavra por necessidades de sua tradução de Aristóteles. | |
| | 251 | Boèce traduit : | 256 | Boécio traduz: | Seguido do texto traduzido |
| | 251 | Pour ce texte d'Aristote, l'édition utilisée est celle de W. D. Ross et L. Minio-Palluello (Oxford, 1964), où l'introduction (p. VI) renseigne sur l'histoire de la traduction latine des <i>Secondes Analytiques</i> , et donne (p. X sq.) les références à l' <i>Aristoteles Latinus</i> . | 256 | Para este texto de Aristóteles, a edição utilizada é a de W. D. Ross e L. Minio Palluello (Oxford, 1964), cuja introdução (p. VI) fala sobre a história da tradução latina das <i>Segundas Analíticas</i> e dá (p. X s.) referências ao <i>Aristoteles Latinus</i> . | Em nota de rodapé |
| | 251 | Trad. J. Tricot, <i>Organon IV, Les Secondes Analytiques</i> , éd. 1966, p. 8. | 256 | Trad. J. Tricot, <i>Organon IV, Les Secondes Analytiques</i> , éd. 1966, p. 8. | Em nota de rodapé |
| | 251 | Il rend l'expression à l'accusatif <i>συλλογισμὸν ἐπιστημονικόν</i> en la transcrivant par <i>syllogismum epistemonicon</i> , mais il y ajoute la glose : <i>id est facientem scire</i> « (syllogisme épistémologique), c'est-à-dire qui fait savoir », utilisant par avance la définition qu'Aristote donne quelques lignes plus bas : le syllogisme sera une démonstration parce qu'« il produira la science », <i>ποιήσει ἐπιστήμην, faciet scientiam</i> . | 257 | Ele coloca a expressão em acusativo <i>συλλογισμὸν ἐπιστημονικόν</i> transcrevendo-a por <i>syllogismum epistemonicon</i> , mas junta a glosa: <i>id est facientem scire</i> “(silogismo epistemológico), isto é, que faz saber”, utilizando antecipadamente a definição que Aristóteles dá algumas linhas abaixo: o silogismo será uma demonstração visto que “produzirá ciência”, <i>ποιήσει ἐπιστήμην, faciet scientiam</i> . | rend > coloca |

(continuação)

| Texto | Pág. fr. | Texto em francês | Pág. port. | Texto em português | Obs. |
|---|----------|--|------------|--|-------------------|
| Genèse du terme « scientifique » / Gênese do termo “científico” | 252 | Dans le même traité, <i>οἱ ἐπιστημονικὸὶ συλλογισμοί</i> (155 b 15) est traduit <i>scientifici syllogismi</i> . | 257 | No mesmo tratado, <i>οἱ ἐπιστημονικὸὶ συλλογισμοί</i> (155 b 15) é traduzido por <i>scientifici syllogismi</i> . | |
| | 252 | Il apparaît donc que Boèce a forgé <i>scientificus</i> pour traduire le terme aristotélicien <i>ἐπιστημονικός</i> , et qu’il emploie toujours cet adjectif <i>scientificus</i> dans la plénitude du sens étymologique : « qui <i>produit</i> le savoir ». | 257–258 | Parece, pois, que Boécio forjou <i>scientificus</i> para traduzir o termo aristotélico <i>ἐπιστημονικός</i> , e que emprega sempre este adjetivo <i>scientificus</i> na plenitude do sentido etimológico: “que <i>produz</i> o saber”. | |
| | 252 | Trad. Tricot, <i>Organon V, Les Topiques</i> , éd. 1950, p. 236. | 257 | Trad. Tricot, <i>Organon V, Les Topiques</i> , éd. 1950, p. 236. | Em nota de rodapé |
| | 252 | Il est d’autant plus intéressant de relever que Boèce donne une traduction différente du même- terme aristotélicien <i>ἐπιστημονικός</i> dans un passage des <i>Secondes Analytiques</i> (77 a 38) ou <i>ἐρώτημα ἐπιστημονικόν</i> est traduit <i>interrogatio scientialis</i> . | 258 | É tanto mais interessante salientar que Boécio dá uma tradução diferente do mesmo termo aristotélico <i>ἐπιστημονικός</i> em uma passagem das Segundas Analíticas (77 a 38) onde <i>ἐρώτημα ἐπιστημονικόν</i> é traduzido por <i>interrogatio scientialis</i> . | |
| | 252 | Boèce a donc distingué deux acceptions de <i>ἐπιστημονικός</i> : 1° « propre à la science » qu’il traduit <i>scientialis</i> , et 2° « qui produit la science », qu’il rend par <i>scientificus</i> . | 258 | Boécio, portanto, distinguiu duas acepções de <i>ἐπιστημονικός</i> : 1.º “próprio à ciência”, que traduz por <i>scientialis</i> , e 2.º “que produz a ciência”, que exprime por <i>scientificus</i> . | rend > exprime |
| Comment s’est formée une différenciation lexicale en français / Como se formou uma diferenciação lexical em francês | 261 | <i>Ibid.</i> 335, trad. Ernout. | 266 | <i>Ibid.</i> 335, trad. Ernout. | Em nota de rodapé |
| | 261 | Lucrèce I 835-7, trad. Ernout. | 266 | Lucrécio I 835-7, trad. Ernout. | Em nota de rodapé |
| | 262 | Pétrone, <i>Sat.</i> 44, 3, trad. Ernout. | 267 | Petrônio, <i>Sat.</i> 44, 3, trad. Ernout. | Em nota de rodapé |
| | 263 | Le neutre <i>λεπτόν</i> pris comme substantif désigne dans le Nouveau Testament une menue monnaie : on l’a rendu en latin par <i>minutum</i> : <i>ἔβαλεν λεπτὰ δύο</i> = Vulg. « misit duo <i>minuta</i> »; — <i>ἕως καὶ τὸ ἔσχατὸν λεπτόν ἀποδώς</i> = Vulg. « donec etiam novissimum <i>minutum</i> reddas », locution proverbiale « (tu ne sortiras pas d’ici) que tu n’aies payé jusqu’au dernier sou ». | 268 | O neutro <i>λεπτόν</i> , tomado como substantivo, designa no Novo Testamento uma pequena moeda: ele foi traduzido em latim por <i>minutum</i> : <i>ἔβαλεν λεπτὰ δύο</i> = Vulg. “misit duo <i>minuta</i> ”; — <i>ἕως καὶ τὸ ἔσχατὸν λεπτόν ἀποδώς</i> = Vulg. “donec etiam novissimum <i>minutum</i> reddas”, locução proverbial “(tu não sairás daqui) enquanto não tiveres pegado o último centavo [sou]”. | |

(continuação)

| Texto | Pág. fr. | Texto em francês | Pág. port. | Texto em português | Obs. |
|---|----------|--|------------|--|-----------|
| Comment s'est formée une différenciation lexicale en français / Como se formou uma diferenciação lexical em francês | 263 | Pour traduire cette notion, le latin a choisi <i>minutus</i> qu'il a commencé par spécialiser dans une expression descriptive; ainsi chez Augustin : « dies et horas <i>minutioresque horarum articulos</i> »; puis il en a fait une désignation directe, <i>minutum</i> d'abord, ensuite <i>minuta</i> « minute », qui s'est implanté dans la plupart des langues modernes. | 268–269 | Para traduzir esta noção, o latim escolheu <i>minutus</i> que ele começou por especializar numa expressão descritiva; assim, em Santo Agostinho: “dies et horas <i>minutioresque horarum articulos</i> ”; depois, fez dele uma designação direta, primeiramente <i>minutum</i> , a seguir <i>minuta</i> “minuto”, que se implantou na maior parte das línguas modernas. | |
| | 264 | Toute chance de rencontre fortuite ou de développement spontané est exclue dans les exemples que fournit l'Itala, où <i>minutus</i> a été choisi pour traduire <i>λεπτός</i> : | 269 | Toda possibilidade de encontro fortuito ou desenvolvimento espontâneo fica excluída nos exemplos que fornece a Itala, onde <i>minutus</i> foi escolhido para traduzir <i>λεπτός</i> : | |
| | 264 | <i>concedes de illis minutum</i> traduisant <i>συγκόψεις ἐκ τούτων λεπτόν</i> (Vulg. <i>in tenuissimum pulverem</i>) ; | 269 | <i>concedes de illis minutum</i> traduzindo <i>συγκόψεις ἐκ τούτων λεπτόν</i> (Vulg. <i>in tenuissimum pulverem</i>); | |
| | 264 | de même dans l'Itala, le dénominatif <i>minutare</i> traduit <i>λεπτόνειν</i> dans Ps. 17, 43 : <i>minutabo</i> = <i>λεπτονῶ</i> (Vulg. <i>comminuam</i>) « je (les) réduirai en poussière », et le participe <i>minutatus</i> , en locution prédicative avec <i>facere</i> , rend gr. <i>λεπτόν ποιεῖν</i> : <i>simulacra... minutata facies</i> = <i>εἰδῶλα λεπτὰ ποιήσεις</i> (Vulg. <i>disperges</i>). | 269 | do mesmo modo, na Itala, o denominativo <i>minutare</i> traduz <i>λεπτόνειν</i> em Ps. 17,43: <i>Minutabo</i> = <i>λεπτονῶ</i> (Vulg. <i>comminuam</i>) “eu (os) reduzirei a pó”, e o participio <i>minutatus</i> , em locução predicativa com <i>facere</i> dá gr. <i>λεπτόν ποιεῖν</i> : <i>simulacra . . . minutata facies</i> = <i>εἰδῶλα λεπτὰ ποιήσεις</i> (Vulg. <i>disperges</i>). | rend > dá |
| | 264 | Hors des textes bibliques, mais sous la dépendance de cette équivalence consacrée, on rencontre chez Tertullien le composé <i>minutiloquium</i> qui doit être une traduction de gr. <i>λεπτολογία</i> . | 270 | Fora dos textos bíblicos, mais na dependência desta equivalência consagrada, encontra-se em Tertuliano o composto <i>minutiloquium</i> , que deve ser uma tradução do grego <i>λεπτολογία</i> . | |
| | 265 | A définir ainsi les zones d'emploi où lat. <i>minutus</i> concorde avec gr. <i>λεπτός</i> jusqu'à en être devenu l'équivalent de traduction, on aperçoit mieux celles où ils ne coïncident pas. | 270 | Definindo assim as zonas de emprego em que o latim <i>minutus</i> concorda com o grego <i>λεπτός</i> até ter-se tornado o seu equivalente de tradução, percebe-se melhor aquelas em que eles não coincidem. | |

(continuação)

| Texto | Pág. fr. | Texto em francês | Pág. port. | Texto em português | Obs. |
|---|----------|---|------------|---|------------------------------|
| Comment s'est formée une différenciation lexicale en français / Como se formou uma diferenciação lexical em francês | 267 | Chez ces deux auteurs, nourris de culture hellénique, parlant d'un sculpteur grec qui était célèbre par ses petits ouvrages d'ivoire et de bronze, l'expression <i>minuta opera</i> , étrangère à l'usage latin, est vraisemblablement la traduction d'un terme grec tel que <i>λεπτοργία</i> . | 272 | Nestes dois autores, nutridos de cultura helênica, falando de um escultor grego que era célebre pelas suas pequenas obras de marfim e de bronze, a expressão <i>minuta opera</i> , estranha ao uso latino, é verdadeiramente a tradução de um termo grego como <i>λεπτοργία</i> . | |
| | 267 | Pline X V I , 225 éd. et trad. André. | 273 | Plínio XVI, 225 ed., e trad. André. | Em nota de rodapé |
| Deux modèles linguistiques de la cité / Dois modelos lingüísticos da cidade | 273 | Assurément, en nombre de ses emplois, ce mot peut se rendre par « citoyen », mais nous croyons pouvoir établir, à l'encontre de toute la tradition, que ce n'est pas le sens propre et premier de <i>civis</i> . | 279 | Certamente, em numerosos de seus empregos, esta palavra pode representar "cidadão", mas acreditamos poder estabelecer, contrariamente a esta tradição, que este não é o sentido próprio e primeiro de <i>civis</i> . | se rendre par > represent ar |
| | 273 | La traduction de <i>civis</i> par « citoyen » est une erreur de fait, un de ces anachronismes conceptuels que l'usage fixe, dont on finit par n'avoir plus conscience, et qui bloquent l'interprétation de tout un ensemble de rapports. | 279 | A tradução de <i>civis</i> por "cidadão" é um erro de fato, um destes anacronismos conceituais que o uso fixa, dos quais se acaba por não ter consciência, e que bloqueiam a interpretação de todo um conjunto de relações. | |
| | 273 | Traduire <i>civis</i> par « citoyen » implique référence à une « cité ». | 279 | Traduzir <i>civis</i> por "cidadão" ["citoyen"] implica referência a uma "cidade" ["cité"]. | |
| | 274 | La traduction de <i>civis</i> par « citoyen » se révèle un <i>hysteron proteron</i> . | 280 | A tradução de <i>civis</i> por cidadão [citoyen] revela-se um <i>hysteron proteron</i> . | |
| | 274 | Si l'on n'avait pas reçu cette traduction comme une évidence, et si l'on s'était si peu que ce soit soucie de voir comment le mot se définissait pour ceux qui l'employaient, on n'eût pas manqué de prêter attention au fait, que les dictionnaires d'ailleurs enregistrent, mais en le reléguant en deuxième ou troisième position, que <i>civis</i> dans la langue ancienne et encore à l'époque classique se construit souvent avec un pronom possessif : <i>civis meus, cives nostri</i> . | 280 | Se não tivéssemos recebido esta tradução como uma evidência, e se estivéssemos, por pouco que fosse, preocupados em verificar como a palavra era definida por aqueles que a empregavam, não teríamos deixado de prestar atenção ao fato, que os dicionários, aliás, registram, embora relegando-o a segunda ou terceira posição, de que <i>civis</i> , na língua antiga e ainda na época clássica se constrói frequentemente com um pronome possessivo: <i>civis meus, cives nostri</i> . | |

(conclusão)

| Texto | Pág. fr. | Texto em francês | Pág. port. | Texto em português | Obs. |
|---|----------|--|------------|---|----------------------|
| Deux modèles linguistiques de la cité / Dois modelos lingüísticos da cidade | 274 | Ceci suffirait à révoquer la traduction par « citoyen » : que pourrait bien signifier « mon citoyen »? | 280 | Isto bastaria para invalidar a tradução “citoyen” [“cidadão”]: o que poderia realmente significar “mon citoyen” [“meu cidadão”]? | |
| | 274 | Telle est la traduction qui s’impose dans les exemples suivants. | 280 | Tal é a tradução que se impõe nos exemplos seguintes. | |
| | 275 | Les citations de Plaute sont accompagnées à dessein de la traduction de A. Ernout (Belles-Lettres), qui donne partout à <i>civis</i> la traduction « concitoyen, compatriote » que le contexte requiert. | 281 | As citações de Plauto são acompanhadas propositalmente da tradução de A. Ernout (Belles-Lettres) que dá, em todas elas, a <i>civis</i> a tradução “concitoyen, compatriote” [“concidadão”, “compatriota”], que o contexto exige. | Em nota de rodapé |
| | 275 | Qui entreprendra de le suivre à travers les phases ultérieures de la langue le découvrira jusque dans la Vulgate, où il reste encore inaperçu : <i>cives eius</i> « ses concitoyens » chez Luc 19, 14, pour rendre gr. <i>hoi polîtai autoû</i> avec la même valeur réciproque de <i>polîtês</i> . | 282 | Quem se propuser a segui-lo através das fases ulteriores da língua o encontrará até na Vulgata, onde permanece ainda desapercibido: <i>cives eius</i> “seus concidadãos” [“ses concitoyens”], em Lucas 19, 14, em lugar do grego <i>hoi polîtai autoû</i> , com o mesmo valor recíproco de <i>polîtês</i> . | rendre > em lugar do |
| | 276 | Les trois traductions anciennes des Évangiles ont reproduit l’expression : en gotique, <i>baurgjans is</i> ; en arménien, <i>k’alak’ac’ ik’n nora</i> et en v. slave <i>graždane ego</i> . | 282 | As três traduções antigas dos Evangelhos reproduzem a expressão: em gótico, <i>baurgjans is</i> ; em armênio, <i>K’alak’ac’ ik’n nora</i> e, em velho eslavo, <i>graždane ego</i> . | |

Fonte: Elaborado pela autora a partir de Benveniste (2000b; 2006).

ANEXO A – Fac-símile da nota sobre tradução manuscrita

La traduction, la langue
et l'intelligence

Conférence
le genre } le langage et l'intelligence

Sur le langage, on dit souvent, l'effort se fait
ou l'un mesure ...

C'est, moi, j'entends l'homme tel qu'il fonctionne
avec le langage, on peut dire ceci: le langage pose
son axe sur l'intelligence, mais l'intelligence se
dégage du langage, s'en sert, le domine, le modèle,
à l'inverse - dit-on - de la structure que le
langage lui impose. Par conséquent l'intelligence peut
« vouloir dire » quelque chose qui se fait par mesure
explicite au langage et que le langage expose à l'aide
de mots qui ont leur signification propre, et dont
l'assemblage produit ce que l'intelligence « veut dire ».

Il y a deux vis, par exemple. L'une mène à la
« possibilité de traduction », qui devient possible et intelligible
car l'intelligence est capable de saisir, au-delà - pour ainsi dire -
le bachelard - des mots de la langue B ce que le texte original
(en A) « veut dire » et ensuite par demande inverse, de
descendre de ce « veut dire » aux mots de la langue propre.

L'autre vis conduit à la solution du problème Héraclite
d'Alex. Il y a deux « sens » (ou significations): l'un est celui de
« sens », par exemple, notamment dans les cas - l'autre est celui de
l'intelligence et de ce qu'elle « veut dire ». —

le langage

à ceci de particulier, d'irréductiblement particulières et qui crée sa difficulté spécifique : l'endroit de toute théorie unitaire; il se développe toujours à la jonction de la nature et de la culture.

Le langage a une base biologique et naturelle, celle de la parole et de ce qu'on appelle "langue". Une loi donne l'appareil articulatoire et auditif, ce qui fait qu'il y a besoin de sons articulés, et c'est à dire d'éléments sonores aptes à servir les articulations des mots. Les sons reviennent de la nature, mais l'articulation linguistique, de la culture.

Le langage est biologique dans le principe des onomatopées, des exclamations, des cris, mais la culture donne à tout ce matériel vocal une forme spécifique et lui retire toute langue d'origine, non de l'importance laquelle on le traite indifféremment.

Le langage reflète la nature dans le système des références qui comporte inévitablement tout ce qui concerne l'homme, son corps, ses émotions, etc., mais la relation de ces données de base est organisée par la culture.

Le caractère double du langage est fondé par là.

Ce qui le caractérise est le rapport du signe à la réalité, et c'est là la nature de désignation.

Aristote forge le terme "επισημαστικόν" ou "Comparatif des coupures", pour désigner une classe d'êtres.

Or c'est cette désignation qui est traduite par lat. insecta.

Il y a donc ici deux procédés indépendants l'un consistant à appliquer à un élément de réalité (extralinguistique) une certaine désignation.

L'autre consiste à utiliser pour cette désignation un signe linguistique forgé à l'imitation du modèle étranger (ici grec).

Le résultat est qu'on a en latin désigné les petits êtres du genre comme "insecta", dits en segments, en

ce dont on en utilisant le même rapport entre
le signe et la chose.

Naturellement le fait de choisir in-secta
pour traduire 'év-copex est le phénomène matériel
et littéral de traduction. Il suppose pour
son compte une équivalence constatée entre
év- et in-, entre copex et -secta.

Mais, ici le problème est différent:
Quand on traduit év-copex par insecta, on
ne traduit pas le verbe copex dans toute sa valeur,
on se contente d'indiquer une équivalence
constatée entre copex et seco pour
créer un signe symétrique de 'év-copex.

Traduire est indiquer ~~dans la langue~~
entre sa propre langue et le monde
(le même rapport qu'entre la langue source, soit
par des équivalences littérales entre signes, soit
peuvent composer le même 'sens', soit par des
équivalences globales obtenues au moyen de relations
avec autre, qui ne sont plus entre signes.